

LUIZ SERGIO DIAS

DA “TURMA DA LIRA” AO CAFAJESTE. A SOBREVIVÊNCIA DA CAPOEIRA NO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

TESE APRESENTADA AO CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM HISTÓRIA

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

2000

LUIZ SERGIO DIAS

DA “TURMA DA LIRA” AO CAFAJESTE. A SOBREVIVÊNCIA DA CAPOEIRA NO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

TESE APRESENTADA AO CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR.

ORIENTADOR: PROF. DR. MANOEL LUIZ SALGADO GUIMARÃES

D 541 t

DIAS, Luiz Sergio

Da “turma da lira” ao cafajeste. A sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro na Primeira República – Rio de Janeiro, 2000.

Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

Bibliografia: p.

1. História do Brasil. 1.2. Rio de Janeiro – Primeira República – Capoeira. 1. Título.
- II. Série.

CDD – 981.08

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	p.1
CAPÍTULO 1: Da repressão e dos reprimidos	p.13
CAPÍTULO 2: A utilidade política da capoeira	p.49
CAPÍTULO 3: O cafajeste e o universo capoeira.....	p. 91
CAPÍTULO 4: As vidas da capoeira.....	p.161
CONCLUSÃO.....	p.193
FONTES	p.203
BIBLIOGRAFIA.....	p.205

RESUMO

A violenta repressão desfechada contra diversas práticas culturais negras no Rio de Janeiro, a partir do governo provisório da república, investiu particularmente contra a capoeira. Vista como incompatível com a modernização da capital federal, além de comprometida com políticos da extinta monarquia, a velha arte negra foi desbaratada na sua organização de “maltas” e “nações”. Em decorrência, muitos capoeiras foram presos e mandados para o desterro, principalmente em Fernando de Noronha.

O objetivo deste trabalho é demonstrar que a capoeira logo voltou às ruas do Rio de Janeiro. Enquadrada no Código Penal de 1890 ela sobreviveu com os cafajestes e a “turma da lira” mantendo os seus segredos, quando muitos dos seus “camaradas” serviram como guarda-costas e cabos eleitorais de políticos como ocorrera durante a monarquia.

Com seus trajes e falar singulares, os cafajestes e a “turma da lira” foram verdadeiros agentes de preservação da capoeira durante a Primeira República. No mesmo momento histórico, vários intelectuais defenderam a preservação da capoeira como ginástica e luta nacionais, pretendendo integrá-la no movimento em favor da construção de uma identidade nacional.

SUMMARY

The violent attacks unleashed by repressive forces against various Afro-Brazilian cultural practices, at the start of the Provisional Government of the Republic, had *capoeira* as its main target. Seen as incompatible with the modernization process of the Federal capital – and committed with politicians of the extinct monarchy – the ancient Afro-Brazilian art had its organization in the form of *malts* and *nações* ruined. As a consequence, many *capoeiras* were arrested and sent to isolation, mainly in Fernando de Noronha.

The objective of this work is to show that *capoeira* soon returned to the streets of Rio de Janeiro. Inscribed on the 1890 Penal Code, it survived with the *cafajestes* and the “*turma da lira*” preserving its secrets, when many of its “*camaradas*” served as body-guards and agents of electoral campaigning to politicians, as it was common during the monarchy.

With their singular vestments and vocabulary, the *cafajestes* and the “*turma da lira*” were true agents in the preservation of *capoeira* during the First Republic. Along the same moment of History, various intellectuals stood for the preservation of *capoeira* as traditional national gymnastic and wrestling practice, aiming at integrating it into the movement for the building of national identity.

AGRADECIMENTOS

Noel Rosa, o sempre lembrado poeta de Vila Isabel, marcou a letra de uma das suas mais belas composições – “Fita Amarela” – com versos que pediam gozadoramente: “Quando eu morrer... não quero choro nem vela (...)”. Com todo respeito ao poeta, e com sua licença, se esta tese de doutoramento pudesse dizer algo, ela declararia que, ao seu final, não quer lembranças de sacrifícios, sofrimentos e dores de cabeça. Nada de “choro ou vela”, porque ela foi feita com enorme satisfação, custando em dedicação aquilo que foi pago com prazer.

Assim, os agradecimentos são diretos e os mais simples possíveis. Ao orientador Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado que, mais uma vez, foi tranqüilo e objetivo nas críticas e sugestões feitas. À minha família pela paciência em aturar os momentos de isolamento que a elaboração de uma tese provoca. Em particular gostaria de agradecer às filhas Juliana, Mariana e Carolina pela tolerância demonstrada no momento da composição do texto. Nesse mesmo sentido, um agradecimento especial ao João Pedro que rapidamente superou um problema ao final da elaboração do texto. A Dirlene Ferreira Kinup, bibliotecária do São Vicente, um muito grato pela presteza na elaboração da ficha catalográfica.

Por fim, um agradecimento especial à Sepetiba, que com sua tranqüilidade e seu bucolismo contribuiu para que, pelo menos, 2/3 desta tese fossem elaborados em paz.

À MEMÓRIA DE MEUS PAIS, ADAIR E CARMEM

INTRODUÇÃO:

A busca de um tema de pesquisa representa quase sempre um desafio para quem pretende operar com o passado. Ao lado da indagação quanto a amplitude do próprio tema coloca-se outra, aquela relativa ao período de tempo a ser considerado na pesquisa pretendida.

Se fosse possível buscar uma resposta para essa indagação, ela estaria próxima ao princípio que associa ousadia na elaboração do projeto e modéstia na sua execução. Uma atitude ousada não diz respeito apenas ao que se pretende fazer com o tema eleito. A escolha do próprio tema pode implicar, muitas vezes, uma atitude dessa natureza; o que pode envolver tanto a insistência num determinado tema ou, ao contrário, um desvio brusco de rota no que concerne ao assunto costumeiramente estudado pelo historiador.

Nas duas hipóteses é necessário que a escolha seja, antes de tudo, um gesto de desprendimento, e nunca uma atitude que expresse apenas uma obrigação acadêmica. Ou, o que seria mais grave, a eleição de um tema motivada primordialmente pela facilidade no acesso e tratamento das fontes. Quando se ressalta o desprendimento, não se quer afirmar que o produto do trabalho do historiador, como de resto do intelectual, seja destinado apenas ao público. Cabe ao produtor intelectual entender o seu ofício como uma prática que associa capacidade e interesse individuais com a ressonância social – aceitação, rejeição ou indiferença – que, por sua vez, pode ser entendida, muitas vezes, como mera manifestação da sua utilidade.

Jean –Paul Sartre lembrou, ainda sob a influência do final da 2ª Guerra, a respeito do trabalho intelectual que:

“No queremos avergonzarnos de escribir y no tenemos ganas de hablar para no decir nada. Aunque quisiéramos, no podríamos hacerlo; nadie puede hacerlo. Todo escrito posee un sentido, aunque este sentido diste mucho del que el autor sonó dar a su trabajo. Para nosotros, en efecto, el escritor no es ni una Vestal ni un Ariel; haga lo que haga, está en el asunto, haga lo que haga, marcado, comprometido, hasta su retiro más recóndito.”¹

Nas palavras do pensador francês entenda-se, por mera exigência de rigor, escritor por historiador, e delas pode-se extrair a idéia – não um axioma – de que todo o trabalho intelectual implica um compromisso. Cabe ao produtor - o

historiador - entender qual o compromisso que pretende assumir com aquilo que produz. Assim, poderia ser indagado de que forma a escolha da trajetória da capoeira na Primeira República no Rio de Janeiro como tema para elaboração de uma tese de doutorado implicaria um compromisso?

De saída, se faz necessário afastar qualquer justificativa que encaminhe a questão para o seio do folclore, particularmente quando ele é compreendido como expressão da “beleza do morto”.² Ao contrário, a capoeira é entendida aqui como uma prática cultural de origem negra, portanto com significativo matiz popular, num momento histórico em que viveu sob grande pressão. Esse entendimento que percorre todo o trabalho, não se deu sem pagar um certo preço à dúvida, particularmente quanto aos conceitos de cultura popular. O acatamento da síntese demonstrada por Peter Burke possibilitou que o desdobramento do trabalho fluísse de forma segura:

“ Cultura é uma palavra imprecisa, com muitas definições concorrentes; a minha definição é a de um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados`. A cultura nesta acepção faz parte de todo um modo de vida, mas não é idêntica a ele. Quanto à cultura popular, talvez seja melhor de início defini-la negativamente como uma cultura não-oficial, a cultura da não-elite, das classes subalternas`, como chamou-as Gramsci.”³

A partir da posição assumida por Burke, a trajetória da capoeira pôde ser analisada durante parte considerável da Primeira República. Essa análise se deu com a preocupação de evitar que a situação enfrentada pela capoeira fosse vista apenas pelo prisma cultural. Desde que se acate a idéia de que a cultura corresponde a um campo conflituoso, nada mais conseqüente do que entender a questão da capoeira na Primeira República como envolvida por um embate político. Mais uma vez o apelo a Peter Burke foi fundamental para que esse embate não fosse compreendido simplesmente como um conflito em que, ao seu final, a cultura dominante derrota a subalterna:

“Outra objeção, ao que se chama às vezes de modelo de duas camadas de cultura de elite e popular, é a seguinte. A fronteira entre as várias culturas do povo e as culturas da elite (e estas tão variadas quanto aquelas) é vaga e por isso

a atenção dos estudiosos deveria concentrar-se na interação e não na divisão entre elas.”⁴

É justamente da compreensão dessa relação cultural que se pode extrair a natureza do compromisso que norteia o presente trabalho. Quando se aceita a tese de Burke a respeito da condição vaga característica da fronteira entre as culturas da elite e do povo, entende-se que essa mesma condição expressa o campo de luta entre representações culturais oficiais e subalternas. Vaga não é sinônimo de vazia, mas simplesmente de imprecisa, com contornos historicamente móveis. Na conjuntura histórica aqui definida, a capoeira foi levada para dentro dessa fronteira. Foi levada e deixou-se levar. A interação aludida por Burke exige comportamentos específicos daqueles agentes sociais – personagens culturais – provenientes dos dois campos: o oficial e o subalterno. Alguém perde. Alguém ganha. Mas, de forma alguma, tanto perda quanto ganho não se dão pela transferência integral do conteúdo de um continente para o outro. Com a capoeira não poderia ser diferente.

Os fundamentos do compromisso repousam justamente na avaliação desse momento histórico - Primeira República - vivido pela capoeira na capital federal. Nele, a velha arte negra resistiu à repressão e sobreviveu, ganhando em tempo de vida, mas perdendo muito da sua essência. Nesse momento, a vida assumida pela capoeira tornou-se distinta daquela anterior à violenta repressão desencadeada pelo governo no início do período republicano. Por isso, a precaução em evitar maiores considerações a respeito da condição assumida pela capoeira a partir do seu reconhecimento oficial durante o Estado Novo. Quando, aliás, a sua natureza ganha novos contornos.

No bojo desse verdadeiro processo de desbravamento de universos, tão caro ao historiador, diferentes caminhos foram sendo trilhados com o objetivo de contribuir para a ampliação do conhecimento crítico do passado do Rio de Janeiro. Nessa caminhada, foi fundamental a compreensão da concepção de história cultural construída por Chartier :

“A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”⁵

Assim, a busca da constituição dessa realidade social, envolvendo os conflitos acentuados por Burke, sustenta a caminhada comprometida no sentido do desvendamento da textura do passado em um lugar e num dado momento, como será mostrado a seguir.

O primeiro capítulo denomina-se “Da repressão e dos reprimidos” e constitui, em linhas gerais, uma análise da repressão efetuada contra a capoeira durante o governo provisório da república.

Quando da implantação do regime republicano no país, a capital federal tornou-se palco de uma violenta ação governamental no sentido de desbaratar as organizações culturais negras na cidade. Essa repressão representou, em linhas gerais, uma dura resposta das autoridades republicanas ao que consideravam como um desafio cultural à condição de cidade moderna e civilizada a ser assumida pelo Rio de Janeiro.

Durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca, foi desfechada uma violenta campanha contra as “nações” e “maltas” de capoeiras existentes no Rio de Janeiro. É bem verdade que não foi apenas essa prática de origem negra que sofreu violenta repressão. O candomblé e o samba, por exemplo, foram reprimidos. O maxixe, entendida como dança de negros e de pobres, além de lasciva, foi bastante estigmatizado no início do século. Mas, mesmo o candomblé que agregava muitos negros e mulatos, não sofreu tanta repressão quanto a capoeira. Ela, além de organizada, possuía uma natureza violenta e extremamente ágil na sua movimentação pela cidade. Agilidade essa que não se limitava aos meneios e golpes, mas, particularmente, se mostrava no deslocamento das “maltas” pelas ruas. Daí a necessidade do seu desbaratamento.

Tolhida na sua organização pela campanha desencadeada por Sampaio Ferraz, chefe de polícia durante o governo provisório da república, a capoeira saiu enfraquecida também pelo desterro de muitos dos seus praticantes. Essa campanha, diga-se de passagem, foi sustentada por um trunfo legal criado pelo novo regime: o Código Penal de 1890 que criminalizava a capoeira.

Mas, a capoeira resistiu. Se muitos capoeiras foram parar em Fernando de Noronha, ou em lugares distantes, outros aqui ficaram e outros surgiram. Até

mesmo, puderam animar outras formas de aglutinação, bem mais brandas, é verdade“, como a “turma da lira”, grupo de “capoeiras serenatistas”, como se verá. “Valentes”, “bambas” ou “cafajestes”, qualquer que fosse a denominação, um tanto dissimulados, hábeis no emprego das manhas e na violência da “velha arte”, logo se colocaram a serviço de políticos durante a Primeira República. Aliás, como os seus predecessores fizeram durante a monarquia.

“A utilidade política da capoeira” denomina o segundo capítulo. O seu principal objeto de análise é a relação entre as práticas político-eleitorais predominantes durante a Primeira República e o emprego de “valentes” ou “bambas”, ditos cafajestes, como guarda-costas, cabos eleitorais ou membros de grupos de arruaceiros a serviços de políticos na capital federal. Essas práticas herdaram a natureza corrupta e violenta da época monárquica, da mesma forma que a utilização política de capoeiras, o que muitos deles entendiam como uma forma de “entrar na política”.

Da compra de votos à destruição e queima de urnas, passando pela atemorização de eleitores e arregimentação de “fósforos” – eleitores por encomenda – a violência marcou momentos significantes da vida do Rio de Janeiro por, pelo menos, três décadas do século XX. Mais do que a crueza dos documentos oficiais, a agudeza do contemporâneo Lima Barreto foi importante para enriquecer a construção daquela realidade social. O testemunho representado por “Os Bruzundangas” ampliou a percepção da forma como um dado contexto cultural “se deu a ler”. Neste contexto, a participação de cafajestes personificou o emprego de muitos negros e mulatos dispostos a utilizarem a sua habilidade capoeirista em troca de proteção e promessas de emprego, numa demonstração do exercício do clientelismo urbano.

Mais ambicioso de todos os capítulos, “O cafajeste e o universo capoeira”, tem como centro a figura do cafajeste. Ela está associada ao aumento da oferta de préstimos políticos aos praticantes da prescrita capoeira no espaço público do Rio de Janeiro. Este espaço, ampliado após a Abolição, favoreceu a circulação dos “valentes” disponíveis e necessários para uma prática política específica e, com isto, contribuiu para a definição da figura emblemática do cafajeste. Útil no

exercício de ações necessárias à reprodução das representações políticas, o cafajeste pôde, em conseqüência, modelar uma aparência e um comportamento singulares consentidos socialmente.

Dessa forma, ressaltavam o vestuário e a linguagem específicos que, em determinados espaços e momentos permitiam a visibilidade dessa figura urbana registrada, no mais das vezes, de forma caricatural e preconceituosa por “chargistas”. Longe de constituir um personagem ridículo, o cafajeste foi um agente responsável pela sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro ao longo da República Velha.

Embora não se possa afirmar ter sido ele o único responsável pela persistência da vida da velha arte negra, é forçoso buscar nos espaços culturais preservados pela população negra no Rio de Janeiro, bem como nas áreas onde se dava a sua ação, os mecanismos capazes de manter viva a capoeira. Nessa mesma perspectiva reconstrutora, o capítulo contém um glossário e um quadro comparativo com mais de trezentos termos próprios do “patuá” de cafajestes e capoeiras cariocas. Termos que, em verdade, são mostrados como expressões da criatividade resistente de personagens singulares da população de baixa renda do Rio de Janeiro.

O último capítulo aborda fatores de diferente natureza que contribuíram para a sobrevivência da capoeira na capital. Daí a denominação “As vidas da capoeira”.

Uma dessas vidas estava representada pela prática política dos cafajestes, como já foi mostrado, a serviço de políticos na capital federal. Essa prática tornou-se consentida, logo que a maré repressora baixou em decorrência do estabelecimento da “república dos conselheiros”. A corrupção e a fraude eleitorais criaram condições para que capoeiras “entrassem na política” novamente. Com isso, a figura do cafajeste ganhou maiores dimensões.

Ao mesmo tempo, no bojo das certezas e das dúvidas referentes à implantação da ordem republicana, promotores e defensores do novo regime político discutiam a adoção de medidas disciplinadoras que, em síntese, encorpavam teses civilizadoras capazes, segundo muitos deles, de ordenar

aquele povo “mal acostumado a viver em liberdade”. Para esses promotores, o povo que vivera acostumado à desordem, lasso e pouco afeito ao trabalho livre, enfrentava então as vicissitudes postas pela necessidade de nova organização do país.

As teses que defendiam a civilização de práticas e comportamentos no país, em especial na capital federal, vista como “vitrine” do país, acabaram por envolver a capoeira. Se, por um lado, a ação legal procurava reduzir ou erradicar sua prática, de outro, logo surgiram propagandistas em favor da capoeira, entendendo-a como um fator de afirmação da cultura brasileira. Foi significativa, nesse particular, a publicação, em 1906, de um artigo na revista “Kosmos”. Nele, o autor elogiou a capoeira, considerando-a como demonstração de cavalheirismo e de superioridade sobre lutas estrangeiras.

Essa perspectiva não ficou limitada ao referido artigo. Também na primeira década do século XX, foram publicados livros que advogavam a adoção da capoeira como base de uma ginástica nacional. Experiências nesse sentido foram efetuadas na Marinha de Guerra e na polícia; justamente instituições que, a par da responsabilidade de garantia da ordem, possuíam nos seus quadros uma quantidade considerável de pessoas provenientes da população de baixa renda, em particular negros e mulatos.

Civilização, exaltação da ordem e da disciplina, inclusive a do corpo, além do nacionalismo, foram pressupostos de um movimento que procurou encontrar os fundamentos para a construção de uma nova sociedade brasileira. No que diz respeito à capoeira, as discussões favoráveis à sua transformação acabaram encontrado um defensor aguerrido no intelectual e esportista Coelho Neto. Nos anos vinte, esse autor apregoava a necessidade do reconhecimento da capoeira como a “nossa luta”.

De tudo isso, se depreende que muito desse esforço pode ser avaliado como orientado para a incorporação de práticas culturais de origem negra no projeto maior de construção de uma identidade nacional. De qualquer modo, foi no compasso das discussões de cunho nacionalista ao longo da Primeira República que a capoeira também deve ter encontrado mais fôlego para sobreviver.

Por fim, uma palavra especial sobre a utilização de “charges” como fontes históricas para a elaboração desse trabalho. Antes de qualquer consideração sobre a natureza específica dessas fontes, seria interessante notar que interpretações jocosas do cotidiano são características intrínsecas da opinião pública, particularmente com a ampliação dos recursos de reprodução do traço e da sua veiculação proporcionados pela sociedade burguesa a partir do século XIX. Para Baudelaire, ao analisar a obra do caricaturista Honoré Daumier, essas interpretações representam o que denominou de “pasto”:

”Quero falar agora de um dos homens mais importantes, não só da caricatura, mas diria também, da arte moderna, de um homem que, todas as manhãs, entretém a população parisiense, que, todo o dia, satisfaz as necessidades da alegria pública e lhe dá seu pasto.”⁶

Na conjuntura aqui considerada, o universo cultural da capital federal continha um agente crítico significativo e penetrante e, sob certos aspectos, bastante ferino, proporcionando um permanente “pasto” ao público leitor do Rio de Janeiro. Tratava-se da caricatura, em particular da “charge”, que vivia um momento de ampliação da sua utilização na imprensa carioca. Já durante o Segundo Reinado, a “charge” desempenhara um papel crítico contundente quanto aos costumes e à política em geral. Talvez tenha sido a “Revista Ilustrada”, criada e editada por Angelo Agostini, a publicação que melhor tenha caracterizado esse papel. E, assim o fez sustentada pelo belo traço do artista italiano, anti-clerical, abolicionista, anti-monarquista e com inclinações anarquistas.⁷ Agostini retirou-se do Brasil logo após a Abolição, retornando algum tempo depois chegando a trabalhar no recém criado “O Tico-Tico”. Logo, os tempos da monarquia, da campanha abolicionista e da “Revista Ilustrada” ficaram para trás.

Se Agostini e a sua revista se foram, algo que marcara o seu traço permaneceu como modelo para os novos “chargistas”. Tratava-se do “riso da exclusão”⁸, ridicularizando o que era sério e que, nos novos tempos republicanos, encontrou um campo fértil para a sua expansão. Essa situação favorável se deu no início do século XX, quando a imprensa do Rio de Janeiro vivia um momento de renovação na técnica e na estrutura das publicações:

“Tratando-se de etapa renovadora da imprensa, quando revistas e jornais passaram a ser editados por empresas maiores, que investiam na aquisição de dispendiosos recursos técnicos (rotativas, clichérias) e lucravam com a venda e publicidade permitidas por largas tiragens, um dos seus mais marcantes aspectos foi o crescimento dos semanários ilustrados, principalmente no Rio de Janeiro, capital e maior centro urbano do país. Nesses periódicos, o humor visual ocupou significativo espaço.”⁹

Em verdade, não se tratava apenas de um momento de impulso técnico no âmbito da imprensa. Melhor seria afirmar que a virada do século assistiu no Rio de Janeiro a uma renovação no campo jornalístico, incluída dentro do que a estudiosa Flora Sussekind chamou de “horizonte técnico”¹⁰ Para trás ficaram lentamente o folhetim, o improvisado técnico e a presença do intimismo que, muitas vezes, associado ao descompromisso, tornava aquele que escrevia mais importante do que o próprio escrito.

Na primeira década do século XX, o público leitor carioca passou a contar com revistas requintadas como, por exemplo, “Ilustração Brasileira”(1901) e “Kosmos” (1904), até outras dedicadas ao humor e à crítica dos costumes como “O Malho”(1902), “Fon-Fon”(1907) e “A Careta”(1908). Nestas, a arte da caricatura, como observou Nelson Werneck Sodré, “(...) teve, nessa época, grandes nomes a praticá-la e dar-lhe um sentido, um conteúdo, uma qualidade de execução e uma forma insuperáveis.”¹¹

Grandes nomes como, por exemplo, Raul Pederneiras, K.Lixto, Storni, Seth, Yantok e J.Carlos, entre outros, passaram a deliciar muitos leitores com a ironia expressa nos seus traços. Essa ironia, no mais das vezes, investia contra o que se poderia chamar de “mundo da política”. Ou seja, fustigando as mazelas do novo regime, particularmente a corrupção e a violência eleitorais, as negociatas, as “manobras”, além de diferentes aspectos do cotidiano do Rio de Janeiro. Nesta caso, eram criticados, por exemplo, os transportes coletivos, as novidades trazidas pelo automóvel, a moda, a carestia, as dificuldades de moradia, os serviços públicos etc.

Nesse quadro, ressaltava o fato de os caricaturistas mais significativos e assíduos formarem uma frente quase permanente no exercício dessa crítica.

Vários presidentes da república sofreram com a irreverência constante presente nas “charges”, cujos autores demonstravam que o poder oligárquico enfrentava na capital federal um sério, e ao mesmo tempo, risonho inimigo: a ironia. Por exemplo, Rodrigues Alves era o “Papai Grande”. Já Afonso Pena tornou-se o “Tico-Tico” e Hermes da Fonseca o “Dudu”.¹²

Uma manifestação dessa prática foi a presença em jornais e revistas do Rio de Janeiro da figura do “Zé Povo”. Inspirada em personagem criada pelo artista português Bordalo Pinheiro, ele foi desenhado por vários caricaturistas ao longo da Primeira República como, por exemplo, K.Lixto, Raul Pederneiras e J.Carlos. Qualquer que fosse o traço criador, o “Zé Povo” foi sempre irônico e impiedoso; desleixado, ingênuo nas indagações, quase sempre incisivo nas afirmações, dando a impressão de “estar por fora” do jogo político. Ciente das suas limitações políticas diante do poder oligárquico, o Zé tinha na ironia, entremeada por uma aparente ignorância, sua arma no espaço público que o regime republicano e o trabalho livre criavam na capital federal. A sua permanência emblemática por quase duas décadas na imprensa carioca pode ser atribuída, além da sensibilidade dos seus criadores, ao fato dela representar uma reação à condição de mero espectador político a que se vira relegada boa parte da população.

A natureza grotesca da figura do “Zé Povo” ressaltava o sentido da distorção, condição caricatural que concede ao retratado maior facilidade de circulação. A figura caricata desfruta do que pode ser considerado como uma franquia no universo da comunicação. A distorção, sua particularidade mais evidente, atrai pela contrariedade às representações predominantes, marcadas pela simetria ou pelo que se poderia designar de seriedade. E, é justamente essa atração que contribui para a percepção mais rápida, quase imediata da caricatura, independente do julgamento favorável ou não.

Esse mesmo universo de representações continha outras figuras tão singulares quanto o “Zé Povo”. Uma delas era a do cafajeste que, apesar de existir em carne e osso, foi também retratado por vários caricaturistas. A natureza do trabalho pretendido não poderia rejeitar essa figura, quando menos para combater a idéia de que o riso não deve ser levado a sério:

“O riso, o cômico são vistos como envoltos em inconseqüência, momentaneidade, irrelevância – a seriedade seria o inverso. O riso não deve ser levado a sério... A ideologia que só quer permitir que riamos do que é cômico e que nos esqueçamos dele em seguida exerce, de fato, uma repressão sobre formas mais ou menos veladas de análise e crítica sociais. Não postula, impede que tematizemos a comicidade como observação lúcida sobre a realidade.”¹³

Ao acolher o cômico como expressão legítima de uma conjuntura e, o que é mais importante, reconhecer o instrumental criado por ele – a “charge” – como fonte documental, nada mais se faz do que manter a coerência metodológica que orienta este trabalho. Longe de buscar o retrato deformado de um momento histórico, entende-se que a distorção do traço não significa propriamente uma igual atitude com relação ao real, mas, antes de tudo, uma manifestação de criatividade na representação desse mesmo real.

Se o “Zé Povo” foi retratado por vários artistas do traço, o cafajeste também o foi. A figura idealizada por Bordalo Pinheiro foi reproduzida a partir da impressão que o artista português guardou do comportamento de um todo: o homem comum. Já o cafajeste foi retratado pela criatividade que vários artistas impuseram ao registro das impressões causadas pelo comportamento de um punhado de pessoas. Assim, por mais distintos que sejam os traços que retratem o cafajeste, eles representam sempre a mesma imagem e as diversas situações em que se envolveram.

Vistas pelo prisma humorístico, desfilam a arrogância própria dos que “entram na política” e a confiança no domínio dos segredos da capoeiragem, capazes de garantir-lhes proteção e, ao mesmo tempo, a sobrevivência. Enfim, todos os traços presentes nas “charges” constituem, da mesma forma que a escrita, fontes dignas de crédito por parte do historiador. Não há como desprezá-las.

NOTAS:

¹ - SARTRE, Jean-Paul – Qué es la literatura? Buenos Aires: Editorial Losada. 1950. p. 9.

² “Como os românticos, os folcloristas cultivam a tradição. O elemento selvagem encerra portanto uma positividade, permitindo aproximá-lo da riqueza das pedras preciosas. O antiquário tinha um afã colecionador, o folclorista, respaldado pelo Positivismo, cria o museu das tradições populares. Como diz Michel de Certeau, ele se contenta em mirar a beleza do morto, pois o que lhe interessa é o passado em vias de extinção.”. ORTIZ, Renato. Românticos e folcloristas. São Paulo: Olho D’Água, 1992. p. 39.

³ - BURKE, Peter – Cultura popular na Idade Moderna, (2ª ed., 1995), São Paulo: Companhia das Letras. p. 25.

⁴ - Idem. p. 16-17.

⁵ - CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 16-17.

⁶ - BAUDELAIRE, Charles. Honoré Daumier. Caricaturas. Porto Alegre: Editora Paraula, 1996. p.7

⁷ - Consultar a respeito: RIBEIRO, Marcos Tadeu Daniel. Revista Ilustrada (1876-1898). Síntese de uma época. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, tese mestrado, 1988 (mimeo).

⁸ - “ Existem duas formas de cômico, uma mais rara, de regozijo e comunhão, ligada ao riso de acolhida, regenerador, fundamentalmente lúdico e cordial, e outra mais comum, forma de punição e recusa ao anômalo ou ao estranho, geradora do riso de rejeição. A primeira apenas constata, a segunda interfere, corrige.” LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. Chapéus de palha, panamás, plumas e cartolas. A caricatura na literatura paulista (1900-1902). São Paulo: Editora UNESP, 1996. p.24.

⁹ - SILVA, Marcos A. da. Caricata república, Zé Povo e o Brasil. São Paulo: Editora Marco/CNPq., 1990. p.8

¹⁰ - SUSSEKIND, Flora. Cinematógrafo das Letras. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.27.

¹¹ - SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. (3ª ed., 1983). São Paulo: Martins Fontes. p. 303.

¹² - Consultar a respeito: LUSTOSA, Isabel. História de presidentes: a República no Catete. Petrópolis/Rio de Janeiro, Vozes/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

¹³ - NEVES, Luiz Felipe Baêta. O paradoxo do coringa e o jogo do poder & saber. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. p. 49.

CAPÍTULO 1: DA REPRESSÃO E DOS REPRIMIDOS

“O governo mostrou-se então de uma severidade deveras espantosa para com a gente miserável do Rio de Janeiro. Sem direito a qualquer defesa, sem a mínima indagação regular de responsabilidades, os populares suspeitos de participação nos motins daqueles dias começaram a ser colhidos em grandes batidas policiais. Não se fazia distinção de sexos nem de idade. Bastava ser desocupado ou maltrapilho e não provar residência habitual para ser culpado.” (SANTOS, José Maria dos . A política geral do Brasil. São Paulo: J.Magalhães, 1930. p. 414.)

O Rio de Janeiro conquistou notoriedade por uma sucessão de fatos que contribuíram para cunhar uma imagem de cidade moderna.¹ Sua entrada no século XX, fez-se por meio de uma violenta intervenção do poder público no seu centro urbano. Durante o quadriênio de Rodrigues Alves (1902-1905), o prefeito Pereira Passos investido de poderes autoritários impôs uma radical transformação à área central da cidade. Ao abrir a Avenida Central, um verdadeiro “boulevard” nos trópicos, Pereira Passos criava a base de uma área central de negócios na capital federal, buscando adequar o Rio de Janeiro às exigências colocadas pela sua condição de capital do país e principal porta de entrada das relações com os grandes centros capitalistas mundiais.

Ao mesmo tempo, foi deflagrada a campanha da vacina obrigatória contra a varíola, parte de um projeto ambicioso voltado para a higienização da cidade. Idealizada e conduzida por Oswaldo Cruz, essa campanha pretendia liquidar com uma das mais antigas e terríveis mazelas do Rio de Janeiro: a triste fama de cidade infecta e perigosa, ceifadora de vidas e foco de doenças, que repugnava e afastava viajantes estrangeiros.

Se a política da “Regeneração” de Pereira Passos – como foi chamada sua intervenção no espaço público - foi consagrada, da mesma forma que a ação de Oswaldo Cruz, o mesmo não ocorreu com o “Bota Abaixo”, a demolição de centenas de casas, pequenas lojas e oficinas para a abertura da Avenida Central. Necessária, essa medida foi justificada também pela argumentação de que os prédios derrubados, entre eles vários “cortiços”, eram disseminadores de doenças, além de antros de imundícies e promiscuidade.

O “Bota Abaixo” – a outra face da “Regeneração” – obrigou milhares de pessoas de baixa renda a procurar moradia em outras áreas da cidade, inclusive no nascente morro da Favela. Desses milhares, alguns abonados buscaram os subúrbios que, mais tarde, Lima Barreto chamou de “refúgio dos infelizes”.

Mas, toda essa reviravolta na vida de grande parte da população de baixa renda que vivera até então no centro da cidade, não se deu sem contratempos. Ela contribuiu em muito para que, em novembro de 1904, explodisse uma violenta revolta popular que se espalhou por ruas do centro da cidade e parte dos bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo.

A exemplo dos revoltas urbanas inglesas do século XIX, ela não possuía objetivos politicamente definidos. A Revolta da Vacina, assim chamada, caracterizou-se basicamente pela destruição de bondes e de postes de iluminação, ataques a postos policiais e de bombeiros, delegacias de polícia, além de choques violentos entre revoltosos e forças repressoras. Até efetivos do Exército e da Marinha foram mobilizados para esmagar o movimento, em particular o núcleo sedicioso formado na Saúde que acabou notabilizando um dos seus líderes, o capoeira “Prata Preta”.

No entanto, como notou José Murilo de Carvalho, documentos oficiais indicam que a Revolta da Vacina não foi marcada por qualquer ataque a repartições públicas de vacinação. Ele próprio concluiu que esse movimento foi uma expressão da profunda insatisfação de grande parte da população de baixa renda da capital federal com as suas condições de vida, agravadas naquele momento pela remoção à força do centro da cidade.²

Mesmo sem a pretensão de fazer um balanço historiográfico a respeito daquela revolta popular, seria conveniente recordar a opinião do historiador José Maria dos Santos, particularmente no tocante ao procedimento extremamente violento das autoridades governamentais contra a população de baixa renda da capital federal. Para ele, “a revolta popular de novembro de 1904 foi um movimento de natureza essencialmente econômica, com suas verdadeiras origens na absoluta indiferença dos meios políticos e governamentais ante o sofrimento geral da população. A vacina obrigatória, só por si, não a explicaria.”³ Nesse mesmo sentido, Santos, um crítico do que se poderia chamar de “república real”, denuncia, duas décadas após a revolta, particularidades do que entendia como um dos fundamentos da violência policial no Brasil pós-abolicionista:

“Foi mesmo a partir daquele momento que se tornaram correntes na nossa polícia os hábitos de grosseria e infinita brutalidade que especialmente a caracterizam, nas suas relações com a gente pobre. Entrou-se a falar, também aqui, de uma ‘questão social’ e, à imitação do Velho Mundo, tomou-se um grande medo aos anarquistas. A prisão policial, sem processo, por tempo indeterminado agravada pela aplicação de sevícias corporais, ficou sendo o meio usual de incutir boa conduta. Daquela época, mais ou menos, data o emprego do cano de borracha no espancamento de presos, recomendado de preferência a qualquer outra espécie de calabrote, pela vantagem de magoar profundamente, sem produzir estigmas evidentes.”⁴

Mais recentemente, Sidney Chalhoub acrescentou novos dados às discussões em torno desse episódio. Sem desconsiderar as conclusões de outros autores, ele “põe lenha na fogueira” ao defender a tese de que a revolta por parte de segmentos da população de baixa renda reagiu também à intromissão governamental no campo das suas crenças religiosas. Para o autor, o que foi violentamente desrespeitado pela campanha vacinatória foi o culto a Omulu, orixá da varíola. Para os crentes, segundo o autor:

“(...) o orixá tinha o poder de espalhar a varíola, mas, paradoxalmente, defendia seus devotos de estragos maiores com a moléstia produzindo neles a varíola – por meio da inoculação ritual da doença a seus protegidos, e imunizando-os do mal de forma permanente”.⁵

De outro lado, essa mesma revolta ocorreu paralelamente a uma conspiração contra o governo de Rodrigues Alves, envolvendo políticos

oposicionistas e militares do Exército, dentre os quais alguns jacobinistas remanescentes do florianismo. Estes chegaram a provocar um levante na Escola Militar da Praia Vermelha, causando um confronto sangrento com tropas governistas em Botafogo.

Mesmo que se corra o risco de uma simplificação, não é difícil perceber-se que esses dois acontecimentos – a “Regeneração” e a Revolta da Vacina – destacam, entre outros fatores, a intervenção determinada do poder público, particularmente no primeiro caso, como fator de transformação da área central da capital federal. A própria idéia de “Regeneração” significaria um ato político no sentido da elevação da imagem da cidade a uma condição superior. Em outras palavras, significaria “dar uma nova vida” à cidade encaminhando-a na direção do progresso e da civilização.⁶

Intervenções do poder público no espaço urbano, como no caso da “Regeneração” são geralmente justificadas por um discurso que procura ressaltar os benefícios e as vantagens para a cidade delas decorrentes. Nesses momentos, a idéia de cidade torna-se um conceito abrangente envolvendo todos os seus habitantes, criando abstrata e autoritariamente uma vontade unívoca para a sua população. As diferenças sociais, mesmo que setorizadas por bairros ou regiões, tornam-se secundárias desde que subordinadas a um consenso estabelecido em nome do “bem público”.

A imposição desse conceito implica a aceitação de uma perspectiva evolucionista que, na sua essência, difunde o princípio de que a cidade moderna é por princípio destinada ao progresso; condição essa que acaba dependendo da ação transformadora exercida pelo poder. Isso pode ser exemplificado em ações governamentais que antecederam a “Regeneração”: as reformas urbanas ocorridas, no século XIX, em Londres, Berlim, Viena e, principalmente, em Paris. Destaque-se que as reformas executadas por Haussmann na capital francesa, sob Napoleão III, ganharam a condição de paradigma modernizador para as reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro.

Nesse particular, seria produtivo lembrar a título de exemplo a observação de Sidney Chalhoub a respeito da perspectiva higienista do poder público no tocante ao Rio de Janeiro:

“Em primeiro lugar, está presente a idéia de que existe um ‘caminho da civilização’, isto é, um modelo de ‘aperfeiçoamento moral e material’ que teria validade para qualquer ‘povo’, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio.”⁷

Assim, a ação do poder sobre a cidade e, por extensão, o discurso justificador desta ação, acabam fortalecendo a coisificação da cidade; circunstância que contribui para a homogeneização da heterogênea sociedade urbana, fortalecendo um princípio bastante caro ao universo liberal: tratar como iguais os desiguais. Ou seja, todos os habitantes da cidade são considerados e tratados como iguais, dado que a ação governamental que é responsável por todos, apresenta-se de forma equânime.

No entanto, é necessário ressaltar que quando se aborda a ação do poder sobre a cidade, há que ser considerado o fato de que ela não se dá com a mesma intensidade ao longo do tempo. Por exemplo, a política da “Regeneração” pode ser entendida como um momento de intensificação dessa ação, justamente pelo fato de que determinados princípios que legitimam e orientam a autoridade do poder sobre a cidade precisam ser alterados. Basta recordar a esse respeito, a autoridade excepcional delegada a Pereira Passos, a rapidez nas desapropriações, os direitos e responsabilidades atribuídas aos agentes sanitários etc.

No caso específico da “Regeneração”, a violenta ação do poder envolveu basicamente segmentos sociais bem definidos por sua condição de baixa renda, em particular negros e imigrantes europeus. Dessa circunstância resultou que à violenta ação governamental correspondeu igual reação por parte da população atingida por ela. Se não se pode afirmar que a maior parte dessa população reagiu, não se pode negar, de outro lado, que ela expressou muito das suas dores e mágoas próprias de pobres e desprezados pelo poder.

A revolta de parte da população de baixa renda da capital federal ficou como um protesto – qualquer que seja o nível das discussões historiográficas –

contra uma medida higienizadora e progressista do governo, o que era, sem dúvida, uma das intenções das autoridades. No entanto, as evidências objetivas da ação política dos populares revoltados não costumam ser avaliadas num nível semelhante àquele atribuído à ação dos agentes governamentais. Assim, se a “Regeneração” expressou, como já foi observado, um momento de intensificação da ação governamental, a reação popular também poderá ser avaliada a partir do mesmo parâmetro.

Dessa forma, mesmo que seja considerada a incompreensão da população de baixa renda do centro da capital federal quanto ao alcance da profilaxia determinada, sua hostilidade ao exercício do poder republicano – sem implicar um saudosismo monárquico – e aos efeitos imediatos da “Regeneração” potencializaram a revolta há muita armazenada no seio dessa parcela da sociedade carioca.

As depredações, os incêndios e as barricadas demonstraram o surgimento de um conjunto de formas contestatórias praticamente desconhecidas na sociedade escravista que terminara há pouco. Não só a quantidade de pessoas mobilizadas pelo conflito, independente do lado em que se encontravam, como também os recursos utilizados, indicam que a Revolta da Vacina representou um movimento que poderia ser qualificado como “evento político”⁸ sem conotação ideológica, próprio de uma conjuntura de transição da sociedade escravista para aquela fundamentada no trabalho livre.

O caráter inusitado desse movimento não impediu que o governo federal o esmagasse com violência e enquadrasse drástica e rapidamente muitos daqueles que seus agentes consideraram envolvidos na revolta. Após o esmagamento do movimento, cerca de 950 pessoas foram detidas e mandadas para a Ilha das Cobras. Destas, 461 foram deportadas para o Acre, sendo que a maioria incurso no artigo 400 do Código Penal de 1890.

Este artigo punia a reincidência na vagabundagem e a quebra do termo de tomar ocupação⁹, o que contrariava a declaração do Chefe de Polícia do Distrito Federal argumentando que a grande maioria dos deportados havia sido detida em

flagrante quebrando lampiões. A esse respeito, Lima Barreto, em seu “Diário Íntimo”, fez uma oportuna observação:

“Eis a narrativa que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhi-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Ai, violentamente, humilhantemente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remeti-as à Ilha das Cobras, onde eram surradas desapidadamente.”¹⁰

O testemunho do escritor pode indicar que aquela maioria foi punida com base nos seus antecedentes criminais em decorrência, entre outros fatores, de uma grande “batida” policial – “canoa” como então se denominava – após o esmagamento da revolta.¹¹ As circunstâncias da repressão à Revolta da Vacina levam à crença de que havia uma preocupação crescente das autoridades policiais com o comportamento da população de baixa renda no Rio de Janeiro, com grandes contingentes de negros e mulatos. Preocupação essa que foi uma das tônicas da estratégia de controle social adotadas pelo governo federal desde o início do regime republicano. A esse respeito, a historiadora Gizlene Neder notou de forma sintética:

“Dito de outro modo , os planos e reformas urbanísticas que modernizaram o Rio de Janeiro foram acompanhados de projetos de controle social que redefiniram a ação policial e moldaram os padrões de conduta e sociabilidade no espaço urbano carioca. Definiram , também, o lugar de cada grupamento étnico-cultural e/ou social . Reside neste ponto o deslanchar de um processo acentuado de segregação no espaço urbano carioca , quando a cidade , que designamos como cidade européia - aquela urbanizada e reformada por Pereira Passos diferenciou-se das áreas para onde os trabalhadores pobres (geralmente negros) foram empurrados : os morros e a periferia (que chamamos de cidade aquilombada).”¹²

No entanto, esse projeto aludido pela historiadora deve ser melhor avaliado se forem ponderados alguns fatores de ordem prática colocados pelo cotidiano . A esse respeito, note-se, por exemplo, que o Código Penal de 1890 estabelecia penas específicas para a vagabundagem e a capoeiragem , inovando, nesse particular, com relação ao estabelecido pela legislação penal do Império. Além disso, houve um empenho governamental em aprimorar as instituições policiais desde o início do período republicano. Instituições que , em sentido amplo , eram

caracterizadas , entre outros fatores, pela má qualificação da maior parte dos seus componentes , em geral mal recrutados e pior capacitados para suas funções.¹³

De outro lado, as ações coercitivas do poder republicano esbarravam nas alternativas de sobrevivência de parte da população de baixa renda da capital federal , seu alvo principal. Uma das razões dessa dificuldade se encontrava nos costumes da população de baixa renda, notadamente nos segmentos negros e mulatos, ainda inadequados às exigências da hegemonia do trabalho livre, incapaz, naquela conjuntura, de impor efetivamente normas de comportamento para grande parte daquela população .

No caso, é possível reconhecer nesse embate aquilo que E.P.Thompson classifica como “resistência teimosa” às reformas¹⁴. Ou seja, determinados costumes persistiam mesmo diante das pressões superiores, estabelecendo, dessa forma, um conflito que, na sua essência, remete ao campo cultural.¹⁵ Para que não sejam lembrados exemplos costumeiros a respeito dessa resistência, seria interessante observar a atitude a respeito do trabalho por parte de muitos negros e mulatos.

Possuir trabalho regular e estável não era ainda uma possibilidade efetiva para grande parte dos que ofereciam sua força de trabalho livremente. O próprio trabalho eventual, a “viração”, era uma alternativa nem sempre garantida de forma tranqüila e pacífica. Haja vista, por exemplo , a ocorrência de conflitos entre “cabras” e “pés-de-chumbo” ,quando a disputa no âmbito do mercado de trabalho ganhava também uma conotação étnico-social.¹⁶

Nesse particular, convém lembrar observações oportunas feitas por Boris Fausto a respeito de conflitos entre brasileiros e portugueses no Porto do Rio de Janeiro, no início do século XX:

“O Porto do Rio de Janeiro foi o local onde surgiram com mais intensidade os desentendimentos entre nacionais e estrangeiros. Em 1908, por exemplo, os portugueses assumiram por via eleitoral o controle da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, durante muitos anos nas mãos de trabalhadores negros e mulatos. O episódio provocou um grande conflito na sede do sindicato, na significativa data de 13 de maio, de que resultou um morto, vários feridos e o declínio de membros do sindicato de 4.000 para 200 pessoas. O fato dos atritos terem se concentrado no porto do Rio de Janeiro não é

acidental. Durante muitos anos, o serviço portuário, pela própria natureza do trabalho, absorvera contingentes de antigos escravos deslocados de outras atividades urbanas ou oriundos das zonas agrícolas em decadência, em torno da Capital da República.”¹⁷

Assim, a população negra e mulata do Rio de Janeiro envolvia-se, grosso modo, em dois conflitos. Além de enfrentar a dura luta pela sobrevivência no pós-abolicionismo, ela via-se confrontada com a permanente repressão oficial fundamentada na prisão indiscriminada sob “suspeição” e nos processos por vadiagem. Note-se que o princípio da suspeição deveria levar em consideração a “aparência do suspeito”, condição que acabava afetando negativamente a população negra e mulata da cidade¹⁸. Quanto à vadiagem, deve ser notado que a pena estabelecida era curta - de 15 a 30 dias - e até a reincidência no delito poderia ser extinta pela “comprovação de renda bastante para sua existência”, além de atenuada pela apresentação de um fiador que se comprometesse a dar trabalho ao acusado. Disso, resultava uma grande quantidade de pessoas que transitavam regularmente da esfera da ordem para a da desordem, chegando muitos a se transformar em frequentadores contumazes da Casa de Detenção: eram os chamados “chevaux de retour”, termo importado e utilizado pelo discurso policial.

Foi justamente nessa conjuntura histórica que pode ser localizada a origem da figura do malandro. Compreendido muitas vezes como uma figura emblemática, verdadeiro modelo ideal da negação individual do trabalho regular e expressão do comportamento maneiro numa sociedade moderna¹⁹, o malandro interessa aqui basicamente como um produto histórico. Condição bem caracterizada, por exemplo, por Angela de Castro Gomes no seu trabalho “A invenção do trabalhismo”, onde acentua:

“Além disso, vale observar, apenas como registro, que paralelamente aos esforços para a criação de uma ética do trabalho – quer por iniciativa dos trabalhadores quer não – desenvolvia-se também, em especial na cidade do Rio de Janeiro, uma proposta de produção de uma ética do não-trabalho (da malandragem), que convivia e disputava espaços com a primeira.”²⁰

Identificado nas suas origens com o negro e o mulato no pós-abolicionismo o malandro surgiu como uma alternativa com os seus dias contados. Um artifício

social, menos pela ação dos próprios agentes sociais do que pela imagem - “modelo ideal” , no caso , construída posteriormente.

Florestan Fernandes foi, provavelmente , quem analisou de forma mais adequada algumas das razões do surgimento do malandro , considerando os traços culturais hegemônicos na conjuntura de transição do trabalho escravo para o livre , particularmente no que diz respeito ao universo do trabalho:

“Em suma, o *negro ordeiro* precisava conformar-se com um duro e triste destino. Diante dele só se abriam as perspectivas oferecidas por uma sorte de especialização tácita, involuntária mas quase insuperável , que o mantinha eternamente preso aos *serviços de negro* , que consumiam o físico e o moral do agente de trabalho , dando-lhe em troca parca compensação material e uma existência tão penosa quanto incerta.

Por isso, não é de estranhar-se que muitos preferissem trilhar outro caminho , para *não ser otário , não bancar o trouxa* ou *não vender o sangue como escravo.*”²¹

As idéias de “otário” e de “trouxa” podem ser identificadas , no contexto histórico considerado , como sinônimas de trabalhador : “ Trabalhar para quê ? Por quê ? Não sou escravo!” Enfrentar a “dureza” do trabalho desqualificado , além das discriminações e humilhações próprias de uma cultura ainda impregnada pela longa escravidão , era um desafio que poucos negros e mulatos puderam rejeitar.

Pelo fato de simbolizar uma parcela bastante distinta dentro de um universo específico no Rio de Janeiro pós-abolicionista - étnica, cultural e socialmente, a figura do malandro ganhou notoriedade na medida em que se dava a sua construção.

O malandro enquanto indivíduo declaradamente avesso ao trabalho era respeitado dentro dos espaços sociais em que circulava, não só pela coragem em desafiar a compulsão ao trabalho livre, pelas demonstrações de que “subira na vida”, bem como pela habilidade em não se deixar prender , ou mesmo dar motivo para tanto.

O fato de vestir-se de acordo com modelos diferentes dos predominantes nos espaços sociais de que saíra, estar sempre com dinheiro no bolso e ter prestígio com as mulheres, eram fatores de valorização e admiração num “cortiço”,

uma casa de cômodos ou num morro. Com isso, ele demonstrava que valia a pena enfrentar o desafio de “não ser trouxa nem otário”. Mas de outro lado, era importante dar a entender que aquela não era uma vida para qualquer um. Não bastava ser vadio ou vagabundo para ser malandro. O vadio era o incurso no Código Penal, aquele que vivia com a ameaça da lei pesando sobre sua cabeça. Já com o malandro era diferente.

Para ele era fundamental saber viver na periferia das contravenções punidas pelo Código Penal de 1890. Ou seja, sobreviver entre a negação do trabalho e o crime. Talvez essa condição tenha constituído historicamente um dos fundamentos para a romantização da figura do malandro e, por extensão, da criação do culto à malandragem carioca. Circunstâncias que contribuíram para idealizar um passado distante, indefinido no tempo, capaz de evocar um “momento singelo e menos brutal” do que o presente.²²

Essa mesma idealização contribuiu para evocar a imagem da capoeiragem, associando-a à figura do malandro que, ao contrário dessa prática, bem anterior, começava a ser construída na conjuntura pós-abolicionista e inicial do regime republicano. Em verdade, a trajetória da capoeiragem organizada no Rio de Janeiro pode ser avaliada a partir de dois momentos: antes e depois da repressão desencadeada pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, Sampaio Ferraz, em 1890, em pleno governo provisório do Marechal Deodoro do Fonseca. Essa ação desarticulou as “maltas” e as duas grandes “nações” de capoeiras - os “nagôas” e os “guaiamus” - da capital federal valendo-se, inclusive, do desterro, particularmente para Fernando de Noronha.

Esse golpe desferido contra a capoeiragem teve como seu fundamento legal o Código Penal de 1890, que vigorou antecipadamente na capital federal. No seu artigo 402 ele estabelecia:

“Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidas pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumultos e desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum modo:

.” Pena - de prisão celular por 2 ou 6 meses.

Parágrafo único - É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira à alguma banda ou malta . Aos chefes , ou cabeças , se imporá a pena em dobro”²³

Cerceada legalmente nos seus fundamentos - agilidade, destreza , correrias , uso de armas e organização - a capoeiragem foi , em grande parte , desarticulada e passou a ser perseguida .

A partir de então, a capoeiragem passou a sobreviver individualmente; circunstância que destacou o comportamento cuidadoso e maneiroso dos capoeiras , bem à moda da velha arte da rasteira , da cabeçada , do cacete e da navalha. Os antigos componentes das “maltas” ou “nações”, antes ostensivos e pernósticos , tornaram-se aos poucos mais cuidadosos . Não que se ocultassem , ou que dissimulassem inteiramente seu comportamento público . Se os antigos trajes distintivos das duas antigas “nações”²⁴ não podiam mais ser usados , a elegância singular , a postura e o linguajar afetados continuavam a distinguí-los . Os antigos e úteis porretes - os “petrópolis” - transformaram-se , aos poucos , em bastões e, logo , em bengalas.

Nessa circunstância, a própria forma específica de fala dos capoeiras ganhou espaço , incorporando termos estranhos à sua origem gerando um conjunto vocabular singular- a “geringonça”²⁵- que, aos poucos, foi sendo enriquecido por termos de origens diversas. A esse respeito, Herman Lima destaca o papel de Raul Pederneiras, autor de importante trabalho sobre a “geringonça” usada no Rio de Janeiro:

“Trata-se de um copioso trabalho de pesquisa, contendo centena de termos do *slang* carioca, originados especialmente nas rodas da capoeiragem, dos antigos ciganos e da malandragem ladra, colhidos, como ele diz, em monografias ligeiras, na paciente observação pessoal dos costumes cariocas e na função policial exercida durante o governo Campos Salles.”²⁶

Seja pelo linguajar próprio , seja pela forma de vestir e mesmo pela “pose” que ostentavam publicamente , inclusive pelo gingado maneiroso , os capoeiras individualizados por força da repressão , continuavam a distinguir-se dentro do universo étnico-social a que pertenciam por origem . Essa distinção ganhou especial significado na medida em que, como já foi notado , as normas de

comportamento adequadas à hegemonia do trabalho livre ainda não haviam conseguido se impor na capital federal.

Daí, entender-se , a relativa aceitação que a própria prática da capoeiragem remanescente passou a ter em certos círculos da opinião pública carioca no início da República . Mais do que isso. A capoeira enquanto prática física chegou a ser cogitada como base para a criação de uma ginástica brasileira autêntica.²⁷, além de ser considerada por porta-vozes vulgares do elitismo importado no início do século, como expressão popular e nacional digna de valor.²⁸

Proibida pela lei , perseguida pela polícia , mas consentida , e até mesmo exaltada em circunstâncias singulares , a capoeiragem passou a desfrutar de uma condição ambígua. No início do século, por exemplo, foi noticiada a excursão de capoeiras pelo Japão , provavelmente marinheiros nacionais que tinham na Armada um espaço restrito para a prática da “velha arte”.

Mas, sua condição singular ficou bem caracterizada em maio de 1909 . Neste mês, numa tarde de sábado , um humilde carregador de café no porto do Rio de Janeiro , Ciríaco Francisco , o “Macaco Velho” , venceu com um “ rabo-de-arraia” a Sado Miako , lutador japonês de jiu-jitsu que desafiara e vencera alguns capoeiras pelo país . Ciríaco saiu do local da luta, o Concerto Avenida, nos braços de estudantes . Tornou-se herói por poucos dias, com direito a exposições públicas , entrevista com fotos no “O Malho” e alguns poucos níqueis .²⁹

Esse assentimento da capoeiragem derivou também do fato de os seus praticantes possuírem disponibilidade para o exercício da “política”, como muitos entendiam . “Estar na política” ou “fazer política” significava para eles prestar serviços específicos a políticos, fazendo parte do que eles próprios denominavam de “bando” do deputado beltrano ou do senador sicrano.

Assim, o desempenho das funções de guarda-costas e de agentes dispostos a coagir os poucos eleitores, destruir urnas , fechar seções eleitorais , organizar ou acabar com “meetings” , como então se dizia , valorizou a habilidade e a disposição dos antigos capoeiras . Eram os “valentes” ou “bambas”, mais tarde os “cafajestes”³⁰. Aliás, este termo foi empregado por Silvio Romero, no final do século XIX, quando de uma análise da estrutura social brasileira. Embora o crítico

não tenha feito alusão ao papel político dos “cafajestes”, a referência é importante dada a posição social atribuída por Romero aos mesmos, colocando-os como componentes de verdadeira escória social:

“Depois aparece a turbamalta dos vadios, dos cafajestes, dos pernósticos que, neste abençoado clima, passam perfeitamente, sem ocupações nem preocupações, *à la belle étoile*, como perfeitos boêmios e felizardos poetas.”³¹

A respeito ainda do termo cafajeste, Beaurepaire-Rohan anotou no seu “Dicionário de Vocábulo Brasileiro”, publicado em 1889, o seguinte:

“Homem de ínfima plebe e de pouco ou nenhum apreço. Tanto em Pernambuco, como em São Paulo, dão os estudantes das Faculdades de Direito esse nome a qualquer indivíduo sem préstimo.”³²

De qualquer forma, eles foram figuras temidas e de grande valia no desenrolar do processo político-eleitoral, particularmente durante as eleições , quando votavam vivos e mortos , presos e os recolhidos ao manicômio e até analfabetos , numa demonstração irônica de burla à lei , de violência e de corrupção. Em um pequeno texto intitulado “Eleições de antigamente”, Bastos Tigre traçou um quadro oportuno dos embates eleitorais durante a Primeira República na cidade do Rio de Janeiro:

“No dia das eleições, as turmas brabas do Rapadura, do Irineu, do Nicanor etc. de ‘Nagant` em punho, disparavam tiros pelas ruas, espalhando o pânico e afastando, assim, do pleito, os verdadeiros eleitores sem carta de valente e com amor à vida. Depois, era a invasão das seções eleitorais, a pau, a tiros, a faca, para roubar as urnas, cujo bojo não contivesse maioria de votos em tais ou quais candidatos, o que antecipadamente era sabido, sem precisar contar as cédulas.”³³

A disponibilidade do “cafajeste” mostrava-se nesses momentos. Se era possível sobreviver por meio da sua habilidade no emprego da arte da capoeiragem, sem a necessidade de enfrentar um “batente” - não “vendendo o seu sangue como escravo” - e , mais importante , colocando-se a serviço de um político da República , isso representaria uma oportunidade e tanto para um membro da população de baixa renda , geralmente desqualificado para disputar miseravelmente um lugar no mercado de trabalho.

Essa disponibilidade do “cafajeste” e sua organização em “bandos” com finalidades políticas proporciona uma aproximação ao conceito de “bohème” empregado por Marx no “18 Brumário de Luís Bonaparte”. Ao analisar a mobilização de parcelas do lumpem-proletariado por Napoleão III, em 1849, com finalidades repressivas, Marx empregou aquele conceito para avaliar a composição e os objetivos do grupo criado num contexto revolucionário.³⁴

Tratava-se , segundo o pensador alemão , da aglutinação “ da escória , do refugio e do rebotalho” da sociedade parisiense pelo governo para desempenhar secretamente funções de espionagem e de auxílio na repressão aos movimentos revolucionários pequeno-burgueses e operários . Seria, em outras palavras , a mobilização política de desclassificados sociais como instrumento contra-revolucionário .

Nem de longe se pode afirmar que o Rio de Janeiro vivesse naquele momento um contexto revolucionário, nem que a “turma da lira” pudesse ser identificada integralmente com a “bohème” parisiense, como o pensador alemão pejorativamente classificou aqueles segmentos sociais. Mesmo que se considere a origem social dos seus componentes e a discriminação que sofriam, a sua utilização por políticos implicava, no máximo, um recurso clientelista. Recurso esse que, da mesma forma que na antiga monarquia, era fundamental para o controle do processo eleitoral.

As características do clientelismo urbano, particularmente na capital federal, não poderiam ser semelhantes àquelas das áreas rurais brasileiras. Em verdade, em qualquer circunstância a prática clientelista implica a existência de um elemento de troca ; ou seja , a barganha como moeda específica.

Nas áreas rurais a barganha envolvia a coação enraizada na propriedade da terra sobre aqueles que pouco ou nada possuem , mas que podem lançar-se no mercado das trocas políticas amparados por certos recursos . Recursos que variavam desde o “compadrio” até o “voto de cabresto” puro e simples , passando pela capangagem , traço inseparável da violência rural. Assim , a troca simbólica estaria representada não só pela possibilidade de proteção, que o acoitamento bem caracterizava , como também pela possibilidade de prestação de serviços.

Como, por exemplo, no caso dos “capangas”, e ainda pela indicação por meio de “cartas de recomendação” e , até mesmo , pelo favor da cessão de um pequeno pedaço de terra para garantir uma miserável subsistência que a muitos prendiam pelo resto das suas vidas .

Já na capital federal, o mecanismo clientelista funcionava , de um modo geral , com base na troca entre proteção e o “empreguismo” - a “colocação” no serviço público - de um lado , e a disponibilidade do voto e a prestação de serviços por parte dos “valentes” ou “cafajestes” , de outro .³⁵

É interessante notar que tanto em áreas rurais como na capital federal , o emprego político de elementos afeitos ao uso da violência era um traço comum . “Capangas” e “cafajestes” apareciam como personagens que faziam da violência não só a garantia da sua sobrevivência , como também do seu resguardo. Joaquim Nabuco, ainda no Império , fez um interessante paralelo entre essas duas personagens do cotidiano da violência política no país:

“ Os capangas no interior , e nas cidades os capoeiras , que também têm a sua flor, fizeram até ontem das nossas eleições o jubileu do crime . A faca de ponta e a navalha, exceto quando a baioneta usurpava essas funções , tinham sempre a maioria nas urnas”³⁶

Próximos na natureza das suas atividades , capangas e capoeiras possuíam certas particularidades que acabavam distinguindo-os . Os primeiros chegavam, muitas vezes , a superar o aparato e a autoridade policiais nos distantes arraiais dos “coronéis” . Os últimos permaneciam um tanto distantes da esfera policial, embora muitos acabassem por tangenciá-la. Seja por prudência , seja pelo fato de que certas tarefas poderiam , e deveriam , ser feitas por eles próprios , para os capoeiras , então “cafajestes” , o seu “ trabalho” soava como um desafio consentido à ordem .

No entanto , não foi estranha a entrada de “cafajestes” no mecanismo policial do Rio de Janeiro durante a Primeira República . O “clientelismo” também recompensava a prestação de serviços com a então chamada “colocação” no serviço público . Eram contínuos , serventes ou policiais da mais baixa qualificação , quase sempre na função de “secretas” ; em verdade , simples beleguins .

A esse respeito , convém recordar uma observação feita por uma autoridade durante a Conferência Judiciário-Policial convocada , em 1917 , pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal , Aurelino Leal , para discutir as condições da ordem na capital :

“ Nesta capital , o serviço de investigação teve a sua primeira organização em 1892 . Até então , para neutralizar o engenho e a audácia criminal, existira , só e só , um aglomerado de secretas , escolhidos apressadamente na Guarda Urbana e no Corpo de Polícia . Nas ocasiões , porém, em que se impunha o aumento provisório desse núcleo , buscava-se pessoal grosseiro e sem ocupação lícita . Seguramente , dessa fusão , periódica e malsã, resultou o secreta turbulento , portador de pesado bengalão e amplo chapéu com abas descidas à frente , que por muito tempo policiou ostentadamente as nossas ruas , fazendo debandar os malfeitores que devia prender ou vigiar e sujeitando a atroz ridículo o seu necessário e penoso ofício”.³⁷

“Turbulento” , “portador de pesado bengalão e amplo chapéu com abas descidas à frente” , eram sinais indiscutíveis da permanência de traços da velha capoeiragem , passados mais de vinte cinco anos do desbaratamento da sua organização no Rio de Janeiro . Era significativa a circunstância de que essa observação tenha sido feita no âmbito de uma discussão ampla efetuada dentro do universo judiciário-policial , e não na imprensa , por exemplo , canal que veiculava tantas vezes a insatisfação da opinião pública com a manutenção da ordem na capital .

Essa circunstância, talvez tenha decorrido da natureza do evento , pois a conferência foi convocada por Aurelino Leal que entendia que a capital federal atravessava um momento instável marcado por uma conjunção de fatores desordeiros . Assim , ao lado de mazelas antigas , como vagabundagem , roubos, arruaças , prostituição e jogo , entre outras , assomavam as manifestações operárias com “meetings” e greves , marcados pela crescente influência anarquista e , logo , também pela maximalista.

Foi justamente esse mesmo Chefe de Polícia que foi ironizado em uma memorável composição musical. O samba “Pelo Telefone”, gravado em 1917, tratava jocosamente de uma medida tomada no ano anterior por aquela autoridade. Leal determinara que os delegados distritais apreendessem o material

de jogatina encontrado nos clubes da cidade, sendo que antes do início das diligências, as autoridades deveriam notificá-lo por telefone. Foi o bastante.³⁸

Mas, o jogo era um dos menores males da capital federal. Nas andanças, em particular, pelas ruas do centro da cidade, não era difícil topar com “cafajestes”. Era possível vê-los nas ruas, às portas dos botequins numa conversa de “camaradas”, como também, trocando idéias, quase cochichos, com políticos e candidatos, cobrando promessas, vendendo votos e oferecendo serviços.

Arrogantes, negros e mulatos, exibindo quase sempre roupas de uma elegância, ao mesmo tempo afetada e insólita, portando bengalas, desfilavam ostensiva e ameaçadoramente nos dias de eleições, muitas vezes em carros abertos protegendo seus candidatos. Era o ponto alto da “entrada na política”, quando a habilidade e o destemor dos “cafajestes”, curtidos na velha arte da capoeiragem, permitiam-lhes, conforme muitos deles diziam, exercer a “soberania nacional”.

Lima Barreto, satirizando o Brasil, criou um país distante, a Bruzundanga que, em verdade, estava aqui mesmo. E nele, a imagem do dia das eleições transmitia a tensão que o Rio de Janeiro costumava sentir naquele momento:

“As ruas ficavam quase desertas, perdem o seu trânsito habitual de mulheres e homens atarefados; mas para compensar tal desfalque passam constantemente por elas, carros, automóveis, pejados de passageiros heterogêneos. O doutor-candidato vai neles com os mais cruéis assassinos da cidade, quando ele mesmo não é um assassino; o grave chefe de seção, interessado na eleição de F., que prometeu fazê-lo diretor; o grave chefe, o homem severo com os vadios de sua burocracia, não trepida em andar de cabeça descoberta, com dois ou três calaceiros conhecidíssimos”.³⁹

Não foi apenas a criatividade de Lima Barreto que imaginou facínoras alugando seus préstimos e desfilando em carros abertos na capital da Bruzundanga, vários “chargistas” transportaram para as páginas de revistas do Rio de Janeiro suas versões da ostentação e do pernosticismo dos “cafajestes”. Embora Lima Barreto não utilize o termo cafajeste, as semelhanças entre determinados momentos da atuação pública desses personagens, como no caso das eleições, permitem a identificação da fonte de inspiração numa mesma figura.

Nessa identificação ressalta uma circunstância interessante a ser considerada . A obra “Os Bruzundangas” é uma sátira , o que traz consigo uma carga intrínseca de ironia e jocosidade . As “charges” trazem também uma carga idêntica que , muitas vezes impressiona de forma quase imediata pela deturpação do modelo por um meio extremamente econômico , o que costuma não ocorrer com a sátira .

Distintas nos seus instrumentos , aquela sátira escrita e as “charges” apresentam um componente do cotidiano político carioca de forma bastante receptiva , particularmente , como já foi acentuado , pelo recurso da distorção . No que diz respeito às “charges” , o “cafajeste” avulta como figura contrastante por sua representação caricata de um modelo extremamente violento na vida real .

A se considerar o traço dos mais significativos caricaturistas do Rio de Janeiro que se dedicaram à representação dos “cafajestes” , entre o início do século e a primeira guerra mundial, percebe-se que esses personagens são retratados , no mais das vezes , como narradores , dialogando entre pares - “camaradas” , ou como interlocutores de políticos . Poucas vezes são representados conversando com cidadãos comuns .

No que diz respeito à interlocução entre “cafajestes” e autoridades ou políticos , algumas “charges” são exemplares para caracterizar o universo de violência e corrupção que predominava no processo eleitoral da capital federal . A “charge” intitulada “ O saber não ocupa lugar” retratando um diálogo entre Medeiros e Albuquerque e um ‘cafajeste’ , seu capanga , pode ser apontada como demonstrativa dessa situação:

“ Cafajeste - Foi V.M. que me mandou chamá?”

M. A . – Fui, sim! Eu nunca fiz profissão de valente: sou jornalista e homem de palavra. Mas agora vejo que tenho de defender a muque as questões de doutrina.

Cafajeste – Não entendo nada do que seu dotô tá dizendo.

M.A . – Vais entender: preciso que me dê umas lições de capoeira e jogo de pau, a fim de que eu possa responder aos argumentos dos meus antagonistas...

Cafajeste (dando a lição) – Entra, dotô! Distorci o busto e espáia o pé!

M. A . – Entra, Juca! É assim?

Cafajeste – Prefeitissimamente! “⁴⁰

A natureza burlesca da figura do “cafajeste” era fortalecida pela presença em diálogos de “charges” de vários fenômenos fonéticos que indicavam , na maior parte dos casos , sua origem na herança da escravidão negra . Fenômenos que Gilberto Freyre considerou como expressões de um amolecimento da linguagem introduzida pelo colonizador português no Brasil ⁴¹ , e que somados a intercalação de muitos termos da gíria própria do “povo sacudido” - matizada por termos originários na capoeira , contribuíram para caracterizar o “cafajeste” como um personagem grotesco do cotidiano do Rio de Janeiro .

Além desses fatores , a sensibilidade dos caricaturistas captou um traço significativo do “cafajeste” no seu gestual . Em verdade , um traço marcante da herança negra e que pode ser caracterizado como o “falar com o corpo” . A articulação entre a fala e o emprego do corpo traz consigo um envolvimento que , muitas vezes , leva o narrador a “viver” o que é narrado . Arthur Ramos chama a atenção para esse traço singular das culturas africanas:

“A narração das histórias entre os negros africanos não é um ato simples. É uma função complexa, onde o contador intervém com toda a sua personalidade, não apenas “narrando” a história, mas “vivendo-a”, transmitindo-a integralmente aos outros membros do grupo. É uma cerimônia de “participação” integral, tão importante como os outros atos, religiosos ou mágicos, da sua vida. Por isso, a linguagem oral, entre os narradores africanos, é inseparável da mímica e da música.”⁴²

Essa particularidade narrativa , em verdade um reforço mímico da linguagem oral , deve ter atravessado a longa escravidão , sendo favorecida na sua reprodução pela reduzida utilização da expressão escrita por parte do negro . Daí , talvez , a permanência de uma certa musicalidade na fala do negro e um gestual acentuado reforçando a expressão oral .

Desse gestual , dessa fala com o corpo que à capoeira não era estranha , nasceu a postura do desafio às normas do andar consentido , filha do descompromisso com o trabalho , ainda lembrança da escravidão , e do “corpo mole”, velha forma de resistência usada por escravos . Era a ginga, que poderia se manifestar tanto como introdução aos meneios e golpes da capoeira , como ,

de maneira branda e constante , num andar aparentemente desengonçado que , assim parece , aos que não conseguem perceber o seu ritmo :

“Conhecemos a ginga como um movimento de avanço e recuo, um negaceio feito com o corpo, uma forma de deslocamento reto ou circular; este movimento de dança varia de ritmo e velocidade, e tal como nos recordamos dele, assim de pronto, ele está relacionado com a prática da capoeira. Ou seja, o capoeira ginga para adquirir velocidade; para dissimular o golpe; para surpreender o adversário com seu movimento; para escapar ao golpe do adversário. Este é um bom ponto de partida para o nosso entendimento de hoje. A ginga é, pois, um movimento equilibrador para aquele que a pratica; desequilibrador, para aquele que não a pratica. Ela elimina surpresas para quem a pratica; e gera movimentos surpreendentes , para aquele que não a pratica.”⁴³

Ginga , gíria , arrogância , disposição para “ entrar na política” com os segredos da “velha arte” eram , entre outras , as qualidades do “cafajeste” . Tão útil aos “figurões” da Primeira República , figura indispensável durante as eleições na capital federal , o “cafajeste” , também chamado de “valente” ou “bamba da zona” , cunhou uma imagem singular associada ao negro e ao mulato , quase sempre morador em bairros considerados mal afamados pelo senso comum, como, por exemplo, a Saúde , Gamboa , Cidade Nova e outros .

A aproximação entre as figuras do “cafajeste” e do malandro , distintas sob vários aspectos , deve ter decorrido de alguns fatores comuns às suas trajetórias . Nesse particular , a origem étnico-social merece destaque , pois os dois provinham basicamente da população de baixa renda , negra e mulata . Além disso , ambos exemplificavam a negação do mundo do trabalho .

Essa condição , no entanto , era desempenhada por cada um deles de forma distinta . Quanto ao emprego da capoeira , por exemplo , o “cafajeste” tinha na sua habilidade , somada à sua disposição para os “rolos” , um trunfo que o valorizava no jogo da politicagem . Ele se expunha necessariamente , embora se colocasse , de um modo geral , sob a proteção de um “patrão” político . Sua atuação era , ao final das contas , ambígua , pois desordeiro que era acabava contribuindo para a manutenção de uma determinada ordem política.

O malandro, ao contrário , procurava não se expor . Sua sobrevivência dependia , em parte , da sinuosidade do seu comportamento . Saber “dar o bote” ,

mas também recuar no momento certo . Para ele, a intimidação era mais importante do que a violência.

Enfim, o “cafajeste” expressaria a prática mais evidente da “viração” na fase inicial da hegemonia do trabalho livre quando, como já se observou , novos padrões de comportamento ainda não haviam sido assentados.

Já o malandro , seria a imagem daquele que também foge do trabalho , do “batente” , mas que busca afirmar-se em espaços em que a “viração” era garantida de uma maneira mais independente , embora mais perigosa , pois sem a proteção política . Seriam os espaços da contravenção , não do crime, abarcando desde o carteado, com destaque para a “ronda” e o “monte inglês”, até a cafetinagem eventual , menos por coação e mais “no amor” , por exemplo. A esse respeito, é oportuno o testemunho do compositor e boêmio carioca, Bororó, a respeito do comportamento de “valentes” na antiga Lapa:

“Havia uma turma pesadíssima, mas acatada com o maior respeito: a dos jogadores e dos valentes.

Não confundir o cáften com o gigolô. Um vive de extorquir o dinheiro das pobres meretrizes; o outro é o adorado preferido das marafonas, o seu machinho de todas as noites, o bailarino dos cabarés, o elegante e perfumado sem níquel.”⁴⁴

A malandragem seria a expressão da plena realização da capacidade de autonomia no universo da “viração” . Correr mais riscos , mas também sem depender tanto do favor de ninguém . Nada de pedir emprego ou “colocação” . Viver bem e , quando o dinheiro faltar, saber onde ganhá-lo sem muito esforço .

Se é possível esboçar alguns traços da figura do “cafajeste”, o que dizer a respeito da “turma da lira”, ou também “povo sacudido” e “povo escovado”? Segundo a citada “Geringonça Carioca, “lira” significava viola, violão ou música; e “povo ou pessoal da “lira”, grêmio de capadócios ou capoeiras serenatistas. Já “escovado”, segundo a mesma fonte, era sinônimo de esperto, pândego ou matreiro. A esse respeito, o filólogo Antenor Nascentes assinala que “escovado” é um termo de gíria que designa o “ indivíduo que já levou muita escova e por isso acabou um matreiro, malandro, um esperto”.⁴⁵ Por seu turno, “escovado” deve ser decorrente de “escovar”, o mesmo que surrar ou espancar, ou ainda, repreender.

O mesmo Nascentes anota que “escova” significa “escova de paisano e espada”, circunstância que, provavelmente, associa o termo ao jargão policial para designar o emprego da espada, ou sabre, usado para espancar civis, ou paisanos no jargão da caserna.

Considerados historicamente esses significados apontam, em princípio, para a existência de grupos específicos no Rio de Janeiro reunindo negros e mulatos com algumas características predominantes: habilidade na capoeiragem, gosto pelo violão e por cantorias e serenatas - “pândega” - além da inclinação por expedientes diversos para ganhar dinheiro. Seriam manifestações de esperteza que permitiam a sobrevivência sem necessidade de trabalho regular, além da dedicação costumeira a cantorias acompanhadas por violão pelas ruas.

Interessante notar que a associação entre capoeiragem e serenatas e violão não fica restrita às observações de Raul Pederneiras. O já lembrado Antenor Nascentes recolheu, não só na “A gíria brasileira”, como também em outra obra - “O linguajar carioca”⁴⁶ - termos que demonstram essa associação. Por exemplo, “capadócio” significa “vagabundo profissional, tocador de violão, valentão e beberrão”. Já “pessoal” quer dizer “pessoal da lira, os seresteiros, pessoal do tombo, os capoeiras”.⁴⁷

Por seu turno, Mário de Andrade observa a respeito do significado de seresta, lembrada tanto por Nascentes quanto indiretamente por Pederneiras, que:

“ Choros, serestas, são nomes genéricos aplicados a tudo quanto é música noturna de caráter popular especialmente quando realizada ao relento. O choro implica no geral participação de pequena orquestra com um instrumento mais ou menos solista, predominando sobre o conjunto”.⁴⁸

Ressaltam na observação do estudioso os termos “música noturna” e, particularmente, “relento”. Deles se pode depreender que, características melódicas à parte, a seresta pressupunha um aspecto excludente. Ela era uma manifestação de lazer efetivada à noite e nas ruas; ou seja, em circunstâncias de lugar e momento distanciadas do trabalho cotidiano da grande maioria da população.

Não se trata, no caso, de afirmar que a seresta era especificamente uma prática costumeira de vadios e arruaceiros, de capadócios, portanto. Avaliação que corresponderia à imagem genérica que o senso comum possuía a respeito daqueles que a praticavam, e que ganhara considerável espaço na capital federal na conjuntura histórica marcada duplamente pela passagem do trabalho escravo para o livre, e pelos primeiros momentos do regime republicano.

A questão daí decorrente repousa justamente no fato de que as serestas atribuídas aos capadócios, genericamente a “turma da lira”, corresponderiam a práticas musicais próprias dos segmentos sociais de baixa renda com predominância étnica de negros e mulatos. Prática, e não práticas, desde que a seresta não era a única manifestação musical difundida naqueles segmentos. O maxixe, o samba urbano - no dizer de Mário de Andrade - e mesmo as modinhas, também devem ser compreendidas nesse universo.

Com base em memorialistas e folcloristas, o estudioso José Ramos Tinhorão afirma que a seresta é herdeira das antigas canções urbanas medievais, aqui entrada pelas mãos e sentimentos dos colonizadores portugueses, ganhando expressão ao longo do século XVIII, justamente nas duas principais cidades brasileiras de então: Salvador e Rio de Janeiro. Com a crescente complexidade da vida urbana no Rio de Janeiro, já no decorrer do século XIX, ocorreu uma distinção no seio dos cantores urbanos, em geral, chamados de “modinheiros”.

Como observou o mesmo estudioso:

“ No Rio, a partir de 1870, quando a modinha deixa de ser cultivada nos salões, ou entre os poetas da primeira geração romântica, que se reunia à volta de Laurindo Rabelo, na livraria de Paula Brito, e passa aos violões das ruas (...)”.⁴⁹

Esses modinheiros, logo “chorões”, foram se distinguindo, com seus grupos de rua ou nas reuniões familiares, dos “serenatistas” representativos dos setores de mais baixa renda do Rio de Janeiro. Estes não poderiam se furtar ao lazer proporcionado pelas cantorias noturnas pelas ruas. Logo as ruas: o espaço - “pedaço” - tão a gosto de vadios, capoeiras e outros; enfim, o “povo da lira”. No entanto, o desfrute desse espaço à noite exigia muita disposição, quer pelas dificuldades colocadas pela polícia, quer pela hostilidade que, muitas vezes, substituía a apreciação de ouvintes e espectadores noturnos.

Daí, provavelmente, a aglutinação de muitos daqueles dispostos tanto pela prática cotidiana do desafio à ordem, quanto pelo sofrimento e pela discriminação social e étnica, em um grupo específico negro e mulato. A idéia de “povo escovado”, traduzida como gente sofrida, escolada, disposta e desafiadora, pode ser creditada à concepção-síntese que o próprio grupo se dava.

Note-se que o sofrimento e a discriminação social não eram exclusividade de negros e mulatos nesse momento da vida do Rio de Janeiro. Por exemplo, os imigrantes portugueses que enchiam as precárias e sórdidas habitações do centro da cidade e das suas cercanias - os “pés-de-chumbo” - enfrentavam, além do embate com trabalhadores nacionais pelas oportunidades de trabalho, o desprezo de burgueses e arrivistas, embora fossem admirados pela dedicação ao trabalho a qualquer preço.⁵⁰

Lembrança interessante a esse respeito remete à discriminação manifestada pela imprensa à Festa da Penha, que reunia em outubro, dentre outros, tanto negros e mulatos quanto imigrantes portugueses. Bebedeiras, vinho verde e cachaça, samba, choro, fado, provocações e arruaças. Feridos e até mesmo mortos. Navalha, rasteiras e cabeçadas, pauladas e correrias.

Para o olhar crítico de alguns espectadores sociais, de religiosa a Festa da Penha pouco tinha. Por essa ótica, ela se transformara, aos poucos, numa demonstração bárbara e atrasada; um festim primitivo que não mais se coadunava com a imagem que as transformações urbanas do início do século estavam dando ao centro do Rio de Janeiro. Raul Pompéia, por exemplo, não poupava críticas à Festa da Penha, argumentando que:

“No domingo, a gentinha miúda da cidade moveu-se em romaria ao Outeiro da Penha, distante algumas léguas daqui para as bandas do Norte. É de ver-se a massa de humanidade que anualmente se transporta em terrível caminhada de sol e de pó, obediente ao costume tradicional ou às obrigações contraídas pelas promessas beatas, ou ávida simplesmente da orgia campestre que o ´rendez-vous` religioso proporciona.”⁵¹

Diferentemente dos imigrantes portugueses, que ainda encontravam quem os defendessem na imprensa e no campo diplomático, a maior parte da população negra e mulata só contava com ela própria; exceção feita a determinados casos

como, por exemplo, o dos estivadores negros e mulatos do porto do Rio de Janeiro no início do século, como já foi acentuado.

Daí, um fator a mais para justificar a criação de um grupo específico como a “turma da lira” que, diga-se de passagem, não era formada por elementos integrados regularmente ao mercado de trabalho. Essa concepção de grupo é significativa na medida que confronta com outra, a de grupo diferenciado :

“Quando nos referimos a grupos específicos, estamos encarando a mesma realidade em outro nível de abordagem e em outra fase de desenvolvimento ideológico. Procuramos, com este termo, designar, do ponto de vista interno do grupo, os padrões de comportamento que são criados a partir do momento em que os seus membros se sentem considerados e avaliados através da sua marca pela sociedade. Em outras palavras: o grupo diferenciado tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser específico na medida em que ele próprio sente esta diferença e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo específico, ou mecanismos de integração na sociedade”.⁵²

A “turma da lira” possuía uma marca imposta socialmente – negra e mulata, capadócica e capoeirista, e a partir dela arquitetou mecanismos de defesa e de sobrevivência. Ou seja, ela identificou-se, buscando escapar, dessa forma, à simples condição de grupo diferenciado. Se as “suas especificidades” eram inferiorizadas e estigmatizadas, a identificação implicou não somente a preservação delas e, mais importante, o emprego de uma delas - a capoeira - como um produto de alto valor de troca no mercado simbólico.

Se a prática da capoeiragem era proibida por lei, e a formação de grupos promovendo cantorias, batucadas ou equivalentes era inibida pela ação coercitiva policial, a existência da “turma ou povo da lira” já representava um fator de desafio à ordem republicana. Convém notar que esse tipo de inibição já constituía, , antes mesmo da detenção e condenação por capoeiragem, um fator de peso contrário às cantorias e batucadas: uma das infrações mais registradas como razão de detenções no Rio de Janeiro na Primeira República era a algazarra⁵³

Assim, a capoeiragem como mercadoria simbólica foi cerceada, de saída, por todo um instrumental coercitivo que, antes de investir contra ela, inibia violentamente os componentes do universo que abrigava os grupos específicos

capazes de preservá-la e vendê-la no mercado. A “turma da lira”, por sua vez, entendida como modelo, não deve ser vista como um grupo de capoeiras, quase uma pequena “malta” sobrevivente à repressão efetuada por Sampaio Ferraz. Em verdade, dentre os atributos de muitos membros do “povo escovado” encontrava-se a capoeiragem. A natureza desse grupo construía uma espécie de resguardo, ou mesmo um casulo, para o capoeira individualizado.

Essa mesma natureza caracterizava a condição ambígua vivida pela própria capoeiragem na Primeira República. Proibida por lei, sem deixar de ser consentida individualmente e em pequenos grupos, ela continuava a servir ao clientelismo, e vice-versa, como ocorrera durante a monarquia. No entanto, as condições históricas próprias do início da era republicana e da hegemonia do trabalho livre eram outras. Se a lei pairava sobre a cabeça dos cafajestes, o “favor” continuava a protegê-los. Além disso, posições difundidas em favor da criação de uma luta nacional, tanto no âmbito dos interessados na ginástica, como já foi acentuado, quanto na imprensa humorística,⁵⁴ davam um certo ar de legalidade à capoeira.

Fato interessante a esse respeito ocorreu durante o governo Floriano Peixoto, quando o nacionalismo xenófobo ganhou força, investindo, de passagem, contra portugueses aqui residentes. No Rio de Janeiro, o jornal “O Jacobino”, fundado pelo radical Diocleciano Martyr, não perdeu a oportunidade de valorizar, no *Finados* de 1895, a ação “higiênica e humanitária” contra os portugueses representada por navalhadas dos “crioulos da Saúde”:

“A redação d’O Jacobino irá hoje incorporada visitar todos os cemitérios da Capital Federal e contemplar de perto a enormidade de sepulturas de galegos eliminados, em boa hora, deste mundo pela patriótica febre amarela, pelos denodados bondes elétricos, pelos valentes e benéficos caminhões, pelos santos andaimes de dois andares e, enfim, pelas higiênicas, valentes e benéficas navalhadas dos crioulos da Saúde.”⁵⁵

Era de uma forma ambígua que a capoeira poderia ser entendida à luz da história: uma expressão cultural de aglutinação negra e mulata na capital vivendo como verdadeira “moeda de duas faces”, ao agir tanto na esfera da desordem quanto, em verdade, servindo à ordem como instrumento do clientelismo urbano no Rio de Janeiro da Primeira República considerada determinada conjuntura

histórica. Em linhas gerais, essa conjuntura histórica poderia ser determinada por dois marcos: a implantação do Código Penal de 1890 e a realização das Conferências Judiciário-Policiais, em 1917, no Rio de Janeiro.

Embora a consideração do primeiro marco possa indicar um recuo demasiado no tempo, dado que o Código Penal começou a ser aplicado em plena “república da espada”, o início da sua vigência representou um verdadeiro corte no tratamento dispensado à capoeiragem pelas instituições legais.⁵⁶ A esse momento, a historiadora Gizlene Neder chamou de “atuação desordenada e contundente repressora da polícia na primeira década do regime republicano”.⁵⁷

À essa ação empírica, como recorda a mesma autora, sucedeu outra, pretensiosamente chamada de científica por seus defensores, autoridades policiais ou não. As conferências refletiram, entre outros aspectos, o apelo às concepções científicas de equacionamento e combate à criminalidade em voga, bem como a preocupação do poder com o agravamento da conjuntura político-social na capital federal. Afinal, 1917 foi o “ano vermelho”.

De um modo geral, as conferências “(...) definiram uma estratégia de zoneamento do espaço de tolerância policial na grande cidade como forma de exercício de controle dos comportamentos indesejáveis”.⁵⁸

Da prostituição à agitação política, passando pelo jogo do bicho, infância abandonada e a malandragem, as autoridades policiais pensaram estrategicamente como estabelecer um novo quadro de controle sobre a cidade do Rio de Janeiro. Resta saber como o “povo da lira”, os “cafajestes” e a capoeiragem se saíram.

É interessante notar que uma avaliação da bibliografia sobre a ordem pública na capital federal no período histórico em questão sugere uma linha temática que, por um lado, pouco enfatiza a resistência das populações de baixa renda e, de outro, privilegia a perspectiva da implantação de uma ordem científica, como entendiam as autoridades. Nesse particular, um dos trabalhos do historiador Sidney Chalhoub⁵⁹ é uma exceção, pois se não segue a linha da resistência adotada por Thomas Holloway⁶⁰ para o século anterior, é um dos poucos a

analisar flagrantes do cotidiano sofrido da população de baixa renda, considerando o que pode ser entendido como pequenas resistências à ordem.

De outro lado, encontram-se trabalhos⁶¹ que adotam uma perspectiva centrada na implantação da ordem no Rio de Janeiro; em verdade, uma nova ordem, pois que fundamentada na reestruturação da aparato jurídico-policial, ressaltando, nesse particular, o viés científico que autoridades então proclamavam; entre elas destacando-se Elysio de Carvalho.⁶² Em verdade, essa linha de abordagem histórica ganha significação na medida que aprofunda a natureza do mecanismo de controle implantado pelo novo poder na capital federal.

Se a capoeira não foi o único objeto da ação repressiva legalizada com a implantação da república, as atenções que ela mereceu por parte das autoridades tornaram-na um alvo destacado por intermédio do Código Penal de 1890, como já foi observado. Daí derivou a idéia de morte da capoeira no Rio de Janeiro, que constitui tema já desenvolvido anteriormente na linha de pesquisa que inspira o presente trabalho.⁶³ Por morte, no caso, entende-se a liquidação da sua organização em “maltas” e “nações” em decorrência da violenta campanha repressiva desfechada, em 1890, por Sampaio Ferraz, Chefe de Polícia do Distrito Federal. Com isso, a capoeiragem perdeu um importante atributo responsável pela agitação quase permanente nas ruas da capital durante o Segundo Reinado em especial.

Um “perene redemoinho” pelas ruas da cidade, com suas correrias, rápidas aparições e sumiços mais rápidos ainda. Isso acabou. Não inteiramente. Mas, o que poderia ser chamado de trágico encanto dificilmente poderia ser apreciado após 1890. Era um espetáculo que morrera na capital federal.

A capoeira organizada era um espetáculo. Não se resumia às “rodas” que mais tarde – e hoje, em particular – atraem praticantes em número crescente no Rio de Janeiro. Antes de Sampaio Ferraz, é possível afirmar-se que a representação pública proporcionada pela capoeira possuía características bem específicas.

A primeira seria sua função política, quando diferentes “maltas” prestavam serviços assustando eleitores, quebrando ou queimando urnas, organizando ou dissolvendo “meetings”. Enfim, protegendo políticos e sendo protegidas por eles. A segunda, seria representada pela grande encenação das “turumbambas”, os terríveis conflitos entre diferentes grupos de capoeiras, muitas vezes, com horas e locais determinados. Já a última, era representada pelas demonstrações à frente de desfiles de bandas e procissões.

Nesse caso, as demonstrações de habilidade por parte de capoeiras encenavam aquilo que Bakhtin denominou de “mundo ao revés”.⁶⁴ Se as procissões e desfiles militares implicavam seriedade para os seus participantes, circunstância que exigia uma postura hierática dos mesmos, os saltos, as piruetas, os “rabos-de-arraia”, entre outros gestos, revelavam um contraste chocante pela comicidade que encerravam.

Corpos que se moviam rapidamente em todas as direções, saltando para trás e para frente, pondo-se de cabeça para baixo por segundos, encenando rapidamente fragmentos de uma outra forma de viver que, em verdade, não existia integralmente. Ao emergir nas pantomimas dos capoeiras essa forma de viver quebrava, por breves momentos, a seriedade que as festas oficiais encerravam:

“A festa oficial, às vezes mesmo contra as suas intenções, tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes. A festa era o triunfo da verdade pré-fabricada, vitoriosa, dominante, que assumia a aparência de uma verdade eterna, imutável e peremptória. Por isso o tom da festa oficial só podia ser o da seriedade sem falha, e o princípio cômico lhe era estranho”.⁶⁵

Essa capacidade da capoeira em chocar a seriedade das festas e agitar o cotidiano da cidade, concedeu-lhe uma condição tragicômica. A duplicidade da sua qualificação decorria não só do seu papel na rápida revelação de um outro mundo por meio da galhofa, como também da circunstância que essa mesma revelação estava associada à morte. A navalha, a faca, a soveia de sapateiro, e mesmo o revólver, eram coadjuvantes terríveis no desempenho das habilidades físicas de “nagôas” e “guaiamus”.

Eis porque a capoeira era um espetáculo urbano, provocando admiração e temor no seio da platéia que, quase sempre, era surpreendida por uma representação que não tinha hora e local para acontecer. Apesar disso, atores e platéia não eram estranhos, ou melhor, deixavam de ser estranhos a cada representação da capoeira. O medo e a admiração que o espetáculo tragicômico proporcionava aproximavam a platéia dos vaidosos atores, tornando-os componentes do *theatrum mundi* como acentua Richard Sennett.⁶⁶

A morte da capoeira, como é entendida aqui, reduziu consideravelmente a sua capacidade de revelar um outro mundo ao agitar o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, deve ser reconhecido que essa capacidade de revelação de um outro mundo não desapareceu inteiramente. Ao contrário, muito do que a capoeiragem possuía intrinsecamente permaneceu, mesmo em circunstâncias insólitas. Daí compreender-se a importância do “povo escovado”, “povo sacudido” ou “povo da lira”.

O “povo da lira” destacou-se justamente numa conjuntura marcada pela alteração relativa do equilíbrio que, até então, permitira as manifestações culturais no seu sentido mais amplo; isto é, possibilitando, no caso, as práticas legítimas da capoeiragem. O golpe desferido por Sampaio Ferraz e pelo Código Penal de 1890 alterou esse equilíbrio. Essas práticas, já se sabe, foram enormemente reduzidas, não só pela repressão, mas também pela inibição da lei. Os tempos eram outros. Dentro desse novo quadro histórico, deve ser inserida a questão que aponta para a aferição das condições em que uma expressão da cultura popular emergiu por meio do comportamento do “povo da lira”.

Quanto ao conceito de cultura popular, é importante notar que o seu emprego implica a circunstância destacada por Roger Chartier a respeito. Para esse autor, a cultura popular “é uma categoria erudita”. Ou seja, que o conceito em questão “quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencentes à cultura popular”.⁶⁷

No entanto, a aceitação da afirmação de Chartier não significa a intenção de compreender a cultura popular como simples criação teórica distinguindo-a da cultura da elite, ou qualquer outro sinônimo. Longe de entendê-la como objeto

folclórico ou singularidade cultural, a preocupação aqui predominante está centrada no devassamento da vida própria que a “cultura da plebe” possui, como acentua E.P.Thompson ao afirmar que:

“ No estudo desses casos, espero que a cultura plebéia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos significados, atitudes e valores, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, a cultura popular é situada no lugar material que lhe corresponde.”⁶⁸

O lugar que corresponde à cultura popular seria, não propriamente de simples resistência como pode caber às análises mais simplistas, mas, em verdade, de uma atitude acentuada pelo mesmo Thompson, como “ rebelde em defesa dos costumes”.⁶⁹

Assim, ao se retomar a questão em discussão, pode ser constatado que a segunda vida, no dizer de Bathkin, emergia com maior incidência de uma forma menos trágica; quer dizer, menos associada à morte e, por oposição, mais relacionada à vida. Isso não significava, por exemplo, que a capacidade de agressão por parte dos capoeiras houvesse desaparecido. Afinal, as eleições no Rio de Janeiro continuavam restritivas e violentas como no Império. Em verdade, ocorrera uma redução das suas possibilidades concretas naquele sentido, pois já não se poderia exhibir a velha arte da navalha e da rasteira a todo e qualquer momento. Dessa forma, pode ser notado que o violão e as cantorias noturnas passaram à condição de distintivos, tanto quanto o “petrópolis” e a arrogância o foram num passado recente. Em particular, essa arrogância que indicava a guarda de um segredo - o domínio da habilidade da capoeira - continuava a ser exibida procurando indicar também a disposição em revelar-se como componente de um outro mundo: o da cultura popular dentro de um quadro histórico em que a repressão e a inibição legal pesavam no seu cotidiano.

NOTAS:

¹ - “ A cidade transformara-se, adequando-se ao seu papel de capital da República, moderna e higiênica. Ainda em seu programa de governo, Rodrigues Alves mostrara sua preocupação quanto ao conceito de cidade insalubre de que gozava o Rio de Janeiro no exterior. Garantir o fluxo imigratório e de capitais e o próprio funcionamento do comércio internacional foram, sem dúvida, as metas traçadas e, para isso, governo federal e municipal empreenderam as grandes obras de remodelação da cidade que marcaram os primeiros anos deste século, e que deram ao Rio de Janeiro a sua aparência de ‘cidade maravilhosa’.” DAMÁZIO, Sylvia F. Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. p.26..

² - CARVALHO, José Murilo de . Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 91-139.

³ - SANTOS, José Maria dos. op.cit. p. 414.

⁴ - Idem, ibidem.

⁵ - CHALHOUB, Sidney . Cidade Febril. Cortiços e epidemias na cidade imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.150.

⁶ - “ A idéia de progresso pode ser definida como idéia de que o curso das coisas, especialmente da civilização, conta desde o início com um gradual crescimento do bem-estar ou da felicidade, com uma melhora do indivíduo e da humanidade, constituindo um movimento em direção a um objetivo desejável. A idéia de um universo em perpétuo fluxo não basta, pois, para formar a idéia de Progresso, é necessária também um finalidade, um objetivo último do movimento.” BOBBIO, Norberto et alii in Dicionário de Política. (5ª ed., 1993). Brasília: Edunb. vol.2. p. 1009-10.

⁷ - CHALHOUB, Sidney. op.cit. p.35.

⁸ - O conceito de “evento” está empregado de acordo com Hannah Arendt: “ Eventos, por definição, são ocorrências que interrompem processos e procedimentos de rotina.”. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.16.

⁹ - O Código Penal de 1890 estabelecia em seu artigo 399 & 1 que todos os infratores vadios ou vagabundos serão obrigados, após o cumprimento da pena, à assinatura do termo de tomar ocupação dentro de 15 dias. O artigo 400 punia a “quebra” do termo, considerando-a como reincidência da vagabundagem. Para ela, a pena estabelecida era a prisão por um a três anos em colônias penais, em ilhas ou áreas fronteiriças.

¹⁰ - BARRETO, Lima. Obras de Lima Barreto. Diário Íntimo. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 49; cit. por REZENDE, Beatriz . Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Unicamp, 1993. p.35.

¹¹ - A revista “o Malho” deu interessante cobertura ao processo de deportação dos acusados de envolvimento nos distúrbios da Revolta da Vacina. Numa “charge” denominada “A separação da Ilha das Cobras” aparecem vários detidos, quase todos negros, sendo separados por policiais civis. Em primeiro plano, três mulheres negras abraçadas a crianças dialogam com o Chefe de Polícia:

Mulheres do “pessoal”: - Sinhô dotô chefe, pelo amor de Deus! Não embarque os nosso hôme no vapô que vai pró Acre! Nosso sinhô que le ajude si nos fizé esta esmola!

Chefe de Polícia: - Está bem, fiquem socegadas (sic)! Vou escolher e separar com muito cuidado.Só irão os que tiverem crime... Os seus homens são inocentes?

- Devem sê, sinhô dotô! Mas si houvé baruio outra vez, por esta luz que nos está alumando, nós amarramo esses malucos, como si fosse cachorro na corrente!” O Malho, Rio de Janeiro: (116), 3 de dezembro de 1904.

¹² - NEDER, Gizlene - “ A instituição policial e as estratégias de controle social no Rio de Janeiro na República Velha”. Arquivo & História. Niterói, (1): 81-107, 1994. p.82.

¹³ - A esse respeito, consultar dois importantes trabalhos do historiador Marcos Luiz Bretas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. e Ordem na cidade. O exercício do cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

¹⁴ - Ao analisar as pressões reformistas sobre costumes dos trabalhadores ingleses durante o século XVIII, o autor observa que: “ O povo estava sujeito a pressões para ´reformar` sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos – era o que se supunha. Mas as pressões em favor da ´reforma` sofriam uma resistência teimosa; e o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patricia e a plebéia.”. THOMPSON, E.P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13.

¹⁵ - “Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como ‘cultura popular’”. Idem. p.16-17.

¹⁶ - Ver a respeito: RIBEIRO, Gladys Sabina. Mata Galegos. Os portugueses e os conflitos do trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹⁷ - FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: Difel, 1977. p.36.

¹⁸ - “Uma das justificativas centrais da discriminação racial no Brasil baseia-se na suspeição da vítima. Discriminam-se e agridem-se pessoas de quem se esperam condutas criminosas ou comportamento social ou cultural desviantes. A suspeição baseia-se em certas marcas sociais, referidas, no conjunto, como ‘aparência’ (ou seja, gestos, atitudes, fala, vestimenta, cuidados com o corpo etc.), mas cujo principal marcador é a cor da pessoa.”. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999. p.188.

¹⁹ - Ver a respeito “Pedro Malasartes e os paradoxos da malandragem”. DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. (3ª ed.,1981). Rio de Janeiro: Zahar Editores. p.194-235.

²⁰ - GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988. p. 25.

²¹ - FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. (3ª ed.,1978). São Paulo: Ática, vol.1. p.145.

²² - “A malandragem foi elogiada em prosa e verso como a resposta do dominado à iniquidade, à injustiça, à exploração econômica da classe dominante. A esperteza, a sagacidade, a criatividade embutidas na figura do malandro foram exaltadas como a saída para a exploração e o domínio brutais do selvagem capitalismo brasileiro. Ao mesmo tempo, o malandro passou a ser o ícone de um sonho feliz de cidade, em que a defesa do direito à preguiça dominava todos os outros.” ZALUAR, Alba. “A perversa metamorfose do malandro”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: 20 de outubro de 1991.

²³ - Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: 1890, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice 80-I-17 A (sem numeração de página).

²⁴ - “Nagôas e ‘guaiaimus’ possuíam ‘uniformes’ próprios, visando identificá-los previamente: (...) sendo os principais distintivos dos primeiros cinta com cores brancas sobre a encarnada e chapéu com aba batida na frente, e dos segundos com cores encarnadas sobre a branca e chapéu de aba levantada na frente.” CAMPOS, Lima - “A capoeira”. Kósmos. Rio de Janeiro: (3), 1906. (Sem numeração de página)..

²⁵ - Raul Pederneiras (1874 - 1953), notável caricaturista carioca, foi também delegado de polícia. Essa condição, permitiu-lhe colher inúmeros termos de gíria de malfeitores, prostitutas, capoeiras, entre outros, reunidos num importante trabalho. Nele, Pederneiras assinalou: “A geringonça carioca nasceu do vulgo híbrido, da mestiçagem que formou a nacionalidade. A primeira a destacar-se foi a do capoeira, essa entidade que teve foros de instituição, esse exercício que alcançou as principais camadas da sociedade. A vida quase em comum dos politíqueiros e demagogos de antanho com os capoeiras estabeleceu uma permuta de vocábulos; lugares comuns, chapas parlamentares, eram adotadas ou adaptadas pelos capadócijs, os troços da retórica dos pais da pátria transferiram-se para a vocabulário dos pernósticos guarda-costas.” PEDERNEIRAS, Raul. Geringonça Carioca. Verbetes para um dicionário de gíria. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1922. p.3.

²⁶ - LIMA, Herman. História da Caricatura no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, 3º vol. p.997.

²⁷ - Consultar a respeito: MARINHO, Inezil Penna. Subsídios para a história da capoeiragem no Brasil. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.

²⁸ - “Dois capoeiras, igualmente exímios, igualmente ágeis com conhecimentos exatos, perfeitos e totais do jogo, jamais se ferirão, a não ser insignificante e levemente, o que bem indica o grande valor defensivo que possui essa estratégia popular e que a coloca acima de todas as congêneres de qualquer outra nacionalidade.” CAMPOS, Lima. op.cit.

²⁹ - O Malho. Rio de Janeiro: (348), 15 de maio de 1909.

³⁰ - O termo cafajeste é bastante usado em “charges”, particularmente no “O Malho”, durante as primeiras décadas do século XX. Seu emprego está relacionado, de um modo geral, àqueles negros e mulatos que “prestam serviços” a políticos na Capital Federal e Niterói em troca de dinheiro e proteção. Embora

representados por diversos “chargistas”, sua identidade é percebida por alguns traços comuns: linguagem, vestuário e situações idênticas no que diz respeito às relações com políticos.

³¹ - ROMERO, Silvio. Obra filosófica. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, (Coleção Documentos Brasileiros)vol.139, 1969. p.277.

³² - BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. Dicionário de Vocábulo Brasileiro, (2ª ed., 1956). Salvador: Livraria Progresso Editora. p.58.

³³ - TIGRE, Bastos. Reminiscências. A alegre roda da Colombo e algumas figuras do tempo de antigamente. Brasília: Thesaurus, 1992. p.183.

³⁴ - “ A pretexto de fundar uma sociedade beneficente , o lumpem-proletariado de Paris fora organizado em facções secretas , dirigidas por agentes bonapartistas e sob a chefia geral de um general bonapartista. Lado a lado com *roués* decadentes , de fortuna duvidosa , lado a lado com arruinados e aventureiros e rebentos da burguesia , havia vagabundos , soldados desligados do exército , presidiários libertos , forçados fugidos das galés , chantagistas , saltimbancos , *lazzaroni* , punguistas , trapaceiros , jogadores , *maquereaus* , donos de bordéis , carregadores , *literati* , tocadores de realejos , trapeiros , amoladores de facas , soldados , mendigos - em suma , toda essa massa indefinida e desintegrada , atirada de ceca em meca , que os franceses chamam de *la bohème* (...)” MARX , Karl. “ O 18 Brumário de Luís Bonaparte”.In MARX .Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural , 1978. p.366.

³⁵ - “Basta que lhes diga que propaganda eleitoral como hoje a entendemos, era coisa desconhecida. Havia, isto sim, a caça ao voto pela compra, pela ameaça, pelo suborno. Havia também, como hoje, a promessa de emprego. Mas dominava, acima de tudo, o alistamento de defuntos e analfabetos. Estes, para o efetivo eleitoral, aprendiam apenas a gatafunhar o nome.” TIGRE, Bastos. op.cit. p.183.

³⁶ - NABUCO , Joaquim. O Abolicionismo . Petrópolis/Brasília: Editora Vozes/INL. 1977. p. 171.

³⁷ - Anais da Conferência Judiciário-Policia de 1917 . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional , 1917. p. 48.

³⁸ - Consultar a respeito: ALENCAR, Edigar. O carnaval carioca através da música. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1º vol., 1965. p.100.

³⁹ - BARRETO , Lima. Os Bruzundangas . Rio de Janeiro: Ediouro , s/d. p. 65 .

⁴⁰ - O Malho. Rio de Janeiro: (225), 05 de janeiro de 1907.

⁴¹ - “ No ambiente relaxado da escravidão brasileira , as línguas africanas , sem motivos para subsistirem à parte , em oposição à dos brancos , dissolveram-se nela , enriquecendo-a de expressivos modos de dizer ; de toda uma série de palavras deliciosas de pitoresco ; agrestes e novas no seu sabor ; muitas vezes , substituindo com vantagem vocábulo português , como que gastos e usados pelo uso”. FREYRE , Gilberto . Casagrande & Senzala . (25ª ed., 1987), Rio de Janeiro: José Olympio Editora. p.333.

⁴² - RAMOS , Arthur. O folclore negro no Brasil . Rio de Janeiro: Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil , (2ªed., 1954). p. 151 .

⁴³ - BARBOSA, Wilson do Nascimento. “Ginga e Cosmovisão” In BARBOSA, Wilson do Nascimento & SANTOS, Joel Rufino dos. Atrás do muro da noite. Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares, 1994. p.26.

⁴⁴ - SILVA, Alberto de Castro Simoens . Bororó. Gente da madrugada. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1982. p. 170.

⁴⁵ - NASCENTES, Antenor. A gíria brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1953. p. 67.

⁴⁶ - NASCENTES, Antenor . O linguajar carioca. (2ª ed., 1953). Rio de Janeiro: Organização Simões.

⁴⁷ - NASCENTES, Antenor.. A gíria brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1953. p.137.

⁴⁸ - ANDRADE, Mário de. Pequena história da música. (4ª ed., 1952). São Paulo: Martins, Obras Completas de Mário de Andrade, vol. VIII. p. 192.

⁴⁹ - TINHORÃO, José Ramos. Os sons que vêm da rua. Rio de Janeiro: Edições Tinhorão, 1976. p.17.

⁵⁰ - Consultar a respeito: RIBEIRO, Gladys Sabino. Cabras e Pés-de-Chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro. 1870-1930. Niterói: UFF, tese mestrado, 1987 (mimeo),

⁵¹ - POMPÉIA, Raul. Obras, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Oficina Literária Afrânio Peixoto, vol.VI, Crônicas,1982. p.96.

⁵² - MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1988. p.116-117.

⁵³ - NEDER, Gizlene. op.cit. p.88-94.

⁵⁴ - “ Quá jitsu nem jitsi. O inimigo é no gume da navaia ô na capoeira nacioná, Deixa vim os chineis do Japão”. O Malho, Rio de Janeiro: (331): 16 de janeiro de 1909.

⁵⁵ - O Jacobino, Rio de Janeiro: 2 de novembro de 1895.

⁵⁶ - Consultar a respeito: DIAS, Luiz Sergio. Quem tem medo da capoeira.1890-1904. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, tese mestrado, 1994 (mimeo).

⁵⁷ - NEDER, Gizlene. op.cit. p.83.

⁵⁸ - Idem, ibidem.

⁵⁹ - CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da “belle époque”. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁶⁰ - HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

⁶¹ - Consultar, por exemplo: BRETAS, Marcos Luis. Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro; 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁶² - Consultar do autor: A luta técnica contra o crime. Rio de Janeiro: s/ed., s/d. e A polícia carioca e a criminalidade contemporânea. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

⁶³ - DIAS, Luiz Sergio. op.cit.

⁶⁴ - BAKTHIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. (2ª ed., 1993). São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb. p. 8.

⁶⁵ - Idem. ibidem.

⁶⁶ - “(...) as imagens do *theatrum mundi* são retratos da arte que as pessoas praticam na vida cotidiana. É a arte de representar, e as pessoas estão desempenhando papéis”. SENNETT, Ricard - O declínio do homem público. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.53.

⁶⁷ - CHARTIER, Roger . “ Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico”. Estudos Históricos Rio de Janeiro: vol. 1.8, (16), 179-192, 1995. p.179.

⁶⁸ - THOMPSON, E.P. op.cit. p..17.

⁶⁹ -Idem. p. 19.

CAPÍTULO 2: A UTILIDADE POLÍTICA DA CAPOEIRA

“Marramaque, apesar de tudo, do seu estado de saúde, da sua dificuldade de locomover-se, não deixava a mania inócua da política e ia votar, com risco de se ver envolvido num barulho de sufrágio universal, puxado a navalha, rabo-de-arraia, cabeçadas, tiros de revólver e outras eloqüentes manifestações eleitorais, das quais, em razão do seu precário estado de saúde, não poderia fugir com segurança e a necessária rapidez.” (BARRETO, Lima . Clara dos Anjos. Rio de Janeiro: , Klick Editora, s/d., p..22)

Uma das figuras mais presentes no rico universo das “charges” produzidas na imprensa da Capital Federal durante a Primeira República foi a do “Zé Povo”. Inspirado no “Zé Povinho”, figura criada, no século XIX, pelo artista português Bordalo Pinheiro, o rebento brasileiro, ou mais precisamente carioca, foi desenhado por alguns dos mais importantes artistas do traço durante as primeiras décadas do século XX.

K.Lixto, Raul Pederneiras e J.Carlos, entre outros, criaram réplicas do original de Bordalo que, segundo o escritor português Júlio Dantas, idealizou o “(...) o símbolo eterno do português sofredor, humilde e pé-de-boi, herdeiro direto do bom senso de Sancho Pança e da filosofia secular dos franciscanos , o Zé Povinho foi, daí por diante, desde a fúria *sans culotte* de Antônio Maria até o pessimismo amável dos últimos tempos, o contador predileto da obra de Rafael Bordalo. Aparece em toda ela, com a sua face larga e risonha, o seu chapéu burguês, o seu jaquetão de saragoça, a sua bonomia e a sua albarda (...).”¹

Qualquer que fosse o traço criador, o “Zé Povo” foi sempre irônico e impiedoso; desleixado na aparência, ingênuo nas indagações, quase sempre incisivo nas afirmações, ele dava a impressão de “estar por fora” do jogo político. Ciente das suas limitações dentro do mecanismo político controlado pelas oligarquias, o “Zé Povo” tinha na ironia, entremeada por uma aparente ignorância, sua arma de combate no espaço público que o trabalho livre e a república proporcionavam na capital federal.

Por retratar possivelmente um paradigma da insatisfação de grande parcela da população excluída politicamente, o “Zé Povo” representava um produto cultural que, mais do que a sua apropriação pela criatividade de vários artistas, expressou incisiva e longamente o traço crítico que normalmente investe contra os governos. A permanência da sua figura por quase duas décadas pode ser atribuída a sensibilidade dos seus criadores, bem como à circunstância de a conjuntura política republicana caracterizar-se, entre outros aspectos, pela exclusão política de parte considerável da população, o que era agravado pela negação dos direitos de cidadania a tantos brasileiros analfabetos e de baixa renda.

A condição de espectador político a que foi relegada essa população justifica, de certa forma, a tomada de atitudes anônimas de repúdio ao governo durante a Primeira República. Foram os casos, por exemplo, das vaias a presidentes, sempre “vindos de fora”, durante o trajeto entre a Central do Brasil e o Palácio do Catete, e o apedrejamento do trem que levava Campos Salles de volta a São Paulo ao fim do seu mandato, quando da sua passagem pelos subúrbios.

A respeito dessa manifestação, o escritor Pedro Nava assinala no seu “Balão Cativo” que grande parte do sucesso dos protestos populares contra o ex-presidente Campos Salles deveu-se à campanha orquestrada, entre outros, pelo jornalista Edmundo Bittencourt, proprietário do “Correio da Manhã”. Segundo Nava, Bittencourt chegou a afirmar que: “Se o Campos Sales não sair do Rio debaixo de vaia, hoje mesmo fecho o jornal”.² Mas, de qualquer maneira, a agressividade por parte da população suburbana fica evidente na narrativa do mesmo autor:

“Foi um sucesso. Os gritos de fora! morra! casavam-se aos de *dedo neles!* broxa! às obscenidades, ao estalo das mãos nos antebraços dando bananas, aos assovios, aos apitos, aos cornetins e ao chiado dos foguetes sem bomba. O homem e sua comitiva passaram verdes, sob a rajada dos quartos de jaca, tomates, ovos podres e batatas. Havia gemas e umidades nas barbas, bigodes e cartolas. Trancaram-se às pressas no trem presidencial onde tinham de se abaixar à saraivada das pedras que ia quebrando as vidraças dos vagões e que eram

desfechadas das plataformas das estações suburbanas – de São Cristovão a Cascadura. Da do Engenho de Dentro jogaram dois pombos-sem-asa.”³

Essas atitudes extremas, particularmente tendo em vista os seus alvos, possuíam também uma face grotesca que poderia, muitas vezes, aparentar uma distorção do que se poderia compreender como atitude política consagrada. A que levaria uma vaia ou um apedrejamento? Mas, o que desejariam ou poderiam fazer aqueles agentes políticos? Quem sabe se as suas atitudes não expressariam os limites das suas expectativas políticas, das suas vontades e possibilidades?

Desde logo, é necessário notar que o fim da escravidão e a proclamação da república determinaram uma profunda alteração jurídica na condição individual: a igualdade civil baseada na liberdade pessoal e a extensão dos direitos de cidadania a todos, respectivamente. Não importa, no caso em questão, se os direitos de cidadania contemplaram ou não efetivamente a todos no Brasil. Sabe-se, em verdade, que a prática política efetivada durante a Primeira República negou o afirmado na Constituição de 1891 no tocante ao exercício da cidadania.

No momento, o que ressalta como fator de discussão é a avaliação da participação política dessa população excluída identificada por “chargistas” com o “Zé Povo”. A condição de “excluída” não se resume, no caso, à marginalização eleitoral com a restrição do voto do analfabeto, mas também à igual situação no tocante ao tratamento dispensado pelas autoridades civis e policiais da capital federal.⁴

No entanto, “povo” é um conceito generalizador e homogeneizador consagrado a partir da liquidação da sociedade estamental, e que ganhou expressão no Brasil a partir do fim da escravidão. Antes disso, o termo ganhara posição significativa no âmbito do vocabulário liberal com as revoluções burguesas desde o final do século XVIII na Europa Ocidental. Daí, povo passou a ser empregado como demonstrativo da igualdade perante a lei, bem como origem da delegação dos poderes então consagrados. Com isso, os termos “menu peuple” e “povo miúdo” perderam teoricamente sua razão de ser, desde que ambos, dentre outros, pertenciam a um mundo que desmoronava ante o vendaval revolucionário.

A acentuação dos movimentos nacionalistas ocidentais, a partir da 1ª metade do século XIX, contribuiu para a ampliação do significado do termo povo, uma “verdadeira redescoberta romântica do povo”.⁵ Associado à nação e direito à autonomia política, povo tornou-se elemento de uma equação política romântica, que, segundo muitos, seria resolvida por uma síntese explicitada por meio da idéia de “primavera dos povos”.

No Brasil, o emprego do termo povo aumentou na medida em que a generalização do trabalho livre e a imposição da república puseram em destaque as discussões a respeito da sua formação histórica e do futuro da sua sociedade. Aliás, desde os anos 70, com a crise da escravidão no Brasil, essas questões ganharam força, embasadas teoricamente naquele “bando de idéias novas que esvoaçam sobre nós”, como acentuou Sílvio Romero⁶. De outro lado, a imposição de uma nova forma de governo foi justificada por seus mentores autoritários, entre outros fatores, como alternativa necessária para prover o país dos instrumentos capazes de elevá-lo à condição de país moderno e civilizado.

Sem menosprezo a outros intelectuais atuantes na passagem do século XIX para o XX, foi Sílvio Romero um dos mais envolvidos com os problemas do seu tempo. Crente no cientificismo, criticou positivistas, monarquistas, jacobinos e socialistas, sem descurar, no entanto de discutir a natureza da composição histórica da sociedade brasileira, circunstância que levou-o a elaborar uma concepção de povo. Para ele, duas “forças” – a natural e a social – atuaram historicamente na formação do povo brasileiro:

“No Brasil, onde as duas forças, a natural e a social têm estado constantemente em ação; onde a formação do povo foi, por um lado, um resultado da burguesia, da plebe, do terceiro e do quarto estados, e onde, por outro lado, o caldeamento das três raças fundamentais tem sido imenso, a democratização é fatal e a Monarquia é rigorosamente uma quimera.”⁷

Aqui, Romero entende o povo brasileiro como resultado de um processo de caldeamento – leia-se miscigenação – excluindo a minoria dos grandes proprietários, e envolvendo basicamente burgueses e “plebeus”, ditos terceiro e quarto estados. Desse caldeamento resultou, segundo ele, a necessidade da democratização, e por extensão o fim da monarquia. Da lógica aí implícita, é

possível concluir que o caldeamento foi não só democrático, como também fator determinante para a imposição da república.

Com Silvio Romero, a miscigenação assume o papel de um dos motores da evolução da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que enfraquece, se não sepulta, as ilusões românticas a respeito da natureza histórica da sociedade brasileira. Quanto à república, a posição do crítico segue um raciocínio praticamente semelhante ao afirmar que a nova forma de governo “(...) representa a maioria e tem assim um esteio etnográfico.”⁸

Foi atribuída a Aristides Lobo a afirmação de que “o povo assistira bestializado à proclamação da república”. Verídica ou não, a frase do republicano insinua que a ressonância política da derrubada da monarquia foi mínima no seio do povo. No caso, o termo povo pode ter sido empregado, não no sentido genérico, mas, provavelmente, referindo-se ao fato de que a relevância do fato não mereceu maior atenção por parte do “homem da rua”, como deveria supor Aristides Lobo, um republicano urbano.

Se a imposição de uma nova forma de governo não empolgou a maior parte da população da capital, o mesmo não pode ser afirmado quanto ao outro lado daquele ato político: a derrubada da monarquia. Em verdade, ocorreram reações violentas ao fim da monarquia na cidade do Rio de Janeiro como, por exemplo, a rebelião de marinheiros da corveta “Niterói”, no próprio mês de novembro, e, particularmente o levante denominado “ Revolta dos quartéis de São Cristovão”, em dezembro de 1890. Este movimento, relacionado a um misterioso “homem do chapéu de Chile”, foi mais sério do que o primeiro, inclusive pela necessidade de intervenção armada de tropas governistas ⁹. Além disso, após o sufocamento do levante, Sampaio Ferraz, Chefe de Polícia do Distrito Federal, insistiu com as autoridades federais da necessidade de prender políticos ligados à monarquia que, supunha-se, tramavam contra a república. De qualquer forma, disso resultaram presos e exilados Silveira Martins, o Visconde de Ouro Preto e Carlos Afonso de Assis Figueiredo.

Bestializado, mas não tanto! Seria o comentário mais apropriado para qualificar a posição do povo – como o entendeu Aristides Lobo – por ocasião da

proclamação da república. Em abono disso, seria oportuna a lembrança de que movimentos de rua contrários à propaganda republicana – como a Guarda Negra – não foram desarticulados de imediato com a chegada da república, pois a reação dos defensores da Princesa Isabel não se limitou à Corte¹⁰, alcançando outras cidades do país.

Embora não deva ser entendida exclusivamente como uma retaliação à Guarda Negra, a campanha deflagrada por Sampaio Ferraz, primeiro Chefe de Polícia do Distrito Federal, contra a capoeiragem expressou, entre outras razões, o pagamento de uma dívida política que ele assumira durante a campanha republicana. Ferraz participou do célebre conflito entre a Guarda Negra e outros capoeiras de um lado, e republicanos que se encontravam no interior da Sociedade Francesa de Ginástica, no dia 30 de dezembro de 1888. Esse violento conflito deve ter fortalecido nele o desejo de cumprir uma promessa, em verdade um desejo político, que o cargo federal tornou possível concretizar:

“Se a República vier e me couber uma parcela de autoridade pública eu a empregarei com energia férrea e só descansarei com a extinção completa do capoeira.”¹¹

A ação repressiva contra a capoeiragem desenvolvida por Sampaio Ferraz durante o governo provisório da república só comprovou sua promessa, embora essa campanha não tenha resultado apenas dos desejos do primeiro chefe de polícia do Distrito Federal.

Mas, não foram apenas as violentas manifestações populares em torno do 15 de novembro que merecem registro. Uma outra questão a respeito da posição popular nesse momento também deve ser lembrada: a comemoração da proclamação da república na cidade do Rio de Janeiro.

Em verdade, são pouco consistentes as demonstrações de rua capazes de expressar júbilo ou contentamento com a implantação da república.¹² As exceções ficaram por conta da participação da tropa chefiada por Deodoro da Fonseca e da ação política que culminou na realização de um ato formal na Câmara Municipal.

Lima Barreto, que não morria de amores pela República, guardou uma pálida lembrança do que assistira, ainda garoto, quando do golpe militar de 15 de novembro de 1889:

“Da tal história da república só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabina e meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que possuía.”¹³

No entanto, sua impressão dos festejos da assinatura da Lei Áurea é inteiramente distinta, transmitindo o calor e a alegria que reinavam diante do Paço Imperial naquele 13 de maio de 1888:

“Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do casarão. Afinal a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenços, vivas (...)”

“Fazia sol e o dia estava claro. Jamais na minha vida vi tanta alegria. Era geral. Era total; e os dias que se seguiram, dias de folgança e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente de festa e harmonia.”¹⁴

Mesmo que se considere a aversão política à república brasileira alimentada por Lima Barreto, torna-se difícil acreditar que o escritor tenha rebuscado aquelas lembranças na sua memória utilizando-se de mecanismos preconceituosos. O que se pode depreender da comparação entre as duas comemorações populares espontâneas no Rio de Janeiro – Proclamação da República e Abolição – é que em uma “não havia povo” e na outra havia.

E interessante que seja ressaltado o fato de que são consideradas aqui as comemorações espontâneas e imediatas, o que exclui da discussão o caráter assumido ou imposto, mais tarde, pelos dois eventos. Em abono da espontaneidade das comemorações da Abolição, convém recordar o registro feito por Angelo Agostini na Revista Ilustrada, ainda em 1888, da celebração de um verdadeiro culto à Princesa Isabel por parte de negros no Rio de Janeiro.¹⁵

Mas, o que dizer das atitudes populares no Rio de Janeiro a respeito da exclusão de grande parte da sociedade brasileira das eleições? Sabe-se que com a implantação da república ocorreu uma modificação no processo de exclusão eleitoral. Se antes o voto censitário reduzia extremamente o contingente

capacitado ao voto, a república instaurou, com a exclusão dos analfabetos, entre outros, uma nova forma de marginalização política. Circunstância que era tanto mais grave pela debilidade do ensino primário no país, acentuada pelo fato de que a Constituição de 1891, ao contrário da anterior, não o considerava obrigatório.¹⁶

Seria simplismo afirmar que a população de baixa renda com seus grandes contingentes de analfabetos aceitou sem maiores resistências a exclusão que lhe foi imposta pela ordem republicana. Mesmo que se circunscreva a questão à cidade do Rio de Janeiro, não custa recordar que desde a Revolta do Vintém, ainda sob a monarquia, as violentas manifestações de rua demonstraram a disposição de parte daquela população em romper os limites da normalidade do seu cotidiano, por si só sofrido e violento. Já na Revolta da Vacina, se bem que as motivações tenham sido mais significativas, a disposição foi maior do que a anterior, em 1880, levando o governo federal a mobilizar tropas do Exército e da Marinha.

No entanto, essas manifestações políticas não foram capazes de produzir discursos que explicitassem a lógica que impulsionara milhares de humildes e sofredores para o campo de batalha nas ruas da cidade. Ao enfrentarem uma luta bastante desigual em que a disparidade de forças era gritante, aqueles que foram para as ruas transpuseram os limites da lei e da ordem abandonando a posição de repouso – a estaca zero - dos que nada possuem, exceto seus corpos e mentes. No caso da Revolta da Vacina, as prisões arbitrárias, frutos de inúmeras “canoas” policiais, os espancamentos e, particularmente, as viagens sem volta nas imundas e vergonhosas “presigangas”, construíram o pano de fundo da reação legal que, por sua vez, foi justificada por um discurso enaltecedor daquela ação e emudecedor das queixas e dos clamores dos revoltosos.

O fato de serem queixas e clamores dá conta de que, em princípio, os revoltosos populares desejavam a estabilidade das suas condições de vida por mais precárias que fossem. Além de reagirem à propalada ameaça à privacidade pela vacina obrigatória, eles voltaram-se, entre outros fatores, contra a perda das suas moradias precárias nas casas de cômodos e nos “cortiços”, mas situadas no centro da cidade. Como demonstrou José Murilo de Carvalho, posto de vacinação

algum foi atacado durante a revolta, ao contrário do sucedido com delegacias, postos policiais e de bombeiros. Para os revoltosos, as ameaças vinham menos de uma medida excepcional – a vacina – do que de uma seqüência de ações governamentais, variando da indiferença à repressão violenta, que transformara o suportável em insuportável.

Enquanto esse campo de luta se configurava no espaço público do Rio de Janeiro pós-escravista, outro ganhava progressivamente contorno e expressão marcados pela organização e disposição de luta do operariado. Não só na capital federal, mas também na cidade de São Paulo, o proletariado urbano tornara-se rapidamente uma preocupação a mais para a jovem ordem republicana .

Exemplo significativo da disposição das novas autoridades foi a instituição do Código Penal, em 11 de outubro de 1890, portanto antes da elaboração da 1ª Constituição, que só entraria em vigor em fevereiro do ano seguinte. No que diz respeito às relações de trabalho, o Código Penal de 1890 estabelecia penas específicas, punindo, por exemplo, a “sedução ou aliciamento” de operários e trabalhadores para abandonarem seus estabelecimentos de trabalho, ou ainda a “provocação da cessação ou suspensão” do trabalho para impor mudanças no âmbito do serviço ou do salário.¹⁷ Mesmo que se considere que essas medidas foram revogadas posteriormente por força das pressões operárias, se a elas for somada a faculdade constitucional atribuída ao desterro, na qual a Lei Adolfo Gordo baseou a punição a estrangeiros considerados perigosos, logo se verá que a ordem republicana criou de pronto um instrumental legal capaz de controlar e punir o “inimigo interno” que mal iniciava sua trajetória de lutas.

A capacidade operária de organização e de luta durante o início da Primeira República tem sido estudada consideravelmente, e não constitui objeto do presente estudo. No entanto, se ela foi invocada, é necessário que se faça referência a uma questão que diz respeito ao seu comportamento naquela conjuntura. Então, as orientações predominantes do movimento operário brasileiro, o que equivale ao carioca e ao paulista, gravitavam em torno do anarquismo, do socialismo e do “trabalhismo”, de acordo com os estudos de Boris Fausto:

“Dos fins do século XIX até o início dos anos vinte, três correntes em grau variável tiveram influência no movimento operário: o anarquismo, o socialismo reformista e o ‘trabalhismo’. Nem sempre é fácil distinguir, em situações concretas, entre as duas últimas. De um modo geral, os socialistas reformistas, como se sabe, buscam a transformação gradativa do sistema social existente e defendem a autonomia organizatória dos trabalhadores; o grupo dos trabalhistas, no caso, corresponde aos que pretendem obter tão-somente a conquista de alguns direitos operários, sem pôr em questão os fundamentos do sistema social, inclinando-se a incentivar implicitamente a heteronomia sindical.”¹⁸

Em verdade, sabe-se que, pelo menos até o início da década dos anos vinte, o anarquismo, ou particularmente o anarco-sindicalismo, foi a corrente que mais influenciou o movimento operário no país. Dessa forma, o embate direto com o poder constitui o motor básico da mobilização perseguida pelos seguidores de Bakunin e Kropotkin, circunstância que proporcionou momentos de intensa participação política em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Anarquistas, socialistas e trabalhistas formaram um bloco político que, mesmo diferenciado quanto aos objetivos dos seus componentes, criou um campo de confronto com o patronato e o poder constituído. No entanto, se dentre aqueles objetivos constava, por exemplo, o exercício de uma cultura anarquista,¹⁹ a luta pelo voto não constituía um desejo político privilegiado pelo operariado brasileiro.

As razões atribuídas a esse comportamento confluem, de um modo geral, para as origens da composição histórica do proletariado urbano brasileiro, pondo em destaque a presença de estrangeiros no seu seio. Originado na complexa combinação de ex-escravos, nacionais livres e estrangeiros, o operariado brasileiro viu-se, de pronto, como protagonista de um combate em que muitas das bandeiras ideológicas levantadas em seu nome estavam de acordo com o passado recente de similares europeus, mas em desacordo com o seu presente.

Dessa forma, é possível levantar a hipótese de que o imigrante, grosso modo, com maior tradição de luta coerente com o embate capital x trabalho livre, impôs uma perspectiva radical às parcelas mais aguerridas do proletariado brasileiro. Daí decorreu um distanciamento entre os objetivos perseguidos e as

reais condições da sociedade urbana brasileira na passagem do século XIX para o XX.

Em verdade, tudo isso não consegue negar a capacidade de mobilização e organização do que se entende como “vanguarda do operariado brasileiro” no início da República, independente da corrente de que se esteja tratando. Sua capacidade pode ser comprovada, por exemplo, pela formação de uma Confederação Operária, pela formação de sindicatos e, particularmente, pela organização da greve geral em 1917, além da manutenção durante décadas de uma imprensa própria aguerrida que, diga-se de passagem, não publicava apenas jornais em italiano.²⁰

Enfim, é forçoso reconhecer que a conquista do direito ao voto não foi um dos objetivos principais da luta operária no Brasil durante a Primeira República. Everardo Dias, gráfico, militante e memorialista das lutas operárias nessa conjuntura histórica, alinha algumas razões para justificar esse comportamento por parte do proletariado organizado: a presença de muitos estrangeiros e a aversão à prática eleitoral corrupta e violenta imperante no país.

Quanto a primeira razão, Dias ressalta o individualismo intrínseco à natureza do “trabalhador alienígena” que, segundo ele, era um sério obstáculo ao maior interesse pela política:

“Ninguém pensava em envelhecer no trabalho que eventualmente fazia. Aquele que não conseguia montar uma pequena oficina (...) para viver por si, sem sujeição a patrão, mudava de ofício ou arte, ou mudava de cidade ou mesmo de país. Também não seria com gente assim, com uma massa cujo pensamento estava voltado para suas terras de origem, com idéias arraigadas de nacionalismo, às vezes até exacerbado, deprimindo o próprio país e sua gente, onde vinha viver e ganhar dinheiro, apontando com estigma as doenças tropicais, as pragas, os insetos, a insegurança pessoal; exprimindo-se mal e olhando com desprezo para os habitantes, considerados tipos inferiores (negros, mulatos, caboclos), vadios, indolentes, dados à embriaguez, mal vestidos, mal alimentados, sem moral, enfim. Não seria, portanto, com gente assim que se poderia contar para formar um quadro de proporção eleitoral para disputar um lugar, ao menos, no Congresso Estadual ou mesmo na Câmara Municipal.”²¹

No tocante à aversão à prática eleitoral Dias foi mais sucinto, observando:

“O desinteresse do elemento alienígena, na política nacional brasileira, manifestava-se abertamente e encontrava mesmo razões plausíveis nas escandalosas fraudes eleitorais e nos conflitos sangrentos promovidos por capangas a serviço dos caciques locais, os coronéis do sertão e dos bairros citadinos.”²²

As críticas de Everardo Dias ao comportamento político-eleitoral do operariado não ficaram limitadas aos seus componentes estrangeiros. Os operários nacionais também mereceram uma parcela dessas observações:

“As leis eleitorais entre nós não facilitavam a entrada de qualquer representante nitidamente proletário tanto no Congresso Nacional como nas Câmaras Municipais: estavam feitas de tal forma que mesmo possantes agrupamentos oposicionistas mal podiam obter alguma representação.

Que podiam, deste modo, conseguir os débeis agrupamentos socialistas, sem capacidade financeira para poder fazer face a uma qualificação eleitoral e desenvolver uma campanha de propaganda frutuosa capaz de ter peso nas urnas?

Este fato, aliado à condição alienígena da maior parte dos trabalhadores categorizados e à displicência do elemento nacional em exercer o direito do voto, não acreditando no resultado das apurações – tornavam muito precária a atuação socialista partidária²³

A circunstância de Everardo Dias ter sido um destacado militante operário durante quase quatro décadas avaliza suas críticas ao comportamento operário. No entanto, nelas pode-se reconhecer que as observações a respeito dos imigrantes negligenciaram a capacidade de organização e de luta de grande parte deles, responsáveis, inclusive, pela ação anarquista no país. De outro lado, no tocante ao comportamento do operário brasileiro, o emprego do termo “displicência” sugere a utilização de uma ótica engajada por parte do autor, o que pode ser aferido pelo emprego do termo “atuação socialista partidária”. Pelo emprego do termo “displicência” deve entender-se que Dias qualificava a atitude dos trabalhadores brasileiros como própria dos “sem consciência de classe”.

De qualquer forma, o testemunho de Everardo Dias ganha importância na medida em que se trata de um depoimento feito “no interior” do movimento operário, e não fora dele. Mesmo que se pondere quanto à posição engajada do autor e, por extensão, às exigências de participação política do operariado em um

momento passado, os seus escritos são convincentes no que diz respeito ao comportamento dessa classe social numa determinada conjuntura histórica.

Nesse particular, convém notar as observações de Boris Fausto a respeito do comportamento do operariado carioca nas décadas iniciais da Primeira República. Para esse historiador, não pode ser negligenciada a existência na capital federal de uma parcela do proletariado urbano dependente do Estado, fator que, segundo ele, favorecia a “colaboração de classes” e a “proteção do mesmo Estado”, dando uma conotação singular²⁴ à luta entre capital e trabalho. Assim, mesmo que não se deseje comparar a intensidade política dos movimentos operários em São Paulo e no Rio de Janeiro, é possível concluir que, em linhas gerais, o paulista possuía uma natureza mais matizada ideologicamente do que o carioca. Essa distinção, no entanto, não eliminava a concordância de ambos no sentido de privilegiar as lutas pela conquistas e direitos sociais, as quais, como já foi notado, colocavam num plano secundário o direito do voto.

Eis, então, dois segmentos significativos da população de baixa renda na capital federal: o nascente operariado, caracterizado pela intenção organizatória e contestadora, e aquela grande parcela desempregada cronicamente valendo-se regularmente da “viração”, capaz de, em determinados momentos, emergir politicamente em verdadeiros espasmos de violência no espaço público.

Esses segmentos foram destacados objetos da observação cômica que gerou a transposição da figura do “Zé Povo” da imaginação de Bordalo Pinheiro para revistas cariocas, em particular. Como inspirações do Zé Povo”, mais do que simples desprovidos da cidadania prometida pela república, portaram-se como espectadores do espetáculo proporcionado regularmente pelas eleições. Nesse particular, nota-se que o avesso da cidadania possuía uma dinâmica que a simples análise da negação dos direitos prometidos não é capaz de devassar.

A negação do voto ao analfabeto implantada pela ordem republicana manteve a natureza excludente representada na monarquia pelo voto censitário, que limitava extremamente a participação de parte considerável da população livre no país. Se a luta pelo direito do voto não constituiu, como já foi assinalado, um objetivo primordial do movimento operário brasileiro, os baixos percentuais da

participação eleitoral durante a Primeira República indicam que o aumento do contingente de votantes, portanto de alfabetizados, não deve ter sido considerável. Em verdade, a pequena participação eleitoral não deve ser atribuída apenas ao baixo índice de alfabetização ocorrente na Primeira República, pois devem ser acrescentadas, pelo menos, outras duas razões: a não-obrigatoriedade do voto e a violência que afastava muitos eleitores das urnas.

No que diz respeito às eleições presidenciais, dois aspectos merecem destaque: poucos cidadãos votavam, e dentre eles a grande maioria votava num mesmo candidato. Já no tocante à escolha de senadores e deputados, a primeira razão assinalada permanece válida, o que não ocorre com a segunda pois, dentre outros motivos, a quantidade de candidatos a tornava inviável.

Dados oficiais reproduzidos pelo sociólogo Guerreiro Ramos²⁵ mostram, por exemplo, que os percentuais de comparecimento sobre a população total do país por ocasião das eleições presidenciais durante a Primeira República oscilaram entre 1,44% e 3,19%. Outros dados, também reproduzidos pelo mesmo estudioso, assinalam que os percentuais de votação no candidato vitorioso sobre a população total variaram entre 56,03% e 99,06%, respectivamente para Hermes da Fonseca e Rodrigues Alves na sua segunda candidatura.

Esses dados, embora restritos às eleições presidenciais, configuram um quadro político vicioso em que uma minoria utilizava-se de todos os meios para controlar outra minoria – os eleitores – visando manter a dominação e o controle da sociedade civil como um todo. O mesmo Guerreiro Ramos utilizando o termo “circulação de elites”, sintetiza de forma exemplar esse mecanismo político implantado com a república:

“Durante o longo período em que o Brasil foi um país sem povo, nossa organização político-partidária funcionava sob o pressuposto de que a mera circulação de elites era suficiente para conjurar os impasses que se apresentavam no âmbito da sociedade política. Mediante o recurso da circulação de elites, a classe que empolgava o poder conseguia manter suas posições, embora, de quando em quando, nela incorporasse os círculos de ativistas formados nas camadas inferiores da sociedade. Desse modo, sem alterar o estatuto da sociedade global, a antiga classe latifundiário-mercantil preservava o seu papel de dirigente do processo histórico-social.”²⁶

Em outras palavras, o arranjo político entre oligarquias estaduais proporcionado pelo federalismo da Primeira República sustentou, desde Campos Salles, um Estado que “era a expressão de coalizões fluídas e movediças que frouxamente associavam entre si aquelas forças.”²⁷ A partir dessas “coalizões fluídas e movediças”, renovadas à cada eleição, desdobrava-se regularmente um processo de violência e corrupção que, como verdadeira avalanche, marcava presença em todos os recantos do país, tanto nas eleições presidenciais quanto nas municipais, passando pela escolha dos representantes no legislativo e dos presidentes de estado.

Em verdade, essa prática regular vinha desde o início do Segundo Reinado quando foi cunhada a expressão “eleições do cacete”. O quadro político posterior à Maioridade indicava o início de uma onda conservadora, determinando a necessidade de contenção de uma possível ascensão liberal na legislatura a ser iniciada em 1842. A montagem de um mecanismo que combinava fraude e violência nessas eleições pode ser visto como verdadeiro ponto de partida, ou talvez, um presságio, do instrumental político-eleitoral que persistiria em uso por quase um século no Brasil.

Diga-se de passagem que o reconhecimento do emprego da violência como uma prática política tradicional não significa que ela se desse somente durante as eleições. Elas constituíam, em verdade, o momento mais importante da luta política travada, de um modo geral, no interior das classes dominantes – a circulação de elites - e que se desdobrava em etapas distintas.

Se o emprego do cacete e da navalha nos embates eleitorais constituía uma tradição monárquica, a entrada progressiva do revolver, representou um enriquecimento do “arsenal persuasivo” que a Primeira República acentuou, particularmente na capital federal. Com longa tradição de uso, a “sardinha”, como era conhecida a navalha entre capoeiras e cafajestes, tinha, inclusive, uma das suas origens no além-mar, mais precisamente na Lisboa antiga. Observe-se, por exemplo, este comentário de uma ilustração de Bordalo Pinheiro, feito em 1873, sobre os fadistas da capital portuguesa:

“Toca guitarra; canta o fado nas ocasiões de tristeza e nos momentos de alegria, e usa de navalha de ponta e mola para se desvencilhar nas circunstâncias

apertadas; mas o uso deste instrumento cobarde e indigno o leva para caminhos mais perigosos que o da vadiagem até as plagas africanas.”²⁸

“Sardinha” no Rio de Janeiro e em Lisboa, “adaga”, “espinha”, “naifa” e “tiba” na capital portuguesa, a navalha, não importava o tipo, foi um “instrumento” inseparável, e ao mesmo tempo decantado, para cafajestes e fadistas. Essa importância assumida pela navalha nos dois lados do Atlântico, remete à imigração portuguesa para o Rio de Janeiro, particularmente no século XIX. No seu bojo, não foi estranha a vinda de muitos fadistas que acabaram por se integrar no mundo da capoeiragem.

Carlos Eugenio Líbano Soares, estudioso da capoeira no Rio de Janeiro durante a monarquia, considera que a presença de portugueses nas “maltas” capoeiras deveu-se, entre outros fatores, “(...) a proximidade de condições de vida e trabalho e os laços de solidariedade tecidos pelo infortúnio e pela miséria (...)” que, segundo ele, “(...) sugerem ser a capoeira, muitas vezes, o elo fundamental entre culturas separadas por um oceano e séculos de história.”²⁹ A propósito, convém notar que não foi estranho às estatísticas policiais o registro da prisão de portugueses pela prática da capoeiragem na capital federal durante o Segundo Reinado e a Primeira República.³⁰

O crescente emprego da navalha e de outras armas brancas, como do próprio cacete – o “petrópolis” vulgarizado pelos capoeiras – expressou, independente das suas origens, não só a constância da violência, mas também a baixa disponibilidade de renda de muitos que as usavam. Um revolver custava e custa muito mais do que uma arma branca e um “petrópolis” bem preparado. Além disso, faca, navalha e sodela de sapateiro tornam-se armas, pois elas não são fabricadas com a finalidade de ferir pessoas. O mesmo não pode ser dito com relação ao revolver, e mesmo o punhal e a espada, para não deixar de lado algumas armas brancas. O fato de muitos valentes ou capangas utilizarem o revolver como instrumento fornecido pelos seus “patrões” não desqualifica aquela observação crítica.

Embora não se possa desprezar o seu emprego durante a época colonial, a violência política ampliou, desde a monarquia, o uso de armas no cotidiano da cidade. Sua vulgarização dependeu também de outros fatores, desde que os

delitos comuns caracterizavam-se nesse particular pelo alto índice do uso de armas brancas e do cacete. Armas de pobre? Provavelmente sim, sem desprezar a hipótese de que a disseminação da capoeiragem pelas ruas do Rio de Janeiro tenha contribuído para torná-las confiáveis. Aliás, essa condição associou-se à habilidade adquirida por muitos no uso de armas brancas, mais do que do cacete, que passou a representar um fator de valorização, e até motivo de vaidade para um grande faquista ou navalhista.

A esse respeito, vale invocar o testemunho de Orestes Barbosa, poeta, cronista da cidade consagrado pela composição “Chão de Estrelas”, que na sua passagem pela Casa de Detenção, condenado por injúria, recolheu muitos termos da gíria da “casa” durante os anos vinte:

“- Homem é no ferro!

Ainda há valentes que pensam assim,

Acham a arma de fogo covarde.

Querem a luta à arma branca.

Mas o revólver e a pistola não dão ouvidos aos raros capoeiras e ficam

com esta opinião:

- É no fogo!”³¹

Os vários termos de gíria empregados para designar a navalha no Rio de Janeiro, como por exemplo, “sardinha”, “manhosa”, “barbeira”, indicam que ela desfrutava de grande popularidade entre as parcelas marginalizadas socialmente. No mesmo sentido, foram criados termos específicos para designar ações efetuadas com navalha ou faca. “Riscar” e “vacinar”, por exemplo, significavam golpear com arma branca, especialmente com navalha. Já fazer uma “semifusa” era executar passes com a navalha para confundir o adversário. “Ver o preço da banha” identificava o golpe de navalha que abria o ventre de alguém.

Já o cacete, além do termo “petrópolis”, era identificado no vocabulário da gíria como “guarabu”, “madeira”, “suruba” e “são-benedito”, este designando o cacete longo e preto usado por policiais. Para o revólver, havia os termos “berrante” e “fogo”.

Enfim, muito dessa popularidade que o uso e, particularmente a ostentação corriqueira de armas provocavam, refletia um traço do cotidiano carioca que

assumia um caráter profissional quando as campanhas políticas e as eleições entravam em cena. Profissional porque nesses momentos os cafajestes assomavam plenamente para “entrar na política”. Era a hora de “entrar com o seu jogo”. Era o momento adequado para “se espalhar”.³² Com isso, aumentavam as oportunidades para que os “profissionais” hábeis no “jogo”- os “cafajestes” pudessem “ganhar algum”. A melhor hora era essa, como entendiam dois deles em conversa franca:

- *Oiá só como tudo nos engrossa! Seu Irineu, seu Heredia, seu Thomaz, seu Virgulino, seu Leite Ribeiro, seu Lins, seu Sá Freire.*
- *É; agora todos esses figurão nos tira o chapéu e nos toca estes ossos; mas é só p’ru causa da inleição, seu cumpadre!*
- *Isso seu eu! Vamos proveitá e pedi a todos uns cobre por conta do serviço.*³³

Alguns desses profissionais ganharam notoriedade por seus desempenhos políticos durante a Primeira República, tendo suas alcunhas registradas na memória da violência de encomenda no Rio de Janeiro. Foram os casos, por exemplo, de “Camisa Preta”, “Zé do Senado” e “Juca da Praia”.³⁴

A prestação de “serviços políticos” por cafajestes nas eleições urbanas, como foi o caso do Rio de Janeiro, não tem ocupado um espaço significativo no âmbito historiográfico, em oposição ao que se dá com relação as eleições nas áreas rurais. Quanto a esse particular, existem algumas obras, já clássicas, que fundamentam há tempos os estudos sobre o mecanismo político controlado pelo “coronelismo” no interior. São elas: “Coronelismo, Enxada e Voto” de Vitor Nunes Leal, e “O mandonismo local na vida política brasileira” de Maria Isaura Pereira de Queiroz.³⁵

Apesar da especificidade da área de estudo, o trabalho de Leal enfoca sinteticamente aspectos que estão também presentes no universo político das metrópoles durante a Primeira República: a corrupção e a violência.³⁶ Ao contrário da capital federal, esses dois aspectos estão intimamente ligados nas áreas rurais ao “coronelismo”, expressando, de um modo geral, a importância do latifúndio e das relações de dependência e os compromissos sociais dele decorrentes. Se essas características eram inexistentes no Distrito Federal, é fundamental para a avaliação do seu processo político-eleitoral que se busque a singularidade dele.

O Rio de Janeiro era, no início do século XX , além de capital federal, a maior cidade do país e o seu principal porto. Para ele convergiam atenções e interesses provenientes de várias partes do país, visto que, sendo a sede do governo central e do Congresso , representava o papel de palco maior das decisões políticas nacionais:

“Para a cidade – que foi sucessivamente dos governadores, dos vice-reis, dos imperadores e dos presidentes – vinham as queixas, os pedidos de auxílio, a solicitação da palavra do poder supremo e, mais ainda, a esperança na solução dos mais variados e complexos problemas. Dela partia a idéia ou a inovação, surgia a lei ou a determinação governamental, tinha origem o progresso, provinha a moeda ou a nomeação, a moda era imposta e o modo de fazer as coisas ficava fixado. Para o Rio de Janeiro todos desejavam vir, fossem provincianos ou estaduanos; não havia quem deixasse de julgar que sua vinda representava a conquista da “sorte grande”, ou, em outras palavras: a solução definitiva de seu destino.”³⁷

Se a capital federal era um palco, ela, em verdade, servia de espaço para a representação de “peças” que eram escritas pelas oligarquias estaduais bem longe do Rio de Janeiro . Não seria exagerado afirmar-se que a cidade do Rio de Janeiro era o terminal das decisões políticas durante a Primeira República.

Essa posição de terminal, conferia ao Distrito Federal uma natureza singular. O fervilhamento político que decorria da condição de sede do governo republicano e do Congresso Nacional, acabava envolvendo o processo político-eleitoral local. A intensa movimentação política que construía um grande arco , desde os corredores do Congresso e ante-salas do Palácio do Catete até os cafés da moda, tornava as eleições na cidade do Rio de Janeiro um acontecimento digno de nota, menos pela quantidade de representantes eleitos do que pela agitação das ruas.

Pela legislação então em vigor, os eleitores do Distrito Federal escolhiam, além do Presidente da República e dos membros do Conselho Municipal, 10 deputados federais e 3 senadores. Já que a representação no Senado era a mesma para cada unidade da federação, os 10 deputados “cariocas” perfaziam 4% do total dos eleitos em todo o país para aquela casa.

No entanto, a pequena representatividade do Distrito Federal na Câmara dos Deputados – relativa a sua população – não deve ser desvinculada da importância política que as eleições significavam para o próprio Rio de Janeiro. Em outras palavras, cada eleição na capital federal representava um momento que permitia a afirmação periódica da negação dos direitos de cidadania de parte considerável da sua população. Era, portanto, o momento em que as forças políticas dominantes na cidade, embaladas pela circunvizinhança do poder federal, demonstravam que a efervescência das ruas pouco conseguia no que dizia respeito à representação política efetiva.

Apesar disso, não é possível negar que a natureza política específica do Distrito Federal contribuía em escala reduzida para confirmar o caráter corrupto e violento das eleições no país. Assim, por exemplo, a disputa pelos 27 cargos de intendentes do Conselho Municipal reproduzia o mecanismo político-eleitoral vigente durante a Primeira República, em particular pelo fato deste Conselho controlar a organização das mesas eleitorais:

“O PRF possuía ampla maioria no Conselho Municipal carioca na segunda metade dos anos 1890. Não custa lembrar que o controle do legislativo municipal era fundamental para a formação das mesas que apuravam as eleições para o Congresso Nacional. A fraude eleitoral era denunciada insistentemente pela imprensa contrária ao partido.”³⁸

Enfim, a surrada expressão “caixa de ressonância”, usada com relação ao Rio de Janeiro da Primeira República, nada ou pouco dizia quando o assunto tratado fosse eleição. A magnitude assumida por revoltas violentas, como a da Vacina e da Chibata, “meetings” e greves operárias, como a de 1917, além de outras manifestações de ruas ou pronunciamentos públicos no Rio de Janeiro, constituiu um fator de intranqüilidade para o governo federal que, aliás, procurou sempre dar uma resposta conveniente aos incômodos “vindos de baixo”.

Ganhar eleições no Rio de Janeiro não era tão difícil assim para a “situação”, como de sorte em todo o país; o problema estava justamente na manutenção da ordem no Distrito Federal. Esta era uma questão vital para o governo federal e, por extensão, para os seus prepostos, as autoridades

municipais, dada, como já se mostrou, a especificidade do comportamento político de grande parte da população.

Diante da contingência maior com que se deparava a “situação” – a vitória nas eleições - tanto a autoridade suprema do país, quanto o mais simples dos seus agentes – o cafajeste “entrado na política” – expressavam cuidados e certezas com relação ao resultado das urnas.

A esse respeito, torna-se bastante oportuna a lembrança de um trecho da fala do presidente Wenceslau Braz , quando da inauguração da sessão legislativa de 1915:

“Precisamos garantir o alistamento e a eleição contra o assalto dos defraudadores; precisamos impedir as duplicatas e as triplicatas de atas e juntas apuradoras. É também indispensável que a apuração e o reconhecimento sejam a expressão da verdade eleitoral.”³⁹

Pode parecer estranho, à primeira vista, que um presidente da república, legítimo representante das oligarquias, tenha manifestado preocupação com a lisura do processo eleitoral, justamente a negação de uma das práticas fundamentais para a reprodução do mecanismo político que garantia a continuidade da “circulação das elites”. No entanto, as palavras do presidente expressam cuidados com manipulações que pudessem afetar a normalidade do processo eleitoral em favor da situação, particularmente na composição do Congresso Nacional. Ao contrário, a escolha do presidente da república era caracterizada, de um modo geral, por uma enorme disparidade entre a votação do eleito e os demais candidatos. O próprio Wenceslau Braz recebeu, nas eleições de março de 1914, nada menos do que 532.107 votos contra apenas 47.782 votos dados a Rui Barbosa, o segundo colocado.

A investida do presidente contra a corrupção eleitoral, longe de representar um desejo da sua liquidação, significava um apelo no sentido de preservá-la sob o controle das forças oligárquicas hegemônicas naquela conjuntura. Daí, a idéia de “verdade eleitoral”; ou seja, que o resultado das urnas deveria expressar a vontade do elenco eleitoral minimamente controlado pelas forças da situação. No entanto, as propostas legais feitas por Wenceslau Braz esbarraram na resistência

das forças que sustentavam o intrincado jogo político oligárquico da Política dos Governadores⁴⁰.

Essas forças, em verdade, apostavam nesse jogo político, correndo os riscos que as flutuações dos interesses oligárquicos impunham a um eleitorado reduzido. Conter a elasticidade desse eleitorado por meio de recursos legais era algo que escapava a lógica da “circulação das elites”. O governo não perdia eleição, daí a luta para tornar-se governo em qualquer esfera de poder. A necessidade do emprego regular da violência sobre os eleitores e adversários acabava decorrendo dessa realidade política. Realidade essa que transparece na observação feita por Raymundo Faoro ao analisar as eleições na República Velha:

“(…) a eleição será o argumento para legitimar o poder, não a expressão sincera da vontade nacional, a obscura, caótica e submersa soberania nacional. A vergonha dos chefes não nasce da manipulação, mas da derrota. O essencial é vencer, a qualquer preço.”⁴¹

No outro extremo da hierarquia das personagens políticas, encontrava-se a figura do cafajeste ou “bamba”. Isso no caso da capital federal. Agente direto no emprego da violência na política, a ele não era estranha a importância do controle do processo eleitoral e, particularmente, dos seus resultados. Para ele, todo esse processo resultava no exercício da “soberania nacional”:

- *Thomas Delfino – Não quero cá saber de leis e formalidades. O nosso partido precisa vencer as eleições municipais. Ainda não perdi a fé no meu método confuso... Mas em todo caso, si vocês virem que a coisa corre perigo... metam-lhe alguns capítulos novos!*

- *Cafajeste – Que duvia, seu dotô, que duvia? Toca-se pro páo! Eles hão de vê o china seco quando nós varrê o ricinto a chulipa, rasteira e navaia! Quem é capais de arrisisti à nossa soberania nacional?*⁴²

Ou seja, quem tem coragem ou competência para “encarar” o exercício do direito do voto da forma como os cafajestes o exercem? Se não, eis a “soberania nacional”: a expressão dos votos depositados nas urnas, ou ainda dos resultados assentados nas atas fraudadas. Afinal, o emprego da “chulipa” – pontapé nas nádegas ou bofetada – e de armas brancas era um argumento suficiente para fazer muita gente “ver o china sêco”; isto é, ficar atrapalhada.

O resultado das urnas era o critério da verdade para os candidatos acostumados a ganhar eleições, não importando os custos, e mesmo os riscos, que tivessem que enfrentar:

- *Cafajestes – Oia que no dia 30 não queremos caçoada, se logo de manhâsinha vancê não corrê c’o arame, fica sem gente p’rá fazê rôlo, p’rá metê o cacete, p’rá matá, si fô perciso!*
- *Espoleta do candidato – Não há dúvida! Podem ficar tranqüilos, que receberão o pelegame na véspera! Não vê que seu doutor pode ficar sem os alicerces da soberania das urnas!”⁴³*

O diálogo entre cafajestes e um “espoleta”⁴⁴ – cabo eleitoral – de um candidato caracteriza a contratação dos “serviços” dos primeiros, prática corriqueira que a Primeira República herdara da Monarquia. Esse diálogo, em verdade, constituía uma etapa de um jogo, de um compromisso, que ganhava intensidade por ocasião das eleições.

O primeiro momento desse jogo era a manutenção do controle de um “reduto” por parte do candidato a um cargo eletivo. Em poucas palavras, reduto correspondia a um bairro ou freguesia onde determinado político garantia para si a maior parte dos votos ali disponíveis. No final da monarquia, por exemplo, ficou famoso no Rio de Janeiro o deputado Luís Joaquim Duque Estrada Teixeira, que, segundo se afirmava, não perdia eleição na freguesia da Glória,⁴⁵ o seu reduto. O controle de cada reduto não se dava sem o emprego regular da violência. Em escala mais ampla do que a dos bairros ou freguesias, pode ser lembrada a constituição de uma verdadeira geografia da violência política na capital federal com base na ação de “nagôas” e “guaimus”, principalmente durante o Segundo Reinado.⁴⁶

Qualquer que fosse a intensidade da violência e da corrupção necessárias para o controle do reduto, certas formalidades tinham que ser cumpridas por exigência legal. O alistamento eleitoral era uma delas pois, afinal, sem diploma eleitoral não haveria eleitor. Se o titular votaria ou não, ou ainda, se o título seria utilizado por mais de uma vez, era uma questão que o próprio andamento da votação determinaria.

Segundo a legislação republicana, eram condições básicas para o alistamento: o preenchimento de um requerimento feito pelo eleitor solicitando o título, e o reconhecimento da firma do postulante. Ambas condições, justificadas pela exigência de alfabetização do eleitor, eram burladas freqüentemente pela presteza dos “espoletas” ou “galopins”, aliada à conivência das mesas eleitorais e de funcionários comprometidos com a “situação”:

“Sabe-se, porém, através de fartas referências na crônica política do período e na literatura, da incansável ação dos cabos eleitorais no preenchimento dos requerimentos, bastando que o arregimentado garatujasse o nome do livro de presença por ocasião do pleito.”⁴⁷

O reconhecimento da firma vinha na seqüência do processo de corrupção, desde que, via de regra, os funcionários com poder para tanto – juizes de paz e delegados, por ex. – geralmente estavam comprometidos pela dependência fundada nas suas nomeações. Note-se que essas artimanhas eram facilitadas pelo fato de que os diplomas eleitorais não possuíam fotos dos seus titulares.

A proximidade das eleições imprimia um dinamismo ao mecanismo específico do reduto. Aquele que o controlava, em vários momentos chamado de “chefe” ou “doutor” – “dotô” - pelos cafajestes, começava a agir no sentido de “por em dia” as relações com o seu eleitorado. Nesse momento, tornava-se bastante importante o concurso dos “bambas” ou cafajestes, particularmente pelo fato de possuírem competência para ajustar boa parte do eleitorado às exigências ditadas pelas regras violentas e corruptas do jogo político imperante. Nesse particular, sua competência não deve ser subestimada, pois eles atuavam num universo político em que o voto não era obrigatório. Com isso e mais a violência, resultava uma “oferta eleitoral” que não deveria ser das maiores.

Assim, antes mesmo de afastar eleitores que não merecessem a confiança do “chefe”, era necessário recrutar outros que ocupassem de forma confiável as vagas abertas, muitas vezes a contragosto dos titulares: os portadores de “diplomas”, os então equivalentes aos títulos eleitorais. Era o momento em que a capacidade de conhecimento da “zona” por parte dos cafajestes tornava-se fundamental. Onde e quando encontrar “fósforos”, era uma tarefa para qual

poucos estavam tão habilitados quanto os “bambas”, o que não impedia que muitos deles desempenhassem também aquele papel. Contemporâneo dessas práticas, Lima Barreto incluiu-as no seu já lembrado “Os Bruzundangas”,⁴⁸ :

“Raro é o homem de bem que se faz eleitor, e se alista, para atender a pedido de amigos, não tarda que o seu diploma sirva a outro cidadão mais prestante, que no dia do pleito, para fins eleitorais, muda de nome e toma o do pacato burguês que se deixa ficar em casa, e vota com eles. Isso é o que lá se chama: - “um fósforo”.⁴⁹

Fósforo” tem uma só cabeça. Queimou, acabou. Votou, e pronto:

“Candidato – Sabes? Tens que votar em mim para deputado.

- *Pai João – Eh! Eh! Siô moço, magi iô nom sô inleito...*
- *Candidato – Não faz mal; tenho aqui o diploma do saudoso Ricardo Estanislau...
Você vota no lugar dele...*
- *Pai João – Magi yôyô, sinhô véio Tanislau não era preto como iô: era craro como crara d’ovo...*
- *Candidato – E que tem isso? Pinta-te de branco, e... viva a República!”⁵⁰*

Mas, havia “fósforos” de vários tipos; alguns que, contrariando a semântica mas obedecendo às finanças pessoais, “queimavam” mais de uma vez:

- *Bethebcourt Filho – Aqui estão as cédulas que você tem de colocar nas urnas...*
- *Cafajeste – Cumo é isso? Então eu tenho di sê mais di um?*
- *Bethencourt Filho – Pois você não recebeu cem lonas? São cinco votos a vinte cada um...*
- *Cafajeste – É; mas, votos com esperança di dá e apanhá pau, não si pode-se fazê*

por esse preço.⁵¹

Havia ainda aqueles que “queimavam” em grupo, sendo, em alguns casos, identificados às claras como membros da “turma da lira:

- *Thomaz Delfino – Olha, seu juiz, aqui trago um cidadão que ainda não conseguiu o diploma de eleitor.*
- *Raja Gabaglia – Não duvido... São tantos... Uma chuva deles. E quase todos do povo da lira.*
- *Cidadão – Da lira, não sinhô: nois somo tudinhos de seu dotô senadô Derfino...*
- *Thomaz Delfino – História dele, seu juiz! É para engrossar...*
- *Juiz – Tu que sabes o que eu sei, cala-te tu que eu me calarei...”⁵²*

A aproximação do dia da eleição criava uma expectativa de mais ação, de mais “trabalho” para os cafajestes, o que representava também uma oportunidade a mais para “defender algum”. Nessa etapa da prestação de serviço, ressaltava, de saída, a intimidação de eleitores. Ou seja, era necessária a criação de um

clima capaz de amedrontar eleitores pouco confiáveis para o “chefe” do reduto, fazendo com que permanecessem em casa ou, em muitos casos, cedessem seu diploma a terceiros. Mais uma vez, o testemunho de Lima Barreto dado em “Os Bruzundangas” serve de ilustração para um outro episódio da “entrada na política” dos “bambas da zona”:

“A fisionomia aterrada e curiosa da cidade dá a entrever que se está à espera de uma verdadeira batalha; e a julgar-se pelas fisionomias que se amontoam nas seções, nos carros, nos cafés, e botequins, parece que as prisões foram abertas e todos os seus hóspedes soltos, naquele dia.”⁵³

Era chegada a hora da exibição dos candidatos e do seu “pessoal”, geralmente em carros abertos, pelas ruas do reduto numa convivência escancarada que dava um tom entre cômico e assustador ao espetáculo que, desta forma, mal se iniciava. Da exibição descarada do “chefe” e da sua capangada, passava-se à votação. Chegara a “hora da verdade”, momento fundamental para a gestação da “soberania nacional”, também chamada de “soberania populá”.⁵⁴ Nesse momento, a ação anterior de “espoletas” e de “cafajestes”, sob o patrocínio do “dotô” do reduto, era complementada pela coação, quase sempre ostensiva, sobre eleitores em plena seção eleitoral:

“Estive assim cerca de duas horas, ao fim das quais alguns daqueles sujeitos horrendos se aproximaram e, fingindo que o faziam às ocultas, começaram a examinar facas, punhais, estoques, garruchas, revólveres, que traziam. Via perfeitamente tais armas e descobri que mesmo para isso é que eles tal cousa faziam.

Fascinaram-me e não pude desviar o olhar. Foi a minha desgraça, Deus dos Céus! Um deles ergueu o chapéu ao alto da cabeça e fez para mim, encarando-me com horrorosa catadura:

- Que está olhando?
- Nada, não senhor; respondi eu.
- Vá... Você está aí com parte de siri sem unha... Arreda!
E. sem saber como, vi-me envolvido em um formidável rolo e levei uma porção de pauladas e quatro facadas.”⁵⁵

Dessa forma, cumpridas as tarefas de rua a ação dos cafajestes passava a ser o controle da votação e da apuração dentro das quatro paredes da seção eleitoral. Ali, a habilidade e a arrogância dos “bambas” se articulavam a um outro

componente do mecanismo da fraude e da corrupção eleitorais: a mesa eleitoral. Composta por cinco membros, geralmente de confiança da situação, e instalada em cada distrito, ela era a responsável pela legitimação do votos dos “fósforos”⁵⁶ que compareciam no lugar de mortos, alienados e desistentes, entre outros, além dos eleitores alistados legalmente. Dessa forma, votação e apuração eram, praticamente, partes de um ato que se dava no mesmo espaço: a sessão eleitoral.

Feita a votação, dava-se início a apuração e, então, o processo de violência eleitoral e de fraude entrava no seu momento final. Se a violência durante a votação, como já se notou, era ostensiva, a apuração obedecia a um ritual que, se não prescindia da coação dos facínoras, exigia tanto habilidade quanto descaramento de gente letrada. Não era incomum a falsificação de atas, que incluía até mesmo resultados preparados de véspera:

“Às mesas eleitorais se deveu também uma das comuns formas de fraude: as eleições a “bico de pena”, em que uma das modalidades consistia na exclusiva “escrituração dos fatos”, sem a presença de um único eleitor. Formalmente, porém, os livros e as atas registravam desde as assinaturas de presença até a apuração dos resultados, tudo feito na véspera, onde não houvesse oposição e fiscais.”⁵⁷

Em certas circunstâncias, a própria votação era dispensável ou descartada, mas a ata não poderia deixar de existir. Afinal, ela era a prova efetiva e irrefutável da afirmação da “soberania populá”:

- *Cheguemos lá pr´á votá inda não era dez hora... Contremos as porta fechada. Ca dê mezários? Nada! Nisso, um tá doutô aparece e prigunta: Que fazem ocês? E nois responde: Tamo aqui para exercê o nosso dirêto de cidadão! Oia lá na parede - disse o dotô! Nois oiêmo: era o editá co rizultado da inleição! Ora isso é uma pôca vergonha! Isso é um disaforo!*
- *Non acho! Foi p´rá evitá trabaio a ocês. Foi uma arta prova de consideração!...*⁵⁸

Feita a apuração e elaborada a ata terminava praticamente o processo político-eleitoral, que voltaria a ganhar intensidade nas próximas eleições reproduzindo todo um mecanismo violento e corrupto. Para os cafajestes, no entanto, as atividades políticas, tal como entendiam, entravam em outro ritmo pois, embora muitos tivessem profissão, era necessário garantir a sobrevivência com

alguma folga. A prestação de serviços a algum “chefe” permanecia como alternativa valiosa, mesmo para aqueles que haviam conseguido uma “colocação” no serviço público, geralmente como policiais, ditos “secretas”, como se verá mais adiante. Para esses, haveria até oportunidade para um duplo ganho: como “homens da lei” e como capangas.

Enfim, oportunidades para os “bambas” defenderem o “arame” – dinheiro – continuariam a aparecer. Assim, por exemplo, o desempenho da função de “guarda-costas” de um “chefe”, ou, ainda, a freqüência das galerias da Câmara dos Deputados ou do Senado, Nesse caso, a formação de grupos de intimidação – as “turmas” - ou de “cliques” dava oportunidade à exibição de “bambas”, embora o próprio recinto, cerimonioso e restrito, a inibisse.⁵⁹

Inibição? Por que não? A ação dos cafajestes possuía uma grande amplitude, mas como tal tinha também seus limites. Da pretensa proibição nas dependências do Congresso ela estendia-se até uma ação espetacular em pleno centro da cidade do Rio de Janeiro. Em 1909, por exemplo, em uma seção eleitoral instalada na Biblioteca Nacional, na Avenida Central, símbolo da “Regeneração” da capital federal, registrou-se um sério “rolo” eleitoral por ocasião das eleições para intendentes municipais que, inclusive, provocou a morte de uma pessoa:

“O que parece entretanto provado é que por volta das 3 horas da tarde, estando terminada a coleta das cédulas, e antes de iniciar-se a contagem destas e o trabalho de apuração, um indivíduo que diversas testemunhas dizem ser o “Camisa Preta”, alcunha vulgar de A. F. S., aí penetrou e pôs uma das mãos sobre a urna, ao mesmo tempo que empunhava na outra uma pistola; este seu ato, manifestamente agressivo e indébito, provocou imediatos protestos de parte de alguns membros da mesa e de outros indivíduos ali presentes, de sorte que estabeleceu-se rapidamente uma grande confusão e tumulto, trocando-se entre as pessoas e desordeiros, que no local se achavam reunidos, dezenas de tiros, de tal forma que os mesários fugiram espavoridos (...)”⁶⁰

A intervenção do “Camisa Preta”, cafajeste famoso⁶¹, juntamente com outros “desordeiros” presentes na sessão configurou, provavelmente, uma votação problemática para algum candidato. Na dúvida, que se acabe com a eleição e se evite, o mais importante, a apuração dos votos.

Mas, a fuga dos mesários não representou o fim do “rolo” pois, ao saírem porta a fora, abandonaram a urna “que foi, no tumulto e por entre os tiros, arrebatada de cima da mesa, disputada entre os lutadores, e conduzida para a rua, onde foi apreendida pela força de cavalaria de polícia em poder do crioulo G.M., também conhecido pelo vulgo de “Geraldo da Praia”. Sete testemunhas afirmam positivamente ser “Camisa Preta”(A. F.S.) o autor da morte do guarda noturno Marcelino Antonio de Oliveira.”⁶²

Nessa empreitada bastante característica do jogo político da Primeira República, “Camisa Preta” e “Geraldo da Praia” não eram os únicos “bambas” conhecidos presentes na sessão eleitoral:

“Quanto a H.R.P., vulgo “Pula Ventana” colheu-se do inquérito o seguinte: J.G.S., H.M. e F. P.F. dizem que “Pula Ventana” estava na companhia de “Camisa Preta”, o que também é confirmado por este.”⁶³

Esse exemplo, com a participação documentada de “bambas” num “rolo” eleitoral, corroborava o que se sabia, mas nem sempre se dizia abertamente, embora fosse notório o comprometimento de políticos com cafajestes. Uma das possibilidades de desvendamento dessa situação está justamente na análise das “charges” e no testemunho de memorialistas que escreveram sobre o Rio de Janeiro durante a Primeira República.

Um levantamento das “charges” publicadas, nas duas primeiras décadas do século XX, no “O Malho” e no “Fon-Fon”, importantes revistas humorísticas cariocas deste período, revela, particularmente na primeira publicação, que alguns políticos aparecem com maior freqüência comprometidos com cafajestes . Dois nomes, entre outros, merecem destaque: o senador Augusto Vasconcelos, conhecido como “Rapadura” e o deputado Irineu Machado.

Vasconcelos , que foi signatário do manifesto a favor da chapa Marechal Hermes- Venceslau Braz à presidência, além da ocupação de uma óbvia cadeira no Senado, acabou dando nome a uma pequena estação da Central do Brasil, situada no ramal suburbano de Santa Cruz.

Já Machado, o “seu “Irineu” dos cafajestes, foi advogado, deputado com alguma base eleitoral entre ferroviários da Central do Brasil, da qual foi

funcionário, militou nas hostes florianistas e, mais tarde, participou da “campanha civilista”. Em 1921, apoiou Nilo Peçanha, tendo se envolvido no episódio das cartas falsas contra Arthur Bernardes.

Uma “charge” de “O Malho”, publicada em 1908, reuniu os dois políticos em um diálogo animado:

- *Irineu – Quero regenerar-me... esquecer um passado de tálburis e garruchas para só pensar no presente de boninas e foles, a fim de alcançar o reino do Catete, céu das minhas esperanças! (Contrito). Fico sozinho aqui!*
- *Augusto Vasconcelos – Home´essa! Não é que o diabo se fez ermitão?!*
- *Mello Matos – Mas não vem para a minha sacristia este frei Thomaz de uma figa!...*
- *Cafajestes (sinistros) – Aquele qui quizé anabitá o nosso Santo Onofre terá que passá pru riba dos nossos cadalves!...”⁶⁴*

O já citado Bororó, boêmio e compositor carioca, dedicou um capítulo das suas memórias à velha Lapa. Naquela Lapa perdida num passado romantizado por muitos, que a viam quase como uma Montmartre carioca, ele encontrou, entre gigôlos, “polacas”, francesas, “coronéis” e otários, cafajestes famosos “entrando na política”:

“Aí é que os cabos eleitorais serviam aos senadores, deputados e intendentes. Quando chegava a hora de “abafar” as urnas, os tiros comiam soltos, assim como facadas, navalhadas, com as urnas “voando de qualquer maneira. Cada barulho ou crime que se praticasse bastava para que os deputados Irineu Machado, Nicanor do Nascimento e Metelo Júnior expedissem as suas ordens, a fim de que qualquer delegado mandasse rasgar todo e qualquer processo e livrasse os seus valentões “protegidos” de uma incômoda cadeia.”⁶⁵

Às ordens de “chefes” estavam muitos delegados, da mesma forma que sob a proteção dos primeiros ficavam os cafajestes, resguardados dos azares a que suas atividades políticas os expunham. No entanto, as relações entre “chefes” e cafajestes não eram mediadas apenas pelo dinheiro e pela proteção. Nessa barganha, existia uma moeda muito valiosa e, como tal, utilizada em menor escala do que as duas já assinaladas. Tratava-se da “colocação” no serviço público, objeto do desejo de muitos cafajestes, como de resto de muitos componentes da população de baixa renda na capital federal. Numa conjuntura histórica em que não havia concurso regular para o preenchimento de cargos no serviço público, a

indicação política era um caminho para a conquista de um lugar garantido pelos cofres públicos; possibilidade bastante valorizada no Rio de Janeiro por sua condição de sede do governo federal.

Dessa forma, *cafajestes* e “chefes” acabavam dando continuidade à prática do clientelismo que, aliás, não se esgotava na barganha que sustentavam, além de constituir um recurso político antigo no país. Perdido em suas origens na sociedade escravista, o clientelismo, como objeto de estudo histórico, mereceu mais atenção enquanto fenômeno radicado nas áreas rurais do que nas urbanas.⁶⁶ Essa circunstância decorreu do predomínio da produção primária voltada para a exportação, fator que determinava a existência de um maior contingente populacional no campo; onde, no entanto, o predomínio do braço escravo negro não impediu que houvesse espaço para o trabalhador livre.

Observações de Maria Isaura Pereira de Queiroz fornecem um significativo exemplo do clientelismo no campo, quando abordam as relações entre o fazendeiro e o sitiante e que, elucidadas, podem fornecer subsídios para a análise do mesmo fenômeno – o clientelismo – nas áreas urbanas. Em determinada passagem da sua avaliação do coronelismo, a autora emprega os conceitos de “dom” e “contra-dom”, tomados de empréstimo a Marcel Mauss, que são competentes para esclarecer essa manifestação de “favor” político:

“O que chamamos de “dom” e “contra-dom” se apresenta na realidade como uma reciprocidade de favores, como um contrato tácito entre o cabo eleitoral e os eleitores. Estes oferecem seus votos na expectativa de um favor a ser alcançado, podendo o contrato ser rompido quando uma das partes não cumpre o que dela se espera.”⁶⁷

A partir deste contrato, base da já lembrada barganha, o voto, segundo a mesma autora, assume: “o aspecto de um bem de troca quando o fato de se votar num candidato indicado pelo coronel significa que o coronel já fez algum benefício ao eleitor, ou deverá fazê-lo.”⁶⁸

Se esse raciocínio for transplantado para as áreas urbanas, ou mais precisamente para o Rio de Janeiro, ver-se-á que o benefício que o “chefe” pode oferecer especificamente aos *cafajestes* consistia basicamente na proteção, incluindo o “alívio” de processos ou prisões, e a “colocação” no serviço público. E,

era justamente nessa forma de entrada no serviço público que se encontrava um dos mais cobiçados favores desejados por muitos cafajestes: a entrada na polícia.

Mais do que para qualquer outro componente da população de baixa renda, para o cafajeste fazer parte dos quadros policiais representava um salto de qualidade na sua vida. De saída, a condição de policial, além de um ordenado certo, lhe conferia a distinção daquilo que se poderia denominar de “oficialidade”. Ou seja, suas ações continuariam a ser as mesmas, porém, doravante seriam efetuadas em nome de uma instituição pública que paira acima de todos – a polícia -, e não mais decorrentes das ordens deste ou daquele “chefe” político. Isto seria o que pareceria a eles e a muitos.

Dessa forma, o desempenho de funções policiais por cafajestes ou similares implicava a possibilidade destes agentes tornarem-se também instrumentos de corrupção, paralelamente ao emprego da violência. Se os meios usuais de intimidação e de agressão continuariam a ser válidos na nova função, a eles somava-se uma oportunidade de barganha. Por exemplo, a detenção de um indivíduo ou a suspensão de uma agressão – um “corretivo” - poderiam ser negociadas por dinheiro. Embora não se possa afirmar que essa barganha fosse exclusiva de cafajestes policiais, ela não representaria uma alteração da normalidade das práticas anteriores de todos aqueles que haviam “entrado na política”, dada a associação regular entre violência e compensação financeira. Mas, de outro lado, a condição policial permitia-lhe tirar proveito de um ato oposto àquele que tradicionalmente desempenhava; ou seja, receber dinheiro justamente para não fazer o que deveria. Seria, em termos simples e diretos, a compensação a mais por “passar para o outro lado”.

Note-se, no entanto, que essa prática clientelista, denunciada por Campos Salles, quando Ministro da Justiça, como uma mazela da monarquia notabilizada na figura do “secreta”,⁶⁹ continuou a criar embaraços para as autoridades policiais da capital federal durante a Primeira República. Isso porque, muitas vezes, a baixa qualificação da maior parte dos “secretas” dificultava a efetivação das funções próprias de um policial.

Decorridos mais de 20 anos de governo republicano, autoridades policiais da capital federal não faziam mistério quanto às qualidades de muitos “secretas” e aos males que isto acarretava. Em uma das teses apresentadas na Conferência Judiciário-Policial de 1917, realizada no Rio de Janeiro, o Major Gustavo Bandeira de Mello afirmou categoricamente:

“Nas classes mais rústicas abastecia-se de pessoal a polícia de rua. Outra gente não aceitava a penosa função de rondar. O ordenado era pouco, árduo o trabalho e nenhum o estímulo. Os secretas, assim, providos dessa polícia, não podiam, por muito que se esforçassem, fazer frente à criminalidade que lê e escreve, que induz, deduz e da ciência se vale para vencer obstáculos.”⁷⁰

Esse era um aspecto da outra face do clientelismo urbano no Rio de Janeiro que, diga-se de passagem, foi reconhecido publicamente em um momento histórico crítico para as autoridades policiais da capital federal. Afinal, em 1917, não era apenas a criminalidade tradicional que lhes trazia preocupação, pois as crescentes manifestações operárias mereciam cada vez mais as atenções dessas mesmas autoridades.⁷¹

Em verdade, o reconhecimento do fato de que o emprego de “secretas” mal qualificados comprometia a eficiência da polícia não esgotava o assunto, nem contribuía para apontar um caminho para sua solução. Antes de tudo, as autoridades policiais do Distrito Federal percebiam que estavam frente a uma conjunção de fatores de desordem que desafiavam os seus esforços para aparelhar e metodizar a sua ação:

“Não se conhece com facilidade a vida de uma grande capital. E conhecer uma cidade importante sob o ponto de vista policial é coisa que demanda tempo. A polícia não lida com fatos normais. A sua missão, justamente, é tratar com os casos que perturbam a normalidade ou ameaçam perturbá-la. Bom policial é aquele que conhece o meio em que exercita sua função: a cidade, os seus vícios, as suas desordens, as suas fermentações, e, por outro lado, os viciados, os desordeiros, os agitadores.”⁷²

Conhecer o meio. Conhecer o ambiente em que está mergulhado. Eis a condição, em verdade a mínima, para o exercício da função de bom policial. Condição que, diga-se de passagem, não faltaria à maioria dos “secretas”, mas que, no entanto, não garantia o desempenho das tarefas a eles atribuídas. A que

se considerar que, naquela conjuntura, uma das questões que estariam preocupando as autoridades policiais do Rio de Janeiro era justamente a necessidade de melhor preparo profissional do policial. E para tanto, tornava-se fundamental que aquele conhecimento que a Conferência procurava ordenar fosse transmitido aos policiais.

Assim, o conhecimento policial, tal como era proposto, passaria não só pela percepção do que seria classificado como movimento anormal, bem como pela distinção entre as variações individuais no seio da população. Com base nesse conhecimento, a ação policial buscaria a disciplinarização da cidade que, por sua vez, dependeria de igual condição por parte dos agentes responsáveis pela sua própria constituição.⁷³

No entanto, nessa mesma Conferência fica patente que o emprego de “secretas” era apenas um dos obstáculos que dificultavam melhor capacitação do quadro de agentes policiais na capital federal. No corpo das intervenções feitas durante as suas sessões destaca-se uma que, entre outros aspectos, reconhece que, em linhas gerais, a implantação da orientação dita científica no quadriênio Afonso Pena, deixava a desejar:

“A Polícia do Distrito Federal tem uma organização deficiente que urge remodelar – é uma verdade notória, e vale por um axioma. Basta acentuar que a organização policial vigente conta mais de uma década de existência e data da brilhante administração Alfredo Pinto, quando, não decorria ainda o primeiro ano da presidência Afonso Pena.

Aquela reforma foi um passo avantajado sob muitos aspectos, cumprindo salientar, entre outros, a instituição de entrâncias no quadro de delegados policiais, a completa reorganização do serviço médico-legal, a exigência de concurso para o comissariado de polícia, a criação da Polícia Marítima, do Boletim Policial e o desenvolvimento dos serviços inerentes ao Gabinete de Identificação.

“(…) e, assim, aquela organização de 1907, grande conquista no tempo em que foi levada a cabo, é hoje, por todos, tida por deficiente para a quadra presente.”⁷⁴

Vadios nacionais e estrangeiros, menores delinquentes, mendigos, prostitutas, criminosos de todo tipo, além de agitadores, constituíam, à exceção dos últimos, o objeto da ação policial e, por extensão, do assentimento jurídico em

qualquer cidade. Ao buscar aprimorar o seu conhecimento sobre o universo delinqüente da capital federal, as autoridades cariocas entenderam-no como um organismo que continha partículas que contaminavam o próprio instrumento terapêutico, apesar dos meios científicos empregados. Nesse particular, algumas observações feitas durante a Conferência Judiciário-Policial foram exemplares:

“A organização da Polícia do Distrito Federal deve ser realizada de tal forma a excluir toda a influência da política (...)”. “ A supressão dessa ingerência, quotidiana e desorganizadora, que paira sobre todo o pessoal como um fantasma ameaçador, nulificando-lhe as melhores energias, não será o menor dos benefícios à segurança pública.”⁷⁵

“Polícia e política são duas entidades que não podem viver conjuntamente e nada têm a ver uma com a outra.”⁷⁶

É bem provável que uma das conclusões a que chegou a dita conferência tenha refletido esse clima de preocupação com a qualificação do policial. Foi o próprio Aurelino Leal, chefe de polícia da capital federal e grande incentivador do mesmo encontro, que alertou para “(...) a necessidade de se libertar a polícia do predomínio nefasto, da influência malfazeja da política, tomada essa expressão no seu baixo conceito (...)”⁷⁷, logo acrescentando que “ninguém deve entrar para a polícia sem provas especiais de habilitação, nem nela ascender sem instrução técnica obtida em escolas especiais...”⁷⁸ Ao empregar a expressão “no seu baixo conceito” ao precisar a política a que se referia, Leal manifestou mais do que preocupação, um repúdio à prática clientelista que continuava a indicar cafajestes ou afins para os quadros policiais. Raciocínio que, provavelmente, não se estendia aos interesses, também políticos, que o conduziram à chefia de polícia no Rio de Janeiro.

Não se pode afirmar que a Conferência Judiciário-Policial de 1917 influiu de alguma forma para o fim da “colocação” de cafajestes nos quadros policiais. E, em verdade, seria leviano afirmar-se que àquela altura seria impossível assistir-se à antigas demonstrações de empatia por parte de cafajestes:

- *Ocê já ouviu dizê arguma côsa do novo chefe?*
- *Já sim! Ouvi dizer que era um homem bravo, que ia acabar com o jogo do bicho, qué perseguir os gatunos, os cafens, os vagabundos, os desordeiros...*
- *Eh! Eh! Contando com quem, gente?*

- *Contando conosco! Sim, ouvi dizer que ele ia meter polícia em todos os cafundós da cidade. Vamos ter trabalho em penca, camarada!*
 - *Menos o fio do meu pai! Quando eu entrei p´rá poliça foi p´rá discança... Trabiá por trabiá , então eu ficava na Saúde, carregando carvão na cacunda”⁷⁹*
-

NOTAS:

¹ - Citado por LIMA, Herman .op.cit. p.893.

² - NAVA, Pedro – Balão cativo. Memórias/2. (3ª ed., 1977). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. p. 246.

³ - Idem, ibidem.

⁴ - Consultar a respeito: CARVALHO, José Murilo de. op.cit. p. 42-65.

⁵ - “ Foi só com a redescoberta romântica do Povo, já em coincidência com uma visão política nacional, que identificava o Estado com a Nação e, portanto, dava novo e maior valor a tudo que compunha a realidade nacional, que ele começou outra vez a ser sentido como possível sujeito da vida política. Mas a sua revelação havia de estar concretamente ligada aos grandes processos de transformação econômico-social iniciados com a era industrial no século XIX e com a conseqüente formação de grandes partidos políticos populares.” BOBBIO, Norberto et alii. op.cit. p. 987.

⁶ - “Na política é um mundo que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte.” ROMERO, Silvio. Tobias Barreto. Vários escritos. Rio de Janeiro: s/ed., 1900, p.24. Citado por SODRÉ, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira. (3ª ed., 1960). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, (Coleção Documentos Brasileiros), vol. 23. p. 194.

⁷ - ROMERO, Silvio. Obra filosófica. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, (Coleção Documentos Brasileiros), vol.139, 1969. p.268-269.

⁸ - Idem. p.269

⁹ - “Sem oficiais, sem aspirações confessadas, sem idéias de ordem política, os pobres soldados só puderam promover grandes desordens, nas quais, embriagados, vacilantes, limitaram-se a dar vivas à monarquia, hasteando as bandeiras do Império. E só à noite foram conduzidos para a frente do edifício os canhões do segundo batalhão de artilharia, e, em seguida, municidados. A oficialidade se retirara para organizar a resistência logo imposta.

Bastou que para ali se dirigisse um regimento de cavalaria e fizesse algumas descargas contra os disparos recebidos, que os rebeldes se submeteram, pondo-se em fuga”. FERRAZ, Mário de Sampaio. Subsídios para a biografia de Sampaio Ferraz, São Paulo: s/ed., 1952. p.37-38.

¹⁰ - Consultar a respeito SILVA, Eduardo. Queixas do Povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.69.

¹¹ - FERRAZ, Mário de Sampaio. op.cit.p.35.

¹² - “O povo seguiu curioso os acontecimentos, perguntou-se sobre o que se passava, respondeu aos vivas e seguiu a parada militar pelas ruas. Não houve tomadas de bastilhas, marchas sobre Versalhes nem ações heróicas. O povo estava fora do roteiro da proclamação, fosse este militar ou civil, de Deodoro, Benjamim ou Quintino Bocaiúva, O único exemplo de iniciativa popular ocorreu no final da parada militar, quando as tropas do Exército deixavam o Arsenal de Marinha para regressar aos quartéis. Os populares que acompanhavam a parada pediram a Lopes Trovão que lhes pagasse um trago. A conta de quarenta mil-réis acabou caindo nas costas do taverneiro, pois Lopes Trovão só tinha onze mil-réis no bolso.” CARVALHO,

José Murilo de. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 53.

¹³ - Citado por BARBOSA, Francisco de Assis Lima. A vida de Lima Barreto, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952. p.48.

¹⁴ - Idem. p.46.

¹⁵ - Consultar a respeito Revista Ilustrada, Rio de Janeiro: (507), 1888.

¹⁶ - “Até a Proclamação da República, a instrução primária e secundária do Município da Corte – assim como o ensino superior, especial e profissional -, haviam sido responsabilidade do Ministério do Império, tornado Ministério do Interior na própria Declaração do Governo Provisório, em 15 de novembro.

Com a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e sua regulamentação, em 1890, foram transferidas para esta Secretaria de Ensino os serviços relativos à instrução pública, ensino especial e profissional., Ciências, Letras e Artes. No mesmo ano, o Ministério baixou o regulamento para a instrução primária e secundária no Município do Rio de Janeiro. Este, nitidamente de orientação positivista, logo no primeiro artigo declarava ser completamente livre aos particulares, no Distrito Federal, o ensino primário e secundário, sob as condições de moralidade, higiene e estatística definidas nesta lei.” DAMAZIO, Sylvia F. op. cit. p.126.

¹⁷ - Consultar a respeito ALVES, Paulo – “A república e a construção da ordem”. História. São Paulo: (número especial),1-23, 1989.

¹⁸ - FAUSTO, Boris. op.cit. p.41.

¹⁹ - Consultar a respeito HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²⁰ - Consultar a respeito FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil. 1880-1920. Petrópolis: Vozes, 1978.

²¹ - DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil, São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977. p.40.

²² - Idem, ibidem.

²³ -Idem. p.50.

²⁴ - “ Do ângulo da classe operária, a existência no Rio de Janeiro dos germes de uma corrente limitada à defesa das reivindicações mínimas, pela via da colaboração de classes e da proteção do Estado, explica-se em grande medida por duas circunstâncias: pela maior presença de nacionais na composição da classe, mais receptiva a um tipo de política que se coadunava com as velhas relações tradicionais e paternalistas; pelo papel de alguma importância correspondente ao núcleo estatal de serviços, em especial na área de navegação e ferrovias (...) As reivindicações operárias incidiam no caso em um terreno onde predominava o “interesse público”. Por limitada que fosse a margem de manobra, havia maior visibilidade em se obter do Estado aumentos salariais e vantagens correlatas, pois este podia até certo ponto operar em condições onerosas. No

setor industrial – de mercado – a lógica da acumulação levava os patrões a adotar uma atitude de inflexível resistência às mínimas pretensões operárias.”. FAUSTO, Boris, op.cit. p.50.

²⁵ - RAMOS, Guerreiro. A crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. p.32.

²⁶ - Idem. p. 68-69.

²⁷ - TAVARES, José Antônio Giusti. A estrutura do autoritarismo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p.105.

²⁸ - BRITO, Joaquim Pais de. “O fado: etnografia da cidade” in VELHO, Gilberto (org.). Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p.31.

²⁹ - SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Biblioteca Carioca, 1994. p. 178.

³⁰ - Consultar a respeito PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. “Os portugueses capoeiras. Imigração, cultura e conflitos nacionais na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937) in Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998. p. 537-543; e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira”. op.cit.. p.151-184.

³¹ - BARBOSA, Orestes. Bambambã. (3ª ed.,1993). Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, p.100.

³² - “Espalhar” no linguajar dos capoeiras significava “mexer com todos os membros nos passos da capoeira”: “Quando eu me espalho, nem Deus me ajunta”. NASCENTES, Antenor. A gíria brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1953. p. 68.

³³ - “Tudo paga o pato”. O Malho. Rio de Janeiro: (164), 2 de novembro de 1905.

³⁴ - Consultar a respeito: MORALES DE LOS RIOS Filho, Adolfo. “O Rio de Janeiro da Primeira República”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: 273, out/dez. 51-78, 1976. p.59.

³⁵ - LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo. Enxada e Voto. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975 e QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

³⁶ - LEAL, Vitor Nunes. op.cit. Consultar o capítulo primeiro: “Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”, p. 19-57, e o capítulo sexto: “Legislação eleitoral”, p.219-249.

³⁷ - MORALES DE LOS RIOS Filho, Adolfo – “ O Rio de Janeiro da República” in Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro:.276, 139-164, julho/setembro, 1967. p.141.

³⁸ - FREIRE, Américo. “ República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana.” In FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro, FGV, 2000. p. 24.

³⁹ - Mensagens Presidenciais. 1915/1918. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p.5. Citado por PORTO, Walter Costa. O voto no Brasil. Da colônia à Quinta República. Brasília: Gráfica do Senado Federal,1989. p. 173.

⁴⁰ - “Wenceslau não corrigiu as fraudes do “terceiro escrutínio”, as da verificação e reconhecimento dos poderes, o modo “pouco decente e imoral de criar deputados”, como apontava, já no Império, Saldanha Marinho. Não pôde impedir que nessa verificação e reconhecimento prevalecessem “as idéias de partido”. Estava decerto, acima de suas forças, revogar o pacto, o grande pacto firmado ou explicitado por Campos Salles, que iria manchar, de modo indelével, a Primeira República com a negação da verdade eleitoral e a estruturação oligárquica do poder”. PORTO, Walter Costa, op.cit. p. 174.

⁴¹ - FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato brasileiro. (10ª ed., 1995), São Paulo: Editora Globo, vol.2. p. 629.

⁴² - “Sim, quem resiste?” O Malho, Rio de Janeiro: (.236), 23 de março de 1907 .

⁴³ - “A soberania das urnas”. O Malho, Rio de Janeiro: (419), 27 de janeiro de 1912.

⁴⁴ - Outro termo empregado à época para designar cabo eleitoral era “ galopim”.

⁴⁵ - Consultar a respeito: “Da Flor da Gente à Guarda Negra”. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. op.cit. p. 185-245.

⁴⁶ - Idem. p. 51 e 62.

⁴⁷ - TELAROLLI, Rodolpho. Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo: Brasiliense (Tudo é História) vol.56, 1982. p.25.

⁴⁸ - “A intenção crítica e satírica nestas crônicas de Os Bruzundangas é clara: Lima Barreto quer retratar, através do documento literário satírico e caricatural – uma arma poderosa – um país inexistente na geografia, mas bastante identificável com o seu próprio país, o Brasil em mudança. Homens, costumes, vícios, nacionalismo exagerado, literatos puxa-sacos, filhotismo político, fraude nas eleições, analfabetismo, enfim todos os male de uma “república velha” são criticados”. BRASIL, Assis. Prefácio de BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. p.10.

⁴⁹ - Idem. p. 66.

⁵⁰ - A verdade das urnas: episódios para as próximas eleições”. O Malho. Rio de Janeiro: (419), 27 de janeiro de 1912.

⁵¹ - “Vários preços” O Malho. Rio de Janeiro: (177), 3 de fevereiro de 1906.

⁵² - “Padrinho da lira” O Malho. Rio de Janeiro: (142), 3 de junho de 1905.

⁵³ - BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. p. 65-66.

⁵⁴ - “ Entonces! Quem foi que esteve na ponta, nas inleições? Os doutô sério, os funçonaros barbado, os comerciantes respeitaves, enfins, as crasses conseladoras!... ou eu? Ah! Indas ´stá prá nascê o tá Cabeça de Oro e Beijo de Ferro, que há de derrotá o legítimo cafajeste, o dono dos pleito em que reina a soberania populá! “ O vitorioso”. O Malho. Rio de Janeiro: (334), 6 de fevereiro de 1909.

⁵⁵ - BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. p.67.

⁵⁶ - “ (...) “Zé Povo” – Eis o que são as eleições: uma farsa, uma bambochata, uma vergonha! A gente séria deixa-se ficar em casa, entregando a “soberania” das urnas! ao prévio bico de pena e à sinistra cafajestada!

O resultado não pode deixar de ser fosfórico; salvo raríssimas exceções, os eleitores são “fósforos” sem cabeça, gente que, afinal, nada representa... Vamos de mal a pior. A situação do país é de perfeito embrulho! (...)”- “A farsa das eleições”. O Malho. Rio de Janeiro: (490), 3 de fevereiro de 1912.

⁵⁷ - TELAROLLI, Rodolpho . op.cit. p.51.

⁵⁸ - “As eleições”. O Malho. Rio de Janeiro: (581), 1º de novembro de 1913.

⁵⁹ - “A Mesa do Congresso resolveu vedar a entrada de desordeiros conhecidos, permitindo-a somente à pessoas decentemente vestidas (Dos jornais).

Pé Espalhado – Entonces lá se foi a sabedoria do mestre Irineu: não podemos penetrá nos recintes...

Braço de Ouro – Quá nada! Vai-se no brechó da rua da Carioca e ranja-se uma fatiota cotuba...

Questão é de arame... Seu Cincinato que si coce c’o mais 20 pru cento...

- Bem, mais a nossa cara também havemos di mudá?

-Tá, tolo! Entonces, a começá por seu Irineu, não vai lá tanto disordeiro conhecido? A questão é só di rôpa...” . O Malho. Rio de Janeiro: (401), 21 de maio de 1910.

⁶⁰ - REZENDE, Astolpho. “Desordens e homicídio numa sessão eleitoral”.in Relatórios Policiais: 1907-1910. Rio de Janeiro: Casa Vallele, 1925. p. 222.

⁶¹ - A fama de “Camisa Preta” pode ser avaliada por um comentário feito pelo “O Malho” a respeito do seu sepultamento no Rio de Janeiro, em julho de 1912. Na legenda da “charge” intitulada “Os amigos são para as ocasiões”, lê-se: “O acompanhamento do enterro do Camisa Preta, ou como se mostra que deve havê solidariedade morá entre colegas de ofiço, tanto nos meio como nas consequênça.”. O Malho. Rio de Janeiro: (514), 6 de julho de 1912.

⁶² - REZENDE, Astolpho. op.cit. p.222.

⁶³ - Idem, ibidem.

⁶⁴ - “Profissão de fé”. O Malho. Rio de Janeiro: (284), 22 de fevereiro de 1908.

⁶⁵ - SILVA, Alberto de Castro Simoens .Bororó . op.cit. p. 172.

⁶⁶ - “A noção de clientelismo foi originalmente associada aos estudos de sociedades rurais. Neste contexto, o clientelismo significa um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre *patrons* e camponeses. Os camponeses, isto é, os clientes, encontram-se em posição de subordinação, dado que não possuem terra. Os grupos camponenses que serviram de base para o desenvolvimento da noção de clientelismo estavam sempre a um passo da penúria. A desigualdade desempenha um papel-chave na sobrevivência tanto de *patrons* quanto de clientes e gera uma série de laços pessoais entre eles, que vão desde o simples “compadrio” à proteção e lealdade políticas.” NUNES, Edson. A gramática política do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Brasília: ENAP, 1997. p. 26-27.

⁶⁷ - QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. op.cit. p.168.

⁶⁸ - Idem, ibidem.

⁶⁹ - “(...) formando essas inumeráveis maltas de capoeiras, cujos chefes, segundo verificou e denunciou um dos ministros do passado regime, chegavam a ser subvencionados pelos cofres públicos para exercerem funções de polícia secreta, uns contra os outros, e muitos para serviços e comissões de que não se podia

encarregar ostensivamente a autoridade e a força regular.”. Relatório do Ministro da Justiça, Dr.Manuel Ferraz de Campos Salles. Janeiro de 1901. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. p.11.

⁷⁰ - Anais da Conferência Judiciário-Policia de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p.46.

⁷¹ - Consultar a respeito: TÓRTIMA, Pedro. A policia e a justiça de mãos dadas: a Conferência Judiciário-Policia de 1917. Niterói: UFF/ICHF, 1989, tese mestrado (mimeo).

⁷² - Anais da Conferência Judiciário-Policia de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.1917. p. 13.

⁷³ - “ A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a moro de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos.” FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. p. 153.

⁷⁴ - Anais da Conferência Judiciário-Policia de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p.50.

⁷⁵ - Idem, ibidem.

⁷⁶ - Idem. p.52.

⁷⁷ - Idem, ibidem.

⁷⁸ - Idem. p. 54.

⁷⁹ - “Notas policiais desafinadas”. O Malho. Rio de Janeiro: (28) , 17 de novembro de 1906.

CAPÍTULO 3: O CAFAJESTE E O UNIVERSO CAPOEIRA

“ O cabra veio feito para cima de mim, mas eu tirei por fora; fechou-se o tempo; bengala, apito, tudo andava pelo ar; com pouco, quando mal me precatava, veio-me um banco no alto da sinagoga e desci rente na poeira; quando me levantei, que foi num pronto, o cabra vinha de novo peneirando para cima de mim, mas eu passei-lhe a manhosa e o dreco saiu coriscando triste na alegria do tombo...”

(BAHIA, Xisto. “ O Capadócio”)

“ Não te conto nada seu compadre! O samba estava cuéreréca. No fim é que houve uma churumela de escacha. O Cara Queimada estava de sorte com a Quinota quando o marchante chegou. Ih! Seu camarada. Foi um estrompício.

O marchante era sarado, foi logo encaroçando a joça. Eu tive que entrar com o meu jogo, sim, tu sabes que eu não vou nisso, e ali eu estava separado, não havia cara que me levasse vantagem. Quando a coisa ficou preta eu fui ver como era p´rá contar como foi.”¹

A compreensão desse monólogo fictício em que um capoeira narra para outro “camarada” um incidente ocorrido num samba não é dificultada apenas pela ação do tempo, que transforma o significado de muitas palavras, ou simplesmente relega outras ao esquecimento. Mais do que o tempo, a necessidade de transposição de vários significados – uma verdadeira “tradução” – representa um sério desafio aos interessados na compreensão das palavras do “camarada”.

Publicado na revista “Kósmos”, criada durante a “Regeneração”, esse monólogo era, em verdade, legenda de uma “charge” de K.Lixto que, como outras ali publicadas, retratava dois capoeiras à “antiga”; isto é, um “nagôa” e outro “guaiamu”. A narrativa do incidente imaginado provavelmente pelo autor do texto, pode ser “traduzido” da seguinte forma:

“Não te conto nada meu amigo! O samba estava animado. No final é que ocorreu uma confusão. O “Cara Queimada” estava flertando com a Quinota

quando o “coronel” chegou. Ih! Meu amigo. Foi um caso sério. O “coronel” era valente, foi logo criando confusão. Eu tive que entrar na briga, sim, tu sabes, que eu não brigo à toa, e ali eu não tinha rival, não havia alguém que me levasse vantagem. Quando a situação ficou preta eu caí fora.”

Nessa interpretação, três recursos utilizados chamam a atenção. De saída, foram empregados termos contidos em dicionários contemporâneos, mas caídos em desuso. Foram os casos de chorumela, dita churumela que significa cantilena ou lengalenga, e de estropício, dito, estrompício, que quer dizer dano ou prejuízo. Já o termo escrachar, registrado por Raul Pederneiras na sua “Geringonça Carioca”² e, mais tarde, incorporado pelo grande filólogo Antenor Nascentes na sua ‘Gíria Brasileira’, manteve o seu significado inicial – fichar na polícia com o uso de fotografia, ganhando posteriormente outros significados, já registrados por dicionários contemporâneos: desmoralizar ou descompor alguém. De outro lado, cuéreréca, termo de “patuá” ou “patois” da malandragem carioca no início do século XX, significa animado, Já marchante é o mesmo que “coronel”, aquele que “ tudo paga; sustenta ou mantém uma mulher duvidosa”.³Sarado, termo bastante usado atualmente para designar o bem posto fisicamente, era, na época, o mesmo que valente.

Desse monólogo há que se notar o fato de que ele expressou a capacidade de observação do autor do artigo citado. Este, como também o fizeram muitos “chargistas”, utilizou-se de termos do jargão usual de cafajestes e capoeiras para retratar situações do cotidiano do “povo sacudido” no Rio de Janeiro no início do século XX. É justamente por meio dessa capacidade de observação e de sensibilidade que se pode registrar e conservar muito do falar próprio dos cafajestes e dos capoeiras. Assim, foi possível, por exemplo, recompor ordenadamente o jargão, dentre outros, de marginais, presidiários, de profissionais específicos e assim por diante. De outro lado, não é costumeira a possibilidade de registro de falas articuladas pronunciadas pelos próprios agentes sociais utilizadores dos jargões.

Um exemplo singular de registro do jargão de capoeiras no Rio de Janeiro durante a Primeira República se encontra numa entrevista do negro Ciríaco

Francisco da Silva, o “Macaco Velho”, publicada no “O Malho”. Ciríaco ganhou notoriedade pelo fato de ter derrotado, em maio de 1909, Sado Miako, japonês, lutador de jiu-jitsu no Concerto Avenida, um verdadeiro “mafuá” existente na Avenida Central. A vitória de “Macaco Velho” sobre o japonês, que já desafiara e vencera alguns capoeiras no país, tornou-o um daqueles heróis por algum tempo. Mas, enquanto durou essa fama, ele concedeu entrevistas e desfrutou de momentos de descanso numa fazenda em Minas Gerais. Além disso, Ciríaco fez exposições no Rio de Janeiro, sendo que numa delas enfrentou Mano Eloy, capoeira e sambista, na antiga rua Larga de São Joaquim, empolgando estudantes do Colégio Pedro II.⁴

A entrevista do celebrado capoeira, modesto carregador de café no porto do Rio de Janeiro, franca e desabrida, mostra um pouco da linguagem da capoeiragem carioca que, naquele momento, conquistava um certo prestígio apesar de a sua prática ser criminalizada pelo Código Penal de 1890:

“Ciríaco – Qual o quê, seu dotô. Aquilo foi uma brincadeira, uma amostra. Não vê o sinhô que a rapaziada me convidaro prá lutá com o tá japonês e eu então me arresorvi e mostrei que si eu não estrebuchasse o hôme ninguém mais podia.

O Malho – Foi obra, heim?

Ciríaco – Porque eu tenho as minha confiança no meu pulo e si a polícia agaranti, eu agaranto a derrota. Toquei prá lá com a rapaziada cuéra, mi apopez prá lutá, non quisero premero, virou, mexeu, entrei p’ro parco, tirei a roupa. Óia seu Ciríaco metido nos “quibambo” de sede prá lutá com o japonês.

O Malho – Você ficou bonito de kimono, Ciríaco!

Ciríaco – Cheguei em frente com ele, dei as minha continença e fiz a primeira ginga, carculei a artura do negrinho, à meiada da perna, isquei com a mão prá espantá tico-tico, o camarada tremeu, eu disse: antão? como é? Ou tu leva o 41 dobrado ou tu está ruim comigo, porque eu imbolá, eu não imbolo. O japonês tremeu, risquei ele por baixo, dei o passo de limpeza gerá, o negrinho atorduou, mexeu, mas não caiu...

O Malho – Sucesso na platéia?

Ciríaco – A rapaziada ai gritaro: “ Aí Ciríaco! entra com teu jogo intero!... Eu me queimei e já sabe! Tampei premero, distroci a esquerda, virei a pantana, óia o hôme levando com o “rabo de arraia” na chocolateira. Deu o ar comprimido e foi cumê poeira. Aí eu fiz o manejo de cumprimentação e convidei

o hôme pró relógio de repetição, mas o gringo se accontentou com a chamada e se deu por satisfeito.

O Malho – Houve um delírio em todo o teatro, heim?

Ciríaco – Cumeçaro logo a chuvê os nike e eu cavei dezoito mil réis. Rapaziada chorosa e solidara me agarrantiram.

O Malho – Mas, Ciríaco... você a princípio não queria dar a mão ao japonês?

Ciríaco – Qual o quê, meu sinhô! si ele quisé eu dou as duas mãos e atiro com ele pru cima do piano, da música e até da madame do camarote.

Ciríaco – Meus sinhô, isto que tá aqui é a vredade pura, pura... Foi assim, tá li quá, qui eu dixé p’ro japonês! Entra bruto! Foi assim, sem tirá, nem pô, qui eu li mandei-le o rabo de arraia no frontispício da filosostria!

Só qui é pena é meu retrato non ´stá munto fié... Io sô magi preto e poco meno bonito.”⁵

Herói por algum tempo, carregado nos ombros da tal “rapaziada cuéra” pela Avenida Central, Ciríaco ganhou as páginas de jornais na condição de redentor da pretensa ginástica nacional com seus dezoito mil réis em “nike” e retrato nos jornais.⁶ Concedida sob o impacto da vitória e das comemorações, sua entrevista é quase didática quanto ao seu comportamento na luta, possibilitando a reprodução em linguagem direta da ação de um capoeira.

De saída, fica evidente que a luta revestiu-se de uma natureza espetacular no sentido pleno da palavra, pois Ciríaco envergou um quimono de seda – “quibambo de sede” – o que não era usual para um capoeira, demonstrando que ele, ou os que o apoiavam, aceitaram as regras do jogo, incluindo aí a “continença” – cumprimento – parte da cerimônia montada. No entanto, percebe-se pela narrativa que “Macaco Velho” impôs sua manha no confronto, pois negou-se a “embolar” com o japonês: “ porque imbolá, eu não imbolo”. Com isso, ele evitou que ocorresse o agarramento entre os dois contendores, condição fundamental para o desenrolar de uma luta de jiu-jitsu.

A iniciativa do combate coube sempre a Ciríaco. Assim, à primeira ginga seguiu-se uma seqüência de movimentos de estudo do contendor com o emprego das pernas e das mãos: “carculei a artura do negrinho, à meiada da perna”... “isquei com mão prá espantá tico-tico”. Dessa forma, o capoeira fazia a “peneiração”, quando gingava para confundir ou atordoar o adversário. Na sua

narrativa, Ciríaco mostra que nessa “peneiração” provocou o japonês ao “iscar” com as mãos. “Iscar” significava provocar ou açar alguém. Logo, diante da hesitação de Miako, vieram os primeiros golpes com duas pernadas, ou seja, com o “risco por baixo” e com o “passo de limpeza gerá”. Ponto alto com a decisão rápida da luta. “Macaco Velho” “tampou” – usou a cabeça - e então, virou a “pantana”⁷ e aplicou um “rabo de arraia” no rosto – “chocolateira” - do japonês que foi ao chão “comendo poeira”.

Tanto nessa entrevista quanto em várias “charges” publicados no “O Malho” e no “Fon-Fon”, ficou patente a presença de termos próprios da fala de cafajestes e capoeiras. No primeiro caso, por se tratar de um capoeira que estava em evidência. Já no segundo caso, tratava-se de termos adequados e necessários à reprodução de situações específicas que tinham em cafajestes ou capoeiras seus principais personagens.

No entanto, um outro exemplo desse emprego poderia ser visto em propagandas publicadas na imprensa carioca. Eram reclames, como então se dizia, que utilizavam situações ou recursos linguísticos específicos do “povo escovado”:

*“-Então, seu compadre! Quem é que vai ganhá a eleição no Distrito Federá?
-Isso já está escrito e é coisa velha. Serão inleito deputados todos os cidadãos que, para si e para a família, comprarem calçado CONDOR e PAULISTA e outras marcas, na casa A BOTA FLUMINENSE, Avenida Passos 59, canto da Rua Larga. Os eleitores estão de olho a espia quem são os candidato que têm o bom gosto de comprar bom e barato.”⁸*

Não só uma sapataria carioca apelava para esse recurso de propaganda. O Elixir de Nogueira, famoso depurativo e fortificante com grande prestígio nacional, também lançava mão de meios similares:

*“ Cafajeste – Então, seu dotô, perdemos o tempo e o feitio...
Candidato derrotado – Não faz mal! Até estimei não ser eleito, porque assim, fico com mais tempo e liberdade para me tratar... Ando reumático, escrofuloso, cheio de úlceras etc. etc... O meu lugar não é na Câmara: é em casa, com minha mulher e meus filhos, tomando o Elixir de Nogueira!”⁹*

E mais Elixir de Nogueira:

“ O sobrecasaca – Você sabe o que é traumatismo moral?”

O cafajeste – Quá!... Isso é cochimilança dos figurão de casástima... Angora, si seu dotô me preguntá o que é syphis, eu le direi que é um má q´ataca os osso, os nelvo, as calne e as pele, e que só é curado com o Elixir de Nogueira...”¹⁰

Até a Loteria Federal não perdeu a oportunidade de utilizar a linguagem dos cafajestes para divulgar seus bilhetes da “sorte grande”:

“- Seu cumpade, este negoço de políntica não rende nada...

- É mesmo. Os chefe anda na disga e só dá a gente uns magro dez tão...

- Inzato! Mió di tudo sabe qui é? É a gente se habita-se a tirá a solte grande na loteria da Capitá Federá. Custa o biête uma bagatela e si arrecebe duzentos conto!...”¹¹

Todos esses exemplos do falar do “povo escovado” carioca podem provocar um certo estranhamento quanto ao seu emprego, em diferentes situações, contrastando ostensivamente com a linguagem culta. A bem da verdade, é oportuno lembrar que esse contraste não configurava uma situação insólita, pois a diversidade de falares constitui um aspecto intrínseco de toda sociedade complexa.

No caso particular do falar do “povo escovado”, dois aspectos se destacam: o seu caráter de gíria e a presença de singularidades fonéticas específicas. As últimas merecem prioridade por abrangerem a população negra do Rio de Janeiro, e não só cafajestes e capoeiras. Assim, muitas singularidades fonéticas faziam parte de um considerável universo vocabular na capital federal que, antes de serem vistas como demonstrativos de analfabetismo, devem ser compreendidas como um legado da escravidão negra no país.

É indiscutível que o longo período de exploração do negro pela minoria branca no Brasil produziu uma interpenetração de falares que, em linhas gerais, foi definida por Gilberto Freyre como um “amolecimento da linguagem”. Para ele, “(...) a linguagem em geral, a fala séria, solene, de gente grande, toda ela sofreu no Brasil ao contato do senhor com o escravo, um amolecimento de resultados às vezes deliciosos para o ouvido”.¹² Esse fenômeno, qualquer que seja a interpretação, merece uma cuidadosa análise, pois logo se impõe uma questão séria. Quais e quantos seriam os falares que se envolveram nesse processo de interpenetração?

De saída, é importante lembrar que a existência de uma linguagem culta no Brasil deve ser avaliada a partir do seu distanciamento do português metropolitano; circunstância acentuada por Antenor Nascentes, particularmente no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro:

“No português do Brasil e especialmente no do Rio de Janeiro há uma grande tendência para a criação, por derivação e composição, de muitos neologismos.

Explica-se. O Novo Mundo, terra jovem, não se acha tão apegado como a Europa à tradição. O homem aqui se sente livre de grande número daqueles preconceitos e praxes conservadoras que sufocam a liberdade de movimentos dos europeus. Daí maior audácia, maior liberdade de movimentos em todos os setores da vida e por isso a linguagem aceita sem grande repugnância todas as novidades que as exigências da vida impõem.”¹³

Mesmo que se considere o “amolecimento” sugerido por Freire e, mais ainda, a “liberdade de movimentos” aludida por Nascentes, é necessário acentuar que estes fenômenos não devem ser dissociados da natureza específica da escravidão negra no Brasil, particularmente da urbana. Nesse aspecto, a tese defendida por Gilberto Freyre enfatiza a importância de um contato basicamente rural, o que se justifica pelo próprio caráter do seu trabalho em questão: Casa Grande & Senzala.

Para ele, o papel da ama negra foi de grande importância ao fazer com a linguagem coloquial aquilo que fez com a comida do menino branco:

“ A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que fez com a comida – machucou-as; tirou-lhe as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino negro as sílabas moles.”¹⁴

Tanto nesse exemplo, quanto na ênfase dada aos diminutivos próprios da linguagem infantil decorrente¹⁵, o sociólogo pernambucano trabalhou com hipóteses fundamentadas, entre outros aspectos, numa relação pessoal longa entre escravo negro e membros da família ou da casa do seu proprietário e explorador. Afinal, as amas, mucamas e outros escravos domésticos deveriam, de um modo geral, manter um contato maior, tanto diário quanto ao longo da vida, com membros da casa grande.

Já no âmbito da escravidão urbana, a mobilidade do escravo negro obrigou-o a um sem-número de contatos e a situações bastantes diferenciadas. O aumento da quantidade de escravos de aluguel e “ao ganho”, por exemplo, implicava uma multiplicação de contatos nas ruas, no comércio em geral e nos “cantos”, quer no centro ou nas cercanias da cidade. Ao lado das ordens recebidas e dos recados transmitidos, havia as conversas e cochichos nos momentos de folga ou de alívio, muitas vezes provocados pelo recurso do “corpo mole”. Tudo isso possibilitava ao negro o exercício do que se pode chamar de um breve escape do emprego da “língua geral” necessária à execução do trabalho que lhe era imposto pela escravidão. A propósito, o termo “língua geral” é empregado em analogia com o recurso lingüístico criado pelos jesuítas para facilitar o processo de conversão religiosa dos nativos brasileiros na etapa colonial.

Se aos nativos brasileiros não foi impossível a conservação de muitos recursos dos seus falares, da mesma forma o negro pôde manter um contingente considerável dos seus. Não seria exagero afirmar que a preservação de singularidades fonéticas de origem negra na linguagem efetivamente falada no país – e não escrita – resultou de um longo conflito entre falares dos dominados e dos dominadores. Da mesma forma, seria uma ingenuidade, talvez uma manifestação radical, negar que foi praticamente impossível ao negro preservar a originalidade dos seus falares. As exceções, nesse particular, ficam por conta dos espaços ocupados pelas religiões negras e por quilombos remanescentes no Brasil; como, por exemplo, no caso do Cafundó em São Paulo.¹⁶

Quando é enfatizada a ocorrência de um longo conflito lingüístico, quer se afirmar que ele integrou o universo do antagonismo social próprio da dominância da escravidão brasileira. Nesse universo, o conflito de falares se desenrolou dentro de um quadro caracterizado por uma variedade idiomática, e não, como pode parecer a primeira vista, marcado por uma rígida dicotomia fundada em dois falares.

A esse respeito, é oportuno alinhar as observações do historiador inglês Roy Porter ao indagar: “Mas de quem é a linguagem?”. De pronto, Porter afirma

que: “Todas as formas de organização política são mais ou menos políglotas. Mas nunca existe a *liberté, égalité, fraternité* das línguas; em nenhuma sociedade há uma “sociedade de niveladores” genuinamente lingüística. Os níveis de linguagem são dispostos em hierarquias sociais que, de maneira geral, são oficialmente reforçadas (...)”¹⁷ No Brasil escravista, por exemplo, embora se distinguisse a “fala do branco” da “fala do negro”, não seria difícil perceber a existência de um reforço oficial da “fala do branco” que, no tocante ao negro escravo, resultaria numa fala necessária e possível naquele mundo controlado pelo branco. A esse respeito, recorde-se as circunstâncias próprias de um processo assentado na brutalidade que, entre outros aspectos, exigia do negro escravo uma presteza na compreensão de um mínimo de palavras necessárias à sua melhor exploração. Disso resultava também a valorização do escravo como mercadoria dada a capacidade de entrosamento e circulação que ele assumia. Nesse caso, encontrava-se a importância assumida pelo negro ladino em contraposição ao negro boçal, como acentuou Edison Carneiro:

“Durante a escravidão chamava-se novo ou boçal o negro recém-chegado da África, aturdido com o tipo de sociedade que encontrava aqui, incapaz de exprimir-se senão na sua língua natal e ainda distinguível pelas marcas tribais que trazia no rosto.

Desse estágio inicial o negro africano passava a ladino, após acostumar-se ao português, ao trabalho nas fazendas ou nas minas, ao serviço doméstico, à disciplina da escravidão e às artimanhas dos seus pares, com quem convivia, para evitar punições e desmandos e garantir-se proteção ou segurança.”¹⁸

Ao acostumar-se compulsoriamente ao português, o negro escravo capacitava-se a um desempenho mais valorizado na condição de “peça” ou de “ferramenta que fala” como diziam os antigos romanos. No entanto, a natureza compulsória dessa capacitação não levava o negro ao abandono de parte dos recursos dos seus falares. Tal condição pode ser explicada pela circunstância de que a exigência de adaptação ao português atrelava-se mais aos interesses da produção do que a difusão do saber da minoria dominante, exceção feita à religião católica. Além disso, a exclusão da população escrava negra do raio de ação, restrito por sinal, da instituição orgânica habilitada à reprodução do saber da minoria branca favoreceu a conservação de muitos componentes dos seus falares.

Antes de entender essa conservação como uma contribuição negra para o idioma português falado no Brasil, é compreendê-la como permanência, mesmo que se leve em conta as alterações sofridas e proporcionadas pelos diferentes falares negros reproduzidos com a escravidão. Que, diga-se de passagem, não foram poucos, como notou o estudioso Renato de Almeida:

“Temos provas de que foram faladas no Brasil as seguintes línguas: Nagô ou ioruba, quimbundo, gegê ou ewe, kanuri ou nife, e guruncis. Provas estas que constam de vocabulários dessas línguas, coligidos pessoalmente por Nina Rodrigues e outros. Destas se salientaram duas que foram adotadas pelos negros do país, como línguas gerais: o nagô ou ioruba na Bahia e o quimbundo no Norte e no Sul.”¹⁹

Embora a natureza do estudo aqui desenvolvido não privilegie considerações maiores sobre a permanência desses falares negros no português brasileiro, seria uma negligência a não-justificativa do emprego do termo permanência no lugar de contribuição. Para tanto, invoca-se aqui o afirmado por Vogt e Fry a respeito das razões que os levaram a estudar o quilombo do Cafundó que, embora longo, merece a sua transcrição:

“Constatar a “sobrevivência” de uma “língua africana” é algo que *em si* tem um sentido político importante. Aponta para o fenômeno da “resistência cultural”. Mas essa “resistência cultural” não é um processo simples que se dá no confronto entre duas culturas imutáveis no tempo. Essa concepção de cultura leva a ver os “africanismos” no Brasil como sintoma de uma certa pujança metafísica das culturas africanas. Essa posição ignora que a vida social não consiste em batalhas campais entre culturas, mas sim em enfrentamentos entre grupos, categorias e indivíduos, para quem a cultura orienta a ação política e é ao mesmo tempo uma arma usada para empreendê-la. Nessas pequenas e grandes batalhas do dia-a-dia, a cultura vive através daqueles que a usam e, ao ser assim utilizada, ela os transforma e se transforma.”²⁰

E foi justamente fundamentado num enfrentamento secular, reproduzido no dia-a-dia, que se tornou possível a permanência de muito dos falares negros no idioma português do Brasil. Em linhas gerais, essa permanência pode ser avaliada de diferentes maneiras, destacando-se entre elas os levantamentos morfológicos e fonológicos dos termos de origem africana. Embora a análise dos fenômenos fonéticos seja de interesse imediato pela natureza do presente trabalho, algumas

obras dedicadas à presença africana na morfologia brasileira devem ser ressaltadas, inclusive pelo caráter quase insólito das suas elaborações.

Nei Lopes, sambista, compositor e pesquisador das culturas negras, publicou recentemente um “Dicionário Banto do Brasil”²¹, acurado trabalho de pesquisa, que veio somar-se a dois outros trabalhos, bem anteriores, dedicados à mesma temática: “A influência africana no português do Brasil”²² de Renato de Almeida, e “O negro e o garimpo em Minas Gerais”²³ de Aires da Mata Machado Filho. Nesse particular, duas outras obras dedicadas às culturas negras merecedoras de crédito são: “Os candomblés da Bahia”²⁴ de Edison Carneiro e “A tradição nagô”²⁵ de Ornato José da Silva. A primeira contém ricas informações sobre o tema abordado, o que é próprio do conceituado pesquisador, além de um vocabulário (sic) de termos usados nos candomblés baianos. Bem mais modesta, a segunda obra, contém um glossário dos principais termos nagôs incorporados ao português falado no Brasil.

No que diz respeito propriamente à permanência de particularidades fonéticas de origem negra, deve ser acentuado que, como já foi lembrado, elas são características da população da mesma origem. Assim, a linguagem dos cafajestes e capoeiras só poderá ser estudada desde que seja possível a articulação daquelas particularidades fonéticas com o jargão próprio do “povo sacudido” do Rio de Janeiro.

No seu “O linguajar carioca”, o filólogo Antenor Nascentes fornece inúmeras pistas para a análise do falar da população negra na capital federal, desde que várias das suas expressões se ajustam aos fenômenos fonéticos por ele estudados. Como outros estudiosos do idioma português falado no Brasil, Nascentes, atento aos regionalismos, estabeleceu uma divisão baseada em subfatares. Nessa divisão, coube ao linguajar carioca a classificação de “variedade do subfalar fluminense”²⁶, que possui dentre seus traços característicos muitos que se identificam com as origens negras.

De saída, o filólogo chama a atenção para um fenômeno bastante generalizado, e ainda atual, no falar vulgar e que, segundo ele, tem origem na dificuldade do negro em articular o *r*, substituindo-o pelo *l*: era tornou-se *ela*; claro

passou a clalo; fora a fola; ou, no sentido contrário: bloco passou a broco e plantar a prantar. Outra dificuldade observada pelo mesmo estudioso diz respeito à ocorrência de uma consoante seguida de um ɾ, quando se dá a conservação do grupo em sílaba tônica com o desaparecimento do ɾ em sílaba átona; por exemplo, a palavra compadre transforma-se em cumpade; comadre em comade; negro em nego etc. A propósito, cumpade era um termo bastante utilizado por cafajestes e capoeiras no sentido de camarada ou parceiro, sendo ainda hoje usual na linguagem vulgar. Bastante usual era, e é, a substituição do ɾ seguido de consoante por um ɾ: albino passa a arbino; calçar a carçá; maldito a mardito etc.

De forma explícita, Antenor Nascentes chama atenção para a dificuldade, não só do negro, em pronunciar o ɾ palatizado (lh), gerando mais uma particularidade fonética:

“O ɾ palatizado (lh) constitui uma dificuldade para a classe inculta. Por uma razão etnográfica. A dita classe, era composta em sua maioria de índios e africanos, que não possuíam este fonema em suas línguas; tiveram de aprendê-lo, aprenderam estropiadamente e deste modo o transmitiram aos seus descendentes.”²⁷

Dessa dificuldade surgiram alterações como, por exemplo: navalha passou à navaia; velha, véia; filha tornou-se fia; folha, foia e mulher, muié etc.

Renato de Almeida, aluno de Antenor Nascentes, ao estudar a influência dos falares africanos no português do Brasil, também anotou inúmeras alterações fonéticas de origem africana, algumas idênticas àquelas anotadas pelo seu mestre. Entre elas algumas que, segundo Almeida, figuram no que chama de “dialeto carioca”. Assim, por exemplo, a transformação de registro em rezisto ou de genebra em zinebra, caracteriza uma assimilação, pois “Antes de e e i, o g transforma-se esporadicamente em z no dialeto carioca, o que pode ser um vestígio do africano”.²⁸ Embora o autor não as caracterize como próprias do dialeto carioca, percebe-se que outras alterações fonéticas de origem negra eram costumeiras no falar do “povo sacudido”. Eram, por exemplo, os casos de aféreses violentas: estar = tá; você= ocê e acabar= cabá. Ou de apócopos, como: general= generá; mel=mé e cafezal=cafézá etc. O cheiro que se transformava em chêro, ou beijo em bêjo, exemplificavam uma redução. E assim por diante.

A identificação de fenômenos fonéticos na linguagem costumeira da população negra do Rio de Janeiro durante a Primeira República possibilita o lento ingresso no campo do falar carioca. Tarefa que, cumprida com um misto de acuidade e satisfação, permite o questionamento de qualquer perspectiva que entenda esse falar como uma caricatura, talvez prova de incompetência cultural do negro em “alcançar” a pureza do falar culto. A propósito disso, não seria demais lembrar as já invocadas noções de enfrentamento e de permanência, quando se tem em vista o fato de que o pós-abolicionismo implicou uma repressão violenta às manifestações culturais de origem negra na capital federal. Até que ponto seria possível às próprias autoridades pensarem uma repressão, ou cerceamento, aos falares negros constitui outra questão. Mas não é demais lembrar que, por exemplo, ao imaginado enegrecimento do Carnaval o prefeito Pereira Passos opôs a “batalha das flores” de origem européia. Da mesma forma, o maxixe foi estigmatizado como lascivo e vulgar, o samba e o uso público do pandeiro perseguidos, como de resto a capoeira e o candomblé.

A questão da permanência de particularidades dos falares negros pode, muitas vezes, conduzir a equívocos decorrentes do açodamento em entendê-la como uma manifestação plenamente consciente por parte da totalidade dos seus agentes sociais, sem que se procure avaliar os diferentes níveis de consciência. A resistência cultural, de que a permanência é um componente, envolve um grupamento social extremamente complexo, porém com fatores identificadores específicos. No entanto, a existência desses fatores não determina que o grupamento se manifeste estimulado pelas mesmas razões e por meio dos mesmos recursos. No caso em questão, a permanência das particularidades fonéticas exprime, antes de tudo, a resultante de um longo convívio – enfrentamento – linguístico determinado pela escravidão no país, que, no entanto, permitiu o entendimento entre escravos e livres e, cessada a escravidão, entre negros e brancos e entre os próprios negros.

Assim, essa permanência pode ter decorrido tanto da acomodação ao que já era costumeiro e garantia a comunicação, como da insistência na conservação das particularidades sustentada na vida em comum nos inúmeros espaços negros

na capital federal. É dessa combinação de atitudes que se pode inferir o alcance da consciência possível²⁹ da população negra no Rio de Janeiro no tocante à permanência dos seus falares. Para os negros, as possibilidades da utilização cotidiana de termos costumeiros numa sociedade pós-abolicionista, e em particular no adensamento urbano, soavam como um desafio. Isto porque, a pretensa igualdade civil da nova ordem social reduziu a tolerância com as “imperfeições da fala do negro”, agora não mais escravo.

Como o falar não poderia ser tratado da mesma forma que os sapatos, o desafio se dava em circunstâncias singulares. A alusão aos sapatos, decorre do fato de que o seu uso, praticamente desconhecido pelo escravo negro, tornou-se, com a Abolição, uma possibilidade concreta para o negro livre. Possibilidade, no entanto, que esbarrou em enormes dificuldades físicas e costumeiras. Os pés habituados ao andar descalço rejeitaram o aperto da liberdade, e não foi incomum a cena de negros portando roupas completas, à exceção dos sapatos que iam nas mãos ou nos ombros desafiando as normas vigentes. Não foi à toa que uma das determinações da “Regeneração” de Pereira Passos foi a proibição da circulação de pessoas descalças na Avenida Central.

Restrições como essa, ou como ao escarro nas vias públicas, por exemplo, fizeram parte menos da rígida regulamentação municipal do que da perspectiva civilizadora que dirigiu a administração Pereira Passos. No caso em questão, andar sem sapatos implicava não só a exposição dos pés nus, sujando-os a cada passo, como também uma demonstração de barbarismo e atraso. Isso porque, essa prática lembrava a escravidão e expunha uma parte do corpo que deveria ser coberta de forma conveniente, completando o traje público. A exigência tácita do sapato nas ruas revelava, entre outros fatores, muito daquilo que Norbert Elias entende como fundamento do conceito de civilização:

“Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou a visão de mundo, e muito mais.”³⁰

Se a “Regeneração” pretendia tornar o Rio de Janeiro uma cidade civilizada, era necessário que os cidadãos se pautassem por um comportamento

que expressasse também o controle dos sentimentos e das emoções. O corpo em público, quanto mais distante do nu mais civilizado seria; como, aliás, acentuou o mesmo Elias ao afirmar que: “torna-se uma infração repugnante mostrar-se de qualquer maneira diante de pessoas de categoria mais alta ou igual.”³¹

Quando a revista “O Malho” publicou a já transcrita entrevista do “Macaco Velho”, acabou dando espaço para uma linguagem desafiadora e insólita nas suas páginas, uma exceção na rotina proporcionada pelas “charges” que encantaram seus leitores por anos e anos. Pois é justamente na entrevista do negro capoeira e estivador, Ciríaco Francisco da Silva, que estão presentes vários fenômenos fonéticos próprios da permanência linguística de origem negra, expressões legítimas do linguajar carioca.

A legitimidade dessas expressões está afiançada pela própria natureza do texto. Trata-se de uma entrevista, texto que, de um modo geral, transcreve de forma fidedigna o declarado. Isso difere, por exemplo, de algumas legendas de “charges”, quando os “chargistas” utilizam grafias distintas do mesmo termo do jargão dos cafajestes e capoeiras. Como é comum naqueles que empregam termos de um jargão específico fora do seu universo, Ciríaco demonstra não estar preocupado com a compreensão de todas as palavras que pronuncia. O sentido das frases e, por extensão, do discurso, é aquilo que mais lhe interessa. Ou seja, demonstrar que a sua vitória sobre o lutador japonês foi bastante fácil. E isto fica bastante evidente ao longo da sua entrevista; como, aliás, já foi mostrado muitas linhas atrás.

Jargão, gíria, patuá e geringonça são termos empregados no sentido de definir os falares de grupos específicos, que variam de termos próprios de uma profissão àqueles de malfeitores. Como no Brasil, esse fenômeno pode ser encontrado em muitos países. Para não ir muito distante, tome-se como exemplo o que está afirmado por Alberto Bessa em “A gíria portuguesa”, publicado em 1901:

“ Segundo a autorizada opinião do ilustre professor Sr. Adolpho Coelho, no capítulo II do seu belo livro OS CIGANOS DE PORTUGAL, as palavras calão, gíria ou geringonça são os termos com que em português se designa o vocabulário especial dos criminosos de profissão, fadistas, contrabandistas,

janotas e outra gente de hábitos duvidosos, que por aquele meio buscam não ser entendidos da sociedade geral. Por extensão dão-se ainda aqueles mesmos nomes à terminologia especial de uma classe, de uma profissão lícita, e sobretudo ao conjunto de termos particulares, muitas vezes de caráter cômico, que usam certos grupos sociais, como os estudantes, os atores, os pintores, os pedreiros, os tipógrafos, os soldados.”³²

Se não fosse pelo termo *calão* – linguagem grosseira e baixa – a definição portuguesa seria similar à mais corrente, que define *jargão* como a linguagem específica de profissões, grupos sociais e marginais. Com o que não concordaria Raul Pederneiras que, nove anos depois de Bessa, escreveu a “*Geringonça Carioca*” – só publicada em 1922 - conceituando incisivamente o falar popular carioca:

“ As profissões, os acidentes da hierarquia social naturalmente possuem especiais vocabulários, mas a *geringonça*, a *língua verde*, o *patuá*, ou que melhor nome tenham, designa expressivamente o *calão* dos malfeitores, da vadiagem, da escória, que o falar comum pouco a pouco adota por sua excentricidade ou por sua novidade; assim acontece com o *argot* em França, o *slang* inglês, o *caló* na Espanha, o *gergo* na Itália e o *bargons* na Holanda.”³³

Como não é preocupação precípua do presente trabalho aprofundar qualquer discussão a respeito da melhor adequação deste ou daquele significado do termo *jargão*, deve ficar claro que ele será empregado no sentido de *gíria*, mais propriamente como um componente do falar específico dos *cafajestes* e *capoeiras* do Rio de Janeiro durante uma conjuntura histórica dada.

Antes de tudo, é oportuno lembrar que o interesse pelo estudo e registro de *jargões* possui uma história considerável na Europa. Por exemplo, Burke chama a atenção para o fato de que:

“Nos séculos XVI e XVII essas formas de linguagem continuaram a fascinar os homens de letras, do dramaturgo Piero Aretino ao romacista picaresco Johann Michael Moscherosch; e os glossários aumentaram de tamanho, proliferaram e começaram a aparecer cada vez mais em forma impressa, fazendo, assim, que as linguagens privadas se tornassem relativamente públicas.”³⁴

A alusão aos glossários dá a entender que o registro dos *jargões* buscava conservar falares que, entre outros aspectos, seriam de difícil compreensão e efêmeros. Em outras palavras, tornar aquilo que era próprio da oralidade em

escrita significaria tornar prisioneiro o que era livre. Mais do que uma demonstração de curiosidade intelectual, esse registro refletia – e reflete – o que Certeau entende como um processo de isolamento do povo e da sua voz.³⁵ Voz que, no caso do jargão, era entendida na Europa ocidental como algo ininteligível que lembrava o gorjeio de um pássaro.³⁶

Esse longo processo do que se poderia denominar de “dicionarização” dos jargões, acabou contribuindo para que muitos termos perdessem seu sentido original, transformando-se em palavras “inofensivas ou até mesmo indispensáveis”.³⁷ Embora não se possa considerar essa passagem de campos de significado como um efeito exclusivo da dicionarização, não seria exagero afirmar que, em grande parte, esse ato acabou favorecendo a ocorrência do fenômeno da “circularidade”.³⁸ Isso porque, não só o aprisionamento do oral pelo escrito, como também a sua inserção num glossário, implicam um ato inicial de um processo que pode preservá-lo, mesmo com a sacrifício do significado original. A propósito do mecanismo de preservação de jargões, nada mais oportuno do que as observações de Antenor Nascentes na introdução do seu trabalho sobre o linguajar carioca:

“Conhecemos bem o nosso meio; não ignoramos os remos que nos hão de trazer os estudos de patologia linguística que empreendemos

Paciência. Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822.”³⁹

O interesse pelos diferentes jargões utilizados no Brasil remete de saída àqueles trabalhos específicos que procuraram em diferentes momentos ordenar termos próprios de “falares herméticos”, condição acentuada pelo estudioso Dino Preti.⁴⁰ Sem prejuízo pelas possíveis omissões, o filólogo Antenor Nascentes avulta nesse campo de pesquisa, entre outras razões, pela elaboração de duas obras clássicas: “O linguajar carioca” e “A gíria brasileira”. A primeira foi publicada em torno das comemorações do centenário da independência, e consta de um criterioso estudo gramatical do falar característico da capital federal. Já “A gíria brasileira”, publicada em 1955, é, talvez, a principal obra de referência sobre jargões no país. Note-se que, entre esses dois trabalhos, Nascentes publicou em

1932 o “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa”⁴¹ em 2 volumes, demonstrando seu fôlego intelectual dedicado ao idioma brasileiro.

A já referida “Geringonça Carioca” de Raul Pederneiras possui, entre outros méritos, a capacidade de ordenação de termos de malandros, capoeiras, ladrões, vigaristas e ciganos do Rio de Janeiro. A “Geringonça Carioca” superou pela sua natureza abrangente trabalhos de pesquisa do mesmo gênero, porém de alcance bem mais reduzido. Nesse caso, encontram-se “Gíria dos gatunos cariocas” de Elysio de Carvalho, publicado na escassa revista Boletim Policial, e os pequenos glossários de Vicente Reis⁴² e de Plácido de Abreu no seu importante, pequeno e raro “Os capoeiras”.⁴³

Em 1945, Manuel Viotti, especialista em temas policiais, deu a público o seu “Novo Dicionário da Gíria Brasileira”, reeditado em duas oportunidades, que, segundo o autor, pretende ser “uma coletânea de palavras não dicionarizadas”. Pela menos na terceira edição do seu dicionário - a que se consultou - , Viotti chama a atenção do leitor para a incorporação no texto até de estrangeirismos empregados na imprensa, rádio e televisão.⁴⁴

Se Pederneiras, Carvalho e Viotti, homens ligados à polícia, recolheram e ordenaram termos de diferentes “jargões herméticos”, pois o dicionário elaborado por Viotti inclui termos profissionais, o engenheiro Ariel Tacla retratou em livro uma experiência insólita. Tacla foi superintendente penitenciário no Rio de Janeiro durante o governo Carlos Lacerda, ainda no Estado da Guanabara. Dessa experiência, resultou o “Dicionário dos Marginais”⁴⁵, publicado em 1968 e prefaciado pelo ex-governador, que contém uma quantidade significativa de termos próprios do mundo do cárcere, reveladores das manhas e das virações que imperam por trás das grades.

Ao contrário de Tacla, Orestes Barbosa, jornalista e compositor carioca nascido em Vila Isabel, colocou no papel sua vivência breve como presidiário no Rio de Janeiro. No seu “Bambambã”⁴⁶, publicado em 1923, incluiu um pequeno glossário do jargão de malandros e gatunos. Pode-se dizer que “Bambambã” representa o eco das ruas da cidade e, principalmente, do “convento” – então a Casa de Correção – transmitido pela sensibilidade de Barbosa. Com origem um

tanto próxima do trabalho de Orestes Barbosa, “Desabrigo”⁴⁷ de Antonio Fraga foi escrito a partir de um vida decorrida em parte na antiga zona do Mangue. Dono de uma narrativa insólita, elogiada pelo filólogo Celso Cunha e tema de recente tese de doutorado⁴⁸, Fraga fez “quase tudo” na vida, desde jovem vendedor de siri na “zona” até escritor e poeta do “bas-fond” carioca dos anos quarenta e cinqüenta. Fraga, a exemplo de Barbosa, dedica algumas páginas do seu “Desabrigo” a um pequeno glossário do “patuá” das ruas do Rio de Janeiro.

Como existem glossários e glossários, as omissões tornam-se inevitáveis, e delas é difícil escapar. Mas, seria mais difícil ainda não registrar o “Vocabulário em uso no ano da graça de 1965”, da autoria de Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta,⁴⁹ feito especialmente para a monumental antologia organizada por Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade por ocasião do IV centenário de fundação da cidade do Rio de Janeiro.

De volta à pesquisa propriamente, devem ser lembrados dois dicionários que, embora não tão relacionados ao espírito do trabalho, alentaram e contribuíram, de alguma forma, para o seu enriquecimento. São eles o “Dicionário da Língua Portuguesa” de Antônio de Moraes Silva⁵⁰ e o já citado “Dicionário de Vocábulos Brasileiros” do Visconde de Beurapaire-Rohan.

Desse interesse intelectual, e por que não dizer atração, pelos jargões popular e marginal revela mais do que uma preocupação com a complexidade idiomática, no caso, brasileira. Peter Burke não poupa palavras para exaltar os estudos desenvolvidos no âmbito da história social da linguagem que, segundo ele, “ está relacionada a solidariedades e conflitos, continuidades e mudança.”⁵¹ Mas, o mesmo Burke, mais adiante, levanta uma séria questão a respeito dessa atração – termo mais adequado, no caso – sobre intelectuais:

“As línguas do submundo ficaram com a parte do leão das atenções tanto de lingüistas quanto de sociólogos, talvez em razão da excitação para os sedentários acadêmicos de uma participação indireta em um mundo secreto e proibido de sexo, trapaças e violência.”⁵²

Exageros à parte, a excitação de que fala Burke talvez possa revelar uma tentação intelectual pelo bizarro que pode ser manifestada de duas formas. Ou percebendo o patuá como um fenômeno folclórico, verdadeiro engessamento do

passado com traços vulgares; ou, de outro lado, reconhecendo-o como expressão do dinamismo dos idiomas como, aliás, o próprio Burke ressalta nas “continuidades e mudanças”.

É, justamente, o último dos enfoques que orienta o presente trabalho. Ao fazê-lo, procura compreender o patuá dos cafejotes e capoeiras como uma expressão grupal e auto-afirmativa⁵³ mas que, por sua natureza dinâmica, não escapa à vulgarização; fenômeno que, por sua vez, pode descrever duas trajetórias. Assim, poderia ocorrer uma vulgarização horizontal quando o termo passa de uma condição “hermética” para outra praticamente comum, mesmo com alguma alteração no significado. Exemplo interessante a esse respeito, pode ser dado pela palavra “onda”, registrada por Pederneiras como “embrulhada” ou “enredo”, e que passou a ser empregada com o sentido de “modismo” ou “estar em dia”. Quanto a vulgarização vertical, ela ocorreria quando o termo deixa de ser exclusivamente ou preferencialmente “hermético” para tornar-se vulgar. A palavra babaca, por exemplo, que o mesmo Pederneiras anotou como “parte pudenda da mulher”, tornou-se sinônimo de boboca, tolo etc.

A condição dinâmica a que se sujeita qualquer falar, dadas as continuidades e mudanças, implica, no caso do patuá aqui considerado, a composição de um quadro analítico capaz de caracterizar não só aspectos da sua situação num dado momento histórico, bem como aqueles influentes na sua formação e demonstrativos da sua transformação. O ponto de partida desse quadro é a primeira edição da “Geringonça Carioca”, pois o trabalho de Pederneiras é, dentre os selecionados, um dos mais específicos sobre o tema abordado, embora não sendo o mais antigo entre os selecionados. Em verdade, essa condição pertence ao pequeno glossário contido na obra “Os capoeiras” de Plácido de Abreu, publicado em 1886. Além deles, compõem o quadro a “Gíria Brasileira” de Antenor Nascentes, o “Dicionário Banto do Brasil” da autoria de Nei Lopes, a “Gíria Portuguesa” de Alberto Bessa, que é de 1901, e três obras sobre o lunfardo: “Carlos Gardel, Lunfardo e Tango” de José Lino Grunewald⁵⁴, o “Diccionario Etimológico del Lunfardo” de Oscar Conde⁵⁵ e o “Nuevo Diccionario Lunfardo” de Jose Gobello.⁵⁶ A inclusão desses trabalhos sobre o lunfardo

resultou de conjecturas a respeito da convivência na capital federal entre cafajestes e cáftens vindos do Rio da Prata, particularmente de Buenos Aires. Dessa aproximação ocorrida principalmente na Cidade Nova, mais especificamente na “zona” do Mangue nas primeiras décadas do século atual, decorreu provavelmente a introdução de termos lunfardos no patuá de cafajestes do Rio de Janeiro.

A estada de muitos cáftens judeus, quase sempre abreviada pela polícia carioca, caracterizou um ato de um drama que, não raro, começava na Europa Central. Em sua maioria, agentes da organização internacional Zwi Migdal, esses cáftens traziam daquela área, sob os mais variados pretextos, mulheres jovens que acabavam na prostituição, principalmente no Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideú, proporcionando-lhes ganhos consideráveis. A “zona do Mangue”, dita também zona do “baixo meretrício”, foi um palco alegre e triste para mulheres de todos tipos e cores, dentre elas muitas judias, as chamadas “polacas”. Lá, junto de suas “tias” estavam muitos daqueles mesmos cáftens, convivendo com cafajestes, capoeiras, policiais e um sem-número de “viradores”.

Como a zona do baixo meretrício carioca caminhou sempre no sentido contrário ao mar,⁵⁷ quando alcançou a Cidade Nova, na década dos anos vinte, a Praça Onze já possuía um caráter singular, quase cosmopolita. Além dos negros e mulatos, já tradicionais habitantes da “Pequena África”, havia ali muitos imigrantes europeus e, entre eles, judeus. Essa comunidade judaica que convivia harmoniosamente com outras, não foi tão amistosa com certos judeus recém chegados: prostitutas e cáftens.

Samuel Malamud, importante memorialista judeu, deplora a chegada à praça daquela “vizinhança desagradável e perturbadora”⁵⁸. Logo, a comunidade judaica da Praça Onze percebeu que era necessário defender-se das tentativas de aproximação dos considerados “impuros”. Choques não foram raros, particularmente por ocasião de espetáculos públicos como representações teatrais, por exemplo:

“ Nas noites ou nas matinés dos espetáculos, os elementos da escravatura branca designados pela comunidade como “impuros” (em hebraico – tmeím) se postavam diante da Caixa do Teatro, procurando adquirir entradas por força.

Muitíssimas vezes havia escaramuças e foi necessária a intervenção da polícia para evitar-lhes o acesso. Perto da caixa e da entrada do teatro ficava sempre um comitê comunitário montando guarda.”⁵⁹

Apesar da hostilidade, os contatos eram inevitáveis, inclusive pelo fato de que, sendo todos judeus, portanto minoria na cidade, determinadas atividades encontravam maior facilidade de execução em torno da Praça Onze, em verdade um espaço familiar a eles. Assim, o mesmo Malamud, chama a atenção para o fato de que certas necessidades dos rufiões levaram-nos a buscar, por exemplo, o comércio local e, com isso, dando-se um tanto a conhecer:

“Eles vinham adquirir móveis para as suas pensões e preferiam negociar com os vendedores que falavam o ídiche, idioma que eles mais conheciam. Eram elementos boçais e mal encarados. Mesmo o seu ídiche soava curioso aos ouvidos. Procediam todos da Argentina, onde haviam feito o seu estágio e onde adquiriram algum vocabulário castelhano, que misturavam ao ídiche.”⁶⁰

Se havia dificuldades para o contato dos rufiões com a comunidade judaica da Praça Onze, o mesmo não deveria ocorrer no âmbito da zona de prostituição. Nela, os contatos diários não se restringiam às conversas com as mulheres. Pequenos comerciantes e vendedores ambulantes das mais diversas mercadorias, desocupados, clientes e, naturalmente, muita gente pertencente ao “povo escovado” eram interlocutores dos rufiões judeus. Nessas circunstâncias, o emprego do ídiche ficaria limitado às conversas entre os seus pares e com as “polacas”. Assim, os inevitáveis encontros e “papos” com cafajestes e malandros favoreceu a veiculação de termos lunfardos, em particular pela natureza predominante dos assuntos que caracterizariam a troca de idéias entre eles.

Não se trata aqui de classificar o lunfardo de forma simplista, considerando-o como um falar empregado exclusivamente por marginais portenhos. Mas, antes de tudo, entendendo-o como um falar vulgar que contém uma quantidade considerável de termos próprios do mundo delituoso. O estudioso argentino Jose Gobello acentua essa posição ao afirmar:

“ Por lunfardo entiendo el conjunto de términos traídos por la inmigración, que a veces pueden ser delictivos, como punga o escruche, y muchísimas no serlo, como pelandrún, mufa, farabute o acamarlar. No hará falta recordar que el lenguaje de la vida airada es el dos rufianes y sus pupilas. Por fin,

lo grosero es lo que ninguna persona de buen gusto dice, como no sea en rueda muy íntima.”⁶¹

Como cáftens, prostitutas, cafajestes e malandros compartilham, cada qual a seu modo, do mundo da “vida airada”, em verdade o mundo da negação do trabalho e da ordem, não constituiria novidade o emprego de parte à parte de termos delituosos. Disso resultaria uma atração exercida pelos termos lunfardos sobre cafajestes e malandros. Compreende-se que termos estrangeiros, ainda mais quando empregados comumente, ganham um sentido entre o curioso e o refinado e acabam, muitos deles, incorporando-se ao falar nativo. A esse respeito, convém recordar as observações de Raul Pederneiras a propósito do que chama “permuta de vocábulos” entre capoeiras, politiqueiros e demagogos:

“A vida quase em comum dos politiqueiros e demagogos de antanho com os capoeiras estabeleceu uma permuta de vocábulos; lugares comuns, *chapas* parlamentares, eram adotadas ou adaptadas pelos capadócijs, os tropos da retórica dos pais da pátria transferiam-se para o vocabulário dos pernósticos guarda-costas. Assim se explica o gênero rebuscado que floresceu na linguagem dos guaiamus e nagôas, assim se justifica a entrada dos termos capadócijs no campo do falar comum.”⁶²

Da mesma forma, termos lunfardos foram sendo incorporados ao patuá do “povo escovado”, enriquecendo-o com um certo toque de sofisticação e de distinção, pelo menos para aqueles que aceitam e empregam as novidades no seu cotidiano. Novidades que, no entanto, não descaracterizaram a natureza de permanência – expressão da resistência - do seu falar no Rio de Janeiro pós-abolicionista. É com a intenção de buscar suas continuidades e mudanças, de que fala Burke, que se montou o quadro comparativo (quadro 1) em anexo com cerca de trezentos e setenta termos do patuá de cafajestes, capoeiras e malandros cariocas durante as primeiras décadas do século atual. Na organização do quadro evitou-se, na medida do possível, o alinhamento de termos identificados por Pederneiras como próprios da gíria ladra, por considerar-se que eles contribuiriam para a desqualificação do mundo dos cafajestes e capoeiras. Na seqüência desse quadro consta um glossário com a análise histórica dos termos listados.

Se a quantidade de termos alinhados estimulou a elaboração de um apêndice capaz de avaliar as contiuidades e mudanças ocorridas, grosso modo,

ao longo de três décadas a partir da elaboração da “Geringonça Carioca”, o mesmo não se pode afirmar a respeito do vocabulário atual da capoeira. Embora qualquer consideração a respeito da condição da capoeira a partir dos anos trinta não faça parte deste trabalho, chama a atenção a redução do seu vocabulário específico. Em verdade, o que se depreende a partir da consulta de obras específicas é justamente o fato de que os termos alinhados referem-se em especial aos golpes empregados no jogo.

Waldeloir Rego, um dos mais consagrados estudiosos contemporâneos da capoeira, lista no seu “Capoeira Angola”⁶³ nomes de golpes, além de termos retirados de ladainhas. E, então, nota-se que as lembranças do velho linguajar são muito poucas. Nas ladainhas aparecem, entre outros: cabra, camará por camarada, cumpade por compadre, mandinguêro por mandingueiro e melado. Nas denominações dos golpes permanecem: tesoura, rabo-de-arraia, rasteira, meia lua, corta-capim, cabeçada e pouco mais. Do velho patuá pouco ou quase nada restou.

Em linhas gerais, é possível afirmar que a “capoeira à antiga”, aquela praticada às claras ou às escondidas, por maltas ou individualmente, que espalhados pela cidade, faziam da velha arte um meio de sobrevivência ou de desafio à ordem, não existe mais. Disso resultou um progressivo afastamento da capoeira das ruas, o que determinou, dentre outros efeitos, o que se pode chamar de “enquadramento vocabular”, pouco sujeito a inovações. Das características dessas mudanças se tratará mais adiante, no momento em que se fizer oportuna a discussão a respeito da criatividade no universo da capoeira. Mas, de qualquer maneira, retornando ao tema em questão, não é demais lembrar que a criatividade do linguajar do “pessoal escovado” ou, se preferido, o “povo” ou “pessoal da lira”, não se esgotava nas conversas, nas manifestações públicas que inspiraram “chargistas”, cronistas da cidade e escritores a apreciar o velho jogo negro.

A propósito de uma possível variedade na preferência musical do “povo da lira”, convém lembrar as discussões a respeito da origem da famosa “Ô abre alas”, composta no final do século XIX por Chiquinha Gonzaga. O crítico e memorialista de música popular Jota Efegê contesta a opinião de que essa música

tenha sido feita para o Cordão Rosa de Ouro, a pedido de “três ou quatro negros fortes, de largas calças bombachas e fraques pretos”⁶⁴ Com base na Gazeta de Notícias, ele afirma que o “Rosa de Ouro” foi fundado em 9 de março de 1898 por uns rapazes alegres que adotaram as cores nacionais para a bandeira do cordão, observando então que: “Rapazes alegres não usariam calças bombachas, próprias dos capadócios, dos capoeiras da época, nem os aludidos fraques pretos”.⁶⁵ Em abono da sua opinião, Efege acrescenta que o “Rosa de Ouro”, quando de visita à redações de jornais, entoava outras composições, e não o “Ô abre alas”; concluindo então que a música de Chiquinha Gonzaga foi, no máximo, motivada ou sugerida por um cordão que “desesperava a vizinhança”.⁶⁶

Mas, de qualquer forma, o “povo da lira” era objeto de interesse no campo da poesia e da música. Em 1902, Eduardo das Neves lançou o seu “Trovador da Malandragem”. Com um subtítulo extenso – “Nova coleção de modinhas brasileiras, recitativos, lundus, monólogos, canções, tremeliques e choros da Cidade Nova com os mais célebres representantes do invencível Povo da Lira etc⁶⁷”, o “Trovador” representava um tipo singular de publicação voltada para os segmentos de baixa renda no Rio de Janeiro⁶⁸. Aliás, a editora que reeditou o livro de Eduardo das Neves, a Livraria Quaresma, praticamente especializou-se em certos ramos de publicações que escapavam ao domínio das grandes livrarias cariocas. Criada em 1876 por Pedro da Silva Quaresma, essa livraria foi, como notou Nelson Werneck Sodré “a grande fornecedora de livros de anedotas, de assombrações, de credices, de canções populares, mas também de livros infantis (...).”⁶⁹ A divulgação de letras de músicas populares por meio de publicações de baixo custo foi um recurso bastante utilizado no Rio de Janeiro. Nesse particular, ficou consagrado o “Jornal de Modinhas” – simplesmente a “Modinha” – que alcançou a década dos anos 50; sendo vendido em bancas de jornais e em bondes por ambulantes que se esmeravam até em cantar alguns versos das letras contidas nos livrinhos que ofereciam.

Praticamente contemporâneos do “Trovador da Malandragem”, foram editadas coletâneas de letras de músicas de gosto popular cujos títulos, em alguns casos, indicavam a origem das composições selecionadas. Se Eduardo das Neves

reuniu composições cantadas por ele e por outros no seu “Trovador”, o desconhecido Albino Cabral lançara, em 1900, um pequeno livro denominado “Noites cariocas: coleção de modinhas, lundus, recitativos, monólogos etc.”⁷⁰ Na apresentação do seu trabalho, Cabral expressou um pouco da sua preocupação em atenuar o estigma que pairava sobre as músicas de gosto popular no final do século XIX. Seu testemunho merece transcrição:

“Amador que idolatra e aprecia o instrumento dos desocupados e perdidos, procuro, à medida das minhas forças, frágeis em verdade, fazer com que esse estigma que, com tanta facilidade, aflui aos lábios profanos dos pretensiosos e paspalhões, caia por si (...)”.

“Ai fica, queridos amigos, o meu modesto livrinho; que vocês, ao ouvirem algum desses basbaques atirar-me às costas o epíteto de trovador de esquina, repilam com a energia própria dos caracteres ilibados”.⁷¹

Se o autor de “Noites cariocas” declarou-se apreciador dos “instrumentos dos desocupados e perdidos”, o violão, outro autor, J.Crisóstomo da Silva, também desconhecido, publicou bem posteriormente um livro em que reunia uma variedade de composições, com um título inspirado nas esquinas e no violão: “Lirismos de um capadócio”.⁷² Nele, o autor compilou poesias, canções, lundus, recreativos, fadinhos e serestas que na época da sua publicação, em 1921, ainda eram considerados como expressões artísticas próprias do velho “povo escovado”.

Os termos “capadócio” e “malandragem”, contidos nos títulos de publicações, podem indicar que, muitas das composições constantes dos livrinhos vêm da mesma fonte: compositores, poetas e cantores do “povo da lira”. Como, aliás, o enorme subtítulo do “Trovador da Malandragem” indicava ao localizar sua fonte na Cidade Nova e, mais ainda, ao apontar “célebres e famigerados representantes do invencível povo da lira” como protagonistas dos “casos” incorporados ao livro. Embora a pequena quantidade disponível de publicações dessa natureza dificulte uma avaliação mais consistente, fica evidente após uma consulta aos seus conteúdos que mulher, amor e pátria são os temas mais freqüentes. Eles eram os motes que mais desafiaram a criatividade dos poetas e compositores que tinham no “povo da lira” sua inspiração e, ao mesmo tempo, seu público.

A Eduardo Sebastião das Neves (1871-1919), o “Dudu das Neves”, não faltou talento e iniciativa para divulgar suas criações. Negro, se apresentava como o “crioulo Dudu das Neves”. Foi bombeiro e, posteriormente guarda-freios da Central do Brasil, sendo expulso da corporação e da ferrovia. Da primeira, por faltar repetidamente ao serviço e, principalmente, por ter sido flagrado fardado tocando violão num botequim; da segunda, por ter participado de uma greve. Foi como palhaço de circo, cantor, tocador de violão e compositor que, aos poucos, ganhou notoriedade pela criatividade demonstrada em letras simples e de agrado popular. Uma das suas composições mais famosas foi “A conquista do ar”, feita em homenagem a Alberto Santos Dumont que, em 1901, foi consagrado pelo seu feito em Paris, quando deu a volta à Torre Eiffel em seu balão nº 6.

Se a “A conquista do ar” deu certo prestígio a Eduardo das Neves, outras composições constantes do “Trovador” mostram que ele procurou, como o fez posteriormente ao gravar discos, difundir um pouco da verve poética do “povo escovado”. No lundu “Gemendo na lira”, composição transcrita sem data de autoria, “Dudu das Neves” expressa alguns temas preferidos pelo “pessoal da lira”: violão, distância do trabalho e, naturalmente, mulher:

. “Senhores, venho pedir-vos
Um momento de atenção;
Quero vos dizer quem sou
Por meio de uma canção

As moças todas se alegram
Quando me ponho a cantar;
A minha lira atraente,
Jamais podem dispensar.

Eu gosto de uma seresta,
Que tenha um bom violão;
Gosto do samba gostoso...
Mas, do trabalho... isso não!

Ah! vem comigo morar
Vem gozar o meu amor,
Que a barquinha nos espera...
Obedece ao teu cantor.

Esta vai por despedida,
Que não posso cantar mais;
O meu peito está cansado
De dar suspiros e ais.

Estrilho

Sou decidido, creoulo chorão!
 Sou cabra na perna e toco violão,
 Canto modinhas em qualquer lugar...
 O que não me agrada só, é trabalhar.”⁷³

Já em “O crioulo” – ele próprio – composto em 1900, Eduardo das Neves canta sua própria vida em versos, ao longo dos quais não perde a oportunidade de mostrar-se como um autêntico componente do “povo escovado”:

“Não me agasto em ser crioulo;
 Não tenho mau resultado,
 Crioulo sendo dengoso
 Traz as mulatas de canto chorado.

Meus sapatinhos
 De entrada baixa,
 Calça bombacha,
 P’rá machucar;
 As mulatinhas
 Ficam gostando
 E se babando,
 Co’o meu pisar”.⁷⁴

Sapatinhos de entrada baixa, calças bombachas, chapéu de aba quebrada ou, em alguns casos, levantada, com violão debaixo do braço ou empunhado, ali estavam eles nas esquinas, à porta de um boteco, à luz dos lampiões. O violão era, para muitos deles, quando cafajestes, um substituto eventual, talvez um descanso para o “petrópolis” chamuscado. Cantando quando era possível, entremeando o seu patuá com termos pernósticos. “Entrando na política”, freqüentando as ante-salas de repartições públicas, cobrando favores e, logo, possuindo ou não talento, “abrindo o peito” entoando modinhas, lundus ou, até mesmo, arriscando uma canção nas noites sonoras.

APÊNDICE DO CAPÍTULO 3:**Quadro 1:**

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Abotoar	X				
Abrir	X				
Acampanar	X		X		
Achacar	X		X		
Aço	X				
Açougue	X				
Águia	X				
Alcaguetar	X		X		Beaurepaire
Alcides	X				Elísio Carv.
Amarrotar	X				
Andante					
Angu	X				
Apitar	X				
Arame	X			X	
Araque(s)	X				
Arataca	X				
Arco(abrir)	X				
Ardoa	X			X	
Areia(entrar)	X				
Arrelia	X				
Arriar					Abreu
Arrochar	X				
Arvorado	X				
Assinatura	X				
Avacalhado	X				
Avança	X				
Azular	X				
Babaca	X	X			
Bacamarte	X				
Bacano	X		X		
Bainha	X				
Balisa	X				
-----	Bamba	X			

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
-----	Bambambã	X			
Baiano	X				
Bancar	X	X			
Banda	X	X			
Banha	X				
Banho	X				Abreu
Banzé	X	X		X	
Barbeira	X				
Bastião	X				
Batuta	X				
Beldroega	X				
Bilontra	X				Gíria cigana/ Beaurapaire
Biraia	X	X			
Bobo	X		X		
Bola	X		X		
Botas	X		X		
Brazurura	X				
Brisa	X				
Bronca	X		X		
Cabra	X				
Cabreiro	X		X		
Cabungo	X	X			
Cafajeste	X	X			Beaurepaire
Cafundó	X	X			
Cagaço	X		X		
Caixa	X			X	
Calço	X				
Calungo mea	X	X			
Camarada	X				
Cambachirra	X				
Campana	X		X		
Candongá	X	X			
Canela	X				
Caniço					

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Canoa	X				
Cantar	X		X		
Capadócio	X			X	Beaurepaire
-----	Capanga	X			Beaurepaire
Caradura	X				
Caraminguás	X				
Caranguejar	X				
Carapicus					Viotti
Caroço	X				
Carrapeta	X			X	Abreu
Catar minhoca					
Comer minhoca	X				
Catrambias	X				
Caveira	X			X	Abreu
Chácara	X				Abreu
Chamar					
China(ver)	X				
Chincha	X	X			
-----	Chocolateira				
Chorar	X				
Choroso					
Chué	X	X		X	Morais
Chulipa	X			X	
Cipó(levar)	X				
Ciscar	X				
Cocada	X				
-----	Cocoré				
Compadre	X			X	
Comparecer					
Constrangi-mento(passo)					Abreu
Coque	X				
Coruscar					

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Cuera	X				
Cuerereca					
Cuia	X				
Cutia					
Cutuba		X			
Descansar	X				
Destorcer	X				Abreu
Dreco					
Embrulho	X				
Encher	X				
Engolideira	X				
Engrupir	X		X		
Entrar	X				
Escorão	X				
Escorar	X				
Escova	X				
Escovado	X			X	
-----	Esculacho				
-----	Esfriar			X	
Espalhar-se	X				
Esparrame	X				
-----	Espinho				
Espoleta	X				
Esporro	X				
Estácio	X				Fraga
Estandarte	X				
Estender					
Estrepolia	X				
Éstropício	X				
Executivo					
Fachada	X				
Farra	X		X		
Farofa	X	X			
Faz-formas	X				
Fecha-fecha	X				

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
-----	Fernando				
Ferro	X				
Figura	X				
-----	Firmino da Silva				
Fisolostría	X			X	
Frontispício	X				
Fubeca	X				
Fulero	X	X	X		
Fungagá	X				
Gado	X				
Gafieira	X				Morais
Galo	X				
Gameleira	X				
Gato	X				
Gaveta					
Gemer					
Gordura					
Graixa					
Gramar	X				
Grilo	X				
Gringo	X				
Grogotó	X				
Gronga	X	X			
Guabiroba	X				
Guaiamu	X				
Guarda comi- das	X				
Gurunguba	X	X			
Homem	X				
Hora (na)	X				
Igrejinha	X				
Is-car					
Itinerário					
-----	Jagodes			X	

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Jamegão	X				
-----	Jirote				Gíria cigana
Jocotó	X	X			
Jogo	X				
Judas	X				
Juntar	X				
Justa/o	X				
Ladainha					
Ladeira do vazio	X				
-----	Lagalhé			X	
-----	Lalau				
Lambada	X	X			
Lamber	X				
Lambujem	X	X			
-----	Lamparina	X		X	Abreu
Lancha	X				
Lata	X				
-----	Lelê	X			
Letra	X				
Levar					
-----	Liga				
Língua					
Lira	X			X	
-----	Loque				
Lubambo	X	X			
Lunfardo	X		X		
Lusco-fusco					
Macaca	X			X	
Macacada	X				
Madeira	X				
Majorengo	X		X	X	
Malacafento	X				
Malandro	X				
Manada					

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Mancar	X		X		
Mangar	X	X	X	X	
Manhosa	X				
Manteiga	X				
Maquinismo	X				
Mastigante	X				
Marchante	X		X		
Marimba	X		X		
Marmelada	X				
Marmita					
Marombar	X			X	
Marreta	X				
Massarandub.					
Mastigo	X				
Mato(cair)					
Mata-bicho	X			X	
Mato Grosso	X				
-----	Matriculado				
Meco	X			X	
Melado	X				Abreu
Menganha	X	X			
Mequetrefe	X			X	Gíria cigana
Meter				X	
Mergulhar	X				
Mexidos	X				
Micho	X		X		
-----	Milonga	X	X	X	
Mina	X		X		
Mitrado	X				
Moca	X	X			
Mola	X				
Molhar					
Molhadura	X				
Morcego	X			X	
Mosca	X				

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Moxinifada	X				
-----	Muafa	X			
Nadar(em seco)					
Nagôa	X				
Negas					
Negrada	X				
Nenem(estar a)	X	X			
Nenhum	X				
Nove	X				
Nuvem	X				
Onda	X				
Otário	X				
Paca	X				
Pacatu	X				
-----	Paco	X	X		
Paio	X				
Paizinho	X				
Pamparrear	X				
Pancadão	X				
Pantana	X	X			Abreu
Panzina(pé)	X	X			
-----	Papelão		X		
Parada	X		X		
Passarinhar	X				
Passo	X				Abreu
Pato	X		X		
Patota	X	X	X		
Patureba	X				
Pau					
Pauta					
Pé					
-----	Pé-de-chumbo				

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Pega	X				
Pelêgo					
Peneirar	X				
Penitência					
Pensão	X				
Pequiá	X				
Perereco	X				
Peroba	X				
Perrengue	X	X		X	
Pessoal	X				
Petrópolis	X				
Piaba	X	X			Abreu
Picado	X				
Pindaíba	X			X	
-----	Pinta		X	X	
Pipocar	X			X	
Pisar					
Poeira(fazer)	X				
Pororó	X				
Povo	X				
Presepada	X				
Pronto	X				
Prosa	X				
Prosopopéia	X				
Puaia					
Pular de lado					
Pulo	X				
Punga	X	X	X		
Purgativa					
Puxar barato					
Quengo	X	X			
Quera	X				
Rabanada	X				
Rabear	X				
Rabicho	X				

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Rabo-de- arraia	X				Abreu
Rabo-de-galo	X				
Ragu	X		X		
Raspar	X				
Rasteira	X			X	
Rebocar	X				
Refle	X				
Reglar	X		X		
Relambório	X				
Remelexo	X				
Riscar	X			X	Gíria cigana
Rolo	X				
Safarrascada	X				
Salto	X				
Samba	X	X		X	
-----	São Benedito				
Sapateado	X				
Sarado	X				
Sardinha	X			X	Abreu
Secreta	X				
Semifusa	X				
Sereno	X				
-----	Sestrar				
Sinagoga	X			X	
Siri sem unha	X				
Soletrar	X				
Sorongó	X	X			
Sulancar		X			
Supimpa	X	X			
Suruba	X				
Sururu	X				
Sustenir					
Tabareu					
Tampa	X				

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Tampo	X				
Tatu(rabo)					
Tebas	X				
Tentáculo	X				
Tentear	X				
Tentos	X				
Terno	X				
Tesoura(abrir)	X				
Testa	X				
Tico-Tico	X				
Tinguaciba	X				
Tira-teimas	X				
Tombo	X				
Topada	X				
Torre	X				
Traquejo	X				
Trastejar	X				Abreu
Treze de maio					
Trinta e um (bater o)	X				
Trompaço	X				
Tropicar					
Trovisco	X				
Turumbamba	X	X			Beaurepaire
Turuna	X				
-----	Tutu	X			
Vaca	X		X		
-----	Vacina				
-----	Vadiar				
Velho	X				
Ventosa	X				
Vezugt	X				
Virar					
Vira e mexe	X				

Geringonça	Gíria brasil. .	Vocab. Banto	Lunfardo	Gíria portug.	Outros
Viúvo	X				
Vulto (da ciência)	X				
-----	Xavier				
Xubregas	X				
-----	Zaragata				
Zarro	X				
Zungu	X	X			Beaurepaire
Zunir	X	X			

Glossário (continuidades e mudanças) :

Este glossário está baseado em dois trabalhos fundamentais para o estudo do patuá de capoeiras, cafejantes e malandros cariocas: a “Geringonça Carioca” de Raul Pederneiras e o “Dicionário da Gíria Brasileira” de Antenor Nascentes. Como já foi assinalado, essas duas fontes estão separadas no tempo por mais de quarenta anos, circunstância que favorece a natureza do mesmo glossário: a avaliação das continuidades e mudanças dos termos mais antigos. A propósito, é importante ressaltar que aqui foi utilizada a primeira edição da “Geringonça Carioca”, que é de 1922, e não a 2ª, de 1946, esta consultada por Nascentes. Essa ressalva se faz necessária, pelo fato de que alguns termos não foram registrados por Pederneiras na 1ª edição do seu trabalho.

Por termos mais antigos, entende-se aqui aqueles existentes e registrados, a partir do momento histórico em que a capoeira foi criminalizada pelo Código Penal de 1890, mas que, de outro lado, passava a desfrutar de um tratamento ambíguo decorrente da sua própria condição punível e, ao mesmo, útil para muitos das classes dominantes.

Não faz parte dos objetivos do glossário, nem do presente trabalho como um todo, qualquer consideração que alcance a década dos anos 30, quando a capoeira foi legalizada no âmbito do esforço nacionalizante do Estado Novo. Assim, por força da obediência aos princípios que norteiam as pesquisas históricas, são respeitados limites temporais que, desrespeitados podem conduzir, no mínimo, a um presentismo quase sempre de natureza enganosa. Ao se destacar as continuidades e mudanças como inspiradoras do glossário, têm-se como principal objetivo a avaliação de um processo vivido por uma “linguagem hermética”, e por seus usuários, ao longo de um período histórico caracterizado por transformações acentuadas na sociedade brasileira e, particularmente, na capital federal.

À título de orientação da consulta do glossário, deve ser observado que as primeiras definições dos termos foram retiradas da “Geringonça”; quando não constar no trabalho de

Pederneiras qualquer alusão ao termo selecionado, isso será assinalado no início do verbete. Em alguns poucos casos, os verbetes poderão ser enriquecidos com trechos de letras de música popular com o objetivo de caracterizar a continuidade do emprego do termo.

ABOTOAR – Agredir corpo a corpo. Para Nascentes: segurar pelos botões da camisa ou do paletó para agredir (gíria malandra)

ABRIR – Correr, fugir. O mesmo para Nascentes.

ACAMPANAR – Seguir a vítima durante dias para roubá-la. O mesmo para Nascentes(gíria ladra). Em lunfardo registra-se “campana” como o auxiliar do ladrão que pratica esta ação.

ACHACAR – Vem de gatuno, ratoneiro. Nascentes registra como extorquir dinheiro valendo-se de autoridade.

AÇO – Arma branca, navalha. Nascentes registra como arma branca (gíria ladra).

AÇOUGUE – Alcoice, conventilho . Alcoice e lupanar para Nascentes.

ÁGUIA – Espertalhão, velhaco. Nascentes só registra o primeiro termo.

ALCAGUETAR – Vem de alcagoeta: denunciante (gíria ladra); o mesmo para a variante acaguete. Nascentes registra cagueter e caguete, mantendo os significados. Em lunfardo, registra-se alcagüetar e alcagüeta, com os mesmos significados e, respectivamente, variantes fonéticas de alcahuetar e alcahuete.

AMARROTAR – Derrear o adversário. Para Nascentes: esbordoar derreando; quebrar a cara.

ANDANTE – A perna ou o pé.

ANGU – Confusão, escândalo, trapalhada, alarido, reboliço. Nascentes registra como porção de coisas falsas ou objetos sem valor; sendo na linguagem familiar sinônimo de confusão (gíria ladra).

APITAR – Aparecer, surgir. Nascentes registra três significados: estar sem dinheiro e os mesmos que Pederneiras.

ARAME – Dinheiro. O mesmo para Nascentes, atribuindo-o à gíria portuguesa, embora o termo não esteja registrado por Bessa. Na gíria dos fadistas lisboetas, existe a expressão “ meter a mão aos arames”, com o sentido de tirar a navalha do bolso.

ARAQUE – Roubo sem valor. O mesmo para Nascentes.

ARATACA – Bengala, cacete. Nascentes registra também como bordão, atribuindo ao termo origem tupi(gíria ladra).

ARCO (abrir o) – Fugir, correr. O mesmo para Nascentes, acrescentando a expressão “meter o arco” como sinônima.

ARDOSA – Aguardente. Nascentes acentua a raiz em arder, notando a presença do termo na gíria portuguesa (gíria ladra).

AREIA(entrar) – Pederneiras registra a expressão “comer areia”: correr, fugir. Nascentes anota “entrar areia”: atrapalhar, estragar.

ARRELIA – Encontro, luta. “Povo de arrelia”: malta desordeira. “Samba de arrelia” : baile agitado. Povo é o significado anotado por Nascentes. No bairro do Andaraí, no Rio de Janeiro, uma antiga favela foi denominada Morro da Arrelia.

ARRIAR – Cair, ser vencido. “Arriar a trouxa” significa pedir trégua. Já “arriar a mochila” é o mesmo que ceder, fatigar-se. Pederneiras ainda anota arrocho: baile, auge da festa ou da luta. Plácido de Abreu registra arreiar: deixar de jogar capoeira.

ARROCHAR – Mostrar perícia, constranger, embaraçar. Nascentes anota como exigir com demasia.

ARVORADO – Pederneiras registra “arvorar-se”: atirar-se resoluto, provocar. Nascentes anota o mesmo sentido para o verbo. Para arvorado, o filólogo registra: paisano destacado para serviço policial disfarçado (gíria malandra).

ASSINATURA – Para Pederneiras, abrir assinatura significa intrigar, não poupar, passar descompostura. Implicar constantemente com uma pessoa é o significado anotado por Nascentes.

AVACALHADO – Sem vergonha, desmoralizado. Nascentes só registra o verbo avacalhar: desmoralizar-se retratando-se.

AVANÇA – Comer ou furtar desabridamente. Ladroagem. Nascentes registra o verbo avançar como atirar-se com sofreguidão a comidas e bebidas, principalmente em festas.

AZULAR – Correr, fugir, desaparecer. Pederneiras ainda acentua que o verbo está relacionado com o azul do horizonte na perspectiva área. Nascentes mantém o mesmo significado.

BABACA – Parte pudenda da mulher. Para Nei Lopes, no seu “Vocabulário Banto”, o termo de origem africana incerta significa tolo, palerma, admitindo também a possibilidade dele ser uma redução de babaquara. Nascentes registra o último termo com o significado de basbaque, toleirão e palerma.

BACAMARTE – Cavalo reles, tipo inábil. Nascentes só registra como cavalo mau corredor.

BACANO – Homem rico, associado também ao termo “bacan”. Nascentes registra como indivíduo endinheirado, rico, em condições de ser roubado. Em lunfardo, “bacán” possui diferentes significados: dono, patrão, proxeneta, homem que sustenta amante, amásio, indivíduo de boa posição e hábitos refinados, indivíduo que ostenta posição sócio-econômica que não tem. Já “bacana” corresponde ao feminino de “bacán”.

BAIANO – Mau cavaleiro. “Abaixar o baiano”: dar cabeçada. Só essa expressão foi registrada por Nascentes com o mesmo significado.

BAINHA – Abdome. “Descoser a bainha”: golpear o ventre. O mesmo para Nascentes.

BALISA – Mala pequena. Chefe de malta. Sinal posto na porta para verificar se alguém a abriu depois de certa hora(gíria ladra). O mesmo para Nascentes.

BAMBA – O termo não foi registrado por Pederneiras. Nascentes anota diversos significados: perito, exímio, influente, destacado, valente e desabusado. No vocabulário banto, o termo deriva do quicombo: “ebambangolo” que significa valentão, podendo ser redução de bambambã.

BAMBAMBÃ– O termo também não foi registrado por Pederneiras, embora Nascentes remeta seu significado ao autor da Geringonça Carioca, talvez por referência à 2ª edição do livro. Valentão é o significado registrado tanto pelo filólogo brasileiro quanto por Nei Lopes. Para Nascentes, bambambã é a forma redobrada de bamba com valor de superlativo. Já Lopes, considera-o como forma apocopada e redobrada do termo quimbundo “mbamba-mbamba”, que significa mestre e exímio. O termo deu nome a um livro do poeta e compositor carioca Orestes Barbosa. Nele, o autor relata principalmente impressões obtidas durante sua passagem pela Casa de Correção.

BANCAR – Simular importância, influência. Fazer figura. Simular foi o significado anotado por Nascentes. Para Nei Lopes, o termo provém do quicungo “banga”: mentir, contar histórias; daí derivando os significados: fazer o papel de, fazer-se de.

BANDA – Musicata. “Só de banda”: prevenido, precatado. “Sair de banda”: perder a partida, evadir-se. Nascentes concorda com os dois significados, mas acrescenta o seguinte. “Fazer a banda”: entreter uma pessoa enquanto outro ladrão trabalha (gíria ladra). No vocabulário banto, o termo significa: pedaço, parte lateral que, segundo Nei Lopes, provém do quimbundo “mbandu”: parte, pedaço.

BANHA – A pele. “Ver o preço da banha” ou “ver a banha de perto”: golpear, ferir. Nascentes repete o último significado (gíria malandra).

BANHO – Tombo, trambolhão. “Dar um banho de fumaça”, “de poeira” ou de “areia”: fazer cair desastrosamente o adversário. O mesmo para Nascentes. Plácido de Abreu registra apenas tombo.

BANZÉ – Contenda, discussão, conflito, algazarra. “Banzé de cuia”: desordem. No vocabulário banto, banzé possui dois significados. Dança de negros, termo proveniente provavelmente do quimbundo “mbanza” ou “mbanze”: das vozes ou viola e feitiço para atrair mulheres, respectivamente. Nascentes, por sua vez, concorda com Pederneiras.

BARBEIRA – Navalha, para Pederneiras e Nascentes.

BASTIÃO – “Dar com o bastião”: fazer cessar, interromper. Nascentes concorda com o significado, acrescentando que ele provém de bastar, dar o basta.

BATUTA – Exímio, perito, perfeito. Chefe de quadrilha na gíria ladra. Nascentes acrescenta aos mesmos significados: diretor de um roubo. O qualificativo batuta inspirou a criação, em 1919, de um conjunto carioca de música popular “Os oito batutas”. Dele faziam parte, entre outros, Pixinguinha e Donga que, com seus companheiros, se exibiram na Europa e na Argentina durante os anos vinte.

BELDROEGA – Tipo sem eira nem beira. Para Nascentes, o termo deriva de beldoega, erva ordinária.

BILONTRA – Vadio bem trajado. Folião. Trapaceiro. Nascentes anota os seguintes significados: indivíduo dado a conquistas amorosas e freqüentador de lupanares. O termo denominou uma peça teatral da autoria de Arthur Azevedo e Moreira Sampaio encenada no Rio de Janeiro no final do século XIX. Bessa, na sua “Gíria Portuguesa”, publicada em 1901, cita algumas palavras retiradas

de “Os ciganos de Portugal”, da autoria de Adolpho Coelho e, entre elas, encontra-se bilontra com os significados de maroto e biltre. Já Beaurepaire-Rohan define bilontra como: pessoa abjeta, que frequenta os botequins, as más companhias e particularmente as mulheres de má vida, das quais se torna o correspondente.

BIRAIA – Mulher chula, antipática. Prostituta de ínfima espécie é a forma como Nascentes registra o termo. No vocabulário banto, biraia significa meretriz e megera.

BOBO – Relógio de algibeira (gíria ladra). Tanto no lunfardo quanto para Nascentes o significado é o mesmo, sendo que o último anota que bobo “trabalha de graça”.

BOLA – A cabeça. “Tento na bola”: juízo. “Pancada da bola”, “sofrer da bola”: falta de juízo. “Trocar as bolas”: deturpar a frase, tomar uma coisa por outra (bolar as trocas), peita, suborno. “Dar bola”: subornar; “comer bola”: deixar-se subornar. Para Nascentes “dar bola” significa: dar confiança, animar o conquistador. Pilhéria, piada espirituosa: “boa bola”.

BOTAS – No singular significa: coisa ruim, mal feita. “Bater a bota”: morrer. No plural quer dizer: soldado policial (gíria ladra).

BRAZURURA – Para Pederneiras e Nascentes: valente, intrépido, esperto e inteligente.

BRISA – Vadiagem. “Pirão de brisa”: jejum forçado, falta de ocupação. “Cair na brisa”, “nas asas da brisa”: fugir. Nascentes anota vadiagem e falta de dinheiro.

BRONCA – Alarma, escândalo (gíria ladra). Pederneiras registra broma como sinônimo. Nascentes anota broma com o mesmo significado que Pederneiras dá à bronca; enquanto, para ele, bronca também significa: escândalo, disputa, discussão. Em lunfardo, a palavra bronca é identificada com nojo, enfado e raiva. Além desses significados, outros são anotados: rancor, ressentimento, ódio e inimizade.

CABRA - Mulato. Qualquer indivíduo. “Cabra sarado”: esperto, valente, corajoso. “Cabra escovado”: esperto, pândego, matreiro. “Cabra doente”: apaixonado, temível, atilado. Para Nascentes, “cabra escovado” é: sabidão, muito experiente. Já “cabra sarado” é: sujeito esperto, malandro, sem escrúpulos.

CABREIRO – Esquisito, desconfiado (gíria ladra). Para Nascentes, o termo significa: desconfiado, esquivo, escamado, prevenido, além de parceiro que furta no jogo. Em lunfardo, “cabreiro” é identificado com mal humorado, enojado, irritadiço, colérico, desconfiado e receoso.

CABUNGO – Tipo desclassificado. Se o termo tem o mesmo significado para Nascentes, possui também o de urinol. Este último significado está também registrado no vocabulário banto como proveniente de kibungu, termo quibundo que significa retrete ou sentina.

CAFAJESTE – Tipo desclassificado. Nascentes acrescenta à definição de Pederneiras o seguinte: originariamente um termo de gíria escolar que significou ‘ indivíduo que não era estudante’. Além disso, remete a Joaquim Nabuco que, segundo ele, afirma que o termo foi trazido de Coimbra pelos estudantes brasileiros que vieram, em 1827, fundar a Faculdade de Direito de Olinda. Para Nei Lopes, o termo, de provável origem banta como outros iniciados em caf, significa indivíduo vulgar, desprezível. Já Beaurepaire-Rohan anota o seguinte: homem de ínfima índole e de pouco

ou nenhum apreço; tanto em Pernambuco, como em São Paulo, dão os estudantes das Faculdades de Direito esse nome a qualquer indivíduo sem préstimo.

CAFUNDÓ – O mesmo que cafundório: antro, lugar longínquo. Situação topográfica cafurna. Sítio recôndito e afastado para Nascentes. No vocabulário banto, lugar ermo e afastado, proveniente de kufinda: sepultura, ou de kanfundo, em quicongo, distância, lonjura.

CAGAÇO – Medo, covardia. O mesmo para Nascentes. Em lunfardo, “cagazo: medo ou susto proveniente de “cagarse” que significa assustar-se, acovardar-se.

CAIXA – O tronco humano. “Caixa de respiro”: o peito. “Caixa de empada ou miúdos”: o ventre. “Caixa de catarro”: o pulmão. “Toque de caixa”;; debandada. “Caixa de fósforos”; casa pequena, bonde de bitola estreita. “Caixa d’óculos”: quem usa óculos. “Caixa de fumaça”: :nariz”(gíria ladra). Nascentes anota, além desses significados: cavidade do corpo humano e “caixa de mastigo”: a boca.

CALÇO – O mesmo que calçadeira: golpe com o pé para fazer cair o adversário, tranco . Nascentes mantém a mesma descrição.

CALUNGO MEA – Pederneiras e Nascentes registram, sem identificar o significado, que esta expressão era usada por capoeiras:”... deixe de partes de *calungo mea* que eu não tomo disso”. O termo “calungo” isoladamente significa camundongo no vocabulário banto. Mas não é possível comprovar qualquer relação dele com a dita expressão.

CAMARADA – Para Pederneiras e Nascentes, o termo caracteriza o tratamento dado aos soldados. No entanto, não foi incomum o emprego do termo entre capoeiras, como camarada ou camarado, significando parceiro.

CAMBACHIRRA – Pederneiras registra como cambachilras: negaças de capoeira antes da briga. Nascentes acrescenta que o termo talvez lembre o voejo da ave.

CAMPANA – Vigia, espia que protege a manobra (gíria ladra). O mesmo para Nascentes. Em lunfardo, “campana” significa: ajudante de ladrão que vigia a provável vítima. Daí, o verbo “campanear”: vigiar para proteger aquele que rouba.

CANDONGA – Feitiço, sorte, pretexto, amores. Nascentes anota os mesmos significados. Para Nei Lopes, o termo poderia vir da evolução de ka-ndonga diminutivo de ndonga, propriamente o negrinho de Angola, tratamento lisonjeiro.

CANELA – Perna. “Chamar nas canelas”: correr. O mesmo para Nascentes.

CANIÇO – Magricela. A perna. “Meter o caniço”: dar rasteira ou pontapé. “Chamar no caniço”: correr, evadir-se. “Juntar os caniços”: preparar o salto. O mesmo para Nascentes.

CANOA – Ronda policial. Engodo. “Embarcar. Ir na canoa”: deixar-se embaçar. O mesmo para Nascentes. No caso, o verbo embaçar está empregado no sentido de lograr, enganar.

CANTAR – Seduzir, conquistar. “Cantar de galo”: mostrar-se audaz. “Cantar de galinha”: esmorecer, fugir covardemente. “Cantar de sereia”: procurar iludir. Para Nascentes, cantar significa também cantar pedras da víspora e entrar em cena (o cacete). Em lunfardo, o verbo significa delatar, dizer a verdade, lamentar-se - cantar a Gardel - , e ainda morrer.

CAPADÓCIO – Tipo pernóstico e maneiroso. Suspeito, duvidoso. Para Nascentes significa um tipo de maneiras acanalhadas, trapaceiro. Já Beurepaire-Rohan registrou, antes dos dois estudiosos citados, o seguinte: “Parlapatão, fanfarrão, charlatão. Aplica-se geralmente este termo ao homem da plebe, que se dá ares de importância, aparentando nos modos e nas falas uma superioridade que lhe cabe mal”.

CAPANGA – O termo não foi registrado por Pederneiras. Nascentes, por sua vez, identifica a palavra com guarda-costas de homem importante, remetendo-o à origem no quimbundo “kapanga”: sovaco. Ao fazê-lo, cita outros estudiosos, entre os quais Amadeu Amaral que admite o termo quimbundo, provavelmente referido ao homem forte e valente que tinha cabelo no sovaco. Para Nei Lopes, capanga significa guarda-costas ou cacundeiro, aquele que transporta carga na cacunda(sic) e, por isto, carregava suas armas sob as axilas. O mesmo autor, cita Nascentes (provavelmente no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa) para quem kapanga se aplicaria às bolsas em que viajantes coloniais carregariam diamantes na área da mineração, e que, por isto, eram protegidos por comerciantes interessados na compra das pedras. Daí, o significado de guarda-costas ou capanga. Beurepaire-Rohan registra o seguinte: “Na Bahia lhe chamam também jagunço e peito-largo, e em outras províncias, espoleta. Este termo, como já foi acentuado, anteriormente, significava também cabo eleitoral.

CARADURA – Sem vergonha, cínico, desembaraçado. Bonde de 2ª classe. O mesmo para Nascentes.

CARAMINGUÁS – Dinheiro. Nascentes mantém o significado, e acrescenta dinheiro miúdo

CARANGUEJAR – Recuar, ladear para se defender melhor. O mesmo para Nascentes.

CARAPICU – Tipo sem valia. Miuçalha. Meia passagem nos bondes. Empregado no plural, o termo teve outros significados. No romance “O Cortiço”, escrito no final do século XIX, Aluísio Azevedo criou duas “maltas” de capoeiras cariocas rivais: os “carapicus” e os “caras-de-gato”. Já os adeptos dos Fenianos, clube carnavalesco, chamavam de “carapicus” aos seguidores dos Democráticos, outro clube carnavalesco do Rio de Janeiro, que, por sua vez, denominavam de “gatos” os torcedores do primeiro clube.

CAROÇO – Embarço, entalção. Baile de estrondo. “Angu de caroço”: alarido, estardalhaço. O mesmo para Nascentes.

CARRAPETA – Pederneiras e Nascentes registram o mesmo significado: giro dado com o corpo para enganar o adversário. Alberto Bessa entende carrapeta como um brasileirismo que significa: criança demasiado pequena para a idade. Já Plácido de Abreu, anteriormente a todos, registra o termo da seguinte forma: pequeno esperto, que grita atrevidamente desafiando o adversário. Note-se que “carrapetas” para uns, “caxinguelês” para outros, eram garotos que iam à frente das maltas justamente para provocar os adversários, fazendo assim o seu aprendizado antes do início das “turumbambas”.

CATAR (minhoca) – Procurar alguém. “Catar formigas ou minhocas”: cair por terra.

CATRAMBIAS – Trambolhão, cambalhotas. Para Nascentes, provavelmente a palavra é arbitrária, em que entram sons de trambolhão e gambias (pernas).

CAVEIRA – A cabeça. O mesmo para Nascentes e Alberto Bessa. Plácido de Abreu anota a expressão “caveira no espelho”: cabeçada na cara”.

CHÁCARA – A Casa de Detenção. Nascentes mantém o significado, lembrando que o estabelecimento penal possuía uma grande chácara nas faldas do morro de São Carlos. Já Plácido de Abreu registra o termo como Casa de Correção.

CHAMAR – Bater, dar, atirar. “Chamar nas canelas”: correr. “Chamar nos peitos”: apoderar-se, furtar. “Chamar nas engolideiras”: comer, surripiar. “Chamar na chinchá”: copular. “Chamar nomes”: insultar, injuriar, rogar pragas.

CHINA (ver o) – “Ver o china seco”: atrapalhar-se. Nascentes observar que essa expressão poderia ser derivada de um cadáver mumificado de um chim – o mesmo que chinês - encontrado há muito no cemitério do Caju. Além disso, recorda que o termo china significa casa de pasto ordinária, barateira, geralmente de propriedade de chineses.

CHINCHA – Pechincha, Relação carnal. Nascente mantém o significado, anotando que chinchá é o mesmo cinchá: cilha. No vocabulário banto, cinchá é uma faixa de couro ou de qualquer tecido forte que passa por baixo da barriga da cavalgadura para segurar a sela. Daí, segundo Nei Lopes, “chamar na chinchá” originou os termos apertar, repreender, chamar à responsabilidade.

CHOCALATEIRA – Só Nascentes registra como rosto, cara.

CHORAR – Cantar, dançar. Tocar viola. Pedir com lábia, com insistência. “Chorar no pinho”: cantar à viola. “Chorar misérias”: contar lérias para conseguir alguma coisa. Já Nascentes registra o seguinte: Filar, isto é, descobrir veladamente a figura de um naipe de uma carta, tendo outra sobreposta.

CHOROSO – Atraente, delicioso, inebriante. Lembrar que na entrevista do capoeira “Macaco Velho”, transcrita no capítulo terceiro, ele emprega a expressão “rapaziada chorosa” : “ Rapaziada chorosa e solidara me agarrantam.”

CHUÉ – Pederneiras não registra. Nascentes o faz com o significados de reles, imprestável, sem importância. No vocabulário banto está registrado como ordinário ou reles, podendo vir do quibunudo xoué: seco. Para Bessa, trata-se de um brasileirismo que significava: coisa mal arranjada. No vetusto “Dicionário da Língua Portuguesa” de Antônio de Moraes Silva, chué tem o significado de: magro; da mulher que leva poucas saias, que não façam boa roda.

CHULIPA – Bofetada. Além de bofetada, Nascentes atribui-lhe o significado de: pancada com o peito do pé nas nádegas. Na antiga gíria portuguesa, chulipa era também bofetada ou um jogo de rapazes com um chapéu, boné ou barrete. Por sua vez, no linguajar dos fadistas lisboetas, o termo está registrado somente como bofetada ou pancada com o lado exterior do pé nas nádegas de outrem.

CIPÓ (levar) – Chicote, vara, junco. “Comer cipó”, “tomar chá de cipó”: levar pancada. O mesmo para Nascentes.

CISCAR – Rolar pelo chão depois de uma queda. O mesmo para Nascentes.

COCADA – Cabeçada. Pancada com o coco e pancada no coco são os registros feitos por Nascentes.

COCORÉ – Pederneiras não registra. Para Nascentes: briga, confusão.

COMER (minhoca) – Cair por terra. O mesmo para Nascentes que ressalta a condição de gíria de capoeiras.

COMPADRE – Parceiro, companheiro; quase sempre precedido do termo “seu”: “Ih! seu compadre...” . Para Nascentes, o termo significa ator principal, que contracena com outro da mesma categoria nas revistas teatrais; além de comparsa no conto do vigário e companheiro.

COMPARECER – Atirar-se. “Compareci com o meu jogo”: cheguei a tempo, apresentei-me, colaborei. “Compareci no vulto da ciência”: fui-lhe às ventas. “Compareci com os metais”: iniciei a musicata.

CONSTRANGIMENTO (passo de) – Tombo forçado por rasteira. Para Plácido de Abreu o termo significa: quando o inimigo vacila, leva um tombo ou é vencido; ato de se retirar cabisbaixo.

COQUE – Pancada leve na cabeça. O mesmo para Nascentes.

CORUSCAR – Também dito coriscar: Tombar as cambalhotas, cair em zig-zag. “Coruscar triste na alegria do tombo”: sofrer o efeito de uma rasteira.

CUERA – Ousado, valente, perito. O mesmo para Nascentes. Na entrevista de Ciríaco a palavra foi empregada: “ Toquei p´rá lá com a rapaziada cuera (...)”.

CUERERECA – Desempenado, habilidoso. No texto transcrito no início do capítulo 3, em verdade um legenda de uma “charge” de K.Lixto publicada na “Kosmos”, o termo cuerereca aparece com o sentido de animado ou de desenvolto, em outras palavras, desempenado.

CUIA – Cabeça. “Tomar na cuia”: apanhar pancada. “Meter na cuia”: dar cabeçada. “Banzé de cuia”: conflito, confusão, escândalo. O mesmo para Nascentes, exceção feita à última expressão,

CUTIA – No início de uma peleja era de uso a frase: “Vamos ver por onde é que a cutia assobia”. Pederneiras ressalta que não conseguiu encontrar a origem desta expressão.

CUTUBA – Pederneiras não registra. Nascentes anota o seguinte significado: bom, perito, valente, forte, inteligente, preparado. No vocabulário banto, entre controvérsias, o autor, Nei Lopes, defende o termo como derivado de “kutuba”: forte, destemido, respeitado.

DESCANSAR – Bater, golpear. “Descansei o quengo na caixa de mastigo”: dei uma cabeçada no queixo. O mesmo para Nascentes.

DESTORCER –Gingar o corpo, bambolear. Daí, destorcido: ágil, ligeiro. Nascentes mantém os significados, anotando sua natureza de gíria capoeira. Já Plácido de Abreu registra outro significado: disfarçar ou se retirar por qualquer outro motivo.

DRECO – Antagonista, indivíduo, fulano.

EMBRULHO – Confusão, contenda, intriga. Nascentes registra significado distinto: ir no embrulho, deixar-se iludir.

ENCHER – Esbordoar, agredir. Nascentes mantém os significados, acrescentando outro: esgotar a reserva de paciência

ENGOLIDEIRA – Garganta. O verbo engolir significa: retratar-se, dar satisfações, sofrer calado. Nascentes só registra o substantivo com o mesmo significado, acrescentando: “Chamar nas engolideiras” com o sentido de comer, surripiar.

ENGRUPIR: Enganar, embaçar (gíria ladra). Nascentes registra como: fazer cair no grupo, enganar, iludir. Em lunfardo, o termo significa: embrulhar (enganar), iludir, mentir, remetendo a grupo, ou seja, o ajudante de ladrão cuja missão é atrair a vítima, ou ainda mentira ou embuste. Na letra do famoso tango “Mano a mano”, composto em 1920, num dos seus versos foi empregado o verbo engrupir: “(...) te engrupieron los otarios, las amigas, el gavión (...)”.

ENTRAR – Atirar-se à luta. “Entrar com o jogo, entrar direito”: romper a ofensiva. Nascentes mantém os significados, acrescentado que “ entrar com o seu jogo” representava: empregar seus recursos de capoeiragem.

ESCORÃO – Pontapé no ventre. O mesmo para Nascentes (gíria malandra).

ESCORAR - Esperar o momento propício. Estar de alcatéia. Responder ao golpe do adversário com vantagem. Nascentes só registra: esperar para desferrar-se, jurar vindita, tocaiar.

ESCOVA – Maçador, importuno. “Escova de paisano”: espada (gíria ladra). Nascentes registra a última expressão como gíria malandra, e não ladra.

ESCOVADO – Esperto, pândego, matreiro. Nascentes explica o origem do termo. Para ele, escovado é aquele que já levou muita escova e por isso acabou um matreiro, esperto (gíria malandra). Na gíria portuguesa o termo significa bengala ou cacete.

ESCULACHO – Pederneiras não registra. Para Nascentes o termo significa: pancada; daí, o verbo esculachar: espancar, dar pancadas.

ESFRIAR – Pederneiras não registra. Para Nascentes, o termo significa: matar, com alusão à frialdade do cadáver. Ele remete à gíria dos fadistas portugueses, o que é confirmado por Bessa.

ESPALHAR-SE – Desbaratar. “Espalhar-se”: jogar capoeira. “Quando me espalho nem Deus me junta”: quando pejejo ninguém me domina. Nascentes registra o seguinte: Mexer com os membros nos passos da capoeira, assinalando ainda que a expressão anotada por Pederneiras é uma ameaça de capoeiras.

ESPARRAME – Agitação, rixa, escândalo. Para Nascentes, o termo significa um escarcéu por coisa de somenos importância.

ESPINHO – Pederneiras não registra. Para Nascentes significa arma branca. Na gíria dos fadistas lisboetas existe o termo espinha: navalha ou punhal.

ESPOLETA - Bisbórria (homem desprezível), capataz, desclassificado, guarda-costas. Nascentes mantém os significados, acrescentando: adulator, alcoviteiro, delator, leviano, e que o termo deriva do serviço que a espoleta faz à bala. Já foi assinalado no verbete “capanga” que Beaurepaire-Rohan registra-o como sinônimo de espoleta.

ESPORRO – Escândalo, conflito. Nascentes acrescenta bate-boca aos mesmos significados

ESTÁCIO – Palermo, tolo, Na gíria ladra: a vítima do furto. O mesmo para Nascentes. Já Antonio Fraga, no seu “Desabrigo”, anota que o termo era inicialmente, designação depreciativa de morador do bairro do Estácio por indivíduos de outros bairros, mais tarde empregado para denominar qualquer sujeito tolo.

ESTANDARTE – O auge da luta. “Estandarte de lenha”: pancadaria. O mesmo para Nascentes.

ESTENDER – Atirar, golpear. “Estender o braço”: agredir.

ESTREPOLIA – Tropelia, confusão. Para Nascentes: bulha, travessura, desordem, conflito.

EXECUTIVO – Bengala, cacete. Qualquer arma.

FACHADA – O rosto. O mesmo para Nascentes. Na antiga gíria portuguesa existia o termo fadista “facha”: cara, rosto, fisionomia.

FARRA – Baile em polvorosa. Orgia noturna. Nascentes registra o termo como: pândega, patuscada, bebedeira, orgia noturna; além disso, opina que a sua origem deve estar na gíria platina. Em lunfardo, farra relaciona-se com: ir de diversão em diversão, sair para divertir-se etc.

FAROFA – O mesmo que farinha ou farofia: prosapia, vaidade ou gabolice. O mesmo para Nascentes. No vocabulário banto estão registrados farofada e farofeito: fanfarrice e fanfarrão, respectivamente.

FAZ-FORMAS – Para Pederneiras o termo possui dois significados: jamegão ou firma manuscrita, e ginga, passos de capoeira. Nascentes registra apenas: certa ginga de capoeiragem.

FECHA-FECHA – Correria, pânico. Para Nascentes o termo significa: pânico provocado por lutas de capoeiras ou ataque de praças, o qual determina correrias e fechamento das casas comerciais.

FERNANDO – Pederneiras não registra. Para Nascentes, Fernando, abreviatura de Fernando de Noronha, referia-se ao presídio que abrigara muitos desterrados, entre eles capoeiras presos, por exemplo, por ordem de Sampaio Ferraz.

FERRO – Arma branca para Pederneiras e Nascentes.

FIGURA – “Encolher a figura”: encolher-se, acovardar-se. O mesmo para Nascentes.

FIRMINO DA SILVA – Só Nascentes registra: calado, conformado.

FISOLOSTRIA – Fisionomia, aparência. Nascentes registra o termo como corruptela burlesca de fisionomia, opinião defendida também por Bessa.

FRONTISPÍCIO – Face. “Ir ao frontispício”: esbofetear. O mesmo para Nascentes.

FUBECA - Bordoada, descompostura. O mesmo para Nascentes.

FULERO – Pederneiras não registra. Indivíduo mentiroso para Nascentes, que o considerava como um vocábulo moderno podendo ter origem argentina. Em lunfardo, “fulero” significa: falso, de má qualidade, pobre, desagradável, de mau gosto, ou ainda contrário à moral, desleal.

FUNGAGÁ - Cantoria ou musicata. O mesmo para Nascentes. No vocabulário banto consta funfungagá que significa: charanga, orquestra desafinada, termo originado do quicongo fufunga: bater forte.

GADO – Mulherio duvidoso, meretrício. O mesmo para Nascentes.

GAFIEIRA – Pederneiras não registra. Para Nascentes: baile ordinário, com entrada paga para cavalheiros, freqüentado principalmente por negros e mulatos. No seu “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa”, o mesmo Nascentes anota que o vocábulo gafeira provém de gafa (sarna ou lepra) + o sufixo eira, ou do hebraico cafaf: encurvar, entortar, arquear. Já Antonio da Silva Morais registra o termo gafeira: sarna leprosa, ou lepra que dá nos animais ou nos homens.

GALO – “Cantar de galo”: provocar, mostrar-se valente. “Rabo de galo”: golpe de navalha em sinuosa. Nascentes registra como pacote de maconha, hematoma, nota de cinquenta, pois 50 é um dos finais do galo no jogo do bicho. Mantém o significado da expressão “cantar de galo”.

GAMELEIRA – Cacete feito de pau de gameleira, tanto para Pederneiras quanto para Nascentes.

GATO – Capoeira saltador e erro tipográfico. “Virar gato”: enfurecer-se. “Gato pingado”: sem préstimo. Nascentes registra: erro tipográfico e sócio dos Fenianos, antiga sociedade carnavalesca carioca, fundada na 2ª metade do século XIX em homenagem à irlandesa Sociedade dos Fenianos, cujo símbolo era um gato.

GAVETA – Pontapé.

GEMER – Cantar à viola.

GORDURA – A pele. “Ver a gordura de perto”: golpear, ferir.

GRAIXA – Bebedeira.

GRAMAR – Agüentar, sofrer, aturar. O mesmo para Nascentes.

GRILLO – Apito policial. Na gíria ladra: mil réis. Para Nascentes: moeda sonante, bolsinho do relógio na calça; este último de origem ladra espanhola. Em lunfardo, o termo tem o mesmo significado do último registrado por Nascentes.

GRINGO – O argentino, o oriental (o uruguaio). O mesmo para Nascentes, acrescentando um terceiro significado: judeu que vende à prestação.

GROGOTÓ – O mesmo que “grogotó de galhetas”: babau, está tudo acabado, perdido. O mesmo para Nascentes.

GRONGA – Mistura de cachaça, limão, água e açúcar. Nascentes registra o mesmo significado, acrescentando: coisa desconhecida, embrulhada, atrapalhada, mal, mistifório. No vocabulário banto, o termo significa feitiçaria por meio de beberagem, bebida ordinária, coisa mal feita, proveniente do quimbundo ku-longa, fazer feitiço.

GUABIROBA – Pau, bengala, sova. Nascentes registra como bordoadá com cacete feito com a madeira da mirtácea *eugenia variabilis*.

GUAIAMU – Siri de uma só unha. Nome de célebre malta de capoeiras do Rio de Janeiro, inimiga dos “nagoas”. O mesmo para Nascentes, acrescentando que o termo é o nome do caranguejo *cardiosoma guanhami*.

GUARABU – Cacete grosso. Nascentes mantém o significado, acrescentando que o cacete é feito com madeira da leguminosa *peltogyne discolor*.

GUARDA-COMIDAS – Ventre, barriga. O mesmo para Nascentes.

GURUNGUBA – Para Pederneiras e Nascentes, o mesmo que guaiamu.

HORA – “Na hora”: de ponto em branco, perfeito, correto. “Cheio de nove horas”: adamado, pretensioso.

IGREJINHA – Conchavo, conciliábulo, partido. O mesmo para Nascentes.

ISCAR – Açular, atizar, provocar.

ITINERÁRIO – Programa, uniforme. “O itinerário é calça branca e blusa azul”.

JAGODES – Pederneiras não registra. Para Nascentes: tipo desprezível, sem cotação. Na antiga gíria portuguesa o termo possui o mesmo significado, além de valdevinos.

JAMEGÃO – Significado idêntico ao de faz-formas. O mesmo para Nascentes.

JIROTE – Pederneiras não registra. Nascentes registra: vadio. O mesmo significado é atribuído na gíria cigana portuguesa.

JOCOTÓ – O mesmo que João Cotó: passo de capoeira quando se exhibe. O mesmo para Nascentes. Para Nei Lopes, o termo tem o mesmo significado, além de gingação. Sua origem provém do quicongo nzoko: espécie de dança. Na letra de um maxixe do início do século XX, aparece o termo: “O maxixe bem gostoso / no passo do jocotó. / É melhor do que melado/ gostoso como ele só.”

JOGO – Capoeiragem. Passos de capoeiragem. “Entrar, comparecer com seu jogo”: apresentar-se, colaborar, intrometer-se. Nascentes registra o significado da última expressão como: intrometer-se no barulho para colaborar com um dos adversários.

JUDAS – Tipo metido em roupas folgadas. Nascentes registra um significado distinto utilizando-se da expressão “pegar para Judas”: apanhar uma pessoa, quase sempre desprevenidamente para judiar com ela, impor-lhe um serviço, pedir um favor.

JUNTAR – Firmar as pernas para dar um salto. Nascentes registra o mesmo significado, acrescentando o seguinte: agarrar, ocultar, furtar.

JUSTA/O – Prisão, repartição central da polícia. Chefe de polícia (gíria ladra). O mesmo para Nascentes.

LADAINHA – Discurso longo, repreensão.

LADEIRA DO VAZIO – O estômago. O mesmo para Nascentes.

LAGALHÉ – Pederneiras não registra. Para Nascentes: indivíduo sem importância. Para Bessa: homem sem importância, insignificante.

LALAU – Pederneiras não registra. Para Nascentes: malandro.

LAMBADA – Dose de bebida. O mesmo para Nascentes. No vocabulário banto o termo significa: golpe de chicote, tabica ou rebenque e gole de bebida, cujos significados provém de “lágba” – chicote – ou de “lamba”: bater, castigar.

LAMBER – Sovar, espancar, furtar. “Lamber-se”: aproveitar. O mesmo para Nascentes.

LAMBUGEM – Vantagem, desafio, provocação. Nascentes mantém os significados acrescentando que eles fazem parte da capoeiragem. O vocabulário banto registra: vantagem que um jogador concede ao parceiro; o que se ganha ou dá além do combinado.

LAMPARINA – Pederneiras não registra. Nascentes registra como bofetada (gíria ladra). O mesmo na antiga gíria portuguesa e para Plácido de Abreu.

LANCHA – Pé grande. Nascentes registra como: sapato folgado ou alargado pelo uso.

LATA – Repulsa, demissão, prejuízo. “Amarrar a lata”: despedir, rejeitar. “Levar a lata”: sofrer uma oposição, ser repudiado. Nascentes mantém os significados, mas acrescenta o de lata: “meter a mão na lata” com o sentido de esbofetear.

LELÊ – Pederneiras não registra. Para Nascentes: questão, barulho. No vocabulário banto está registrado: confusão, intriga, como redução de “quelelê”, proveniente do quicongo kèlelè: tumulto, confusão.

LETRA – Passes, meneios, ginga. “Desmanchar a letra”: prejudicar o jogo do adversário. “Dar a letra”: sobressair-se, destacar-se. “Fazer, escrever letras”: estar embriagado. “Onze letras”: alcoviteiro. “Na letra”: perfeito. Para Nascentes: passo de capoeiragem.

LEVAR – Apanhar, ceder, apassivar-se.

LIGAR – Ser atento, dar importância. O mesmo para Nascentes.

LÍNGUA – Prosápia, presunção. “Comer, engolir a língua”: calar-se à força.

LIRA – Viola, violão, música. “Povo, pessoal da lira”: grêmio de capadócios ou capoeiras serenatistas. O mesmo para Nascentes. Na gíria cigana portuguesa: guitarra.

LOQUE – Pessoa ingênua, simplória.

LUBAMBO – Luta prolongada para Pederneiras e Nascentes (gíria malandra). No vocabulário banto, o termo possui vários significados. Por exemplo, engodo, trapaça, enredo, mexerico e intriga, provenientes do quicongo “lu-bambu”: defeito de fala.. Outros seriam: barulho, algazarra, desordem, luta corporal prolongada, provenientes do quimbundo “lubambu”: cadeia, corrente de ferro, com a qual se levava preso pelo pescoço um grupo de condenados.

LUNFARDO – Gatuno. Nascentes mantém o significado, mas anota que se trata também de linguagem dos ladrões argentinos. Em lunfardo, o próprio termo significa: ladrão, jargão do ladrão portenho, jargão que originariamente empregava, em Buenos Aires e seus arredores, a gente de “mal vivir”.

LUSCO-FUSCO – Mulato.

MACACA – O mesmo que Macacoa: infelicidade, moléstia. Nascentes distingue os dois termos. Para ele, macaca significa infelicidade, e macacoa, doença pouco importante, enxaqueca. Na antiga gíria portuguesa macaca significa: azar, infelicidade .

MACACADA – Pederneiras não registra. Para Nascentes: pessoal, companheiros, turma.

MADEIRA – Pau, bengala. Para Nascentes: cacete.

MAJORENGO – Autoridade policial (gíria ladra). Majorengo-mór: chefe de polícia. Majorengo-micho: comissário, agente. O mesmo para Nascentes. Em lunfardo, “mayorengo” significa: oficial de alta graduação na polícia. Na antiga gíria portuguesa existe o termo major: pai ou patrão.

MALACAFENTO – Antipático, doente, asqueroso. Para Nascentes: adoentado, doente de moléstia insidiosa.

MALANDRO – Gatuno (gíria ladra). Nascentes registra o seguinte: indivíduo que, não gostando de trabalhar vive de expedientes, pequenos furtos, abusos de confiança, à custa de mulheres etc; gatuno. Morais anota o termo malandrim: mau homem, velhaco, vadio, magano.

MANADA – Malta de vadios, grupo de homens.

MANCAR – Ser surpreendido no momento do crime; daí, o substantivo mancada (gíria ladra). Em lunfardo, tanto pode significar surpreender o ladrão durante o roubo, quanto conhecer por trás das aparências.

MANGAR – Pedir, mendigar (gíria ladra). Nascentes e o vocabulário banto mantêm os significados e a sua natureza. O último registra sua origem no quicongo banga – andar à cata – e no quimbundo – banga o mbote: esmolar. Já na antiga gíria portuguesa, o termo significa: iludir, brincar.

MANHOSA – Navalha. O mesmo para Nascentes.

MANTEIGA – Vantagem. “Dar manteiga”: desafiar, provocar. Para Nascentes: vantagem concedida por um competidor.

MAQUINISMO – Qualquer articulação do corpo. “Maquinismo mastigante”; o queixo. O mesmo para Nascentes que anota o termo como própria da capoeiragem.

MASTIGANTE – O queixo. O mesmo para Nascentes que registra o termo como gíria ladra.

MARCHANTE – Quem tudo paga; quem sustenta, mantém uma mulher duvidosa. Já Nascentes registra o seguinte: indivíduo que mantém mulher que o engana com os *amants de couer*; ele arca com as despesas.

MARIMBA – Instrumento de música de origem africana. “Ser marimba que preto toca”: servir de juguete de alguém, sofrer remoques. Nascentes registra também como piano velho e desafinado. Em lunfardo, o termo significa castigo violento.

MARMELADA – Gíria escolar: nota má, reprovação. Gíria capoeira: trapalhada, confusão. Nascentes registra como negócio arranjado inescrupulosamente e nota má.

MARMITA – O ventre. “Marmita dos pensamentos”: a cabeça.

MAROMBAR – Disfarçar, tergiversar. Gingar, bambear o corpo. Nascentes registra o seguinte: disfarçar, tergiversar, usar de dissimulação; tentar equilibrar-se como fazem os funâmbulos com a maromba; apedrejar. No dicionário banto, o termo maromba significa: aparelho amassador de barro nas olarias, cuja viga lhe dá o nome. Sua provável origem é o quicongo “lomba”: grande árvore.

MARRETA – Cacete grosso. O mesmo para Nascentes.

MASSARANDUBA – Bengala grossa.

MASTIGO – Refeição. “Caixa do mastigo”: a boca. O mesmo para Nascentes.

MATO – “Cair no mato”: fugir. “Estar no mato”: entalar-se, ficar em embaraço. Nascentes mantém o primeiro significado, acrescentando outro com a expressão “é mato”: existe em grande quantidade.

MATA-BICHO – Gorjeta. Na antiga gíria portuguesa existe a expressão “matar o bicho”: beber qualquer bebida espirituosa antes do almoço.

MATO-GROSSO – Os subúrbios. O mesmo para Nascentes.

MATRICULADO – Pederneiras não registra. Para Nascentes o termo significa indivíduo que pertence à escola da malandragem, sabidão.

MECO – Indivíduo, o cavalheiro na dança de dois. O vocabulário banto registra: sujeito, tipo, indivíduo, ou libertino, devasso, espertalhão e malandro. Ali, é admitida a origem provável no quicongo mbèko – anão - ou no umbundo meki – vaidoso, presunçoso, fanfarrão. Na antiga gíria portuguesa o termo significa: qualquer homem ou espertalhão, finório.

MELADO – Sangue. O mesmo para Pederneiras e para Plácido de Abreu.

MENGANHA – Soldado de infantaria de polícia. Nascentes mantém o significado, mas registra “meganha”, da mesma forma que o vocabulário banto que, por sua vez, considera sua possível origem no quicongo mêngana: odiar, revoltar-se contra alguém.

MEQUETREFE – Pederneiras não registra. Para Nascentes o termo significa o seguinte: indivíduo metediço, que intervém onde não é chamado. A antiga gíria portuguesa registra melcatrefe: pessoa sem importância, insignificante, sem crédito. Já na gíria cigana portuguesa, o significado do último termo é o seguinte: sujeito de profissão duvidosa; termo vago de desprezo com que se designa um rapaz ou um homem.

METER – Espancar, dar. “Meter a cara””: penetrar, aparecer, dar. Na antiga gíria portuguesa, o verbo meter aparece sustentando algumas ações. Por exemplo: “meter a mão nos arames” significa no linguajar dos fadistas: puxar a navalha do bolso; “meter a mão na lata”: esbofetear, ir à cara de alguém, e a expressão “meter a mão”: puxar a navalha, registrada como “brasileirismo”.

MERGULHAR – Atirar uma cabeçada, cair para a frente. Nascentes registra como gíria de capoeiragem, significando cair para a frente, dando uma cabeçada.

MEXIDOS – Meneios, ademanes. Pregas de vestido. Intriga. Nascentes só registra os dois primeiros significados.

MICHO – Sem dinheiro. O mesmo para Nascentes. Em lunfardo, existe o termo “mishio”: pobre, indigente.

MILONGA – Pederneiras não registra. Nascentes registra o termo como mistério, anotando mironga como sua variante.. Na antiga gíria portuguesa encontra-se a mesma palavra com o seguinte significado: mexerico, intriga, enredo. Em lunfardo, milonga possui vários significados; toada popular do Rio da Prata, local em que se dança, enredo, confusão; discussão; escusa, evasiva, mentira. Tango, também dado como significado, está registrado como “afronegrismo” proveniente do quimbundo milonga. Esta observação é confirmada no vocabulário banto, onde milonga é registrada como música e dança platina, proveniente do semelhante quimbundo: exposição, queixa, injúria, demanda. Para essa fonte, mironga é o mesmo que mistério, proveniente também de milonga.

MINA – Negro africano. Negócio rendoso. Mulher querida (gíria ladra). Nascentes registra: qualquer mulher; mulher que trabalha para o amante; amante de gatuno ou rufião. Mantém o significado de mulher querida. Em lunfardo, o termo só está registrado como mulher.

MITRADO – Esperto, astuto, velhaco, experimentado. O mesmo para Nascentes, que admite uma relação com o fato de os bispos e abades serem experientes. Embora os dois autores nada acrescentem a respeito, o termo devia ter relação com mitra, barrete usado por autoridades religiosas.

MOCA – Mentira ou café. “Comer a moca”: cair na esparrela. Nascentes só registra o significado de café. No vocabulário banto está registrado como: asneira, bobagem, tolice, mentira, zombaria. A origem dos mesmos estaria no quicongo “moka”: falar, conversar, contar casos, tagarelar, mexericar.

MOLAS – As articulações. “Azeitar as molas”: dançar. O mesmo para Nascentes.

MOLHAR – “Molhar a palavra”: beber. O mesmo para Nascentes. Daí “molhado”: embriagado.

MOLHADURA – Gorjeta. O mesmo para Nascentes.

MORCEGO – Antigo guarda urbano. Vadio notívago. Nascentes só registra o primeiro significado, da mesma forma que na antiga gíria portuguesa.

MOSCA – Parasita, importuno, curioso. O que assiste o jogo sem dele participar. Nascentes dá significados distintos: freqüentador de botequim que faz, ou não, pequena despesa, ocupando lugar que poderia servir para outros freguês. “Mosca morta”: palerma. “Comer mosca”: ser baçado.

MOXINIFADA – Trapalhada, confusão. O mesmo para Nascentes.

MUAFA - Pederneiras não registra. Para Nascentes: trapalhada, confusão. O mesmo para o vocabulário banto, proveniente do suaíle “mwafa”: desastre, estrago, prejuízo.

NADAR – “Nadar em seco”: cair no chão e espernear.

NAGOAS – Célebre malta carioca de capoeiras, adversários dos guaiamus.

NEGAS – Negaças, evasivas.

NEGRADA – Bando, malta, súcia. O mesmo para Nascentes.

NENEM – “Estar a neném”: sem vintém. O mesmo para Nascentes.

NENHUM – O mesmo que “estar a neném”; o que é mantido por Nascentes.

NOVE – Sem valor. “Você comigo é nove no baralho velho”: você nada vale para mim. (Vem do jogo de bisca, em que o nove não se conta). O mesmo para Nascentes.

NUVEM – Novidade, perigo. Agente de polícia (gíria ladra). O mesmo para Nascentes., que anota que o termo provém da presença do policial que “vem toldar o céu sereno onde a gatunagem operava.

ONDA – Embrulhada, enredo. “Ir na onda”: ser embaçado, aderir. Para Nascentes, essa expressão significa ser arrastado pela mentira, ser enganado, prejudicado.

OTÁRIO – Tolo, inexperiente (gíria ladra). Nascentes registra como: homem de boa fé, ingênuo, tolo, que facilmente cai no conto do vigário. Em lunfardo, o termo significa cândido, escolhido por um delinqüente para ser enganado. Segundo o mesmo linguajar, o termo provém de *otária*, nome científico do leão marinho, animal lerdo e que se atrapalha com facilidade.

PACA – Meretriz. Jogador calouro. Nascentes registra: tolo, inexperiente, ingênuo (gíria ladra) e jogador calouro.

PACATU – Carreira de cavalos. Nascentes registra como corrida de cavalos no subúrbio.

PACO – Pacote de jornais ou papéis servidos, com que praticam o conto do vigário (gíria ladra). O mesmo para Nascentes, que registra o termo como originário no lunfardo; neste, o significado é idêntico.

PAIO – Aquele que paga tudo para todos. Nascentes mantém o significado, além de considerá-lo o mesmo que paca.

PAISINHO – Camarada, companheiro. O mesmo para Nascentes.

PAMPARREAR – Enrodilhar, engodar. O mesmo para Nascentes.

PANCADÃO – Mulher atraente. O mesmo para Nascentes.

PANTANA – Golpe de capoeira, giro de corpo, com as mãos no chão, para dar com os pés em cheio no peito ou no rosto do adversário. “Dar em pantana”: cair, prejudicar-se. O mesmo para Nascentes. Em banto: agarrar, pegar, originários de “nhungue páta”. Plácido de Abreu registra o mesmo significado atribuído ao golpe de capoeira.

PANZINA (pé de) – Pontapé violento no ventre. Nascentes registra este significado, além de pança. No vocabulário banto, o termo significa gravidez, ventre, com provável origem no quicongo “mpanzila”: monte de excrementos, idéia de barriga cheia.

PAPELÃO – Pederneiras não registra. Para Nascentes; comportamento vergonhoso ou ridículo. Em lunfardo existe o termo “papelonero”: aquele que costuma fazer “papelon”, que provém do espanhol: atuação ridícula.

PARADA – Qualquer golpe de capoeira. O mesmo para Nascentes, além de aventura, empresa arriscada; quantia que se aposta no carteadado. Em lunfardo, só está registrado o último significado.

PASSARINHAR – Rastejar, saltar agachado na capoeiragem. O mesmo para Nascentes.

PASSO – Golpe de capoeira. Efeito do golpe. Ordinariamente floream a descrição com palavras rebuscadas: “passo de urubu malandro”, de constragimento, do siri candeia, do jocotó, do siri boceta, do siri sem unha, do grogotó etc. “Mudar o passo”: atrapalhar-se. “Marcar passo”: não progredir. Nascentes registra como certo movimento do frevo, mantendo os significados atribuídos por Pederneiras.

PATO – Tolo, bonachão. O mesmo para Nascentes. Em lunfardo, o termo significa: sem dinheiro ou bode expiatório.

PATOTA – Negócio duvidoso, ladroagem. Turma de agentes policiais (gíria ladra). O mesmo para Nascentes, considerando o termo uma corruptela de batota. No vocabulário banto, patota significa grupo de pessoas ligadas por interesses comuns, com origem semelhante àquela admitida por Nascentes. O mesmo vocabulário registra: associação de duas ou mais pessoas, termo proveniente do umbundo “pato”.

PATUREBA – Tipo, pessoa. Para Nascentes: o mesmo que paca; jogador imbecil convencido.

PAU – Maçador, enfadonho, importuno.

PAUTA - Golpe de navalha.

PÉ – Pontapé. Para Nascentes: o último a jogar no carteadado.

PÉ DE CHUMBO – Pederneiras não registra. Para Nascentes: português. Segundo ele, o termo tem origem na expressão empregada por D. Pedro I, quando regente, ao criticar soldados portugueses que não se decidiram pela causa da independência brasileira, permanecendo estáticos na forma; por isso: pés de chumbo!

PEGA – Perseguição, clamor público, alarma. Luta. Discussão, contenda. Nascentes registra como correria nas ruas com intervenção policial.

PELÊGO – Chicote.

PENEIRAR – Bambolear, gingar para atordoar o antagonista. O mesmo para Nascentes (gíria capoeira).

PENITÊNCIA (dar) – Zurzir, não poupar o adversário.

PENSÃO – Pederneiras não registra. Para Nascentes significa penitenciária.

PEQUIÁ – Bengala. Para Nascentes: bengala ou cacete fabricados com a madeira do pequiá.

PERERECO – Dança desenfreada do maxixe. Nascentes mantém o mesmo significado, além de briga, conflito. O termo talvez provenha da lembrança do salto da perereca.

PEROBA – Bengala. Maçador, importuno. “Perobada”: azucrinação. Nascentes registra o seguinte: bengala fabricada com peroba.

PERRENGUE – Também dito perrengo: medroso, covarde. Para Nascentes: fraco, medroso, emperrado, pusilânime, sem préstimo, doentio. O vocabulário banto registra os mesmos significados, além de dificuldade, com origem provável no quico “peyenga”: ser, estar ou tornar-se fraco, indolente, indeciso; ou ainda proveniente do umbundo “peyenga: fraco, sem força. Na antiga gíria portuguesa, o termo significa questionador, birrento.

PESSOAL – Pederneiras registra pessoal da lira ou povo: grêmio de capadócius ou capoeiras serenatistas. Para Nascentes, pessoal da lira significa seresteiros, e pessoal do tombo, capoeiras.

PETRÓPOLIS – Bengala grossa. Assim eram conhecidas as bengalas chamuscadas em vários pontos, usadas pela polícia secreta e fabricadas em Petrópolis por Carlos Spangenberg. O mesmo para Nascentes.

PIABA – Maráu (?), maroto, gaiato. Tipo. Nascentes registra como azorrague policial. Pequena quantia arriscada no jogo. No vocabulário banto consta “piamba” significando cacete, porrete bengala, provavelmente oriundo do quimbundo “mbima+mbamba: cacete, bengala.

PICADO – Ligeiramente embriagado. O mesmo para Nascentes.

PINDAÍBA – Também dita “pinda”; quebradeira, falta de dinheiro. Para Nascentes: falta de dinheiro, com origem provável no tupi “pin´da ib”, que significa vara de anzol, de que se depende para pescar para ter o que comer. Na antiga gíria portuguesa o termo possui significado semelhante ao atribuído pelos dois estudiosos brasileiros.

PINTA – Pederneiras não registra. Para Nascentes o termo significa sinal, indício, aspecto. Em lunfardo: elegância, especialmente no vestir. Na antiga gíria portuguesa, o termo está anotado como cara, rosto, fisionomia.

PIPOCAR - Esbordoar. Para Nascentes: atirar com arma de fogo. Na antiga gíria portuguesa, existe o termo pipoco que significa: motim, alteração da ordem.

PISAR – Enfurecer-se, contrariar-se. “Pisar na trouxa”, “nos tomates”, “no colarinho”: desesperar, ficar encordado.

POEIRA(fazer) – Provocar desordem. “Banho de poeira”: queda desastrosa. Nascentes mantém o significado e a expressão, mas acrescenta o seguinte: cocaína e cinema de ínfima classe. Segundo o mesmo estudioso, existia um cinema na avenida Marechal Floriano, antiga rua Larga, no centro do Rio de Janeiro, que dava entrada livre para os “pés de poeira”, infantis do Exército. Daí o termo.

PORORÓ – Lengalenga, palavras ocas. O mesmo para Nascentes.

POVO - “Povo ré”: gente valente, o mesmo que povo da lira. Nascentes mantém o significado acrescentando: “povo de arrelia”: malta desordeira.

PRESEPADA – Conflito. Para Nascentes: fanfarronada, jactância.

PRONTO – Sem dinheiro, sem recursos. “Prontidão”: penúria. “Num pronto”: já. Nascentes mantém o significado. Noel Rosa empregou o termo, em 1931, no samba “Coisas nossas”: “O samba, a prontidão e outras bossas / São coisas nossas... são coisas nossas”.

PROSA – Basófia, pretensão, empáfia. Palestra, conversa. Homem vaidoso. Nascentes registra como: homem vaidoso; contador loquaz de basófias.

PROSOPOPÉIA – Frases afetadas. Subterfúgios. O mesmo para Nascentes.

PUAIA – Sova rija. Coisa enjoativa.

PULAR DE LADO – Defender-se. Nascentes registra como: fugir à obrigação.

PULO – Capoeiragem, “Bom no pulo”: capoeira exímio. Nascentes registra o mesmo significado, além dos seguintes: “pulo de gato” significando furto no jogo; “pulo do nove”, modalidade de conto do vigário; “pulo do ragu”, expediente para arranjar dinheiro para comer.

PUNGA – Cavalo reles. Homem sem préstimo. Na gíria ladra significa a vítima do crime; o produto do furto. Nascentes registra o seguinte: furto, além de ordinário, imprestável e de último a chegar (cavalo de corrida). No vocabulário banto: furto com destreza, proveniente do quicongo “mpunga” – chegar, vir às mãos – e de “bonga” que significa roubar. Em lunfardo, o termo significa roubo de dinheiro ou de objetos pessoais dos bolsos da vítima.

PURGATIVA – Susto, medo, pânico. “Purgativa preta”: motim, levante.

PUXAR BARATO – Fazer negaças, provocar, facilitar.

QUENGO – A cabeça. No vocabulário banto significa cabeça, talento, inteligência, indivíduo espertalhão, astuto, proveniente do umbundo “kenga” – ser côncavo – ou do quimbundo “kienga” que significa tacho.

QUERA – O mesmo que cuera. Nascentes registra como valente, destemido, ousado, perito.

RABANADA – Golpe rasteiro com o pé para derrubar o adversário. O mesmo para Nascentes.

RABEAR – Gingar o corpo acocorado. O mesmo para Nascentes (gíria capoeira).

RABICHO – Paixão. Tentação. O mesmo para Nascentes.

RABO-DE-ARRAIA – A rasteira. Golpe violento com o pé, dado lateralmente contra o adversário. Para isso, o contendor apoia-se rápido com as mãos o chão, e faz a perna estendida descrever uma curva que passa violentamente contra os pés do adversário, derrubando-o . O mesmo para Nascentes. Abreu simplifica a descrição do golpe.

RABO DE GALO – Golpe de navalha. Nascentes registra o seguinte: gilvaz, cicatriz saliente, golpe de navalha em sinuosa (gíria capoeira).

RAGU – Fome (gíria ladra). Nascentes mantém o significado, assinalando que o termo provém do francês “ragôut” – ensopado – mas não parecendo originário do *argot*. Em lunfardo: fome, apetite ou, ainda, mulher que atrai a vítima de um delito.

RASPAR – Apanhar pancada, Arrastar o pé na rasteira. “Raspar o assoalho”: dançar. Nascentes registra como: surripiar levando tudo; sentir; fugir, retirar-se, desaparecer.

RASTEIRA – Golpe de capoeira com o pé. O lutador abaixa-se rápido, firma-se nas mãos e, formando eixo com um dos pés, gira o corpo com o outro pé estendido, descreve uma curva violenta contra as pernas do adversário, que cai, por mais pesado que seja. No sentido figurado: embuste, chicana. O mesmo para Nascentes (gíria capoeira). Na antiga gíria portuguesa, o termo, atribuído aos fadistas, significa: jogo especial com a perna, que obriga outra perna a cair.

REBOCAR – Seduzir e levar consigo uma mulher fácil: “reboque”. O mesmo para Nascentes.

REFLE – Espada. Nascentes registra como sabre de polícia, corruptela de rifle.

REGLAR – Entrar em acordo com o agente de polícia (gíria ladra). O mesmo para Nascentes. Em lunfardo existe o termo “arreglar” que significa subornar, retribuir um favor ou serviço.

RELAMBÓRIO – Falatório, discurso fastidioso. Prolixidade. O mesmo para Nascentes.

REMELEXO – Dança desenfreada, maxixe. Nascentes registra o seguinte: bamboleio, requebro, dança lasciva desenfreada.

RISCAR – Golpear com navalha. Fazer passos de capoeiragem. Dançar, saber dançar. Nascentes registra: golpear com arma branca, especialmente navalha. Manobrar com a navalha antes de dar o golpe. O mesmo na gíria cigana portuguesa.

ROLO – Conflito, luta desordem. Instrumento para arrombar cofres (gíria ladra). O mesmo para Nascentes.

SAFARRASCADA – Conflito. Nascentes registra como conflito grave, alteração da ordem.

SALTO – “Salto do brejo”: Pulo alto para golpear o adversário por cima, também chamado de “salto do canguru”. Nascentes registra “salto do brejo” com o mesmo sentido.

SAMBA – Baile agitado. Dança característica. Conflito. Nascentes registra o seguinte: dança com música em compasso binário e com acompanhamento sincopado; baile em que se dança principalmente o samba. No vocabulário banto o termo está anotado como nome genérico de várias danças populares brasileiras; a música que acompanha cada uma dessas danças; termo proveniente do quioco “samba” que significa cabriolar, brincar, divertir-se como cabrito, ou do quicongo “sàmba”, espécie da dança em que um dançarino bate contra o peito do outro, além do umbundo “semba”, dança caracterizada pelo apartamento dos dois dançarinos que se encontram

no meio da arena. Na antiga gíria portuguesa: baile ordinário, bailarico; significados registrados como “brasileirismos”.

SÃO BENEDITO – Pederneiras não registra. Nascentes registra: cacete curto e preto dos guardas civis

SAPATEADO – Dança. Capoeiragem. Nascentes registra apenas como capoeiragem.

SARADO – Esperto, valente, corajoso. Nascentes registra como: esperto, malandro, sem escrúpulos, valente, corajoso (gíria ladra).

SARDINHA – Navalha. Nascentes mantém o mesmo significado, acentuando o seguinte: pequena, oblonga, prateada como uma sardinha. Na antiga gíria portuguesa, o significado, atribuído aos fadista, é o mesmo; posição idêntica à adotada por Plácido de Abreu.

SECRETA – Agente policial secreto. Latrina. O mesmo para Nascentes.

SEMIFUSA – Passes de navalha. Musicata. Nascentes mantém o primeiro significado(gíria capoeira).

SERENO – O ar livre, a rua. “Pessoal do sereno”: malta de vadios. “Cartão de sereno”: o meio da rua. “Cair no sereno”: fugir sorrateiro. “Botar o peito no sereno”; cantar serenatas. “Dormir sereno”: dançar bem. Nascentes registra como: ar livre e ajuntamento popular noturno, diante de casa em que se realiza uma festa, um baile.

SESTRAR – Pederneiras não registra. Nascentes anota como: fazer passos de luta corporal (gíria capoeira).

SINAGOGA – A cabeça. O mesmo para Nascentes, acrescentando: “o alto da sinagoga” com o significado de crânio. Na antiga gíria portuguesa: casa onde ninguém se entende, confusão, atrapalhada.

SIRI SEM UNHA – Sonso, matreiro. O mesmo para Nascentes.

SOLETRAR – Fazer os primeiras passos da capoeira ou “letras”. O mesmo para Nascentes.

SORONGO – Baile, dança, também chamada chorongó. Para Nascentes, o termo significa, além de baile, uma dança de origem africana.

SULANCAR – Mourejar. Ser preso, agarrado. No vocabulário banto, o termo significa trabalhar com afinco, penosamente, proveniente do quimbundo “sular”: pilar, socar.

SUPIMPA – Esplêndido, ótimo. Nascentes mantém os significados, acrescentando: soberbo e magnífico. No vocabulário banto: muito bom, excelente, superior, com provável origem no umbundo “supa”, que significa sobrar, ser demais.

SURUBA – Bengala, cacete. “Descansar a suruba”: esbordoar. Nascentes mantém o significado, acrescentado: valente, forte, capaz.

SURURU – Escândalo, desordem sem graves conseqüências. Nascentes registra como barulho, briga, conflito, sobretudo em campo de futebol.

SUSTENIR – Cantar, tocar violão. Dançar.

TABAREU – Sertanejo, provinciano, tolo.

TAMPA – Cabeça. Chapéu. “Tampa do juízo”: crânio. O mesmo para Nascentes.

TAMPO – “Meter os tampos”: dar cabeçada de rijo. Nascentes mantém a expressão, acrescentando outro significado: deflorar.

TATU (rabo de) – Golpe inesperado; manejo oculto.

TEBAS – Adestrado, valente, esperto. Alguns capadóciós escrevem thebas. Nascentes mantém os significados, acentuando que o termo provém do tupi “teba”, que significa ativo, valente, forte, desembaraçado, nada tendo que ver com a cidade da Grécia.

TENTÁCULO – Golpe dos dedos contra a garganta. O mesmo para Nascentes (gíria capoeira).

TENTEAR – Menear, bambolear. Hesitar. Nascentes registra como menear, bambolear até dar o golpe (gíria capoeira).

TENTOS – Ginga, passes, manobras. O mesmo para Nascentes (gíria capoeira).

TERNO – “Terno inteiro”, “terno completo”: sova até derrear. O mesmo para Nascentes.

TESOURA – Má língua. “Abrir a tesoura”: andar, correr. O mesmo para Nascentes.

TESTA – Cabeçada. “Testa de ferro”: homem que assume a responsabilidade de atos alheios. O mesmo para Nascentes.

TICO-TICO – Homem pequeno e franzino. Colégio primário. “Espantar tico-tico”: fazer fosquinhas antes de atacar. O mesmo para Nascentes, lembrando que um dos presidentes brasileiros durante a República Velha teve esse apelido. O termo, segundo ele, pertence à gíria capoeira.

TINGUACIBA – Cacete, bengala rija. O mesmo para Nascentes, acrescentando que se trata de instrumento fabricado com madeira de tinguaciba.

TIRA-TEIMAS – Qualquer instrumento contundente. Nascentes mantém o significado, acrescentando: um cacete, um bengalão.

TOMBO – “Tombo de ladeira”: queda que obriga a rolar pelo chão. O mesmo para Nascentes (gíria capoeira).

TOPADA – Golpe que faz o adversário tropeçar. O mesmo para Nascentes (gíria capoeira).

TORRE – O crânio . “Torre dos piolhos”. O mesmo para Nascentes.

TRAQUEJO – Exercício de capoeira. “Traquejado”: perito, exímio no jogo. O mesmo para Nascentes.

TRASTEJAR – Manobrar, gingar. Nascentes registra o seguinte: vacilar, hesitar; deixar de proceder bem, não andar na linha, além de gingar, manobrar, revelar perícia na capoeiragem.

TREZE DE MAIO – Negro, mulato, cafuzo.

TRINTA E UM (bater o) – Morrer. Nascentes registra, além do mesmo significado: jogo de cartas.

TROMPAÇO – Tropeção que se dá no adversário, quase corpo a corpo. Dito também trompazio. O mesmo para Nascentes.

TROPICAR – Tropeçar.

TROVISCO – Ligeira discórdia, contenda passageira. O mesmo para Nascentes.

TURUMBAMBA – Conflito, escândalo. Para Nascentes: barulho, briga, desordem. Beaurepaire-Rohan registra como balbúrdia, alteração, disputa, desordem, conflagração, confusão.

TURUNA – Chefe, valente, esperto, corajoso. Nascentes registra como forte, poderoso, valente, destemido. O termo foi empregado para denominar um famoso conjunto de música brasileira regional, nos anos vinte: “Os Turunas da Mauricéia”.

TUTU – Pederneiras não registra. Nascentes anota os seguintes significados: chefe, maioral, manda-chuva. No vocabulário banto, o termo possui os mesmos significados anteriores, além de bico-papão., provenientes do quimbundo “tutu” ou “kitutu” : bicho-papão.

VACA - Mulher devassa. Rateio. Tipo subornável. O mesmo para Nascentes. Em lunfardo: gasto que se rateia entre várias pessoas.

VACINA – Pederneiras não registra. Nascentes registra o seguinte: golpe, ferida, com qualquer arma branca (gíria gatuna).

VADIAR – Pederneiras não registra. Para Nascentes: jogar capoeira (gíria malandra).

VELHO – Bom, forte, adestrado, perito: “cabra velho”, “cabra velho cansado”, “cabra velho de guerra”. “Dançar de velho”: brigar, fazer capoeiragem. Nascentes registra também: capoeira adestrado.

VENTOSA – Golpe de espada (gíria ladra). Nascentes mantém o significado, ressaltando que o golpe, como a ventosa, faz o sangue vir à tona.

VESUGT – Meretriz estrangeira. Nascentes mantém o significado, ressaltando que o termo poderia ser uma corruptela do alemão *besuch* – visita, palavra que elas diriam, quando alemãs, ao ver entrar um visitante.

VIRAR – Destruir, escangalhar. “Virar bicho”: enfurecer-se. “Virar em frege”: escangalhar tudo.

VIRA E MEXE – Maxixe. O mesmo para Nascentes.

VIÚVO – Aquele que fica só num conflito, enquanto os companheiros desertam. O mesmo para Nascentes.

VULTO – A frente do corpo. “Ir ao vulto”: atacar de frente. “Vulto da ciência”: a cabeça. O mesmo para Nascentes.

XAVIER – Pederneiras não registra. Nascentes registra como encalistrado.

XUBREGAS – Labrego, boçal, bronco. O mesmo para Nascentes.

ZARAGATA - Pederneiras não registra. Nascentes registra como desordem, algazarra, confusão, banzé, discussão acalorada.

ZARRO – Ansioso, desejo, disposto. O mesmo para Nascentes.

ZUNGU – Barulho, confusão. Conventilho. Alcoice. Hospedaria reles, também chamada zunga. Nascentes registra como casa dividida em muitos cômodos, hospedaria reles; baile de gente ordinária. No vocabulário banto: cortiço, caloji, desordem, barulho, baile reles, habitante de cortiço; termo proveniente do quimbundo “nzangu’, barulho, confusão, conflito, ou do quicongo “nzungu”, panela, caldeirão. Beaurepaire-Rohan, por sua vez, anota o seguinte; casa dividida em pequenos cômodos, que se alugam, mediante diminuta paga, não só para dormida da gente de mais baixa ralé, como a prática de imoralidades, e serve de coito a vagabundos, capoeiras, desordeiros e ébrios de ambos os sexos, em Pernambuco e no Pará chamam a isso de caloji.

ZUNIR - Espancar. Ficar atordoado com a pancada. Nascentes mantém os significados, acrescentando: fugir desabalado.

NOTAS:

¹ - CAMPOS, Lima. op.cit.

² - PEDERNEIRAS, Raul. op.cit. p.23.

³ - Idem. p..33.

⁴ - “Claro está que hoje não ousa entrar numa roda e mostrar o verdadeiro partido alto, o samba raiado ou chulado do seu tempo de rapaz. Não tem também a destreza necessária para dar uma banda, um rabo-de-arraia, como antes o fazia enfrentando em luta de exibição o famoso Ciríaco (que derrotou um japonês, professor de jiu-jitsu no desaparecido Pavilhão Internacional) na Rua Larga de São Joaquim, empolgando a estudantada do Colégio Pedro II que lhes atirava moedas.” EFEGÊ, Jota (João Ferreira Gomes). Figuras e coisas da música popular brasileira. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, vol.1, 1978. p. 177.

⁵ - O Malho. Rio de Janeiro: (348), 15 de maio de 1909.

⁶ - “Dos jornais: O Sr.Ciríaco é brasileiro, trabalhador no comércio do café, e conseguiu vencer o seu antagonista, aplicando-lhe um rabo de arraia formidável, que ao primeiro assalto o prostrou. O brasileiro jogou descalço, e o japonês pediu para que não fosse continuada a luta.”

“Marinheiro – Você não imagina como o jiu-jitsu é um jogo na hora... basta ser japonês...

Paisano – Pois sim! Oia lá o que conteceu no Pavião Internacioná! O japonês foi ver o china seco só com uma pantana qui lhi mandô o Cirico! Quá! Em matera d’essa economia polita, ninguém avence o nosso capoêra!”. O Malho. Rio de Janeiro: (347), 8 de maio de 1909.

⁷ - “Golpe de capoeiragem que consiste em pôr as mãos no chão, dar uma cambalhota com os pés no peito do adversário, derrubando-o”. NASCENTES, Antenor. A gíria brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1953. p.129

⁸ - “Os vencedores”. O Malho. Rio de Janeiro: (161), 14 de outubro de 1905, encarte Rio Chic p.2.

⁹ - “Há males que vêm para bem”. O Malho. Rio de Janeiro: (335), 13 de fevereiro de 1909.

¹⁰ - O Malho. Rio de Janeiro: (354), 26 de junho de 1909.

¹¹ - O Malho. Rio de Janeiro: (385), 29 de janeiro de 1910.

¹² - FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala.(25ª ed.,1987), Rio de Janeiro: José Olympio Editora. p. 332.

¹³ - NASCENTES, Antenor. O linguajar carioca. (2ª ed., 1953). Rio de Janeiro: Organizações Simões. p.116.

¹⁴ - FREYRE, Gilberto. op.cit., p. 331.

¹⁵ - “A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, têm um sabor quase africano: *cacá, pipi bumbum, tentém, neném, tatá, cocô, dindinho, bimbinha*. Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco.” Idem, ibidem.

¹⁶ - “Nossa tentativa perante a “Língua africana” do Cafundó é, como já se terá adivinhado, compreendê-la apontando para mais de uma direção ao mesmo tempo.

Ao que tudo indica, o seu papel social está relacionado com o que se pode chamar de “uso ritual”, no mesmo sentido em que outras manifestações culturais de origem africana continuaram a existir no Brasil em várias comunidades negras (candomblé, congo, capoeira etc.). Em todos esses casos, uma outra identidade acrescenta-se àquelas que estão normalmente associadas à classe e cor. No caso particular das pessoas do

Cafundó, a “língua” acrescenta à sua identidade étnica de pretos e à sua identidade social de peões o status de “africanos”.” VOGT, Carlos e FRY, Peter. Cafundó. A África no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.26.

¹⁷ - BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). Linguagem, indivíduo e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 1993. p.23.

¹⁸ - CARNEIRO, Edison. Ladinos e crioulos. Estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. (sem número de página)..

¹⁹ - ALMEIDA, Renato de. A influência africana no português do Brasil.(4ª ed., 1973), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 40-41.

²⁰ - VOGT, Carlos e FRY, Peter. op.cit. p.25-26.

²¹ - LOPES, Nei. Dicionário Banto do Brasil. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/Centro Cultural José Bonifácio. s/d.

²² - ALMEIDA, Renato de. op.cit.

²³ -MACHADO Fº, Aires da Mata. O negro e o garimpo em Minas Gerais. (2ª ed., 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

²⁴ - CARNEIRO, Edison. Os candomblés da Bahia. (3ª ed., 1961), Rio de Janeiro: Conquista.

²⁵ - SILVA, Ornato José da. A tradição nagô, Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985.

²⁶ - NASCENTES, Antenor. Linguajar Carioca. (2ª ed.,1953). Rio de Janeiro: Organização Simões. p. 26.

²⁷ - Idem. p. 49.

²⁸ - ALMEIDA, Renato de. op.cit. p.63.

²⁹ - “A consciência real resulta de múltiplos obstáculos e desvios que os diferentes fatores da realidade empírica opõem e infligem à realização dessa consciência possível. Assim como é essencial para compreender a realidade social não mergulhar e não confundir a ação do grupo social essencial, a classe, na infinita variedade e multiplicidade das ações de outros grupos e até dos fatores cósmicos, também é essencial separar a consciência possível duma classe de sua consciência real num certo momento da história, resultante das limitações e dos desvios que as ações dos outros grupos sociais assim como os fatores naturais e cósmicos inflige a essa consciência de classe.. GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p.99.

³⁰ - ELIAS, Norbert – O processo civilizador. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p. 23.

³¹ - Idem. p.144.

³² - BESSA, Alberto. A gíria portuguesa. Esboço de um dicionário de “calão”. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1901. p. 341.

³³ - PEDERNEIRAS, Raul. op.cit. p.3.

³⁴ - BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). op.cit. p. 11.

³⁵ - “ La mise en place des appareils scripturaires de la ‘discipline’ moderne, indissociable de la ‘reproduction’ qu’a rendue possible l’imprimerie, s’est accompagnée du double isolement du ‘Peuple’ (par rapport à la

'bourgeoisie`) et de la `voix` (par rapport à l'écrit)." CERTEAU, Michel de. L'invention du quotidien. Paris, Gallimard, vol. 1, arts de faire, 1990. p. 196.

³⁶ - BURKE, Pete e PORTER, Roy. op.cit. p.8.

³⁷ - Idem. p.7-8.

³⁸ - “ Pode-se ligar essa hipótese àquilo que já foi proposto, em termos semelhantes, por Mikhail Bakhtin, e que é possível resumir no termo `circularidade`: entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo(...)”. GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.12.

³⁹ - NASCENTES, Antenor. O linguajar carioca. (2ª ed., 1953). Rio de Janeiro: Organizações Simões. p. 7.

⁴⁰ - “ A criação dessa linguagem especial pode não apenas atender ao desejo de originalidade mas também servir a finalidades diversas, como, por exemplo, ao desejo de se fazer entender apenas por indivíduos do grupo, sem ser entendido pelos demais da comunidade, de onde advém o seu caráter hermético.” PRETI, Dino. A gíria e outros temas. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984. p.2.

⁴¹ - NASCENTES, Antenor. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2 vols., 1932.

⁴² - Os trabalhos de Elísio de Carvalho e de Vicente de Reis não foram utilizados pelo fato de que, pela sua temática, escapam aos objetivos do presente trabalho.

⁴³ - ABREU, Plácido de. Os capoeiras. Rio de Janeiro: Tipografia de Serafim Alves de Brito, 1886.

⁴⁴ - VIOTTI, Manuel. Novo Dicionário da Gíria Brasileira. (3ª ed., s/d.). Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Tupã Editora.

⁴⁵ - TACLA, Ariel. Dicionário dos marginais. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

⁴⁶ - BARBOSA, Orestes. op.cit.

⁴⁷ - FRAGA, Antonio. Desabrigo. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

⁴⁸ - SILVA, Maria Célia Barbosa Reis da. Antonio Fraga: personagem de si mesmo. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1998, tese doutorado, (mimeo).

⁴⁹ - PORTO, Sérgio. “Vocábulos e expressões da gíria carioca em uso no ano da graça de 1965”. In BANDEIRA, Manuel & ANDRADE, Carlos Drummond de. Rio de Janeiro em prosa & verso. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. p. 370-379.

⁵⁰ - SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense, 1922 (A 1ª edição é de 1813).

⁵¹ - BURKE, Peter e PORTER, Roy (org.). op.cit. p.7

⁵² - Idem. p.13.

-
- ⁵³ - “ A partir do momento em que essa linguagem especial serve ao grupo como elemento de auto-afirmação, de verdadeira realização pessoal, ela se transforma em signo de grupo.” PRETTI, Dino. op.cit. p. 2-3.
- ⁵⁴ - GRÜNEWALD, José Lino. Carlos Gardel., Lunfardo e Tango. (2ª ed., 1994), Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- ⁵⁵ - CONDE, Oscar. Diccionario Etimológico del Lunfardo. Buenos Aires: Perfil Libros, 1998.
- ⁵⁶ - GOBELLO, José. Nuevo Diccionario Lunfardo. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 1999.
- ⁵⁷ - Consultar a respeito KUSHNIR, Beatriz. Baile de Máscaras. Mulheres judias e a prostituição. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. p. 158.
- ⁵⁸ - MALAMUD, Samuel. Recordando a Praça Onze. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1988. p. 81.
- ⁵⁹ - Idem. p.82.
- ⁶⁰ - Idem. p.83.
- ⁶¹ - GOBELLO, Jose. op.cit. p.10.
- ⁶² - PEDERNEIRAS, Raul. op.cit. p. 3.
- ⁶³ - REGO, Waldeloir. Capoeira Angola. Salvador: Livraria Itapoã, 1968.
- ⁶⁴ - EFEGÊ, Jota (João Ferreira Gomes). op.cit. p. 221.
- ⁶⁵ . Idem, ibidem.
- ⁶⁶ - “ Afora esta contradição, outra surge ao se verificar a participação do Rosa de Ouro não só no Carnaval de 1899 mas nos seguintes. Visitando as redações (ou escritórios, como se dizia) de vários jornais, o cordão que se supunha haver merecido a honra de ter música escrita para ele por uma já consagrada compositora, não a cantava. Preferia entoar outras bem diversas. Em nenhuma das notas que assinalaram a presença da agremiação homenageando matutinos e vespertinos da época, se encontrou referência ao fato de a visitante ter em seu repertório (certamente bem exíguo) o celebrado Ô Abre Alas. Tem-se, portanto, como conclusão lógica, que o cordão que “desesperava a vizinhança” e cujos participantes de seus ensaios eram “negros que caminhavam aos arrancos, em negaças e requebros”, apenas motivou ou sugeriu a Chiquinha Gonzaga ritmo e letra. Daí a expressão “eu sou da lira”, significando ser carnavalesco, ser da boêmia, ser da cantoria, permitindo sua utilização por muitos cordões, e não somente dedicada ao Rosa de Ouro como é suposição corrente.” EFEGÊ, Jota (João Ferreira Gomes). op.cit., p. 221-222.
- ⁶⁷ - NEVES, Eduardo das – O trovador da malandragem. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1926. Esta edição está disponível na Biblioteca Nacional, tendo sido a única consultada.. A primeira edição foi publicada pela Editora do Povo, em 1902, no Rio de Janeiro, segundo VASCONCELOS, Ari. A nova música da República Velha. Rio de Janeiro: edição do autor, 1985. p. 21(nota de pé de página).
- ⁶⁸ - Além do “Trovador da Malandragem”, outros trabalhos da mesma natureza foram publicados desde a virada do século. Uma pesquisa na Biblioteca Nacional revela a existência de alguns autores dedicados àquela temática. Entre eles, por exemplo, encontra-se João de Souza Cunegundes, autor de 3 pequenos livros: “Serenatas e novíssima coleção de modinhas”, “Lira de Apolo” e “Trovador de esquina ou repertório do capadócio”, este desaparecido.

⁶⁹ - SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. (3ª ed., 1983). São Paulo: Martins Fonte. p 291.

⁷⁰ - CABRAL, Albino. Noites cariocas: coleção de modinhas, lundus, recitativos, monólogos etc. Rio de Janeiro: Martins & Cia. Editores, 1900. (sem numeração de página)

⁷¹ - Idem, ibidem.

⁷² - SILVA, J.Crisóstomo da. Lirismo de um capadócio. Moderníssima coleção das melhores poesias, canções, lundus, recitativos, fadinhos e serenatas, caprichosamente coordenados por J. Crisóstomo da Silva. São Paulo: Tipografia e Livraria Paulicéia. 1921.

⁷³ - NEVES, Eduardo das. op.cit.(sem numeração de página.)

⁷⁴ -Idem, ibidem.

CAPÍTULO 4: AS VIDAS DA CAPOEIRA

“O segredo da capoeira morre comigo e com muitos outros mestres. O que há hoje é muita acrobacia e pouca capoeira. Capoeira é amorosa, não é perversa. Capoeira não é minha, é dos africanos. È mandinga de escravo africano no Brasil. Um costume como qualquer outro, um hábito cortês que criamos dentro de nós. Uma coisa vagabunda.” (Mestre Vicente “Pastinha” Ferreira)

A violenta repressão desfechada pela recém implantada ordem republicana contra a capoeira, a partir de 1890, golpeou-a profundamente na sua organização: as duas grandes “nações” – os “nagôas” e os “guaiamus”. Mesmo antes da vigência do Código Penal de 1890, os poderes atribuídos ao Chefe de Polícia da capital federal, Sampaio Ferraz, determinaram a prisão e envio de centenas capoeiras para Fernando de Noronha, de onde muitos não voltaram.

Mais do que a redução da quantidade de “cabras sarados” nas ruas da cidade, a desarticulação das duas “nações” e das muitas “maltas” foi fator fundamental para que a morte da capoeira fosse anunciada¹. Morte, no caso, não significava o seu fim; mas, sim, o reconhecimento de que a sua criminalização pelo novo Código Penal e a sua desarticulação decretaram o fim de uma época. Com Sampaio Ferraz rompeu-se um compromisso tácito entre “nagôas” e “guaiamus” e membros das classes dominantes atuantes no Rio de Janeiro. Produto do autoritarismo militar próprio dos primeiros anos republicanos, a ação legal contra a capoeiragem foi eficaz por seus efeitos imediatos, mas inócua se avaliada dentro de um período de tempo mais longo.

Logo que a “república da espada” ruiu, vítima das suas contradições internas e das primeiras eleições presidenciais públicas, a capoeiragem retornou aos poucos às ruas da capital federal. Retorno, é bem verdade, marcado por uma prática distinta daquela dos tempos da monarquia, como já foi analisado no

capítulo anterior. Então, os capoeiras serenatistas – o “povo da lira” – e os cafajestes foram os agentes da preservação da velha arte ou, em outras palavras, os principais responsáveis pelo renascimento daquela que, por alguns momentos, parecia morta. Foi algo, como se o “povo escovado” se expressasse nos rabos-de-arraia, rasteiras e cabeçadas, transformando seus meneios e sestros numa só voz gritando: longa vida para a capoeira!

“ Qual! seu Doutor Sampaio Ferraz! Vossa Senhoria é que foi um chefe de polícia às direitas: libertou o Rio de Janeiro da nossa praga. Olhe agora... Já aqui estamos outra vez riscando por aí... Vossa Senhoria é que foi chefe! Vou dar-lhe o meu voto para senador.”²

Em verdade, mais cedo do que muitos poderiam imaginar, os capoeiras estavam “riscando” novamente pelas ruas do Rio de Janeiro, não mais como “camaradas” das “nações” “nagôas” ou “guaimus”, ou ainda de alguma “malta”. Como já foi analisado, a capoeira ressurgiu com outra roupagem social. Nessa circunstância, os seus componentes mais visíveis foram a “turma da lira” e os cafajestes, estes últimos como principais agentes individuais da capoeiragem. Quando a ironia evidenciada na “charge” se expressou por meio da afirmação “...estamos outra vez riscando por aí...”, ela endossava a idéia de que a capoeira era uma erva daninha: morre aqui, nasce ali.

Aspecto interessante sobre a sobrevivência da capoeiragem dizia respeito ao vestuário da “turma da lira” e, por extensão dos cafajestes. Vestuário que, diga-se de passagem, se identificava, em vários aspectos, com os trajes dos antigos “nagôas” e “guaimus”, e, da mesma forma, representava um recurso de distinção. Para o “pessoal escovado”, a distinção no vestir significaria também uma alternativa de identificação social. Nesse caso, a demonstração de elegância do negro “alinhado”, ou mesmo do mulato, constituía um fator de diferenciação imediata com relação aos seus semelhantes: negros e mulatos paupérrimos e marginalizados.

No entanto, ser “alinhado” para muitos componentes do “povo da lira” não era apenas um ato de imitação pura e simples de modelos das classes dominantes. Em princípio, essa elegância estaria fundamentada na simbiose entre

imitação e exagero. Terno, no sentido correto, mas com paletó mais cintado. A calça quase bombacha. Gravata? Lenço no pescoço. Chapéu? Certo! Mas com a aba acentuadamente tombada. A bengala não poderia faltar, pois, em certas oportunidades ela acabava se tornando um instrumento de trabalho. Ou, quando não, servindo de apoio descontraído, e mesmo, com pose, sob o braço. Em outras palavras, tratava-se de uma postura extravagante de membros de um grupo específico que, sob certos aspectos, com essa singularidade se aproximavam de um similar como os “apaches” franceses.³

Dessa forma, a conservação de trajés apurados e da gíria entrecortada de termos pernósticos próprios de políticos e autoridades, daria a esse grupo específico uma posição singular no Rio de Janeiro, distinguindo os seus negros e mulatos, em particular quando do seu desempenho ao “entrarem na política”.

No entanto, a sobrevivência da arte da rasteira, do rabo-de-arraia e da navalha não pode ser explicada apenas pela sua “entrada na política” que, recorde-se, já era notória na monarquia, particularmente durante o Segundo Reinado.⁴ A rigor, nem mesmo a capacidade de agregação da “turma da lira” e a utilidade política dos cafajestes esgotam as razões históricas que permitiram essa manifestação vital da capoeira durante a Primeira República. Manifestação que, destaque-se, foi fundamental para que ela pudesse alcançar a década dos anos trinta quando, reconhecida e legitimada pelo governo, ganhou condições para, pouco a pouco, conquistar outra notoriedade. Daí, a importância assumida pela capacidade associativa de negros e mulatos no Rio de Janeiro após a abolição.

O desfrute da liberdade jurídica por parte dos ex-escravos deu-se num momento histórico marcado por algumas transformações sofridas pela população negra na capital do país. Com o 13 de maio, aos negros livres existentes na capital somaram-se os ex-escravos, incluindo os migrantes das áreas rurais. No entanto, se a população negra aumentou em termos absolutos, ela permaneceu inferior à branca, cujo percentual era bem maior como pôde ser constatado em 1890;⁵ situação que pode ser atribuída, entre outros fatores, ao aumento da entrada de imigrantes europeus no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, a população mulata, dita parda, tinha um percentual superior ao dobro daquele alcançado pelos negros em 1890. Mesmo assim, a soma dos dois percentuais – de negros e mulatos – não superava o percentual alcançado pela população branca na capital federal. Essa comparação se faz necessária porque ela acentua a condição majoritária da população branca na composição étnica do Rio de Janeiro, particularmente na etapa pós-abolicionista. Dessa forma, é prudente evitar-se a afirmação de que o “Rio de Janeiro era uma cidade negra”, simplesmente pelo fato de que ela não o era. O que deve ser afirmado, ao contrário, é que na capital federal existiam espaços – territórios negros – nos quais negros e mulatos constituíam a grande maioria dos seus habitantes. A esse respeito, basta recordar a “Pequena África”, expressão criada pelo compositor e pintor negro Heitor dos Prazeres para denominar a grande concentração de negros e mulatos no centro da cidade desde a virada do século.⁶

Se a “Pequena África” for tomada como paradigma para caracterizar um verdadeiro território negro, antes de considerá-la simplesmente como uma área de candomblé, choro, samba, ranchos, maxixe e capoeira, é necessário compreendê-la como origem e produto do espírito associativo negro. Essa condição, no entanto, não pode ser atribuída apenas à determinação de contingentes de negros e mulatos no sentido de garantir um espaço de sobrevivência. A existência da “Pequena África” resultou, antes de tudo, do fenômeno que Costa Pinto denominou de “segregação residencial”:

“Um dos aspectos mais odiosos da discriminação racial é a segregação residencial, que obriga – pela força do costume, da lei, ou de ambos – a população de determinado grupo étnico, inferiorizado pelo grupo dominante, a limitar o seu direito de morar no âmbito de determinados ruas ou bairros, vedando-lhes o acesso a outros lugares nos quais o grupo privilegiado monopoliza o direito de se instalar.”⁷

Mesmo que se possa incorrer num exagero, não é demais afirmar-se que desde o fim da escravidão a população negra do Rio de Janeiro foi sendo empurrada pelas classes dominantes para um “lugar marcado”. A destruição do “Cabeça de Porco” na administração Barata Ribeiro, a ocupação original do Morro da Providência após Canudos e, particularmente, a modernização do centro da

cidade por Pereira Passos, foram episódios de um drama em que os personagens negros se saíram, ao mesmo tempo, como vítimas e heróis. A cada “cortiço” destruído correspondia a busca de um teto, além da necessidade de preservar, ou de criar, um mecanismo de sobrevivência, que antes de dispersar agregava contingentes de negros e mulatos. Nesse particular, a “Pequena África” constituiu menos um espaço de exclusão do que um mundo de solidariedade e resistência. Observe-se a esse respeito as posições defendidas por três autores dedicados às culturas negras no país: L.A. da Costa Pinto⁸, Clóvis Moura⁹ e Muniz Sodré.¹⁰

Dos três, talvez tenha sido Sodré o que mais aprofundou a questão dos espaços negros em centros urbanos, particularmente em Salvador e no Rio de Janeiro. Ao analisar a associação negra no pós-abolicionismo, esse autor, além de acentuar a função dos terreiros, destaca a solidariedade disseminada naqueles espaços, incluindo a expansão de ofícios ao lado de outras atividades:

“Nasciam, nesse contexto, relações de solidariedade e de iniciação a ofícios (já que não havia oportunidades de educação sistemática), tais como barbearia, marcenaria, alfaiataria, tecelagem, pintura de paredes, bordados, doceria etc.”¹¹

Se esse efetivo processo educativo¹² em favor da sobrevivência numa sociedade competitiva for associado ao papel agregador das casas de santo, além dos efeitos do insulamento sócio-econômico provocado pela ordem republicana, ter-se-ia, não a totalidade, mas o essencial da sustentação da “Pequena África”. Sustentação que, por sinal, implicava a luta pela reconstituição de um território negro após séculos de dispersão e sofrimentos resultantes da “diáspora negra”. Note-se que essa reconstituição não poderia recuperar tudo aquilo que ficara perdido na África, e que a dominação branca destruíra no Brasil com a imposição da escravidão. Mesmo que se considere que nos territórios negros coexistiam diferentes nações e cultos, a consciência de que a realidade pós-abolicionista implicara um insulamento e, ao mesmo tempo, uma tendência à fragmentação grupal, deu à religião uma dimensão aglutinadora. Essa nova condição não escapou a Bastide:

“A religião subsiste como crença e sentimento, mas destacada do sistema social total a que até então estava ligada; é obrigada a se moldar num outro sistema global. Vai ser preciso que as representações coletivas criem outras

formas de organização, em que possam se incorporar e através das quais poderão se propagar em sua duração.”¹³

Não importa, no caso da “Pequena África”, se as religiões negras desfrutassem de uma soberania limitada a um território, como é próprio do termo, e que coexistissem com práticas sincréticas. A questão é menos de pureza do que da sua capacidade de associação dentro de um universo que, apesar de predominantemente negro, continha também elementos diferenciados. Importa, enfim, reconhecer que a “Pequena África” foi um território negro que, para muitos, representou um espaço acolhedor, um refúgio numa cidade que se tornava aos poucos assustadora e agressiva. Nesse sentido, é exemplar o depoimento da Tia Carmem Teixeira da Conceição, a Carmem do Xibuca, sobre a solidariedade negra no Rio Janeiro:

“Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de que vinha chegando gente de lá (...) Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava Tia Dadá e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar.”¹⁴

A bandeira branca, sinal de Oxalá, a acolhida dos iguais – negros baianos, no caso – e, principalmente, o agasalho, casa e comida “até a pessoa se aprumar”, indicam a existência da solidariedade, fundamento significativo para o exercício do espírito associativo negro. Não importa se o que está por chegar seja bom ou mau, mas, simplesmente, que ele é um negro chegando ao Rio de Janeiro.

Já Costa Pinto opera com o conceito de associações negras tradicionais quando situa sua análise na conjuntura pós-abolicionista. No caso, esse autor parte das associações abolicionistas que, como crisálidas¹⁵, morreram após o 13 de maio. A partir de então, prossegue o autor, o espírito associativo do negro “revelou-se, assim, quase que exclusivamente no campo religioso, principalmente nas religiões de origem africana que seus ancestrais trouxeram para a América, e que continuamente se misturavam ao catolicismo, ao espiritismo e a outras seitas místicas...”.¹⁶ Note-se que, para esse estudioso, o conceito de associação diz respeito a organizações com espaço definido e funcionamento implícito na sua

própria criação. Seriam, por exemplo, além das casas de candomblé, os ranchos, grupos de capoeira, escolas de samba etc.

De qualquer forma, em abono à posição defendida por Costa Pinto vale lembrar o afirmado pelo estudioso Agenor Miranda Rocha na sua obra “Os candomblés antigos do Rio de Janeiro”,¹⁷ quando relaciona as quatro primeiras casas cariocas de candomblé. Assim, Rocha indica a localização das casas de santo: João Alabá, de Omulu, na rua Barão de São Félix; Cipriano Abedé, de Ogum, na rua do Propósito, e posteriormente na rua João Caetano; Mãe Aninha, de Xangô, no bairro da Saúde, e mais tarde no Santo Cristo; e Benzinho Bamboxé, de Ogum, na rua Marquês de Sapucaí.¹⁸ Como pode-se notar, as primeiras casas de santo estavam localizadas no perímetro da “Pequena África”.

Por seu turno, ao estudar a organização do negro no país, Clóvis Moura emprega o conceito de grupo, utilizando alternadamente dois qualificativos para o mesmo: grupo diferenciado e grupo específico. Ambos possibilitam uma avaliação consistente do sentido e da dinâmica da “Pequena África” desde a virada do século. Quando Moura emprega, por exemplo, o conceito de grupo diferenciado o faz com o objetivo de realçar a perspectiva do “outro”, quer dizer, daquele ou daquilo que segrega, adjetiva e oprime:

“Quando nos referimos a um grupo diferenciado numa sociedade de classes, temos em vista uma unidade organizacional que, por motivo ou uma constelação de motivos ou racionalizações, é diferenciado por outros que, no plano da interação, compõem a sociedade. Isto é: constitui um grupo que, por uma determinada *marca*, é visto pela sociedade competitiva dentro de uma ótica especial, de aceitação ou rejeição, através de padrões de valores, *mores* e representações dos estratos superiores dessa sociedade.”¹⁹

A observação feita por Moura ressalta a idéia de *marca* imposta historicamente ao negro, não só no Rio de Janeiro, mas no país como um todo. Não se trata aqui de repisar as origens dessa marca, fruto incontestável da escravidão, mas de compreendê-la numa conjuntura em que a igualdade jurídica era contrariada pela negação dos direitos de cidadania que, aliás, não atingia só aos negros. A propósito, não é demais lembrar as perseguições policiais às manifestações culturais negras no Rio de Janeiro durante as primeiras décadas

republicanas. Por exemplo, no mesmo sentido que Nina Rodrigues²⁰ lista notas da imprensa baiana, na virada do século, pedindo providências contra o candomblé em Salvador, Yvone Maggie traça um quadro de atitudes semelhantes no Rio de Janeiro no mesmo momento histórico.²¹

Nessa altura, vale empregar novamente o conceito de grupo específico, particularmente como o faz Clóvis Moura quando pretende fundamentar teoricamente o contraste social com o grupo diferenciado:

“Quando nos referimos a grupos específicos, estamos encarando a mesma realidade em outro nível de abordagem e em outra fase de desenvolvimento ideológico. Procuramos, com este termo, designar, do ponto de vista interno do grupo, os padrões de comportamento que são criados a partir do momento em que os seus membros se sentem considerados e avaliados através da sua marca pela sociedade. Em outras palavras: o grupo diferenciado tem as suas diferenças aquilidades pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser específico na medida em que ele próprio sente esta diferença e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo específico, ou mecanismo de integração na sociedade.”²²

O reconhecimento da existência de uma marca e, por extensão, de condição vital para a transformação de um grupo diferenciado em específico, não deve ter sido difícil, embora penoso, a contingentes negros no Rio de Janeiro após a abolição da escravidão. A “turma da lira”, por exemplo, era identificada socialmente como negra, capadócia e capoeira, e foi justamente a partir dessas características que ela procurou construir mecanismos de defesa e de sobrevivência. Ou seja, ela identificou-se com as próprias marcas que, acabavam representando uma possibilidade de escape à simples condição de grupo diferenciado. Se as suas especificidades eram estigmatizadas e inferiorizadas no âmbito da sociedade de classes, em particular sob o prisma étnico, elas, no entanto, acabaram ganhando a condição de produtos com alto valor de troca no mercado simbólico. Esse foi o caso, por exemplo, da capoeira e do candomblé.

Da capoeira já se sabe a importância adquirida como moeda no mercado político carioca. Se a sua prática era proibida por lei, e a formação de grupos promotores de cantorias, batucadas ou equivalentes inibida pela ação policial, a existência da “turma da lira” já representava um desafio à ordem republicana,

mesmo que se considere uma considerável dose de consentimento. Convém notar que essa inibição policial já constituía, antes mesmo da criminalização da capoeira, um fator de peso ponderável contrário às cantorias e batucadas. A algazarra, por exemplo, era uma das infrações mais registradas como razão de detenções no Rio de Janeiro durante a Primeira República.²³

O candomblé, por sua vez, desfrutava de posição um tanto distinta daquela ocupada pela capoeira. Se as religiões negras, entre elas o próprio candomblé, constituíam o mais importante fator de agregação de parte considerável dos escravos e seus descendentes, não deixaram, no entanto, de constituir importante moeda no mercado das trocas simbólicas. No tocante ao primeiro aspecto, uma consulta ao estudo clássico de Roger Bastide sobre as religiões negras no Brasil acaba por reforçá-lo, justamente quando o autor destaca o papel desagregador da abolição da escravidão sobre as comunidades negras:

“ Nessa atomização e desumanização das relações humanas, o candomblé permaneceu o único centro de integração possível. Na medida em que houve uma reconstituição do povoado africano, com suas regras de confraternização religiosa e seus modelos de assistência mútua, como também esta afetividade que ligava seus membros, tornou-se (o candomblé), para esta população, subitamente abandonada a si mesma, o refúgio e o apoio.”²⁴

À condição de refúgio e apoio, atribuída por Bastide ao candomblé, pode-se acrescentar a tenacidade e a persistência dos seus seguidores, particularmente no Rio de Janeiro e em Salvador. No seu conjunto, essas condições permitiram também que o candomblé ganhasse, como já se afirmou, o papel de moeda no mercado das trocas simbólicas que, aliás, acabou por confirmar o progressivo assentamento dos valores capitalistas nas áreas urbanas brasileiras, em especial na capital federal. Embora o desempenho desse papel fosse, no mais das vezes, apreciado por meio de uma ótica perversa e preconceituosa, registrando-o como apelo ao “feitiço”, vale o registro do afirmado por João do Rio:

“ Vivemos na dependência do feitiço, dessa caterva de negros e negras, de babaloxás e iaô, somos nós que lhe asseguramos a existência, com o carinho de um negociante por uma amante atriz. O feitiço é o nosso vício, o nosso gozo, a degeneração. Exige, damos-lhes; explora, deixamo-nos explorar e, seja ele

mâitre-chanteur, assassino, larápio, fica sempre impune e forte pela vida que lhe empresta o nosso dinheiro.”²⁵

Nesse mesmo diapasão, o cronista investe até contra Tia Ciata, qualificando-a como “...a Assiata, outra exploradora.”²⁶

Mas, quais são as razões que justificariam essa associação entre a capoeira e o candomblé nas primeiras décadas do Rio de Janeiro republicano? Em princípio, além da natureza negra das duas manifestações culturais, ambas dispunham de uma capacidade de circulação – daí a condição de moeda – entre o seu “espaço negro” e a cidade como um todo, embora os sentidos seguidos por elas fossem opostos. Ou seja, o candomblé era procurado no seu “habitat”, um espaço negro sempre que possível evitado pela maioria branca da cidade. Condição que, talvez, tenha contribuído para a crueza preconceituosa da narrativa de João do Rio ao entender a religião negra como feitiço. Isso porque a leitura distanciada do cronista “dândi” da “belle époque” carioca entendia casas de ópio, reles hospedarias, galerias da Detenção, casas de santo, entre outros espaços, da mesma forma bizarra como se via e era visto; ou, talvez, como um radical de ocasião, como acentuou Antônio Cândido.²⁷

Já a capoeira, ao contrário do candomblé, transitava dos seus espaços para a cidade numa acepção mais ampla, particularmente no exercício das suas atividades políticas. E foi justamente a partir do resguardo cultural que espaços negros como a “Pequena África” davam que a capoeira conseguiu, não só se reproduzir, como também oferecer-se no amplo mercado político bastante valorizada pelo seu valor de troca. Seu valor de uso, de outro lado, permanecia preservado e irrompia, muitas vezes, de forma inopinada como, por exemplo, na resistência às forças governamentais montada no bairro da Saúde por ocasião da Revolta da Vacina.

Mas, a aludida utilidade política da capoeira, exercício dos “cafajestes”, não impedia que ela continuasse a ser uma preocupação para as autoridades policiais. A consulta a relatórios dos chefes de polícia do Distrito Federal mostra que os tempos cariocas poderiam ter mudado desde 1890, mas a capoeira continuava a ser uma preocupação para os responsáveis pela ordem pública. No relatório de

1904, por exemplo, o chefe de polícia do Distrito Federal, Cardoso de Castro, transmite ao seu superior, o ministro da Justiça, sua preocupação nesse sentido:

“ Reputo da mais alta relevância o assunto que constitui objeto das minhas dúvidas, pois é com essa gente que se há de povoar a Colônia de Dois Rios, libertando o Distrito Federal da permanência maléfica dos ébrios habituais, dos capoeiras impertinentes, dos desordeiros de profissão, dos proxenetes, dos jogadores, dos falsos mendigos e dos ladrões recalcitrantes, que escapam às malhas de outros processos regulares.”²⁸

Nesse quadro histórico, os bairros da Saúde, Gamboa e Cidade Nova pontificavam como “focos de desordem” relacionados à vagabundagem e à capoeiragem carioca. Neles, fragmentos da “Pequena África” que eram, o “povo escovado” tinha seu espaço de repouso e dali “entrando na política” ganhava a cidade:

“ Os 3 da lira – O sinhô é qui é o tal Luiz de Castro? Antão cá estêmo. Dizem qui o sinhô gosta muito dos mestre cantô. Pois nós semos os mestre cantô da Saúde. Qué ouvi o “Ai, Maria”?

*Luiz de Castro – Ai, Maria Santíssima! Pois não é que esta gente confunde Wagner com Eduardo das Neves? E meta-se um homem a querer lhes dar música a valer!*²⁹”

“Backer – Toca, rapaziada! O programa é esbodegar a oposição, seja lá como for! Você lá, Cachimbau, arranja camaradas para a turumbamba! E tu, Moleque Sarado, comanda a brigada! Quero tudo decidido! Nada de meios termos: ou a submissão ou a vida!...

*Zé Povo – Ora ah! aí está como se governa um Estado, à moda da Gamboa! Ah! pena de Talião... pena de Talião...*³⁰

E, assim, situando-se entre a sua utilidade política e a ação policial, não tão eficiente como as autoridades tentavam demonstrar³¹, a capoeira foi seguindo na primeira versão da sua vida durante a Primeira República no Rio de Janeiro. Fiel às suas origens negras, assentada culturalmente nos seus territórios, mas sobrevivendo também fora deles com o “povo escovado” e, particularmente, com os “cafajestes”, sempre respeitada e temida. Ao longo do tempo, os olhos e as mentes daqueles que a apreciavam, viam e sentiam a capoeira em pequenos detalhes, em simples fragmentos daquela velha arte. Acabavam, assim, tomando a parte pelo todo.

João Machado Guedes, o João da Baiana, figura notável do primitivo samba carioca, nascido em 1887, num depoimento no Museu da Imagem e do Som no Rio de Janeiro expressou essa impressão:

“MIS – O samba de partido alto era tirado em coro? Vocês improvisavam? Tinha apenas um refrão? Como era?

- No partido alto cantava-se em dupla, trio ou quarteto. Nós tirávamos um verso e o pessoal sambava, um de cada vez. No samba corrido todos faziam coro.

MIS – E o samba duro?

- O samba duro já era batucada. A batucada era capoeiragem.

MIS – A batucada era só tirada nas palmas da mão ou era cantada?

- Nós tirávamos os cantos. Um saía para tirar o outro. Se fosse a “liso” era só umbigada, mas se fosse para pegar “duro” já era capoeiragem.”³²

Nessa versão malandra, em que qualquer golpe da antiga capoeira era visto como a própria capoeira, o passar do tempo acabou por criar formas singulares de “jogo”. Um “jogo” bem mais simples, pois bastante limitado se comparado com a capoeira, mas que acabou ganhando certa notoriedade em certos espaços e momentos no Rio de Janeiro. Talvez, um dos mais significativos desses exemplos foi a “pernada carioca”. Edison Carneiro dedicou-lhe um pequeno estudo, chamando-a também de batuque e considerando-a uma derivação da capoeira:

“O batuque, também chamado pernada, é mesmo essencialmente uma diversão dos antigos africanos, com especialidade dos procedentes de Angola. Onde há capoeira, brinquedo e luta de Angola, há batuque, que parece uma forma subsidiária da capoeira.”³³

Segundo Carneiro, o batuque ou pernada carioca acabava por ser uma roda de exibição acompanhada por palmas e um coro. Nela, um dos batuqueiros, só no centro da roda, convida outro a competir com ele, sendo o convidado obrigado a se “plantar” no centro da roda, firme nas pernas e nos calcanhares. Logo, aquele que o convidou procura cutucá-lo com a perna – daí pernada – até derrubá-lo. Caso contrário, as posições se invertem. Tudo isso, ao som de palmas e cantos, muitas vezes, por ocasião do Carnaval ou nas suas proximidades:

“ *Pau rolô, cai*

*Lá na mata ninguém viu...*³⁴

Agilidade e força, muito mais jeito para dar a pernada, ao mesmo tempo em que o outro, se derrubado, deveria aceitar a situação, cair fora e esperar por outra oportunidade. Em verdade, simples demais para ser comparada à capoeira. Mas, se for levada em consideração a perspectiva de vida longa para a capoeira no Rio de Janeiro, a pernada carioca deve ser compreendida como um fragmento de uma existência atribulada, como um fruto da forma como foi colhido na simplicidade das ruas da cidade.

Se a simplicidade foi um traço dessa manifestação derivada da velha capoeira, o mesmo não se pode dizer quanto a determinados discursos a seu respeito surgidos desde o início do período republicano. Nesse particular, o discurso mais importante, particularmente pela sua contundência, estava contido no artigo 402 do Código Penal de 1890. O seu teor incidia sobre os fundamentos da capoeiragem nas ruas, quando explicitava:

“Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidas pela denominação CAPOEIRAGEM; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum modo: Pena – de prisão celular por 2 ou 6 meses”.³⁵

De saída, observe-se que o artigo prevê punição para a capoeiragem no espaço público, ao mesmo tempo em que classifica a prática como exercício de agilidade e destreza corporal, condições agravadas quando associadas a correrias capazes de alterar a ordem pública. Dessa forma, o uso do corpo e do espaço público constituiu a base das justificativas para o estabelecimento da pena.

Pois foram justamente a agilidade e a destreza que, da condição de agravantes, passaram a ser enaltecidas como atributos quase exclusivos da capoeira em comparação com lutas estrangeiras. O já citado artigo de Lima Campos exalta várias qualidades da capoeira e dos seus praticantes. Nisso reside a principal característica inovadora desse olhar sobre a capoeiragem. Talvez um dos aspectos mais significativos dessa característica esteja na atribuição de uma natureza essencialmente defensiva ao velho jogo: “(...) na capoeira, porém, dá-se

o contrário: o seu mérito básico é a defesa; ela é por excelência e na essência defensiva.”³⁶

Dessa forma, a nova leitura da velha arte omite justamente aquilo que o Código Penal considera como um dos fundamentos para a imposição da pena: uso de armas, correrias pelas ruas ameaçando e incutindo temor. Ora, toda a trajetória da capoeira até aquele momento fora marcada pelo emprego das pernas, dos pés, das mãos e da cabeça no constante choque que, gerado na violência da escravidão, ganhara força e amplitude diversificando mesmo a condição original dessa arte negra no Brasil. Mas, quaisquer que sejam os argumentos contrários, é inegável que a capoeira sempre incutiu temor, particularmente às classes dominantes urbanas, pela sua capacidade de reprodução e de desafio à ordem.

Quando o mesmo autor ressalta a magnanimidade³⁷ do capoeira hábil, bem como a habilidade de contendores em “jamais se ferir”, não deixa de acentuar a importância da agilidade e da destreza:

“Dois grandes capoeiras, igualmente exímios, igualmente ágeis com conhecimentos exatos, perfeitos e totais do jogo, jamais se ferirão, a não ser insignificante e levemente, o que bem indica o grande valor defensivo que possui essa estratégia popular e que a coloca acima de todas as congêneres de qualquer outra nacionalidade.”³⁸

À essa altura, a narrativa de Lima Campos denota certas intenções que sugerem a transformação da capoeiragem em luta com limitações que, em outras palavras, desfigurariam a própria prática. As referências feitas consideram, no máximo, dois contendores, sendo que um deles, se magnânimo, não fere o adversário. Se ambos forem ágeis, hábeis e dominadores da técnica, jamais se ferirão. Confronto com limitações entre dois capoeiras implica a existência de regras que, além de individualizarem uma prática até recentemente grupal e negra, poderiam valorizá-la como luta popular e superior a qualquer similar estrangeira. Luta popular, e não negra, e, ao mesmo tempo, valorizada pelo suporte nacional, seria, à primeira vista, a síntese do discurso expresso no artigo da Kosmos.

No entanto, é prudente ponderar a respeito de algumas particularidades que cercam o artigo e a revista que o publicou. Por mais que se queira acentuar a autonomia que cada autor possui para expressar sua opinião, torna-se necessário levar em consideração a natureza do veículo utilizado. A revista Kosmos, como já foi notado, surgiu durante as reformas urbanas encetadas pelo prefeito Pereira Passos. Como já é notório, essas reformas não se esgotavam no seu conteúdo urbanístico, pois elas faziam parte de um amplo projeto que pretendia transformar a própria dinâmica da vida no centro da capital federal. O bordão “O Rio civiliza-se”, lançado pelo cronista mundano Figueiredo Pimentel na “Gazeta de Notícias”, dizia respeito ao pretenso resultado de uma verdadeira “vassourada civilizadora” promovida pelas autoridades a partir de um eixo principal: a Avenida Central. Daí, o empenho em varrer costumes considerados como bárbaros, herança do escravismo e da mentalidade colonial e, ao mesmo tempo, impor outros capazes de apressar a pretendida “europeização” de uma parte da cidade.³⁹

As revistas Kosmos e Renascença faziam parte desse mesmo projeto, pois mais do que expressões, elas eram instrumentos do convencimento de que o Rio de Janeiro estava se transformando em uma cidade moderna “à européia”. Brito Broca toca, de passagem, nessa estratégia de convencimento junto à parcelas da intelectualidade de então:

“ Os escritores superestimavam essa modernização da cidade, atribuindo ao Rio, em contos, romances e crônicas, ambientes e tipos que na realidade aqui não existiam.”⁴⁰

Ao perseguir o convencimento da opinião pública⁴¹ carioca, em verdade aquela parcela que se entendia mundana, a revista Kosmos se comportava como um instrumento elitista e elegante. Traços que estavam na sua própria composição gráfica e, particularmente, nos artigos que continha, formando um conjunto destinado a contribuir para a formação de uma opinião pública à altura da cidade que “se civilizava”. Era, enfim, como afirma Habermas, fortalecer publicamente um “juízo sem certeza”.⁴²

Assim, a idéia de uma capoeira desvinculada de grande parte do seu passado se associava ao empenho intelectual aludido por Brito Broca. De acordo

com essa concepção, restariam a força, a habilidade e a agilidade empregadas pelo capoeira, em verdade o capoeira desejado pelo autor que, por sua vez, expressava o esforço civilizador, dito regenerador, em andamento na capital federal.

Essa perspectiva transformadora da capoeira não nasceu isoladamente. Ela foi contemporânea de projetos que surgiram ao mesmo tempo em que se intensificava a repressão contra ela iniciada por Sampaio Ferraz, chefe de polícia do Distrito Federal durante o governo do marechal Deodoro da Fonseca. Antes que possa ser argumentado que esses projetos pretendiam defender a capoeira e, por extensão, os seus praticantes, deve ser notado que tanto o artigo da Kosmos quanto os projetos então surgidos caminhavam na mesma direção. Todos eles pretendiam o seu enquadramento num sistema regido por regras: como competição de acordo com o artigo de Lima Campos, ou como base de uma ginástica nacional.

Em 1907, por exemplo, foi publicado no Rio de Janeiro o “Guia da capoeira ou ginástica brasileira, oferecido a “distinta mocidade”⁴³. Nesse guia, o autor⁴⁴, segundo Inezil Pena Marinho, aborda duas questões: o mau emprego da capoeira no passado, e a potencialidade dela para transformar-se em ginástica. Quanto à primeira questão, ele se baseia na opinião defendida, em 1905, por outro autor, Santos Porto:

“ Santos Porto, no prefácio do livro Educação Física Japonesa dizia em 1905: Entre nós em tempo que já vai longe os exercícios de agilidade conhecidos por capoeiragem floresceram mesmo entre filhos das mais distintas famílias. O cria da casa não perdia ocasião de ensinar como se dava uma rasteira ou se fugia com o corpo.

Infelizmente o mau uso, que de tais exercícios se fez por falta de quem utilizasse deles como excelente escola de educação física, porque é mais fácil adquirir agilidade do que força, concorreu para que degenerassem e só fossem praticados pelos profissionais da desordem armados de faca e navalha – uma verdadeira calamidade pública.”⁴⁵

Pouco adiante, ele destaca o seguinte:

“Hoje o capoeira profissional rareia felizmente e das maltas em que de ordinário se agrupavam, quase não há mais notícias. É pois excelente ocasião

para vencer a relutância pelos exercícios de agilidade que não só fortalecem como proporcionam meios de defesa.”⁴⁶

“Demais divulgar tais exercícios pelos membros mais cultos da sociedade é colocá-los individualmente em condições de poderem enfrentar os elementos baixos e maus que todas as sociedades possuem e que de todas as armas se servem.”⁴⁷

Nas considerações feitas pelos dois autores, percebe-se que ambos fazem comparações entre o passado e o presente da capoeira, articulando-as com o seu mau ou bom uso. O mau uso no passado equivaleria ao seu emprego pelas maltas de capoeiras, enquanto o bom uso significaria a sua regeneração, a partir do momento em que os “membros mais cultos da sociedade” praticassem os exercícios de capoeiragem contra os “elementos baixos”. Isso implicaria a necessidade da superação da relutância pelos exercícios de agilidade. Se comparadas ao exposto por Lima Campos, as idéias contidas no “Guia da capoeira,,,” inovam na medida em que atribuem alternativas de classe para a redenção da capoeira, embora sejam empregados os termos “cultos” em oposição a “baixos”. De outro lado, nota-se a insistência delas na valorização da agilidade como instrumento de redenção da mesma capoeira, que perdera no passado a possibilidade de tornar-se uma “excelente escola de educação física”.

Em resumo, a capoeira poderia ser redimida desde que passasse a ser regida por regras de competição e, além disso, pudesse se transformar em base de uma ginástica nacional. Regras e disciplina, eis, em síntese, a posição defendida pelos três autores. Em outras palavras, a capoeira do futuro deveria ser construída sobre a depuração de um passado de desordens e malefícios; dela seria conservado aquilo que contribísse para o aperfeiçoamento do corpo e da conduta dos seus novos praticantes.

Essa perspectiva resistiu ao tempo e às vicissitudes enfrentadas pela capoeiragem no Rio de Janeiro durante a Primeira República, alcançando a década dos anos 30. Vários estudiosos da história da capoeira já se debruçaram sobre a sua trajetória além do momento histórico aqui abordado, atingindo os dias atuais. Entre esses estudiosos encontram-se, entre outros, Nestor Capoeira⁴⁸ e Letícia Vidor de Souza Reis,⁴⁹ sem contar o clássico e já citado “Capoeira Angola” de

Valdeloír Rego. A consulta desses trabalhos possibilitaria, cada qual a seu modo, o acompanhamento da vivência da capoeira no Brasil, e não só no Rio de Janeiro, até o momento contemporâneo.

Como já foi ressaltado, por não constituir objeto de interesse na elaboração desta tese, estão descartadas considerações sobre o que poderia ser denominado como “história da capoeira” no Rio de Janeiro. Essa opção significa, em verdade, o amadurecimento de uma posição fundamental para o desenvolvimento do tema central do presente trabalho. O seu objeto de interesse possui uma amplitude que abrange um momento crucial da vida da capoeira no Rio de Janeiro; ou seja, durante as três primeiras décadas do período republicano. Ao longo desse momento histórico ela resistiu, já sem as grandes “nações” do passado, mas com a “turma da lira” e os cafajestes. Mesmo que servisse a políticos nos embates eleitorais, ela agredia e era temida. Quando a velha arte negra demonstrou, nos anos trinta, que começava a caminhar no sentido do seu “aproveitamento cultural”, como observou Waldeloír Rego⁵⁰, um capítulo distinto da sua história começou a ser escrito. Capítulo que, sem qualquer pretensão purista, principiou por um enquadramento oficial da capoeira. Daí, o desinteresse a seu respeito e, em conseqüência, a indicação de obras caracterizadas por uma abordagem histórica mais ampla.

De retorno à questão levantada pelas sugestões de imposição de regras e de uma disciplina à capoeira, é possível associar essas novidades à condição assumida pelo corpo no pós-escravismo e, paralelamente, a um outro viés da intenção civilizadora que crescia no país desde o final da monarquia.

O fim da escravidão no Brasil significou, entre outros aspectos, a decretação tácita da igualdade do emprego dos corpos para todos aqueles que os empregassem como suporte fundamental da força de trabalho. Quando da vigência do estatuto jurídico do trabalho compulsório, a coação física era um recurso legítimo usado, tanto para exigir trabalho quanto para punir o mau desempenho social do escravo.

Embora não se possa afirmar que a violência física no âmbito do trabalho tenha cessado com a Abolição, não é equivocado afirmar-se que, com ela,

grandes contingentes de trabalhadores passaram a ser vistos como verdadeiras fontes de energia competindo no mercado de trabalho. Em um centro urbano como o Rio de Janeiro, por exemplo, essa competição foi significativa no setor de serviços que, diga-se de passagem, não primava pela utilização de técnicas tão inovadoras. Dessa forma, negros e imigrantes brancos pobres dispunham-se no amplo mercado da força de trabalho como, por exemplo, estivadores e carregadores dos mais variados tipos, dos quais o “burro-sem-rabo” foi um modelo com duração significativa no cotidiano das ruas do Rio de Janeiro.

Nesse quadro histórico, o corpo negro enfrentava o corpo branco no âmbito do esforço físico em desvantagem pelo fato, em particular, de o branco ser apresentado como melhor talhado – forte, trabalhador e ambicioso - para o desempenho das tarefas que o mercado oferecia à grande multidão de desqualificados. Mesmo que se pondere que essa qualificação depreciativa atribuída ao negro era fruto do olhar preconceituoso gerado pela escravidão, não se pode negar que a imagem do negro ficou marcada particularmente pela força física. Isso dependia menos do próprio negro do que da minoria branca que, até então, havia “modelado” uma imagem negra que tinha no corpo a sua essência. Em síntese, essa imagem entendia negro e escravo como elementos indissociáveis. Como a força física era condição fundamental para o exercício do trabalho pelo escravo, ela tornou-se o terceiro elemento de um verdadeiro silogismo que contribuiu para a construção daquela imagem. Nela, o corpo negro era a essência e, ao mesmo tempo, a representação de um ser humano a quem essa mesma imagem negava esta condição. Para ela o negro era o seu corpo, e disso não passava.

No entanto, com o fim da escravidão o negro poderia tentar “modelar” a sua própria imagem:

“Que o corpo porta em si a marca da vida social, expressa-o a preocupação de toda sociedade em fazer imprimir nele, fisicamente, determinadas transformações que escolhe de um repertório cujos limites virtuais não se podem definir. Se considerarmos todas as modelações que sofre, constataremos que o corpo é pouco mais que uma massa de modelagem à qual a sociedade imprime

formas segundo suas próprias disposições: formas nas quais a sociedade projeta a fisionomia do seu próprio espírito.”⁵¹

Ocorria que a marca da vida social imposta ao negro pela escravidão não se limitava àquela de uma “ferramenta falante”. No Rio de Janeiro, em Salvador e no Recife, pelo menos, a capoeira aderira à imagem negra como se fosse uma escarificação impossível de ser retirada. Assim, ao valorizarem a força e a agilidade, além da metodização da capoeira, aquelas propostas defendiam, em verdade, a imposição de uma educação à arte da rasteira e da cabeçada. Educação no sentido da liquidação das mazelas do passado e, a exemplo do sofrido pelo escolar, da imposição de um código de comportamento. Enfim, a questão não se esgotava na pretensão de fazer da capoeira a base de uma educação física; quer dizer, da educação do corpo simplesmente. Ela ia além disso.

Essa pretensão educativa que, no final das contas, acabou não ocorrendo da forma como pretendiam seus pedagogos, ganhou corpo em um momento histórico em que as atividades físicas ordenadas eram defendidas e difundidas no Ocidente. Ao estudar, por exemplo, o surgimento da prática esportiva organizada na França, Yves Lequim observou que a atividade física reduzida, ou nula, por parte de burgueses, burocratas, e, até mesmo, de operários especializados, levou a mentalidade burguesa, a partir da virada do século, a pregar a necessidade da movimentação física ordenada.⁵²

Mas, aquilo que Lequim deixa no ar ao afirmar a “necessidade da movimentação física ordenada”, foi colocado com os pés na terra por Norbert Elias quando da organização, com Eric Dunning, da obra “A busca da excitação”.⁵³ Para Elias, a discussão se dá além da questão da educação física propriamente, situando-a no nível do “desporto”, como figura na tradução portuguesa. Entende ele que os vários tipos de desporto:

“São confrontos que envolvem força física ou proezas de tipo não militar. Para reduzir os danos físicos ao mínimo, existem regras que obrigam os adversários a adotar um determinado tipo de comportamento.”⁵⁴

A partir dessa afirmação, o autor aprofunda a discussão ao longo da qual acentua que a imposição de regras aos desportos “tem a finalidade de manter

essas práticas sob controle”⁵⁵. Logo, Elias afirma que a prática desportiva implica historicamente no desfrute do prazer e do lazer, mas que, na essência, o esporte expressa o avanço do domínio da conduta e da sensibilidade. Em outras palavras, daquilo que ele entende por avanço da civilização:

“O domínio da conduta e da sensibilidade tornou-se mais rigoroso, mais diferenciado e abrangendo tudo, mas, também, mais regular, mais moderado e banindo quer excessos de autopunição quer de autocomplacência. A mudança encontrou a sua expressão num termo novo, lançado por Erasmo de Roterdão e utilizado em muitos outros países como símbolo de um novo refinamento de maneiras, o termo ‘civilidade’, que mais tarde deu origem ao verbo ‘civilizar’.⁵⁶

No caso do Brasil, e em especial da capital federal, as preocupações das autoridades com a conduta de grande parte da população eram justificadas pela interrogação a que o fim da escravidão e a crescente entrada de imigrantes europeus levaram. Não se tratava ainda da ingente necessidade de disciplinar a classe operária, como ocorria em países em que a indústria empregava grande quantidade de pessoas, transformando a face e o dia-a-dia de muitos centros urbanos. Embora o nascente operariado brasileiro já constituísse motivo de preocupação para autoridades e empresários, sem excluir as leis, a própria dinâmica da produção fabril – horários, divisão de tarefas e regras de comportamento interno – já representava um passo no encaminhamento de uma estratégia de controle. Mas, o que dizer daqueles enormes contingentes de desempregados e de trabalhadores de ocasião que enchiam “cortiços”, casas de cômodos que, na visão das autoridades, simplesmente vagabundeavam pelas ruas e praças do Rio de Janeiro?

A aplicação pura e simples da lei penal punindo a vadiagem era o remédio genérico, a panacéia indicada para conter aquele mal que assolava o Rio de Janeiro. Não foram poucos aqueles que, apesar de defenderem a aplicação da lei como um instrumento legítimo, associaram-na à imperfeição do aparelho jurídico e às condições sociais existentes. Evaristo de Moraes foi um deles. Em seu trabalho “Ensaio de patologia social: vagabundagem, alcoolismo, prostituição e lenocínio”, publicado em 1921, Moraes esquadrinha, praticamente, o universo da ociosidade.

À certa altura do seu estudo, quase de forma conclusiva, declara que:

“O estado de vagabundagem, conseqüentemente, só constitui um perigo social, merecedor de repressão, no caso de ficar demonstrado cabalmente, pela instrução criminal, que o acusado é um ocioso válido”.⁵⁷

Ora, ao expressar esse juízo, Evaristo de Moraes já analisara determinadas variáveis da vagabundagem, sem deixar de reconhecer as debilidades e as imperfeições do mecanismo punitivo, desde a polícia até o sistema carcerário, passando pelo aparelho jurídico. Por intermédio da leitura desse trabalho se pode chegar à afirmação de que, para Moraes, a punição à vagabundagem era necessária, mas, quase sempre, ela se dava de forma equívoca, inclusive pela incapacidade policial, ou mesmo dificuldade, em reconhecer as variáveis do próprio delito. Circunstância que não impedia a prisão e a condenação de consideráveis quantidades de pessoas sob a acusação de vagabundagem no Rio de Janeiro durante a Primeira República.

Assim, a questão não estava propriamente na repressão e na punição daquele delito. Em verdade, o que poderia ser indagado, era o que fazer para reduzir o quantitativo de “ociosos válidos”. Foi justamente nesse sentido que se encaminhou a resposta de Moraes, quando ele levanta a hipótese da criação de estabelecimentos correccionais inspirados nas “maisons de travail”, alternativa discutida, segundo ele, no Congresso Penitenciário Internacional, realizado em Paris, no ano de 1895.⁵⁸

Retorna-se então à alternativa da educação como instrumento de correção de comportamentos delituosos. Se as “maisons de travail” poderiam corrigir o indivíduo reconhecidamente vagabundo ao “reeducar-lhe a vontade, estimulando-o para o trabalho”⁵⁹, a normatização da capoeira desempenharia, guardadas as proporções, papel semelhante. O passado ocioso do vagabundo seria superado pela regras e pela disciplina do trabalho; já as regras de competição associadas à lealdade por parte dos contendores, além da metodização dos exercícios de agilidade e força, dariam à capoeira condições para superar o seu passado.

Dessa forma, a depuração dos antigos traços de violência e do seu “mau uso” permitiria que ela “evoluisse”; ou seja, ela “daria um salto de qualidade”, atingindo um patamar superior passando, inclusive, a ser útil na preparação física

e na difusão dos princípios do respeito às leis que vigem a competição, incluindo aí o acatamento do resultado, seja a vitória ou a derrota.

Em síntese, se pode depreender da leitura dessas propostas inovadoras que elas pretendiam, na sua essência, estabelecer um divórcio com o passado. Tempo remoto, que seria para os autores, negro, de riscos e de violência desmedida, e que deveria ser apagado da memória. Ato singular dentro dessa perspectiva inovadora, em verdade com traços evolucionistas, foi a afirmação de Lima Campos ao negar a própria origem negra da capoeira, exaltando-lhe a condição de fruto da fusão entre o negro, o nativo e o branco. Assim, a capoeira seria uma expressão cultural mestiça gerada ao longo de quase quatro séculos:

“Criou-a o espírito inventivo do mestiço, porque a capoeira não é portuguesa nem é negra, é mulata, é cafusa, é mameluca, isto é – é cruzada, é mestiça, tendo-lhe o mestiço anexado, por princípios atávicos e com adaptação inteligente, a navalha do fadista da mouraria lisboeta, alguns movimentos sambados e simiescos do africano e, sobretudo, a agilidade, a levipedez felina e pasmosa do índio nos saltos rápidos, leves e imprevistos para um lado e outro, para vante e, surpreendentemente, como tigrino real, para trás, dando sempre a frente ao inimigo.”⁶⁰

Projetos e sonhos fazem parte do arsenal mental dos homens que os produzem como participantes de uma trama que, por sua vez, diz respeito à realidade dentro da qual vivem. No entanto, a criação de sonhos e projetos é tão parte da realidade quanto tudo aquilo que a inspira, e não mero reflexo dela. Disso resulta que o papel do criador, o intelectual por exemplo, deve ser entendido como o de mediador qualquer que seja a natureza daquilo que ele elabora.⁶¹ Tanto Lima Campos, quanto outros autores, estavam inseridos numa realidade que os impressionava como um momento de mudança, de abertura para novos tempos. Eles, independente, daquilo que defendiam, eram também partes daquela mudança.

Já se observou que entre os sinais de mudança no Ocidente se encontravam uma preocupação maior com os exercícios físicos e a tendência à normatização de práticas tradicionais, transformando-as em desporto que, para o estudioso brasileiro João Lyra Filho, seria “o jogo condicionado socialmente”.⁶² No Brasil, esses sinais de mudança, bem mais brandos, se mostraram desde o final

do século XIX, particularmente com a Abolição e a Proclamação da República, sendo animados com a crescente influência cultural europeia cada vez mais diversificada, refletindo o estreitamento das relações com os grandes centros do Velho Mundo. Seria possível dizer que, a partir de então, a Europa estava mais próxima do Brasil. Proximidade cultural que pode ser avaliada, por sinal, pela introdução do futebol, desporto de origem inglesa, no Rio de Janeiro.⁶³

O mesmo João Lyra Filho chama atenção para a tênue sacudidela que o panorama da recreação e das atividades físicas sofreu a partir do final do século XIX:

“Mas a tenuidade cultural do país, então só tonificada por grupos restritos, não teve condições para estender nossa vida desportiva. Esta só veio a cromatizar-se depois da República, com o fortalecimento dos fatores sociais e culturais. Havia era um recreação popular, com as corridas de cavalo, a patinação e as regatas. Estas foram favorecidas no antigo Distrito Federal, já no tempo do Prefeito Pereira Passos, com a abertura da Avenida Beira-Mar, desde o Passeio Público até a Praia de Botafogo, e a construção, nesta última, do Pavilhão Mourisco, depois demolido em consequência do alargamento e duplicação das vias praieiras de transporte urbano.”⁶⁴

A cromatização da vida desportiva, aludida por Lyra Filho, levaria implicitamente à educação física, então caracterizada como ginástica, desde que ela seria o fundamento necessário para a prática desportiva e, mais ainda, como fator disciplinador. Essa relação entre ginástica e disciplina pode ser reconhecida nas páginas de “O Ateneu” de Raul Pompéia,⁶⁵ que começou a ser publicado em jornais, no ano de 1888, bem ao estilo folhetinesco. Esse autor, republicano e jornalista vibrante, procurou traçar no romance a trajetória de um menino, Sérgio, a partir da sua entrada num internato da capital e, ao mesmo tempo, a sua entrada na puberdade.

No romance, a trama se dá em grande parte dentro de um universo bastante restrito, o próprio colégio, com suas regras e práticas que envolviam e determinavam, muitas vezes de forma perversa, o comportamento dos internos. Dentre os muitos personagens um chama a atenção de saída, logo após a aparição de Aristarco, o diretor. Personagem menor de “O Ateneu”, Bataillard, professor de ginástica, pouco aparece na narrativa, mas o seu desempenho como

componente do campo da autoridade do novo universo, pois professor, é fundamental na leitura do romance. Aos olhos de Sérgio, narrador do romance, Bataillard surge como figura marcante; não propriamente por ele, pouco presente na trama, mas por tudo aquilo que sua dedicação e entusiasmo produziam. Se a figura de Aristarco o amedrontara, Bataillard, ao contrário, o eletrizou:

“Diante das fileiras, Bataillard, o professor de ginástica, exultava, envergando a altivez do seu sucesso na extremada elegância do talhe, multiplicando por milagroso desdobramento o compêndio inteiro da capacidade profissional, exibida em galeria por uma série infinita de atitudes. A admiração hesitava em decidir-se pela formosura masculina e rija da plástica de músculo a estalar o brim do uniforme, que ele trajava branco como os alunos.”⁶⁶

Raul Pompéia vê em Bataillard, pelos olhos do menino, um símbolo de força e disciplina no ocaso do Império. A demonstração pública de ginástica dos alunos expressava uma vitalidade extremamente ordenada, justamente aquilo que o internato não era, pleno de conformismo em conflito com truques e vícios. O primeiro ato de “O Ateneu” é vibrante. Os alunos desfilam e fazem demonstrações como se fossem soldados:

“Depois de longa volta, a quatro de fundo dispuseram-se em pelotões invadiram o gramal e, cadenciados pelo ritmo da banda de colegas, que os esperava no meio do campo, com a certeza de amestrada disciplina, produziram as manobras perfeitas de um exército sob o comando do mais raro instrutor.”⁶⁷

Essa disciplina tão significativa só aparece no início da narrativa. Sua representação parece soar como um desejo do autor que o próprio desenrolar da trama contribui para apagar. Bem adiante, o narrador reconhece que: “O tédio é a grande enfermidade da escola, o tédio corruptor que tanto se pode gerar na monotonia do trabalho como da ociosidade”.⁶⁸

Ao opor a vibração episódica do espetáculo físico à monotonia do cotidiano do internato, Pompéia produziu, não só um exemplo mediador, como também fez de Bataillard um instrumento de disciplina e harmonia, que logo seriam guindadas a um plano destacado das preocupações e discussões de uma sociedade que enfrentava uma encruzilhada que muitos preferiram contornar.

Numa encruzilhada também, como já se viu, encontrava-se a capoeira, principalmente pelo fato de que, pela primeira vez, o traçado do seu destino sofria

um assédio que vinha de “fora dela”. Uma demonstração desse assédio partiu justamente dos agentes que se adiantaram na tentativa de mudar o rumo da capoeira, como foi o caso da Marinha. Note-se que, de parte do Exército, não se pode afirmar a existência de preocupação com a capoeira como instrumento de preparação física, mas sim com a ginástica propriamente dita.⁶⁹

Em 1908, foi noticiado que autoridades da Armada mostravam-se interessadas em submeter a marujada a exercícios físicos regulares, havendo, neste sentido, sugestões para a introdução do jiu-jitsu e também consentimento para a prática da capoeira sob forma desportiva:

“Alexandrino – Quero os meus marinheiros versados em japonesises. Além disso, acho o jiu-jitsu “smart” e “up-to-date”, como exercício de agilidade...

Zé Povo – Respeito a sua opinião mas acima dessas estrangeirices está o nosso exercício da capoeira. Olhe, almirante: há nada que chegue a uma rasteira bem passada, mesmo sem chulipa e sardinha ou grampos no alto da sinagoga? Veja como o japonês degradingola e bate com o costado no tapete! Aí, Juca! Esquenta a marmelada p’rá seu almirante se convencer!...”⁷⁰

Logo surgiram notícias de que a capoeira seria escolhida como base dos tais exercícios de agilidade, e não o jiu-jitsu. Provavelmente por essa razão, a Armada permitiu que marinheiros praticassem capoeira, chegando alguns deles a viajar até o Japão, onde se exibiram sem conseguir repetir o sucesso do “Macaco Velho”:

“ Muitos capoeiras foram ter na Marinha, onde lhes foi permitido continuar com o jogo da capoeiragem, sob forma desportiva. Alguns viajaram em suas unidades navais e se exibiram fora do país, inclusive no Japão, onde não reproduziram o notável êxito de Ciríaco por terem lutado em condições adversas.”⁷¹

Curiosa trajetória cumpriu a capoeira durante a Primeira República. Foi levada pelo consentimento da disciplina militar ao outro lado do mundo, enquanto no seu berço ela sobrevivia dividida. De um lado, se defendia “entrando na política” com as manhas do “povo escovado” e dos cafajestes à sombra da ameaça da lei; do outro, enfrentava a perseguição insistente daqueles que pretendiam transformá-la emasculando-a em nome da civilização. Seria, mal

comparando, como se pretendessem retirar o ferrão de um besouro, ao mesmo tempo em que enfeitavam o seu corpo e as suas asas. Essa pretensão foi avaliada por Gilberto Freyre, em um contexto histórico bem posterior, de uma maneira que dá a entender um certo amargor por uma oportunidade negada à redenção da capoeira no início da república:

“Outro tivesse o sentido da ação policial, e os valores da capoeiragem poderiam ter sido aproveitados, ainda vivos e na plenitude de sua eficiência, pela própria polícia, para torná-la mais apta para algumas das suas intervenções contra desordens; e pelas forças armadas, compostas, então, em grande parte, de gente mestiça e plebéia – que formava o grosso de soldados, marinheiros e fuzileiros – para intervenções contra desordens de maior porte; ou simplesmente para seu adestramento físico de militares.”⁷²

Um traço interessante dessa trajetória da capoeira foi o fato dela ter mantido durante a Primeira República a condição de objeto de interesse por parte de intelectuais, como foi o caso de Coelho Neto. Fundador da Academia Brasileira de Letras, radicado na cidade do Rio de Janeiro, o maranhense Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) foi, além de romancista, cronista, teatrólogo e conferencista.

Escritor prolífico, Coelho Neto, estaria enquadrado no universo da literatura brasileira como “a grande presença literária entre o crepúsculo do Naturalismo e a Semana de 22.”⁷³ , tendo entre os traços da sua produção o então chamado “helenismo”. Essa manifestação intelectual, como o nome indica, primava pela exaltação da cultura grega clássica, que, segundo Brito Broca, ressurgiu no Brasil com as primeiras manifestações do parnasianismo, tendo sido Coelho Neto um dos que dela mais usou e abusou.⁷⁴ Do seu apego ao helenismo, provavelmente o escritor maranhense desenvolveu uma paixão pelo futebol, esporte que, ao mesmo tempo, provocava verdadeira irritação em Lima Barreto, também desafeto intelectual de Coelho Neto⁷⁵. Essa sua paixão pelo futebol foi particularizada na dedicação ao Fluminense Futebol Clube, do qual Coelho Neto escreveu, em 1915, a letra do primeiro hino.⁷⁶

Quando escreveu, em 1922, o artigo “O nosso jogo”, Coelho Neto, manifestava-se como intelectual amante do esporte, defendendo a preservação da

capoeira como manifestação essencialmente brasileira. O acompanhamento passo a passo do seu artigo mostra o desdobramento da sua argumentação exaltando a capoeira como ginástica e luta nacionais:

“A capoeiragem devia ser ensinada em todos os colégios, quartéis e navios, não só porque é excelente ginástica, na qual se desenvolve harmoniosamente todo o corpo e ainda se aprimoram os sentidos, como também porque constitui um meio de defesa individual superior a todos quanto são preconizados pelo estrangeiro e que nós, por tal motivo apenas, não nos envergonhamos de praticar.

Nós, que possuímos os segredos de um dos exercícios mais ágeis e elegantes, vexamo-nos de o exibir e, o que é mais sério é que deixamo-nos esmurçar em rinks por machacazes balordos que, com uma quebra de corpo e um passe baixo, de um “ciscador” dos nossos, iriam mais longe das cordas do que foi Dempsey à repulsa do punho de Firpo.”⁷⁷

Da justificativa da superioridade da capoeira como luta sobre as similares estrangeiras, desde que ele a considera como “o nosso jogo”, termo que dispensa maiores comentários, Coelho Neto passa a deplorar algo do passado da luta brasileira:

“O que matou a capoeiragem entre nós foi a ... navalha. Essa arma, entretanto, sutil e covarde, raramente aparecia na mão de um chefe de malta, de um verdadeiro chefe, que se teria por desonrado se, para derrotar um adversário, se houvesse de servir do ferro.”⁷⁸

Quando o autor afirma que um chefe de malta raramente usava arma, ele emprega um artifício de narrativa em que, para louvar um objeto de análise no presente, é necessário estender igual tratamento ao passado mesmo que para tanto seja necessário falseá-lo. Em seguida, sua narrativa cita vários “moços bonitos”⁷⁹ praticantes da capoeira no passado, enumerando políticos e militares, alguns de prestígio, como, por exemplo, o Juca Paranhos, Barão do Rio Branco, quando jovem.⁸⁰ Mas, como é necessário depurar o passado, sua narrativa ressalta que havia sempre os maus a comprometer a ação dos bons:

“Como os leões são sempre acompanhados de chacais, nas maltas de tais valentes imiscuíam-se assassinos cujo prazer sanguinário consistia em experimentar sardinhas em barrigas do próximo (...)”⁸¹

“O capoeira que se prezava tinha officio ou emprego, vestia com apuro e, se defendia uma causa, como aconteceu com o abolicionismo, não o fazia como mercenário.”⁸²

Mas, sem dúvida, o ponto alto da argumentação do escritor maranhense estava na exaltação das qualidades da capoeira como luta brasileira, não importando qual fosse a qualificação dos seus praticantes. A defesa dessa posição levou um grupo de intelectuais, incluindo o próprio autor de o “O nosso jogo”, a cogitar, em 1910, o envio de uma sugestão à Mesa da Câmara dos Deputados:“(...) tornando obrigatório o ensino de capoeira nos institutos oficiais e nos quartéis. Desistiram, porém, da idéia porque houve quem a achasse ridícula, simplesmente porque tal jogo era... brasileiro.”⁸³

Para Coelho Neto, de qualquer forma, o jogo da capoeira era superior às lutas estrangeiras, apesar do menosprezo que sofria por parte de muitos brasileiros:

“ Viesse-nos ele com rótulo estrangeiro e tê-lo-íamos aqui, impondo importância em todos os clubes esportivos, ensinado por mestres de fama mundial que, talvez não valessem um dos nossos pés rapados de outrora que, em 2 tempos, mandaria um Firpo ou um Dempsey⁸⁴ ver vovó, com alguns dentes de menos e algumas bossas de mais”⁸⁵

Até o final do artigo, Coelho Neto deplora o desprezo que brasileiros devotam à capoeira, segundo ele por ser justamente brasileira. De forma irônica, chega a exaltar a prática do boxe, simulando uma simpatia por este tipo de luta, quando, da sua parte, ocorria justamente o contrário: “Enfim... vamos aprender a dar murros – é esporte elegante, porque a gente o pratica de luvas, rende dólares e chama-se box, nome inglês. Capoeira é coisa de galinha, que o digam os que dele saem com galos empoleirados no alto da sinagoga.”⁸⁶

Ao final, um apelo ao patriotismo:

“ É pena que não haja um brasileiro patriota que leve a capoeiragem a Paris, batizando-a, com outro nome, nas águas do Sena, como fez o Duque⁸⁷ com o maxixe.

Estou certo de que, se o nosso patriotismo lograsse tal vitória até as senhoras haviam de querer fazer letras. E que lindas seriam as escritas! Mas se tal acontecesse, sei lá! Muitas cabeçadas dariam os homens ao verem o jogo gracioso das mulheres.”⁸⁸

Quando se relê o texto de “O nosso jogo”, vem à mente uma indagação: Como seria possível compreender mais amplamente a posição assumida pelo seu autor? Estilos literários à parte, já se sabe dele a postura helenista assumida e, a partir dela, a paixão pelo futebol e, em particular, por um clube de futebol carioca. No entanto, esse mesmo esportista entusiasta não morria de amores pelo boxe que, como o futebol era um esporte de origem inglesa.

Ocorre que Coelho Neto teria uma ojeriza pelo boxe por este ser um esporte de procedência estrangeira, gozar de crescente prestígio em centros urbanos do país e, acima de tudo, contribuir para que a capoeira permanecesse em plano secundário na preferência de muitos brasileiros, enfrentando ainda muita resistência para que pudesse ser alçada a um posto capaz de torná-la reconhecida, pelo menos, como luta de competição. Ora, o futebol era um esporte de origem estrangeira e desfrutava de crescente prestígio no país mas ao contrário do boxe, não ameaçava então qualquer prática esportiva existente no Brasil.

Assim, Coelho Neto ao manifestar paixão pelo futebol e interesse pelo reconhecimento da capoeira como esporte nacional, agia instigado primeiramente pela perspectiva helenista que entendia as práticas física e esportiva como manifestações superiores, pois que reviviam os ideais olímpicos da Grécia clássica. No entanto, se o “o esporte bretão” ingressou no país com regras próprias que deveriam ser seguidas pelas associações e pelos seus praticantes⁸⁹, já a capoeira defendida por Coelho Neto era aquela que, expurgada dos males do passado, deveria ser enquadrada por regras elaboradas no país. Com elas os seus praticantes deveriam torná-la digna e, a partir daí a velha arte poderia ser elevada à posição de luta brasileira.

Nisso, aliás, Coelho Neto não diferia tanto dos antecessores que defendiam uma capoeira transformada, tendo o seu passado comutado, com exceção dos seus movimentos corporais, pois o uso de armas, a formação de “maltas” e as correrias, nem pensar! Lembrança dos “pés rapados” de outrora só no passado, derrotando campeões de boxe na imaginação do escritor. Ao se opor criticamente ao boxe, Coelho Neto acabava por dividir em duas partes a sua própria visão

helenista: para o futebol e a capoeira desejada, ela servia; para o boxe, não. Daí se pode depreender que a discriminação ao esmurramento com regras estrangeiras implicava uma reação também ao que não poderia ser alterado no Brasil, ou fugisse ao controle de instituições específicas.

A par disso, o boxe não proporcionara o surgimento de qualquer herói nacional, que permitisse sua elevação ao Olimpo brasileiro. Os grandes boxeadores de então eram estrangeiros, como Jack Dempsey, por exemplo, que, Coelho Neto imaginava derrotado facilmente por qualquer capoeira que, sonhadoramente, elevaria o novel esporte à condição de mais um símbolo da regeneração física do país. Aliás, a capoeira já tivera em Ciríaco o seu herói por algum tempo.

Quanto ao futebol, é necessário acrescentar que o esporte despertava então grande euforia, pelo fato de a seleção brasileira ter levantado o Campeonato Sul Americano de 1919, ao vencer a uruguaia. E com a vitória surgiu mais um herói brasileiro: o já consagrado atacante Friedenreich, "El Tigre", autor do gol da vitória na partida final. Ciríaco e Friedenreich, um negro e um mulato, mas heróis nacionais.

Afinal, Coelho Neto tinha seus motivos para festejar a capoeira e o futebol. Sua perspectiva helenista entrevia neles a materialização dos sonhos que acalentava, ansiando por poder comprovar as possibilidades de os esportes e os exercícios físicos transformarem o país; posição que acompanhava certas mudanças de comportamento em voga nos principais centros urbanos do país:

“Desde o fim da Grande Guerra as tendências de moda são para roupas leves e ‘desportivas’, caindo com naturalidade, sem cintos ou constrictões, de maneira a ressaltar as formas da anatomia e a textura da pele. Nesse contexto o esporte, e tudo o que traga as suas conotações, se torna de fato um dos códigos mais expressivos para estabelecer os signos da distinção social. Ele surgiu e se impôs como um ritual elitista, revestido dos valores aristocráticos do ócio, do adestramento militar e do *sportsmanship* (cavalheirismo, imparcialidade e lealdade).”⁹⁰

Conservador em termos políticos, defensor do aperfeiçoamento do corpo e da disciplina e do cavalheirismo proporcionados pelo esporte, Coelho Neto trilhava um caminho que outro intelectual, Olavo Bilac, também conservador, percorria há

algum tempo. Jornalista e poeta consagrado, boêmio das “rodas chics” do Rio de Janeiro, Bilac também ganhou notoriedade por sua posição em defesa de ações renovadoras desde a “Regeneração” de Pereira Passos, sempre cuidadoso com relação às manifestações culturais populares. Talvez, tenha sido a campanha em favor do serviço militar obrigatório o que lhe proporcionou maior projeção independente da sua obra literária.⁹¹ Coelho Neto e Olavo Bilac tinham algo em comum, além do empenho na defesa do que entendiam como ingrediente necessário para a transformação da sociedade brasileira. Ambos representavam, cada qual a seu modo, um viés singular e particularmente estreito do ufanismo que marcara uma corrente de pensamento no Brasil do início do século.⁹²

Intelectual helenista, esportista, conservador e ufanista, Coelho Neto entendeu a capoeira como o “nosso jogo”, e com isso contribuiu para que ela ganhasse uma outra vida ao lado daquela alimentada pelo “povo escovado” e pelos cafajestes no Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO:

A leitura do Relatório do Ministro da Justiça, Carlos Maximiano Pereira dos Santos, relativo ao ano de 1916, indica, à primeira vista, a conquista de feito memorável pela polícia da capital federal no tocante às eleições:

“Nas eleições de 30 de janeiro, na capital da República, o Governo conseguiu que não se reproduzissem as desordens e assassinatos usuais em semelhantes pleitos.

A polícia, pela primeira vez, no último quarto de século, impediu as violências dos capangas eleitorais. Apenas a fraude continuou a campear, embora pacífica. Só ao Congresso compete extirpá-la, e o meio é tornar improfícua a dispendiosa tramóia, anulando sistematicamente as eleições viciosas”⁹³

Embora as observações do ministro possam ser consideradas como frutos de um otimismo passageiro, o próprio caráter de prestação de contas do documento recomenda certa prudência no seu julgamento. De saída, o reconhecimento de que foi a primeira vez, “em um quarto de século”, que a polícia conseguiu impedir a violência dos capangas eleitorais, tanto pode ser uma

declaração de uma vitória retumbante quanto da interrupção de uma seqüência de fracassos no cumprimento dos deveres de uma instituição. Afinal, a própria autoridade assinala que desordens e assassinatos deixaram de ser reproduzidos. Ou seja, ambos constituíam incidentes já incorporados à rotina eleitoral na capital federal.

A crer-se como fidedigna a informação do ministro, tem-se como certa a ocorrência de um avanço das autoridades na luta contra a violência por ocasião das eleições. Isto é, da violência física, pois a fraude, segundo o próprio ministro, continuava e a sua eliminação era um problema do Congresso. Note-se que o predomínio da violência, da fraude e da corrupção eleitorais não passou em branco no âmbito das discussões políticas durante a Primeira República. Em 1910, por exemplo, o deputado Graccho Cardoso apresentou um projeto, sem sucesso, que pretendia reduzir as fraudes nas atas eleitorais:

“O deputado Graccho Cardoso vai apresentar à Câmara o seguinte projeto de lei: Considerando que as atas eleitorais quando manuscritas apresentam desigualdades inestéticas entre as assinaturas de uma mesmo eleitor e que isso pode demonstrar fraudes vergonhosas embora úteis à nacionalidade do regime, o Congresso Nacional decreta e o Presidente sanciona:

Art.1º - O cidadão encarregado de manipular as atas eleitorais é obrigado a escrevê-las à máquina.

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.”⁹⁴

Durante a Campanha Civilista, Rui Barbosa incluiu o voto secreto como tema na sua plataforma eleitoral para a presidência, afirmando que: “(...) estabelecido o recato impenetrável da cédula eleitoral, teremos escoimado a eleição das suas grandes chagas: a intimidação e o suborno.”⁹⁵ No mesmo sentido, mas já com o aval da condição de representante do poder, o Presidente Wenceslau Braz conseguiu aprovar o Poder Judiciário como principal executor da legislação eleitoral.⁹⁶

Do exposto, se pode depreender que os conflitos políticos ocorridos durante a Primeira República geraram, entre outros efeitos, o esforço moralizante por parte de diferentes contendores; o que não significa que a luta pelo poder tenha extravasado os limites do campo oligárquico. No que diz respeito aos cafajestes seria temerário afirmar que esses esforços tenham contribuído efetivamente para

reduzir-lhes a oferta de prestação de serviços eleitorais. E mesmo que isso possa ter ocorrido a médio prazo, a “colocação” nos quadros do funcionalismo público, em particular na polícia, permanecia como um alternativa valorizada. A esse respeito, basta recordar as alusões feitas aos “secretas” durante a Conferência Judiciário-Policial de 1917, e citadas em capítulo anterior.

O que importa, ao final de contas, é reconhecer o papel que os cafajestes e o “povo escovado” desempenharam como agentes de preservação da capoeira. Durante um período histórico marcado pela conjunção de diferentes fatores, que iam do emprego político-eleitoral dos cafajestes até discussões e experiências disciplinadoras da capoeira, foram eles - os cafajestes - aqueles que mantiveram exposta e viva a velha arte negra da rasteira e da cabeçada. Se a capoeira que praticavam era distinta daquela anterior à repressão desfechada pelo governo provisório da república, um mínimo da sua essência foi preservado. Nesse caso, entende-se por essência todo um comportamento caracterizado nos trajés, no linguajar próprio, no gestual e na disposição e habilidade no emprego de golpes e manhas tradicionais, como o “rabo-de-arraia”, a “lâmparina” e a “cocada”, entre outros.

Não mais existiam as “maltas” e as duas grandes “nações” que infernizaram o cotidiano do Rio de Janeiro da monarquia com suas correrias, além de exhibições à frente de desfiles militares, por exemplo. Mas, nem por isso, deixaria de haver ocasiões para o emprego dos golpes e manhas da capoeira. Pode ser afirmado, que essas ocasiões não ficariam restritas aos momentos de exercício da “soberania nacional”. O próprio desdobramento do cotidiano das ruas da cidade, com o trivial e o inusitado caminhando lado a lado, daria oportunidade para que cafajestes e componentes do “povo escovado” entrassem, aqui e ali, com o “seu jogo”.

Um dos objetivos do trabalho que aqui se encerra, foi justamente demonstrar que com Sampaio Ferraz a capoeira “perdeu uma batalha, mas não a guerra”. A sua capacidade de reorganização em moldes distintos das “maltas” e “nações”, teve na “turma da lira” e na intensificação da ação dos cafajestes suas expressões mais claras. Mesmo que a “turma da lira” tenha representado uma

forma singular de organização negra no Rio de Janeiro, não se pode negar que ela tenha possibilitado durante algum tempo a preservação de um mínimo de aglutinação por parte de capoeiras. Ela não constituiu um grupo articulado como os anteriores ao Código Penal de 1890 e a Sampaio Ferraz, organizados em torno de compromissos políticos e da solidariedade própria de diferentes freguesias da cidade e dos seus “cantos”.

Como já foi notado, talvez tenha sido Raul Pederneiras quem melhor definiu a “turma da lira”, denominando-a “grupo de capoeiras serenatistas”. Mesmo que se pondere quanto à natureza cômica que o autor, renomado caricaturista, atribuiu à “turma da lira”, seria difícil negar que este grupo demonstrou possuir capacidade para trabalhar em favor da sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro durante a Primeira República. No caso, sobrevivência não significa apenas o ato de escapar ou de resistir às pressões; mais do que isto, a atitude dos cafajestes e da “turma da lira”, enfim do “povo escovado”, demonstrou a possibilidade de um verdadeiro acordo tácito entre membros da população de baixa renda e parcelas das classes dominantes na capital federal. Como não se tratava de um acordo entre pares, o peso do poder pairava permanentemente sobre as cabeças daqueles que se dispunham a servi-lo. A esse respeito, pode ser lembrado que a proteção dada a cafajestes, incluindo a “colocação” no serviço público, poderia ser retirada pelo “patrão” de acordo com a circunstância.

Mas, foi justamente a capacidade de o “povo escovado” conseguir sobreviver em uma condição fronteiriça o fator fundamental para que a capoeira também sobrevivesse como lhe foi permitido. Esta permissão, tão tácita quanto o acordo que a sustentou, custou um preço, cobrado, em particular, aos cafajestes: colocar-se a serviço de representantes das classes dominantes. Um outro objetivo do presente trabalho é demonstrar essa situação vivida pela capoeira durante a Primeira República.

Se os cafajestes sobreviveram em uma condição fronteiriça, o mesmo se deu com a capoeira. Sua sobrevivência não resultou apenas da “entrada na política” por parte dos cafajestes, nem da sua prática por parcelas do “povo escovado”. Fronteiriça também foi a condição assumida pela capoeira, já

criminalizada, a partir do momento em que um discurso intelectual, construído desde o início do século XX, defendeu-a como possível fundamento de uma ginástica brasileira, e mesmo como luta nacional. Assim, a arte da rasteira e da cabeçada passou a ser exaltada, desde que depurada basicamente da sua agressividade e seu desregramento, características que muitos entendiam como próprias de um passado negro.

Independente do empenho de intelectuais e de militares no sentido de enquadrar a capoeira como atividade física “civilizada”, portanto disciplinadora, e como luta nacional, a prática da capoeira pelos cafajestes e pelo “povo escovado” caminhava no sentido da sua sobrevivência pura e simples. Enquanto isso, a outra capoeira, aquela desejada como ginástica e luta nacionais, trilhava outro caminho: o do esforço para a civilizá-la dentro do universo ainda mal definido da identidade nacional.

NOTAS:

¹ - Consultar a respeito: DIAS, Luiz Sergio. op.cit.

² - “Os capoeiras”. O Malho. Rio de Janeiro: (11), 29 de novembro de 1902.

³ - “O apache gosta de estar bem-arrumado, sem ser burguês: boné de aba, baixo, redondo ou enfunado, jaqueta curta e acinturada, calça com boca larga, lenço de cores vivas, botinhas de bico fino e botões dourados. Esse filho do povo, que conheceu a rudeza do sapato com sola de madeira, dá muita importância ao modo de se calçar.” PERROT, Michelle. Os excluídos da História. (2ª ed., 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra . p. 319-320.

⁴ - Consultar a respeito: SOARES, Carlos Eugenio Líbano. op. cit.

⁵ - Evolução da composição étnica da cidade do Rio de Janeiro: dados percentuais

	1872	1890	1940
Branços	55,21	62,71	71,10
Negros	24,13	12,34	11,31
Pardos	20,66	24,94	17,50
Amarelos	-----	-----	0,09

(PINTO, L. A. da Costa- O negro no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional.(Coleção Brasileira), vol. 276, 1953. p. 49.

⁶ - “No caso de João Abalá, freqüentavam as tias baianas que eram os grandes esteios da comunidade negra, responsáveis pela nova geração que nascia carioca, pelas frentes do trabalho comunal, pela religião, rainhas negras de um Rio de Janeiro chamado por Heitor dos Prazeres de “Pequena África”, que se estendia da zona do cais do porto até a Cidade Nova, tendo como capital a Praça Onze.” MOURA, Roberto . Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. (2ª ed., 1995). Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do RJ/Secretaria Municipal de Cultura. p.93.

⁷ - PINTO, L.A da Costa. op.cit.. p.112.

⁸ - Idem, ibidem.

⁹ - MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988.

¹⁰ - SODRÉ, Muniz . O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

¹¹ - Idem. p.73.

¹² - “ (...) porque se o afro-brasileiro pode manter traços de sua personalidade africana, foi porque esta personalidade foi moldada por um meio cultural africano; as atitudes afetivas, as formas de mentalidade, as categorias do pensamento são produtos da educação (...)”. BASTIDE, Roger. (3ª ed., 1989). As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. p.231.

¹³ - Idem. p.225.

-
- ¹⁴ - MOURA, Roberto. op.cit. p.43.
- ¹⁵ - “ Outro não foi, aliás, o destino das sociedades abolicionistas que proliferaram por todo o país, embora nenhuma delas tivesse logrado sobreviver à consecução daquele magno objetivo, de maneira a criar uma reputação sequer nacional. Viveram como crisálidas e morreram todas quando foi decretada a libertação dos escravos.” PINTO, L.A. da Costa. op. cit. p.235.
- ¹⁶ - Idem. p.237.
- ¹⁷ - ROCHA, Agenor Miranda. Candomblés antigos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade/Topbooks, 1994.
- ¹⁸ - Idem. p.32-33.
- ¹⁹ - MOURA, Clóvis. op.cit. p. 116.
- ²⁰ - RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. (4ª ed., 1976). São Paulo: Cia. Editora Nacional. (Coleção Brasileira). vol. 9, p. 238-252
- ²¹ - MAGGIE, Yvone. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- ²² - MOURA, Clóvis. op.cit.. p. 116-117.
- ²³ - NEDER, Gizlene. op.cit. p. 88-94.
- ²⁴ - BASTIDE, Roger. op.cit. p.236.
- ²⁵ - BARRETO, Paulo (João do Rio). As religiões do Rio. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951. p.35.
- ²⁶ Idem. p. 36.
- ²⁷ - “Consultar a respeito: CÂNDIDO, Antônio. Teresina etc. Rio de Janeiro: Paz & Terra, p. 83-94.
- ²⁸ - Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal ao Ministro da Justiça. Março/1904. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. p. 34-35.
- ²⁹ - “Os apuros do Lulu”. O Malho. Rio de Janeiro: (153), 19 de agosto de 1905.
- ³⁰ - “ Na tasca do Ingá”. O Malho. Rio de Janeiro: (400), 14 de maio de 1910.
- ³¹ - Embora os relatórios oficiais – do Ministro da Justiça ou dos Chefes de Polícia do DF – fossem irregulares quanto à publicação de estatísticas de detenções e penas aplicadas à prática da capoeiragem , os dados disponíveis entre 1890 e 1916 mostram que a quantidade de presos e condenados como incurso no artigo 402 do Código Penal era muito pequena, particularmente se comparada àquela alcançada sob a acusação da vadiagem ou vagabundagem.
- ³² PIXINGUINHA, JOÃO DA BAIANA, DONGA. Vozes desassombradas do Museu. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação e Cultura/Museu da Imagem e do Som, 1970. p. 52-53.
- ³³ - CARNEIRO, Edison. A sabedoria popular. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957. p. 91.
- ³⁴ -Idem. p. 93.
- ³⁵ - Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil.1890. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, código 80-I-17 A (sem numeração de página).

³⁶ - CAMPOS, Lima. op.cit.

³⁷ - “O que a sabe e a executa em uma emergência qualquer, pode, se desejar tratar com magnanimidade o adversário que desconheça o jogo, poupá-lo da mais insignificante contusão, sem que se deixe atingir, entretanto, por um só golpe”. Idem, ibidem.

³⁸ - Idem, ibidem.

³⁹ - Consultar a respeito: BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical . Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Biblioteca Carioca, 1990. p. 204-234.

⁴⁰ - BROCA, Brito. A vida literária no Brasil-1900. (3ª ed., 1975). Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, (Coleção Documentos Brasileiros), vol. 108. p. 5.

⁴¹ - O conceito de opinião pública empregado está de acordo com Habermas: “ *Opinion* no sentido de uma concepção incerta, que primeiro teria de passar pelo teste da verdade, liga-se a *opinion* no sentido de um modo de ver da multidão, questionável no cerne. Nisso, a palavra carrega tão fortemente o tom significacional de opinião coletiva que se tornam dispensáveis, como pleonasmos, todos os atributos que apontam para o seu caráter social.” HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.110-111.

⁴² -Idem. pág.110.

⁴³ - Guia da capoeira ou ginástica brasileira, oferecido à distinta mocidade. Rio de Janeiro: Livraria Nacional, 1907.

⁴⁴ - “ Em 1907, aparece um opúsculo intitulado o “Guia da capoeira ou ginástica brasileira”, cujo autor se oculta sob as iniciais ODC; segundo informações que nos foram fornecidas por Agenor Sampaio (Sinhozinho), um dos mais valentes do seu tempo, trata-se de um oficial do Exército que julgou prudente não revelar o nome por preconceitos que então existiam contra a capoeiragem.”. MARINHO, Inezil Pena. Subsídios para o estudo da metodologia do treinamento da capoeiragem. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940. p.29.

⁴⁵ - Idem. p. 31-32.

⁴⁶ - Idem .p.32.

⁴⁷ - Idem. p.33.

⁴⁸ - CAPOEIRA, Nestor. Capoeira. Os fundamentos da malícia. (3ª ed.,1997).Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 85-88.

⁴⁹ - VIDOR, Letícia de Sousa Reis. O mundo de pernas para o ar. A capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 1997. p. 97-111.

⁵⁰ - “Agora, a capoeira passa a tomar outro rumo, marcha para o seu aproveitamento cultural e em consequência disso começa a decrescer a pressão sobre ela. Mestre Bimba (Manuel dos Reis Machado) é o grande pioneiro, é com ele que a capoeira é oficializada pelo governo, como instrumento de educação física,

conseguindo em 1937 certificado da então Secretaria de Educação, para a sua academia.”REGO,Waldeloir.op.cit. 315.

⁵¹ - RODRIGUES, José Carlos . Tabu do corpo. (3ª ed., 1983). Rio de Janeiro: Achiamé. p. 62.

⁵² - “ Para os habitantes da cidade, com as atividades corporais reduzidas no trabalho, ou por vezes nulas (comerciantes, burocratas) ou mecanizadas (a maior parte dos operários de fábrica), a necessidade de movimentação física era fundamental, algo mais do que a dança e jogos de entretenimento.” LEQUIM, Yves. “Les citadins et leur vie quotidienne”. In DUBY, George (org.). Histoire de la vie urbaine, Paris: Seuil, vol.4, 1983. p.441.

⁵³ - ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

⁵⁴ - Idem. p.39.

⁵⁵ - Idem. p.40.

⁵⁶ -Idem. p.41.

⁵⁷ - MORAIS, Evaristo de. Ensaio de patologia social: vagabundagem, alcoolismo, prostituição e lenocínio. Rio de Janeiro: Grande Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921. p. 50.

⁵⁸ - Idem. p. 33-34.

⁵⁹ - Idem. p. 31.

⁶⁰ - CAMPOS, Lima. op.cit.

⁶¹ - O conceito de “mediação” está fundamentado no capítulo “Do reflexo à mediação”, da obra de Raymond Willians, Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, págs.98-102. Nele, o autor faz sérias críticas a procedimentos materialistas vulgares no tocante a criação literária. Para Willians: “A mediação está no objeto em si, não em alguma coisa entre o objeto e aquilo a que é levado. Assim, a mediação é um processo positivo na realidade social, e não um processo a ela acrescentado como projeção, disfarce ou interpretação.”. op.cit. p. 101-102

⁶² - LYRA Fº, João. Introdução à sociologia dos desportos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora Bloch, 1973. P. 184.

⁶³ - Consultar a respeito: HERSCHMANN, Micael & LERNER, Kátia. Lance de sorte. O futebol e o jogo do bicho na Belle Époque. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

⁶⁴ - LYRA Fº, João. op.cit. p. 216-217.

⁶⁵ - POMPÉIA, Raul. O Ateneu. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

⁶⁶ - Idem p.13.

⁶⁷ - Idem, ibidem.

-
- ⁶⁸ - Idem. p. 31.
- ⁶⁹ - Consultar a respeito: CASTRO, Celso. “In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil”. Antropolítica. Niterói: (2), 1º semestre/1997, p.61-78.
- ⁷⁰ - “Demonstração prática”. O Malho. Rio de Janeiro: (291), 11 de abril de 1908.
- ⁷¹ - MARINHO, Inezil Pena. op.cit. p.29.
- ⁷² - FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. (3ª ed., 1º tomo, 1974). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/MEC. p. 311.
- ⁷³ - BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. (3ª ed.,1997). São Paulo: Editora Cultrix., p.223.
- ⁷⁴ - BROCA, Brito. op.cit. p. 102.
- ⁷⁵ - Lima Barreto não poupou críticas ao helenismo e a Coelho Neto. Com relação ao autor de “Bazar”, Lima Barreto considerava-o “ (...) o sujeito mais nefasto que tem aparecido em nosso meio intelectual. Sem visão da nossa vida, sem simpatia por ela, sem vigor de estudos, sem um critério filosófico ou social seguro, o sr. Neto transformou toda a arte de escrever em pura *chinoiserie* de estilo e fraseado.”. Revista Contemporânea. Rio de Janeiro: 15de fevereiro de 1919, citado por BARBOSA, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, (Coleção Documentos Brasileiros), vol. 70, 1952. p.237.
- ⁷⁶ - MATTOS, Cláudia. Cem anos de paixão. Uma mitologia carioca no futebol. Rio de Janeiro, Rocco: 1997. p. 54.
- ⁷⁷ - COELHO NETO, Henrique. Bazar. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmãos, 1928. p. 134.
- ⁷⁸ Idem. p. 134-135.
- ⁷⁹ - O termo era empregado para designar praticantes da capoeira que procedessem de classes sociais mais elevadas, ao contrário do que era corrente dado o predomínio de capoeiras oriundos das classes sociais subalternas.
- ⁸⁰ - COELHO NETO, Henrique. op.cit., p. 136.
- ⁸¹ - Idem. p. 137.
- ⁸² - Idem. p. 138.
- ⁸³ - Idem. p. 139.
- ⁸⁴ - “As referências à luta de boxe entre o norte-americano Jack Dempsey, campeão mundial em 1921, e o argentino Angel Firpo, indicam uma rejeição de Coelho Neto àquela prática esportiva, e não uma exaltação, como pode aparentar à primeira vista. No artigo “Murraça”, constante da mesma obra, Coelho Neto critica o boxe e sua difusão no Brasil. Consultar a respeito: COELHO NETO, Henrique. op.cit. p. 109-115.
- ⁸⁵ -Idem. p. 139-140.
- ⁸⁶ - Idem. p.140.
- ⁸⁷ - Duque era o apelido de Antônio Lopes de Amorim Dinis, ator e dançarino famoso, que excursionou pelo exterior, inclusive pela França, difundido o maxixe, dança popular brasileira, nas décadas de 10 e 20.
- ⁸⁸ - COELHO NETO, Henrique. op.cit. p.140.

⁸⁹ - Pouco depois da introdução do futebol no Brasil, foi criada, em 1904, a FIFA (Federação Internacional de Football Association) que tem, até hoje, o controle da organização e das regras do esporte no mundo.

⁹⁰ - SEVCENKO, Nicolau .“A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio” in SEVECENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, vol.3, 1998. p. 575.

⁹¹ - “Um personagem decisivo na configuração dessa nova ética do corpo e da ação foi o poeta Olavo Bilac. Ele foi um dos principais arautos e grande incentivador da reforma urbana e do espírito estético-higienista da Regeneração, defendendo-a e ao prefeito com acalorado entusiasmo nos principais jornais e revistas do Rio. Em seguida se tornou propagandista e fã ardoroso das práticas e competições desportivas. Na conjuntura da Grande Guerra fundou a Liga da Defesa Nacional e se lançou em campanha obstinada pela criação do serviço militar obrigatório para todos os jovens de dezoito anos.” SEVCENKO, Nicolau. op.cit., p. 576.

⁹² - Consultar a respeito: MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. São Paulo: Cultrix/EDUSP, volume V (1897-1914), 1978. p. 147-167.

⁹³ - Relatório do Ministro da Justiça. 1916. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916, p. XXX-XXXI (Introdução).

⁹⁴ - A Careta. Rio de Janeiro: ano III, (109), 2 de julho de 1910.(sem numeração de página).

⁹⁵ - TELAROLLI, Rodolpho. op.cit., p. 68.

⁹⁶ - PORTO, Walter. op.cit. p. 174.,

1 – FONTES:

1.1. Publicações Oficiais:

Anais da Conferência Judiciário-Policial de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil.1890. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Relatório do Ministro da Justiça de 1901. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Relatório do Ministro da Justiça de 1904. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

1.2. Periódicos:

A Careta. 1910.

O Jacobino. 02 nov.1895.

Kosmos. 1906.

O Malho. 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1912, 1913.

Revista Ilustrada. 1888.

1.3. Livros e artigos:

ABREU, Plácido de. Os capoeiras. Rio de Janeiro: Tipografia de Serafim Alves de Brito,1886.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. Dicionário de vocábulos brasileiros. (2ª ed., 1956). Salvador: Livraria Progresso Editora.

BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

_____. Clara dos Anjos. Rio de Janeiro: Klick Editora, s/d.

_____. Um longo sonho do futuro. Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. (2ª ed., 1998). Rio de Janeiro: Graphia.

_____. Numa e a Ninfa. Rio de Janeiro: Garnier, 1989.

BESSA, Alberto. A gíria portuguesa. Esboço de um dicionário de calão. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho Editor, 1901.

CABRAL, Albino. Notas cariocas: coleção de modinhas, lundus, recitativos, monólogos etc. Rio de Janeiro: Martins & Cia. Editores, 1900.

CARVALHO, Elysio de. A luta técnica contra o crime. Rio de Janeiro: s/ed., s/d.

_____. A polícia carioca e a criminalidade contemporânea. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

COELHO NETO, Henrique. Bazar. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão Editores, 1928.

FERRAZ, Mário de Sampaio. Subsídios para a biografia de Sampaio Ferraz. São Paulo, s/ed, 1952.

LIMA, Campos. "A capoeira". Kosmos. Rio de Janeiro: (3), 1906.

MORAIS, Evaristo de. Ensaio de patologia social: vagabundagem, alcoolismo, prostituição e lenocínio. Rio de Janeiro: Grande Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. (4ª ed.,1977).Petrópolis, Vozes.

NASCENTES, Antenor. O linguajar carioca. (2ªed.,1953).Rio de Janeiro: Organizações Simões.

NAVA, Pedro. Balão Cativo/Memórias. (3ª ed., 1977). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

NEVES, Eduardo das. O trovador da malandragem. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1926.

ODC. Guia da capoeira ou ginástica brasileira oferecido por ODC à distinta mocidade. Rio de Janeiro: Livraria Nacional, 1907.

PEDERNEIRAS, Raul. Geringonça carioca. Verbetes para um dicionário de gíria. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1922.

POMPÉIA, Raul. O Ateneu. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

_____. Obras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Oficina Literária Afrânio Peixoto, 10 vols. 1982.

REZENDE, Astolpho de. Relatórios Policiais: 1907-1910. Rio de Janeiro: Casa Valelle, 1925.

RIO, João do (Paulo Barreto). A alma encantadora das ruas. Rio de Janeiro: Garnier, 1908.

_____. As religiões do Rio. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1951.

ROMERO, Sílvio. Obra Filosófica. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros (139), 1969.

SANTOS, José Maria dos. A política geral do Brasil. São Paulo: J.Magalhães, 1930.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense, 1922.

SILVA, J. Crisóstomo. Lirismo de um capadócio. São Paulo: Tipografia e Livraria Paulicéia, 1921.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Maurício de. Evolução urbana do Rio de Janeiro. (2ª ed.,1988). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ALBERTI, Verena. O riso e o risível na história do pensamento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ALENCAR, Edigar. O Carnaval através da música. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 2 vols., 1965.

ALMEIDA, Renato de. A influência africana no português do Brasil. (4ª ed., 1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ALVES, Paulo. "A república e a construção da ordem". História, São Paulo: (número especial), p. 1-23,1989.

ANDRADE, Mário de. Pequena história da música. (4ª ed.,1965). São Paulo: Martins.

ARENDRT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BANDEIRA, Manuel & ANDRADE, Carlos Drummond de. Rio de Janeiro em prosa & verso. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

BARBOSA, Francisco de Assis Lima. A vida de Lima Barreto. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros (70), 1952.

BARBOSA, Orestes. Bambambã. Rio de Janeiro, Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

BARBOSA, Wilson do Nascimento & SANTOS, Joel Rufino dos. Atrás do muro da noite. Brasília: MinC/Fundação Cultural Palmares, 1994.

BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. (3ª ed).1989, São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

- BATKHIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. Brasília/São Paulo: EdunB/Hucitec, 1993.
- BAUDELAIRE, Charles. Honoré Daumier.Caricaturas. Porto Alegre: Edições Paraula, 1996.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/Biblioteca Carioca, 1990.
- BENJAMIN, Walter. Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Norberto (org.). Dicionário de política. (5ª ed., 1993). Brasília: EdunB, 2 vols.
- BORORÓ, Alberto de Castro Simoens da Silva. Gente da madrugada. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1982.
- BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. (3ª ed.,1997). São Paulo: Editora Cultrix.
- .BRÊTAS, Marcos. A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.
- _____. Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BROCA, Brito. A vida literária no Brasil-1900. (3ªed.,1975). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. Coleção Documentos Brasileiros (108).
- BROOKSHAW, David. Raça e cor na literatura brasileira. Porto Alegre: Livraria Mercado Aberto, 1983.
- BURKE, Peter. A cultura popular na Europa Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BURKE, Peter & PORTER, Roy. Linguagem, indivíduo e sociedade. São Paulo, Editora UNESP, 1993.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CÂNDIDO, Antônio. O discurso e a cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1993.
- _____. Teresina etc. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAPOEIRA, Nestor. Capoeira. Os fundamentos da malícia. (3ª ed.,1997). Rio de Janeiro: Record.

CARNEIRO, Edison. A sabedoria popular. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

_____. Os candomblés da Bahia. (3ª ed.,1961). Rio de Janeiro: Conquista.

_____. Ladinos e crioulos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. A formação das almas. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. "In *corpore sano*: os militares e a introdução da educação física no Brasil. Antropolítica. Niterói: (2), p.61-78, 1º semestre.1997.

CERTEAU, Michel de. L'invention du quotidien. 1. arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da "belle époque". São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. A cidade febril. Cortiços e epidemias na cidade imperial. São Paulo: Companhia das Letras,1996.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. "Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico". Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol.8, (16), p. 179-192. 1995.

CONDE, Oscar. Diccionario Etimológico del Lunfardo. Buenos Aires: Perfil Libros, 1998.

CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: USP, tese doutoramento, 1983 (mimeo).

COSTA, João Cruz. Contribuição para a história das idéias no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

DAMÁZIO, Sylvia F. Da elite ao povo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1996.

DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.

DIAS, Luiz Sergio. Quem tem medo da capoeira. 1890-1904. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese mestrado, 1994 (mimeo).

DUBY, George (org.). Histoire de la vie urbaine. Paris, Seuil, 4 vols., 1983.

EDMUNDO, Luis. O Rio de Janeiro do meu tempo. (2ª ed., 1957). Rio de Janeiro: Conquista, 5 volumes.

EFEGÊ, Jota (João Ferreira Gomes). Figuras e coisas da música popular brasileira. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 2 vols., 1978.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. A busca da excitação, Lisboa: Difel, 1992.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. (10ª ed., 1995). Rio de Janeiro: Editora Globo, 2 vols.

FARELLI, Maria Helena. Zé Pelintra. O rei da malandragem. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.

FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: Difel, 1977.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. (3ª ed., 1978). São Paulo: Ática, 2 volumes.

FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRAGA, Antônio. Desabrigo. (3ª ed., 1999). Rio de Janeiro: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/ Biblioteca Carioca.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. (25ª ed., 1987). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

_____. Ordem e Progresso. (3ª ed., 1974). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2 volumes.

- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOBELLO, Jose. Nuevo Dicionario Lunfardo. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 1999.
- GOLDMAN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vértice/UFRJ, 1988.
- GOTO, Roberto. A malandragem revisitada. Campinas: Fontes, 1990.
- GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GRUNEWALD, José Lino. Carlos Gardel: lunfardo e tango. (2ª ed.,1994). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural na esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HÄHNER, June E. Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil-1870/1920. Brasília: EdunB, 1993.
- HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HERSCHMANN, Micael & LERNER, Kátia. Lance de sorte. O futebol e o jogo do bicho na belle époque carioca. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- HOBBSBAWN, Eric J. & RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KUSHNIR, Beatriz. Baile de máscaras. Mulheres judias e a prostituição. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.
- LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. (2ª ed., 1975). São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- LEITE, Maria Helena Telaroli de Almeida. Chapéus de palha, panamás, plumas e cartolas: caricatura na literatura paulista (1900-1902) São Paulo, UNESP, 1996.
- LIMA, Herman. História da caricatura no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 4 volumes, 1963.
- LIMA, Roberto Kant de. A polícia da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca da PM, 1994.
- LOPES, Nei. Dicionário Banto do Brasil. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/Centro Cultural José Bonifácio, s/d.
- LUSTOSA, Isabel. História de presidentes: a República no Catete. Petrópolis: Vozes, 1989.
- LYRA Filho, João. Introdução à sociologia dos desportos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Bloch Editores, 1973.
- MACHADO Filho. Aires da Matta. O negro e o garimpo em Minas Gerais. (2ª ed., 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAGGIE, Yvone. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MALAMUD, Samuel. Recordando a Praça Onze. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1988.
- MARINHO, Inezil Pena. Subsídios para a história da capoeiragem no Brasil. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- MARTINS, Wilson. História da inteligência no Brasil. São Paulo: Cultrix, 5 volumes, 1978.
- MARX, Karl. Marx. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATOS, Cláudia Neiva de. Acertei no milhar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATOS, Cláudia. Cem anos de paixão. Uma mitologia carioca no futebol. RJ, Rocco, 1997.

MATTA, Roberto da. Carnaval, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MISSE, Michel. “Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Rio de Janeiro” Violência e participação política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos, (91), agosto, 1995.

MORALES DE LOS RIOS Filho, Adolfo – “O Rio de Janeiro da República”. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: vol. 276, p. 139-164, julho/setembro, 1967.

_____. “O Rio de Janeiro da Primeira República” Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: vol. 273, p. 51-78, out/dez., 1976.

MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. A sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

NASCENTES, Antenor. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2 vols., 1932.

_____. A gíria brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1953

NEDER, Gizlene. “A instituição policial e as estratégias de controle social no Rio de Janeiro na República Velha”. Arquivo & História. Niterói: (1), 1994.

_____. Discurso jurídico e ordem burguesa. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

NEEDELL, Jeffrey D. A belle époque carioca. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. O paradoxo do coringa e o jogo do poder & saber. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

- NUNES, Edson. A gramática política do Brasil. Rio de Janeiro/Brasília, Jorge Zahar Editor/Escola Nacional de Administração Pública, 1997.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Românticos e folcloristas. São Paulo: Olho d' Água, 1992.
- PANOFISKY, Erwin. Significado das artes visuais. (3ª ed.,1991). São Paulo: Perspectiva.
- PASTINHA, Mestre (Vicente Ferreira). Capoeira Angola. Salvador: Escola Gráfica N.Srª. do Loreto, 1964.
- PERROT, Michele. Os excluídos da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, L. A . Costa. O negro no Rio de Janeiro. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Brasileira (276), 1953.
- PIRES, Antônio Liberac C.S. – “Os portugueses capoeiras. Imigração, cultura e conflitos nacionais na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)” in Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998. p.537-543.
- PIXINGUINHA, JOÃO DA BAIANA, DONGA – As vozes desassombradas do museu. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação e Cultura/Museu da Imagem e do Som, 1970.
- PORTO, Walter Costa. O voto no Brasil. Da colônia à Quinta República. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.
- PRETTI, Dino. A gíria e outros temas. São Paulo: T. Queiroz/EDUSP, 1984.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora Alfa-Omega, 1976.
- RAMOS, Arthur. O folclore negro no Brasil. (2ª ed., 1954). Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil.
- RAMOS, Guerreiro. A crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- REGO, Valdeolir. Capoeira Angola. Salvador: Editora Itapoã, 1968.
- REZENDE, Beatriz. Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1993.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cabras e pés-de-chumbo: os rolos do tempo. O anti-lusitanismo na cidade do Rio de Janeiro –1870-1930. Niterói: UFF/ICHF, tese mestrado, 1987 (mimeo).

_____. Mata Galegos. Os portugueses e os conflitos do trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Revista Ilustrada (1876-1898). Síntese de uma época. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, tese mestrado, 1988 (mimeo).

ROCHA, Agenor Miranda. Candomblés antigos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade/Topbooks, 1994.

RODRIGUES, José Carlos. Tabu do corpo. (3ª ed.,1983). Rio de Janeiro: Achiamé.

RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. (4ª ed.,1976). São Paulo, Cia. Editora Nacional, Coleção Brasileira (9).

ROSENFELD, Anton. Negro, macumba e futebol. São Paulo: Perspectiva, 1993.

RUDÉ, George. A multidão na história. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição (1890-1950). Campinas: UNICAMP/IFCH, tese mestrado, 1990 (mimeo).

SARTRE, Jean-Paul. Qué es la literatura? Buenos Aires: Editorial Losada, 1950.

SATRIANI, Luigi M.Lombardi. Antropologia cultural e análise da cultura subalterna. São Paulo: Hucutec, 1986.

SEIGEL, Jerrold. Paris Boêmia: cultura e política e os limites da vida burguesa. 1830/1930. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SENNET, Richard. O declínio do homem público. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. A literatura como missão. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, vol.3, 1998.

SILVA, Eduardo. As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Marcos A. da. Caricata república: Zé Povo e o Brasil. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1990.

- SILVA, Maria Célia Barbosa Reis da. Antônio Fraga: personagem de si mesmo. Rio de Janeiro: PUC/RJ, tese doutorado, 1998 (mimeo).
- SILVA, Ornato José da. A tradição nagô. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/Biblioteca Carioca, 1994.
- SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. (3ª ed. 1983). São Paulo: Martins Fontes.
- SUSSEKIND, Flora. Cinematógrafo das letras. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TACLA, Ariel. Dicionário dos marginais. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.
- TAVARES, José Antônio Giusti. A estrutura do autoritarismo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- TELAROLLI, Rodolfo. Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História (56), 1982.
- THOMPSON, E.P. Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Ediciones Critica, 1979.
- _____. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TIGRE, Bastos. Reminiscências. Brasília: Thesaurus, 1992.
- TINHORÃO, José Ramos. Os sons que vêm da rua. RJ, Edições Tinhorão, 1976.
- TÖRTIMA, Pedro. A polícia e a justiça de mãos dadas: a Conferência Judiciário-Policia de 1917. Niterói: UFF/ICHF, tese mestrado, 1989 (mimeo).
- VASCONCELOS, Ari. A nova música da República Velha. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985.
- VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. A Lapa boêmia: um estudo da identidade carioca. Niterói: UFF/ICHF, tese mestrado, 1995 (mimeo).

VELHO, Gilberto (org.). Desvio e divergência. Uma crítica da patologia social. (6^a ed., 1989). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VEYNE, Paul. O inventário das diferenças. História e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIDOR, Letícia de Souza Reis. O mundo de pernas para o ar. A capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

VIOTTI, Manuel. Novo Dicionário da Gíria Brasileira. (3^a ed. s/data). Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Tupã Editora.

VOGT, Carlos & FRY, Peter. Cafundó. A África no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

ZALUAR, Alba – “A perversa metamorfose do malandro”. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 20 de outubro de 1991.